Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL
CSN

5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR

6 - NIRE
33300015910

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO	2 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua Lauro Muller, Nº 116 - 36º Andar E Sala 3402	Botafogo

3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF
22299-900	Rio De Janeiro	RJ

6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
0021	586-1500	- 0	- 0	0

11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
0021	586-1400	- 0	- 0	

15 - E-MAIL
Invrel@csn.com.br

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

1 - NOME
Itaú Corretora De Valores S/a

2 - CARGO
Superintendência De Serviços A Acionista

3 - ENDEREÇO COMPLETO	4 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua Boa Vista, 185 - 6º Andar	Centro

5 - CEP	6 - MUNICÍPIO	7 - UF
01092-900	São Paulo	SP

8 - DDD	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFONE	12 - TELEX
0011	0237-5528	0237-5490	0237-5753	0000000

13 - DDD	14 - FAX	15 - FAX	16 - FAX	
0011	0237-5695	0000-0000	0000-0000	

17 - E-MAIL

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

18 - ITEM	19 - MUNICÍPIO	20 - UF	21 - DDD	22 - TELEFONE	23 - TELEFONE
01	Rio De Janeiro	RJ	0021	0276-2458	0000-0000
02	São Paulo	SP	0011	0237-5731	0232-7285
03	Belo Horizonte	BH	0031	0249-3524	0000-0000
04	Porto Alegre	RS	0051	0210-9150	0000-0000

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
João Luis Tenreiro Barroso				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Lauro Muller, Nº 116 - 36º Andar			Botagogo	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
22299-900	Rio De Janeiro			RJ
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
0021	586-1500	- 0	- 0	212305
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
0021	586-1400	- 0	- 0	
16 - E-MAIL				
Invrel@csn.com.br				

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL
01/01/1998	31/12/1998
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO
01/01/1999	31/12/1999

5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	6 - CÓDIGO CVM
Arthur Andersen S/c Auditores Independentes	16-7
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	8 - CPF DO RESP. TÉCNICO
	. . -

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO

[ ] BVBAAL	[ ] BVMESB	[ ] BVPR	[X] BVRJ	[ ] BVST
[ ] BVES	[ ] BVPP	[ ] BVRG	[ ] BOVESPA	

2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO
Bolsa
3 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE
1140200 - Siderurgia
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Fabricação, Transf. E Comerc. De Produtos Siderúrgicos

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO					
Privada Nacional					
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.					
X	Ações		Ações Resgatáveis		Debêntures Simples
	Debêntures Conversíveis em Ações		Partes Beneficiárias		Bônus de Subscrição

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
	03/05/1999
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
19/04/1999	10/03/1999

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	Jornal Do Commercio	RJ
02	Gazeta Mercantil	SP
03	Diário Oficial Estado R.j.	RJ

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
15/07/1999	

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

02.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - FUNÇÃO
01	BENJAMIN STEINBRUCH	618.266.778-87	29/04/1999	2 ANOS	2	PRESIDENTE
02	CLÁUDIO SALGUEIRO GARCIA MUNHOZ	214.268.131-04	29/04/1999	2 ANOS	2	VICE-PRESIDENTE
03	ROGER AGNELLI	7.372.548-07	29/04/1999	2 ANOS	2	CONSELHEIRO
04	LUIZ PAULO MARINHO NUNES	606.503.627-72	29/04/1999	2 ANOS	2	CONSELHEIRO
05	VAGNER LAERTE ARDEO	66.110.628-40	29/04/1999	2 ANOS	2	CONSELHEIRO
06	ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS	112.375.706-20	29/04/1999	2 ANOS	2	CONSELHEIRO
07	ONOFRE PEREZ NETTO	3.505.327-53	29/04/1999	2 ANOS	2	CONSELHEIRO
08	JACKS RABINOVICH	11.495.638-34	29/04/1999	2 ANOS	2	CONSELHEIRO
09	FRANCISCO VALADARES PÓVOA	70.887.286-72	29/04/1999	2 ANOS	2	CONSELHEIRO
10	MÁRIO DA SILVEIRA TEIXEIRA JÚNIOR	113.119.598-15	29/04/1999	2 ANOS	2	CONSELHEIRO
11	LUIS FERNANDO GONÇALVES CAMILLÔTTO	488.360.956-15	29/04/1999	2 ANOS	2	CONSELHEIRO
12	MARIA SILVIA BASTOS MARQUES	459.884.477-91	29/04/1999	2 ANOS	1	DIRETOR PRESIDENTE
13	JOSÉ CARLOS MARTINS	304.880.288-68	16/04/1999	2 ANOS	1	DIRETOR EXECUTIVO
14	JOSÉ PAULO DE OLIVEIRA ALVES	28.347.587-00	20/05/1998	2 ANOS	1	DIRETOR EXECUTIVO
15	ALBANO CHAGAS VIEIRA	24.802.606-23	16/04/1999	1 ANO E 35 DIAS	1	DIRETOR EXECUTIVO

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

Benjamin Steinbruch - Presidente do Conselho de Administração
Formação Acadêmica - Administração de empresas formado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, com especialização em marketing e finanças - CEAG-FGV-SP.
Experiência Profissional - Responsável pela condução geral das empresas do Grupo Vicunha em todas as suas áreas (administrativa, financeira, comercial, e industrial); Responsável pela administração das fazendas; ex-diretor fundador da ABRAVEST.
Atua como presidente nas seguintes empresas: Banco Fibra S.A. e Fibra Leasing S.A.
Atua como diretor nas seguintes empresas: Fibra S.A.; Cia Metalic Nordeste; Associação Comercial de São Paulo.
Atua como presidente do Conselho de Administração também nas seguintes empresas: Light - Serviços de Eletricidade S.A.; Companhia Vale do Rio Doce; Contemporânea, SLBB S.A.
Atua como membro do conselho nas seguintes empresas: Elizabeth S.A.; Fibrasil Têxtil S.A.; Pajuçara Confecções S.A.; Fibrasil Textil S.A.; Petrobrás; BR Distribuidora.
Atua como membro do conselho fiscal na Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS, como membro do conselho consultivo da Associação dos Bancos Comerciais e Múltiplos - ABBC.

Cláudio Salgueiro Garcia Munhoz – Membro do Conselho de Administração.
Formação acadêmica – Ciências Econômicas – Universidade Nacional de Brasilia.
Experiência profissional – Exerceu diversos cargos de assessoria e chefia na direção geral no Banco do Brasil. Até a sua nomeação para a PREVI ocupava o cargo de gerente de operações do Banco do Brasil (área de seguridade) e diretor administrativo da BB-Previdência. Foi membro do Conselho Fiscal da PREVI no período de 31.05.90 a 31.05.92. A partir de 15.06.96, vem exercendo o cargo de diretor administrativo.

Roger Agnelli – Membro do Conselho de Administração
Formação Acadêmica – Economia – formado pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP – 1981.
Experiência Profissional – Banco Bradesco S.A. – Diretor de Departamento – 04.11.1992, Diretor Executivo Adjunto – 10.03.1998, Diretor Executivo Gerente – 10.03.1999.
Demais atividades: participa como Membro do Conselho das seguintes entidades e empresas:
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários – 27.02.1987 – Diretor;
Caixa Beneficente dos Funcionários do Bradesco – 16.03.1998 – Membro do Conselho Deliberativo;
Fundação Bradesco – 04.11.1992 – Membro da Mesa Regedora;
Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição – 24.04.1998 – Membro do Conselho de Administração;
ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento – 27.08.1998 – Diretor Vice-Presidente;
Brasmotor S.A. – 25.04.1996 a 07.04.1998 – Membro do Conselho de Administração;
Companhia de Energia Semesa – 21.03.1997 – Membro do Conselho de Administração;
Companhia Paulista de Força e Luz – CPFI – 18.11.1997 – Membro do Conselho de Administração;
Companhia Siderúrgica Nacional – 01.03.1996 – Membro Suplente do Conselho de Administração;
Latas de Alumínio S.A. – Latasa – 16.06.1997 – Membro do Conselho de Administração;
Rio Grande Energia S.A. – 09.12.1997 – Membro do Conselho de Administração;
Serra da Mesa Energia S.A. – 21.03.1997 – Membro do Conselho de Administração;
VBC Energia S.A. – 25.03.1997 – Membro do Conselho de Administração.

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

Luiz Paulo Marinho Nunes – Membro do Conselho de Administração
Formação Acadêmica – agosto 1984: Ph.D. em Econômia pela Universidade de Chicago, EUA, com especialização em economia internacional.
1980 – 1982 – Mestrado em economia pela Universidade de Chicago, EUA.
1975 – 1978 – Bacharel em administração pública, EBAP, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
Experiência Profissional – 1997 – Diretor Presidente da área de alumínio da Companhia Vale do Rio Doce; Diretor Presidente da Vale do Rio Doce Alumínio S.A. – ALUVALE; Diretor Presidente da ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A.; Diretor Presidente da ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A.
1992 – 1997 – Vice Presidente / Diretor Financeiro da Alfred C. Toepfer – subsidiária da Alfred C. Toepfer Internacional, Hamburgo, Alemanha – Trading Company de Commodities Agrícolas.
1990 – 1992 – Diretor Financeiro da Contibrasil, São Paulo – subsidiária do Continental Grain Group, Nova Iorque, EUA.
1988 – 1990 – Sócio do Banco Destak, Rio de Janeiro: responsável pelas arbitragens financeiras e mercados futuros.
1985 – 1988 – Economista e Diretor Técnico do Escritório Levy Corretora de Câmbio e Valores Ltda.
1984 – 1985 – Assistant Economist, International Economic Dept. of Morgan Guaranty Trust Co. New York, EUA.
1979 – 1980 – Departamento Técnico de Operações de Open Market, Banco Bozzano Somonsen, Rio de Janeiro, Brasil.

Vagner Laerte Ardeo – Membro do Conselho de Administração.
Formação acadêmica – Engenheiro de Aeronáutica, formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) – 1983.
Experiência profissional – Departamento de Aviação Civil – CECIA/DAC – Consultor (1984); Instituto de Pesquisas – IPEA – Consultor (1984), Técnico de Pesquisa e Planejamento (1984 – 1990); Ministério da Fazenda/Secretaria Especial de Política Econômica – SEPE; Chefe de Coordenadoria de Coordenação Técnica (1990 – 1991), Coordenador Geral da Área Externa (1992); Secretaria de Planejamento/Presidência da República – SEPLAN – Assessor Especial do Ministro (1992 – 1993); Secretaria Municipal de Fazenda/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – SMF/PCRJ – Assessor da Secretaria de Fazenda (1993 – 1994), Subsecretário Municipal de Fazenda (1995 – 1996); Companhia Siderúrgica Nacional – Assessor Geral da Diretoria Superintendente do Centro Corporativo (1996 – 1997), Superintendente Geral de Planejamento Estratégico do Centro Corporativo (desde 1997); CSN INVEST – Presidente (1997).

Antonio Francisco dos Santos – Membro do Conselho de Administração.
Formação acadêmica – Administração de Empresas, formado pelo CECOPE.
Pós-graduação em Organização e Finanças pelo CECOPE.
MBA em Estratégia Industrial e Gestão de Negócios pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Experiência profissional – Companhia Siderúrgica Nacional – Técnico de Indústria (1972), Analista de Engenharia Industrial (1978), Chefe de Divisão de Engenharia Industrial da Metalurgia de Redução (1979), Coordenador de Contrato e Estudos Especiais de Engenharia Industrial (1980), Coordenador de Engenharia Industrial para Manutenção de Órgão de Apoio (1988), Gerente Geral de Engenharia Industrial (1997), Superintendente Geral de Planejamento da Produção (1991), Diretor de Serviços assistenciais e de Ensino – Fundação CSN (1997); CSN INVEST – Presidente do Conselho (1997).

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

Onofre Perez Netto - Membro do Conselho de Administração
Experiência profissional – Diretor presidente das empresas EMESA S.A. Ind. e Com. de Metais; Real Metalco S.A. Ind. e Com.; Mipesca Ind. e Com. de Pescado S.A.; REALMAT – Rio Ind. e Com. Emb. Metálicas; INTERMESA Trading S.A.; diretor industrial (12 de maio de 1995 a 29 de outubro de 1996).

Francisco Valadares Póvoa – Membro do Conselho de Administração
Formação acadêmica – formado em Engenharia de Minas pela UFMG – BH, em 1971.
Experiência profissional – iniciou suas atividades profissionais na Fundação João Pinheiro – BH, no Centro de Tecnologia em atividades de pesquisa de concentração de minérios. Em fevereiro de 1972 foi contratado como Chefe Técnico (operação e manutenção) da Planta Piloto de Conc. De Itabiritos da SUMIN. A partir de junho de 1972 passou a Chefe Técnico de Qualidade e Processo da Usina de Conc. Caue, em fase de "COMMISSIONING" Pela PHD. Em 1974 o processo é desmembrado do CQ ficando com a Chefia do Processo das Usinas e Plantas Piloto. Em final de 1975 é criada a Divisão de Processo ficando como seu titular, englobando, Computador de Processo e Processo de todas as Usinas da SUMIN. Em setembro de 1984 assumiu a Chefia do Departamento de Engenharia Industrial. Em maio de 1987, designado para Gerência Geral de Mineração da SUMIN. Em junho de 1990, designado para Superintendente das Minas (Sistema Sul). Em setembro de 1991, designado para Diretor da Rio Doce International – Bruxelas. Em maio de 1993, designado para Superintendente de Tecnologia.

Jacks Rabinovich - Membro do Conselho de Administração
Formação Acadêmica - Engenharia civil pela Universidade Makenzie, com especialização em engenharia têxtil no Lowell Institute Massachussets - EUA.
Experiência Profissional - Fundador do curso de engenharia têxtil da Faculdade de Engenharia Industrial - FEI; Membro do conselho de desenvolvimento industrial do Ministério da Indústria e Comércio. Ex-diretor do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, foi diretor e vice-presidente da Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria e foi diretor da Associação Brasileira de Produtores de Fibras Artificiais e Sintéticas. Diretor atual das empresas: Vicunha S.A., Vicunha Nordeste S.A., Campo Belo S.A. Indústria Têxtil, Fibra Nordeste S.A., Fibra S.A., Rodoviária Veldog e Textília Nordeste. Empresas em que atua como membro do conselho: Elizabeth S.A. Indústria Têxtil, Vicunha Nordeste S.A., Fibra-Dupont Sulamérica, Companhia Vale do Rio Doce e Vicunha Telecomunicações - Maxitel.

Mário da Silveira Teixeira Júnior – Membro do Conselho de Administração.
Formação acadêmica – Formado em engenharia civil e administração de empresas.
Experiência profissional – Exerceu as seguintes funções: Banco Bradesco no período de 1977 a 1992: gerente executivo, diretor departamental, diretor executivo gerente, Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil – 1992: diretor; Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários: Técnico e diretor – 1971 a 1984; Scopus Informática S.A.: Membro do conselho administrativo (C.A.) – 1992; Scopus Tecnologia: Membro do C.A. – 1992 a 1994; Membro da Comissão de Mercado de Capitais da Abrasca – 1989 a 1991; Diretor vice-presidente da ANBID – 1994; membro do C.A. da Flexibrás Tubos Flexíveis LTDA – 1989 a 1994; membro do C.A. da LATASA – 1992; membro do C.A. SIGMA Importadora e Exportadora LTDA – 1989 a 1994.

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

Luís Fernando Gonçalves Camillôtto – Membro do Conselho de Administração
Formação acadêmica: Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo - SP, Mestrado em Administração de Empresas (1993); Universidade de Economia de Viena - Áustria - International Management Program – Intercâmbio parte do Mestrado FGV (1992); Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, Bacharel em Ciências Econômicas (1989)
Experiência Profissional*:* Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) - Suplente no Conselho de Administração (1997-1999); PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Diretoria de Planejamento – Gerência de Estratégia de Risco, Rio de Janeiro, Gerente (1998-Presente); Diretoria de Investimentos – Gerência de Mercado de Capitais - Rio de Janeiro; Analista de Investimentos em Renda Variável - Siderurgia e Mineração (1996-1998); Banco do Brasil S.A. - Área Internacional - Departamento de Mercado de Capitais - São Paulo, Coordenador de Equipe de Derivativos e Engenharia Financeira (1995-1996), Agência Banco do Brasil Hamburgo - Alemanha, Treinamento para Gerente (1994), Deutsche Bank Central Frankfurt - Alemanha, Treinamento "Corporate and Trade Finance" (1994), Área Internacional - Departamento de Mercado de Capitais - Brasília, Analista Sênior - emissões e negociações de Eurobônus (1993-1994), Departamento de Processamento de Dados - Juiz de Fora, Auxiliar de Entrada de Dados (1986-1989), Agência Ubá - MG, Menor Auxiliar de Serviços Gerais (1983-1985).

Maria Silvia Bastos Marques – Diretor Presidente
Formação acadêmica – Doutor em Economia – Escola de Pós-Graduação em Economia pela Fundação Getúlio Vargas – Tese: Inflação e Política Macroeconômica Pós e Primeiro Choque do Petróleo, aprovada em 18 de dezembro de 1987; Mestre – Escola de Pós-Graduação em Economia pela Fundação Getúlio Vargas – Dissertação: Moeda e Inflação: A Questão da Casualidade, aprovada em 22 de novembro de 1982; Bacharel em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas – Graduação: 1979.
Experiência profissional – Diretor Superintendente – Centro Corporativo da Companhia Siderúrgica Nacional – maio de 1996; Secretária Municipal de Fazenda da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – janeiro de 1993 a maio de 1996; Diretora das áreas financeira e internacional diretora de planejamento do Banco Nacional de De/envolvimento Econômico e Social – BNDES – março de 1992 a outubro de 1992; Assessora especial para assuntos de desestatização (Presidência) – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – abril de 1991 a março de 1992; Coordenadora da área externa da secretaria de política econômica – Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento – março de 1991 a abril de 1991; Professora Assistente Departamento de Economia da Pontíficia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC – outubro de 1989 a abril de 1990; Consultora do Banco Montreal S.A., proferindo palestras sobre a economia brasileira para a Presidência e Diretoria – maio de 1989 a agosto de 1989; Economista do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – setembro de 1989, Diretor Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional – abril de 1999, é membro dos Conselhos: de Administração da Companhia Vale do Rio Doce, Curador da Fundação Getúlio Vargas –FGV, desde 19/09/1997, de Administração da Companhia Souza Cruz S.A., desde 29/04/1997, Diretor da Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro – ACRJ, de Administração da Petrobrás, desde 24/03/1999.

José Carlos Martins - Diretor Executivo
Formação Acadêmica: Ciências Econômicas
Experiência Profissional: Atua há mais de 32 anos em empresas siderúrgicas nacionais. Foi presidente da Aços Villares, onde trabalhou por 10 anos antes de ingressar na CSN.

Exerceu função de comando em diversos setores de negócio tais como Produção, Vendas, Marketing, Finanças e Controle.

Outras Atividades: Representação em entidades de classe (IBS - Instituto Brasileiro de Siderurgia, ILAFA -

Instituto Latino Americano do Ferro e do Aço e IISI - Instituto Internacional do Ferro e do Aço). Foi Presidente da Comissão de Economia do IBS e representante do Brasil na Comissão do IISI).

José Paulo de Oliveira Alves - Diretor Executivo
Formação Acadêmica: Engenheiro metalúrgico, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro:1969.
Experiência Profissional: Indústria e Comércio de Minérios S.A. - ICOMI - Engenheiro, Gerente e Gerente Geral (1970-1983); Caemi Internacional S.A. - Gerente, Diretor e Diretor Geral (1983-1990); Caemi Mineração e Metalurgia para a Área de Minerais para a Indústria Siderúrgica - Diretor (1990-1996); GP Investimentos CS Ltda. (1996-1997); Ferrovia Sul Atlântico S.A. - Diretor Presidente (1997-1998); Companhia Siderúrgica Nacional - Diretor - Setor de Infra-Estrutura (1998).

Albano Chagas Vieira – Diretor Executivo
Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico com especialização em Administração Industrial, formado na PUC-RJ em 1975, com especialização em metalurgia de soldagem na UERJ concluída em 1979.
Experiência Profissional: Iniciou sua carreira profissional como estagiário de engenharia na Cosigua (Grupo Gerdau) no Rio de Janeiro em 1974.
Após a graduação ingressou na Arthur Andersen como Analista Staff na Área de Sistemas (hoje Andersen Consulting), tendo lá trabalhado durante o ano de 1976.
Ao fim deste ano retornou à Cosigua, no Departamento de Manutenção Mecânica, tendo atuado como gerente de diversas áreas da Usina, tais como Oficinas, Redução Direta, Aciaria e Laminações, onde ao final desempenhou o papel de Gerente de Manutenção Mecânica da Usina.
Em 1981, ingressou no projeto de Siderúrgica Mendes Júnior, como Superintendente responsável pela implantação das áreas de Laminação, Manutenção e Utilidades. Após o posta em marcha da Usina, em 1984, se tornou o Superintendente de Produção de Laminados, onde esteve no comando operacional do Laminador que foi e ainda é considerado um "Benchmark" mundial em termos de produtividade para este tipo de tecnologia. Ao final de 1989, deixou a companhia a fim de ingressar na Smorgon Steel (parte da Smorgon Consolidated Industries Pty. Ltd.) em Melboune, Austrália.
Na Somrgon Steel, iniciou como Diretor Industrial (General Manager Manufactuning). Esta companhia é uma empresa privada de capital fechado, com configuração "mini-mill" comercializando e produzindo produtos longos com receita líquida anual na ordem de US$ 200 milhões. Retornou ao Brasil após quatro anos na companhia, ocupando o cargo de Diretor de Operações, tendo elevado o nível de geração de caixa (conceito EBITDA) a aproximadamente o dobro do ano de ingresso, tendo alcançado margens de EBITDA sobre Receita líquida de 40%.
De volta ao Brasil, de 1994 a 1996, atuou como Consultor e "Technical Advisor" para:
. Smorgon Consolidated Industries na Austrália;
. Diversos fabricantes de equipamentos para a industria siderúrgica, tais como Danieli, MEP, Pittini, etc;
. Produtores Siderúrgicos Sul Americanos, tais como Grupo Gerdau, Siderúrgica Mendes Júnior, Siderúrgica Barra Mansa. Acesita, Siderúrgica de Boyacá e Siderúrgica Del Muña;
. Entidades Bancárias e Comerciais tais como BNDES, Nisho Iwai, etc.
Em maio de 1998, ingressou na Acesita como Superintendente Geral de Desenvolvimento, sendo responsável por:
. Planejamento Estratégico Corporativo,
. Controle Operacional das Empresas Afiliadas,
. Monitoração do Ambiente Tecnológico, incluindo "Benchmarking",
. Coordenação do processo de Fusão e Aquisição com o objetivo de busca de Sócio Estratégico,
. Desinvestimento de parte do portfolio da Companhia,
. Agência para o Desenvolvimento de Timóteo.
Durante este período atuou como Conselheiro do Conselho de Administração das seguintes empresas:

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

. CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão S.A. – desde 1996 até dezembro de 1998, sendo o membro da Acesita no Comitê de Supervisão do Conselho de Administração.
. Aços Villares S.A. – desde 1996 até dezembro de 1998.
. ASTI S.A. – Acesita Sandvik Tubos Industriais – desde 1996 até dezembro de 1997.

Ao longo destes 25 anos de experiência, fundamentalmente concentrada no setor siderúrgico, teve a oportunidade de conhecer grande parte do parque industrial siderúrgico do mundo, havendo participado de diversos treinamentos no Brasil e no Exterior relativos à:

. Administração de Negócios
. Contabilidade Gerencial
. Qualidade Total e Manutenção Produtiva Total (TPM)
. Métodos Analíticos de Solução de Problemas.

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
Ago	29/04/1999	25.400	200	SIM	NÃO
7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO					
8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS					

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
---	---	---	---	---	---	---	---	---
01	UNIÃO DE COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA					33.344.557-0001/07	BRASILEIRA	SP
12.832.703	17,89	0	0,00	12.832.703	17,89	29/04/1999	SIM	SIM
02	TEXTÍLIA S/A					54.485.982-0001/88	BRASILEIRA	SP
11.873.397	16,55	0	0,00	11.873.397	16,55	29/04/1999	SIM	SIM
03	CX. PREV. DOS FUNC. DO BCO. DO BRASIL					33.754.482-0001/24	BRASILEIRA	RJ
9.932.541	13,84	0	0,00	9.932.541	13,84	29/04/1999	SIM	SIM
04	DOCEPAR S/A					33.147.364-0001/58	BRASILEIRA	RJ
7.410.457	10,33	0	0,00	7.410.457	10,33	29/04/1999	SIM	SIM
05	CLUBE DE INVESTIMENTO CSN					68.670.512-0001/07	BRASILEIRA	RJ
5.579.911	7,78	0	0,00	5.579.911	7,78	29/04/1999	SIM	SIM
06	CX. BENEF. DOS EMPREGADOS DA CSN - CBS					32.500.613-0001/84	BRASILEIRA	RJ
4.530.422	6,32	0	0,00	4.530.422	6,32	29/04/1999	NÃO	NÃO

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
Ago	29/04/1999	25.400	200	SIM	NÃO

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO

8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
07	ADR - MORGAN GUARANTY TRUST CO. OF N.Y.	00.000.000-0000/00	EXT.DIVS.	

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
6.189.440	8,63	0	0,00	6.189.440	8,63	29/04/1999	NÃO	NÃO

08	AÇÕES EM TESOURARIA	00.000.000-0000/00		
2.200	0,01	0	0,00	2.200	0,01		NÃO	NÃO

97	AÇÕES EM TESOURARIA	00.000.000-0000/00		
0	0,00	0	0,00	0	0,00			

98	OUTROS	00.000.000-0000/00		
13.380.390	18,65	0	0,00	13.380.390	18,65			

99	TOTAL	00.000.000-0000/00		
71.731.461	100,00	0	0,00	71.731.461	100,00			

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
01	UNIÃO DE COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA	29/04/1999

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
0101	BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948-0001/12	BRASILEIRA	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
21.059.999	99,99	0	0,00	21.059.999	99,99	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
0102	CIDADE DE DEUS - CIA. COMERCIAL DE PART.	61.529.343-0001/32	BRASILEIRA	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
1	0,01	0	0,00	1	0,01	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
0199	TOTAL	00.000.000-0000/00		

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
21.060.000	100,00	0	0,00	21.060.000	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
02	TEXTÍLIA S/A	29/04/1999

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
0201	JACKS RABINOVICH	00.001.149-5638/34	BRASILEIRA	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
364.113.600	30,00	0	0,00	364.113.600	30,00	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
0202	ESPÓLIO DE MENDEL STEINBRUCH	00.005.549-4768/43	BRASILEIRA	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
364.113.600	30,00	0	0,00	364.113.600	30,00	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
0203	ELIEZER STEINBRUCH	00.001.800-4698/53	BRASILEIRA	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
242.742.400	20,00	0	0,00	242.742.400	20,00	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
0204	CLOTILDE RABINOVICH PASTERNAK	00.001.144-1708/34	BRASILEIRA	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
242.742.400	20,00	0	0,00	242.742.400	20,00	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
0299	TOTAL	00.000.000-0000/00		

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
1.213.712.000	100,00	0	0,00	1.213.712.000	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
03	CX. PREV. DOS FUNC. DO BCO. DO BRASIL	29/04/1999

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.	

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
04	DOCEPAR S/A	29/04/1999

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
0401	CIA. VALE DO RIO DOCE	33.592.510-0001/54	BRASILEIRA	RJ
0402	OUTROS	00.000.000-0000/00	BRASILEIRA	RJ
0499	TOTAL	00.000.000-0000/00		

1 - ITEM	6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
0401	255.824.100	96,84	0	0,00	255.824.100	96,84	
0402	8.345.754	3,16	0	0,00	8.345.754	3,16	
0499	264.169.854	100,00	0	0,00	264.169.854	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
05	CLUBE DE INVESTIMENTO CSN	29/04/1999

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.	

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
06	CX. BENEF. DOS EMPREGADOS DA CSN - CBS	29/04/1999

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.	

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
07	ADR - MORGAN GUARANTY TRUST CO. OF N.Y.	29/04/1999

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.	

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 13/10/1998

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	ESCRITURAL		71.731.461	1.680.947	1.680.947
02	PREFERENCIAIS			0	0	0
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			71.731.461	1.680.947	1.680.947

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	23/04/1996	1.680.947	315.275	REFERE-SE COD. 4 E 6	0	0,0000000000

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
100.000.000	0	13/10/1998

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
01	ORDINÁRIAS		28.268.538

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

05.01 - AÇÕES EM TESOURARIA

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	3 - CLASSE	4 - REUNIÃO	5 - PRAZO PARA AQUISIÇÃO	6 - QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA (Mil)	7 - MONTANTE A SER DESEMBOLSADO (Reais Mil)	8 - QUANTIDADE JÁ ADQUIRIDA (Mil)	9 - MONTANTE JÁ DESEMBOLSADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS		24/11/1998	3 MESES	4.200.000	0	2.200	0

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	DIVIDENDO	RCA	19/08/1996	31/12/1996	272.495	0,0003857760	ORDINÁRIA		29.627	30/08/1996
02	DIVIDENDO	AGO	22/04/1997	31/12/1996	272.495	0,0011594850	ORDINÁRIA		86.865	15/05/1997
03	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	29/07/1997	31/12/1997	450.405	0,0011740080	ORDINÁRIA		87.100	29/08/1997
04	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	29/12/1997	31/12/1997	450.405	0,0015049700	ORDINÁRIA		109.000	15/01/1998
05	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO	28/04/1998	31/12/1997	450.405	0,0005461490	ORDINÁRIA		39.420	14/05/1998
06	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	28/07/1998	31/12/1998	464.432	0,0020274740	ORDINÁRIA		146.014	11/08/1998
07	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	17/12/1998	31/12/1998	464.432	0,0013885120	ORDINÁRIA		99.600	30/12/1998

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - % TIPO DIVIDENDO FIXO	6 - % TIPO DIVIDENDO MÍNIMO	7 - % TIPO DIVID. CUMULATIVO	8 - BASE DE CÁLCULO	9 - PREV. REEMBOLSO DE CAPITAL	10 - PRÊMIO	11 - DIREITO A VOTO
01	ORDINÁRIA		100,00	0,00	25,00	0,00	BASEADO NO LUCRO	NÃO	NÃO	SIM

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
29/04/1999	25,00

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
NÃO	3.677	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/1998

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/1997

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/1996

4- ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚL-TIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPE-NÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	464.432	450.405	272.495
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

A entrada em funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional, criada em 9 de abril de 1941, é reconhecida ainda hoje como um dos acontecimentos de maior importância dentro do passado recente do desenvolvimento econômico brasileiro. A empresa foi constituída sob a forma de uma sociedade de economia mista, por iniciativa do Governo Federal, que assumiu o seu controle acionário em decorrência do tamanho e das características do investimento necessário. Isso foi feito para que o empreendimento se realizasse de imediato. A concepção inicial foi a de um conjunto integrado que abrangeria desde a extração, o beneficiamento e o transporte de minérios, dos fundentes e do carvão até a produção e laminação do aço, aproveitamento dos subprodutos da destilação do carvão, fabricação de ferro-ligas, etc.
Hoje, a CSN está definida como uma empresa que tem por fim a fabricação, a transformação e a comercialização de produtos siderúrgicos, inclusive importação e exportação, bem como, o estabelecimento e exploração de quaisquer outras atividades correlatas e afins que possam, direta ou indiretamente, interessar as suas finalidades, tais como mineração, transporte, atividades de operação portuária de navegação, podendo participar, sob qualquer modalidade, de outras empresas, sejam industriais ou comerciais.

EVOLUÇÃO

A Usina Presidente Vargas, denominada até 1961 Usina de Volta Redonda, havia sido projetada inicialmente, para atingir, com plena utilização de seus equipamentos, a produção anual de 1.000.000 lingotes de aço, através de sucessivas etapas de desenvolvimento.
A primeira etapa, completada em 1946, correspondeu à capacidade de 270.000 toneladas anuais de lingotes, contando, para isso, com um alto forno e três fornos de aço. Entretanto, uma de suas unidades básicas, que era o laminador desbastador, já estava projetada para o processamento global de 1.000.000 de toneladas – meta atingida em 1960.
Foi assim que a capacidade da Usina Presidente Vargas, em seu crescimento, progressivo, evoluiu, de acordo com os seguintes “planos de expansão”.

Plano de Expansão	Lingotes de Aço (t/ano)	Início de Operação
Plano A (inicial)	270.000	1946
Plano B	680.000	1954
Plano C	1.000.000	1960

Mas, já em 1963, essa capacidade nominal do Plano C foi ultrapassada, atingindo-se uma produção de 1.268.000 toneladas de lingotes de aço, como resultado de melhoramentos tecnológicos introduzidos e procedimentos que conduziram a uma maior produtividade do equipamento e da mão-de-obra disponível. Havia sido implantado um Plano Intermediário, que tinha por objetivo o aumento da produção de folhas-de-flandres e a elevação da produção de aço para 1,4 milhões de toneladas/ano.
Em 1970, a Presidência da República anunciou, oficialmente, o Plano Siderúrgico Nacional, conhecido como “Plano de 20 milhões de toneladas”, que foi concluído em 1980. A CSN, em consonância com a determinação governamental, projetou a expansão da Usina Presidente Vargas, através de um “Plano D” em que estavam previstos três estágios de elevação de sua capacidade anual de produção.

ESTÁGIOS	AÇO LÍQUIDO (t/ano)	ANO DE CONCLUSÃO
I	1.700.000	1974
II	2.500.000	1977
III	4.600.000	1987

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Os projetos do Estágio III estiveram concluídos ainda em 1987, com destaque para os resultados já então obtidos através da linha de estanhamento eletrolítico nº 5 que associada aos esforços técnicos para enobrecimento das linhas de produção, permitiu à CSN aumentar a participação de folhas revestidas no seu faturamento e iniciar, em bases firmes e regulares, a fabricação de aço para a indústria automobilística com especificação API. Em abril de 1988, dois outros títulos do estágio III do Plano D foram implantados: a Linha de Estanhamento Eletrolítico nº 6 e a Linha de Recozimento Contínuo para Folhas nº 2. A primeira utiliza um processo que confere as folhas de boa resistência mecânica e soldabilidade; e a Segunda, limpando e recozendo as bobinas provenientes dos laminadores de tiras a frio, substitui os trabalhos de rendimentos/hora mais baixo de limpeza eletrolítica e do recozimento em caixa (trabalho de 10 dias feitos em 10 minutos). Com isso, a CSN passou a ter uma capacidade instalada de 1.000.000 t/ano de folhas metálicas, o que a define como a maior produtora mundial numa única usina.

UNIDADES EXTERNAS

Por fim, a CSN mantém em atividades fora da Usina Presidente Vargas a exploração de minério de ferro em Congonhas – MG (instalações de mineração de Casa de Pedra), mineração de manganês em Lafaiete – MG e do calcário em Arcos – MG, necessários ao abastecimento da Usina.

PRIVATIZAÇÃO

Em março de 1990, no âmbito das medidas promulgadas pelo Governo Federal visando o combate a inflação e a redução da participação do Estado na Economia, foi iniciado o processo de liquidação da SIDERBRÁS; foram suspensos os investimentos nas empresas estatais e em 16 de janeiro de 1992 a Companhia foi incluída na relação das empresas privatizáveis. O processo de privatização da Companhia foi concluído em abril de 1993, mediante: (a) Oferta de ações aos empregados da Companhia, tendo sido vendidos 9.347.932 lotes de 1.000 ações cada, correspondentes a 11,9% do capital social; (b) leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a transferência do controle acionário da Companhia, tendo sido vendidos 43.376.266 lotes de 1.000 ações cada, correspondentes a 60,1% do capital social.
A Assembléia Geral Extraordinária, de 23 de abril de 1993 elegeu os novos membros do Conselho de Administração que indicou a nova Diretoria empossada nesta mesma data. A partir de então iniciou-se o processo de avaliação das atividades e funções internas com o objetivo de reestruturar a Companhia, através da definição de novo modelo organizacional.

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

00403-0 COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL 33.042.730/0001-04

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

O quinto ano de atividades da CSN sob gestão privada foi extremamente produtivo, apesar das turbulências ocorridas no ambiente externo durante quase todo o período. A empresa manteve, em 1998, o mesmo nível de produção registrado no ano anterior - e é hoje uma das siderúrgicas de mais baixo custo no mundo. Este notável resultado deve-se ao redobrado empenho da equipe e às inúmeras vantagens competitivas decorrentes dos ativos de infra-estrutura, que permitem a perfeita integração entre minas, usina e portos, além dos importantes investimentos feitos na modernização das linhas de produção, em curso desde 1996. Merece destaque também o seu mix de produtos, que está entre os mais nobres da siderurgia latino-americana. Graças à associação de todos esses fatores, a Companhia Siderúrgica Nacional é hoje uma empresa ainda mais qualificada para competir, com vantagem, no mercado brasileiro e nos mercados internacionais mais exigentes.

Ao mesmo tempo, para fazer face às mudanças em curso nas economias brasileira e mundial, torna-se necessário redobrarmos os esforços visando à redução de custos e aumento de produtividade. Somente assim, a Companhia Siderúrgica Nacional poderá atingir os patamares de competitividade indispensáveis para superar os desafios presentes e futuros.

Produção

A CSN produziu 4.859 mil toneladas de aço líquido em 1998, 1% abaixo do volume alcançado em 1997. Houve perda de produção no primeiro trimestre, em decorrência de problemas no fornecimento externo de energia elétrica à Usina. A produção de laminados foi de 4.145 mil toneladas em 1998, o que representa uma queda de 8,5% em relação a 1997.

Os laminados zincados, com uma produção de 806 mil toneladas em 1998, 7% superior à de 1997, foram o principal destaque no mix de produtos revestidos. Os laminados a quente (1.586 mil toneladas) e a frio (731 mil toneladas) tiveram reduções de 15,2% e 15,4%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A produção de folhas metálicas totalizou 1.022 mil toneladas, ficando 2,1% abaixo à de 1997.

O custo médio de produção, com depreciação, foi de R$ 306 por tonelada de aço líquido equivalente. Este valor ficou 4,1% abaixo do registrado no ano anterior. Excluída a depreciação, a redução do custo de produção é ainda maior: R$ 254 por tonelada de aço líquido equivalente, 6,7% menor que o custo médio de 1997.

Os principais fatores que contribuíram para a redução de custo foram a consolidação dos investimentos nas áreas de redução e aciaria, a otimização da estrutura organizacional, a redução de custos de manutenção, a melhor utilização das linhas de acabamento e a redução de gastos com suprimentos.

Comercialização

Em 1998 foram comercializadas 4.064 mil toneladas de produtos acabados (incluindo 29,9 mil toneladas de placas), cerca de 10% a menos que o total registrado em 1997. O preço médio obtido para os produtos, nos mercados interno e externo, foi 5,5% superior ao do ano anterior, principalmente em função da melhora no mix de produtos vendidos.

O faturamento bruto total da empresa foi de R$2.875 milhões, cerca de 4,5% menor que o do ano anterior. Já o faturamento líquido, de R$ 2.425 milhões, foi 5,1% inferior ao de 1997, devido à redução de 10% no volume de vendas, decorrente da queda dos preços nos mercados internacionais e da queda na demanda de aço no mercado interno, que se acentuou no último trimestre do ano,

O faturamento bruto do mercado interno foi de R$2.377 milhões, sendo R$ 2.256 milhões com a venda de produtos acabados e R$ 121 milhões com a venda de subprodutos. A CSN teve um bom desempenho no

mercado de aços planos no Brasil, que em 1998 apresentou comportamentos distintos para os diferentes produtos. Enquanto os laminados a quente e a frio foram afetados pela diminuição da demanda, as folhas metálicas e os galvanizados apresentaram estabilidade nas vendas totais. Neste cenário, a participação de mercado da CSN em laminados a frio e folhas metálicas ficou estável; houve queda, porém, na participação de mercado em laminados a quente – causada, entre outros fatores, pelo mix de produtos de maior valor agregado no primeiro semestre do ano, e pelo menor consumo em segmentos importantes no perfil de vendas da companhia. Em função de uma maior tendência de utilização de aço resistente à corrosão pelas indústrias automotiva, de utilidades domésticas e de construção civil, as bobinas de aço galvanizado da CSN ampliaram sua participação no mercado nacional.

As exportações de 1998 representaram 27% do volume total vendido e ficaram no mesmo nível percentual de 1997. A receita bruta das exportações foi de R$ 498 milhões e registrou queda de 7% em relação ao ano anterior. Isto ocorreu, principalmente, devido às grandes oscilações do mercado siderúrgico, que geraram pressões sobre os preços internacionais. No entanto, a redução da capacidade produtiva registrada em diversas partes do mundo sinaliza para uma perspectiva de recuperação de preços.

No ano de 1998, a CSN apresentou novamente uma melhoria no seu mix de vendas; com isto, a participação do volume de produtos revestidos no total das vendas aumentou 4,7 pontos percentuais e chegou a 43,5%.

Investimentos

Com os vários projetos e investimentos voltados para as áreas da produção, infra-estrutura e energia, a CSN está se preparando para aprimorar ainda mais sua competitividade.

Em 1998, a CSN investiu um total de R$ 530 milhões. No complexo siderúrgico de Volta Redonda os investimentos totalizaram R$ 424 milhões, em comparação a R$ 444 milhões em 1997.
Modernização

Na Usina Presidente Vargas foi concluída a maior parte do programa de investimentos de US$ 1,3 bilhão previstos para o quinqüênio 1996-2000.
Desses, podemos destacar:

- a preparação para o *start-up* da nova máquina 4 de lingotamento contínuo. É a mais moderna do país, e produzirá placas com largura entre 810-1800 mm e espessura entre 200-250 mm. Sua capacidade de produção chega a 2,4 milhões de toneladas anuais de placas.

- a entrada em operação do desgaseificador a vácuo, do forno-panela, do *skin-pass mill* e do laminador de encruamento reversível.

Foi viabilizada, assim, a produção de placas de melhor qualidade e aços mais sofisticados, que podem atender a novas demandas - inclusive a ampliação do fornecimento à indústria automotiva, através de novos produtos já adequados às recentes exigências do mercado.

- Em dezembro de 1999, entrará em operação a nova central de co-geração termoelétrica, empreendimento que tem por objetivo a garantia operacional da metalurgia e das linhas de laminação contínuas, através da geração interna de 50% das necessidades de energia para a produção, após a implantação de novas tecnologias na Usina. A central terá capacidade de geração de 230 MW de energia elétrica, 230 t/h de vapor e 3.200 Nm^3/min de ar soprado para os altos fornos - e vai utilizar, como combustível, os próprios gases resultantes do processo siderúrgico. Isso proporcionará ganhos estratégicos com a garantia do fornecimento, com qualidade, de energia, vapor e ar soprado - além de uma redução de custos de U$ 30 milhões anuais, da diminuição da captação de água do Rio Paraíba do Sul em 25% e da melhoria do meio-ambiente, em função da eliminação de queima de gases na atmosfera.

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Novos Projetos

Em 1998, a CSN também avançou no desenvolvimento de novas atividades fora de Volta Redonda, dentro da estratégia de ampliar sua participação nos mercados doméstico e de exportação de produtos mais nobres.

Em parceria com a Thyssen Krupp Stahl A.G., da Alemanha, a empresa participa de uma corporate *joint-venture*, a GalvaSud S.A., no município fluminense de Porto Real. O empreendimento, de US$ 250 milhões, visa produzir e fornecer 350 mil toneladas/ano de material galvanizado, estampado e soldado a laser às montadoras de automóveis instaladas nas regiões sul e sudeste - com o suporte de um moderno centro de serviços localizado em Mogi das Cruzes, em São Paulo.
Em 11 de dezembro de 1998 foi assinado termo de compromisso com o Estado do Rio de Janeiro (Convênio ICMS 111) isentando a GalvaSude S.A. do pagamento do ICMS sobre a importação dos produtos que especifica. A empresa participa ainda de uma corporate *joint-venture* com a IMSA Acero C.V., do México, a CSN-IMSA Aços Revestidos S.A. (CISA), no município de Araucária, no Estado do Paraná. Orçado em US$ 245 milhões, o empreendimento deverá produzir 350 mil toneladas de aço, sendo 100 mil de pré-pintados, 250 mil de galvanizados (Galvalume). Em 15 de dezembro de 1998 foi assinado o protocolo de acordo com o Governo do Estado do Paraná, para construção de uma relaminadora pela CISA.

Dentre os principais projetos da CSN está a Cia. Siderúrgica do Ceará (CSC), uma mini-usina com capacidade de produção futura estimada em 1,2 milhão de toneladas anuais de aços planos, destinados à fabricação de tubos e estruturas para a indústria da construção civil.

Em paralelo, com o suporte de seu Centro de Pesquisas e Desenvolvimento, a CSN continuou a buscar a expansão de seus negócios, através do desenvolvimento de novas aplicações, de maior valor agregado, para o aço que produz.

Na área de habitação, a casa modular em aço galvanizado - projeto ainda em desenvolvimento - é um exemplo dessa estratégia, pois pode ser montada em apenas 30 dias, a um custo significativamente inferior ao das construções convencionais. Dentro desta filosofia, foram também desenvolvidos novos aços para fins elétricos.

A empresa participa ainda, ao lado de várias siderúrgicas de todo o mundo, do consórcio internacional do projeto *UltraLight Steel Autobody* (ULSAB), que desenvolve aços mais leves e novas tecnologias para a fabricação de carrocerias automotivas.

Infra-Estrutura e Logística

A CSN obteve, em 1998, mais uma conquista na área de infra-estrutura: adquiriu, em leilão, a concessão do terminal de contêineres do Porto de Sepetiba, em associação com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A operação do terminal é parte da estratégia de aumentar a eficiência e a competitividade de seu negócio, através da integração de suas minas e terminais portuários ao complexo siderúrgico de Volta Redonda. O terminal foi arrendado pelo prazo de 25 anos, renovável pelo mesmo período, ao preço de R$ 93 milhões. Com isso, a CSN assegura importante vantagem competitiva para suas exportações, já que um dos berços do terminal será utilizado exclusivamente para produtos siderúrgicos.

Em 1998 a CSN buscou, também, fortalecer sua logística comercial e aproximar-se mais do mercado consumidor. Isso se deu com a aquisição, em fevereiro, de dois centros de serviços e distribuição de aço: a Inal, em Guarulhos (SP), e a Intermesa Participações, em Barra Mansa (RJ), pelo valor total aproximado de R$ 30 milhões.

Gestão da Qualidade

O programa de atualização tecnológica e expansão das linhas de produção, estruturado pela CSN, vem sendo

acompanhado de melhorias igualmente relevantes nos processos de gestão operacional.

Um bom exemplo foi a reestruturação, em 1998, da área de suprimentos da empresa - que tornou possível reduzir em 30% o número de fornecedores e diminuir em dois terços a área necessária para armazenagem. Além disso, a empresa obteve uma redução adicional de custos de R$ 38 milhões no período, através de renegociações nas compras e contratos.

Em 1998, a CSN iniciou o Projeto SIGA, para a implantação de um sistema integrado de gestão avançada com base no software R/3, da empresa alemã SAP. O projeto SIGA disponibilizará, para a CSN, uma ferramenta de gestão obrigatória nas empresas mais eficientes do mundo, que interligará as atividades operacionais, contábeis e financeiras em tempo real.

Em 1996, a CSN iniciou o Projeto Ano 2000, cujo objetivo é evitar que o "bug do milênio" – ou seja, problemas operacionais provocados pelo não-reconhecimento de datas com quatro dígitos nos sistemas informatizados, na virada do século - interfira nas operações da empresa. De acordo com o cronograma do projeto, todos os equipamentos da CSN deverão estar inventariados e remediados até o dia 30 de junho de 1999.

Recursos Humanos

O processo de mudança na cultura organizacional, iniciado após a privatização da empresa, evoluiu em 1998 e se refletiu em novas práticas nas áreas de relações industriais, comunicação e treinamento.

Um dos maiores avanços do relacionamento da empresa com seus empregados foi a consolidação, em 1998, do Programa de Participação nos Lucros e Resultados, que vinha sendo estruturado nos anos anteriores. Em 1998, em função do lucro de R$ 450 milhões registrado em 1997, a CSN distribuiu R$ 22,4 milhões entre seus empregados no mês de abril, a título de participação nos lucros e resultados. O resultado relativo a 1998 deverá permitir uma participação aos empregados em patamares próximos aos de 1997. O programa vem avançando e sendo aperfeiçoado, com o objetivo de garantir aos empregados, anualmente, o retorno financeiro de sua contribuição para o desenvolvimento da Companhia.

Em 1998, a CSN decidiu inovar e realizou um concurso para a escolha dos novos uniformes de seus empregados, que reuniu 17 estilistas de renome nacional. Após uma pré-seleção, os três classificados desfilaram suas criações na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda. A escolha final foi feita pelos próprios empregados, através de votação eletrônica.

A CSN deu prosseguimento ao ciclo de palestras *Conversando com Líderes*, destinado à supervisão da empresa, no qual consultores convidados discorreram sobre novos conceitos e tendências em administração, como liderança e trabalho em equipe.

Na área de treinamento, além de seus programas regulares (técnicos e comportamentais), a CSN introduziu o projeto *Recomeçar*, em parceria com a Escola Técnica Pandiá Calógeras. O projeto visa dar suporte ao reingresso de ex-empregados no mercado de trabalho, por meio de cursos de qualificação profissional.

Meio-ambiente

Como parte do compromisso permanente com a qualidade de vida dos trabalhadores da Usina Presidente Vargas e da comunidade de Volta Redonda, a CSN tem investido de forma consistente, nos últimos anos, na substituição de equipamentos e na atualização tecnológica de seus sistemas de proteção ambiental, de modo a aprimorar seu desempenho nessa área.

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Todos os novos equipamentos que entraram em operação na Usina, ao longo de 1998, incorporam modernas tecnologias, que atendem e superam as exigências legais de controle anti-poluição. O desgaseificador a vácuo pelo processo RH, por exemplo, não libera pó nem líquidos para o meio-ambiente.

Em outubro de 1998, iniciou-se o Projeto de Gestão Territorial, iniciativa da CSN que trará efetiva contribuição ao desenvolvimento sustentável da região de Volta Redonda. O projeto acarreta investimentos superiores a R$ 1,2 milhão e beneficia diretamente os municípios de Volta Redonda, Barra Mansa, Piraí, Barra do Piraí, Quatis, Pinheiral e Porto Real. Seu desenvolvimento está a cargo da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS e conta com a participação da UERJ e de representantes dos municípios envolvidos. A partir de levantamentos completos dos meios *físico* (geologia, drenagem, processos erosivos etc.), *biótico* (fauna, flora, remanescentes florestais) e *atrópico* (uso atual do solo, urbanização, recursos ambientais, estrutura econômica etc.), será criado um banco de dados geo-referenciados que permitirá um completo interrelacionamento entre todas a variáveis relevantes para o planejamento público e privado, levando em conta as potencialidades e limitações regionais e locais.

Durante o ano foram elaborados os projetos de engenharia e as concorrências para substituição de antigos equipamentos de proteção ambiental da Usina, alguns deles em operação há 20 anos. Na Coqueria, serão construídos os sistemas de enfornamento e desenfornamento selado e de umectação de pátios – investimentos da ordem de US$ 40 milhões, que reduzirão os índices de poluição atmosférica. Outros US$ 20 milhões deverão ser destinados à construção de uma nova estação de tratamento de efluentes que, a partir do ano 2000, vai reduzir drasticamente o impacto ambiental das atividades da Usina sobre o rio Paraíba do Sul.

Em dezembro de 1998 a CSN firmou, com o Estado do Rio de Janeiro, compromisso para, através de auditoria ambiental, reavaliar os investimentos necessários ao enquadramento da Usina nos padrões internacionais de observância das exigências para o controle e equilíbrio do meio-ambiente.

Por intermédio da Fundação CSN, foi assinado ainda um convênio com a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, para o desenvolvimento de projetos de conservação e educação ambiental, a serem implementados na reserva ecológica da Cicuta, de propriedade da empresa, último fragmento preservado de Mata Atlântica no sul fluminense.

Compromisso Social

A Fundação CSN, instituída em 16 de abril de 1998, tem por objetivo ser o braço social da empresa nas áreas de saúde, educação, cultura e assistência social, prioritariamente nas comunidades onde a CSN atua.

Dentre as atuações da Fundação CSN em 1998, destaca-se o projeto "Amigo da Escola CSN", que doou camisetas para os uniformes dos 45 mil alunos da rede municipal de ensino de Volta Redonda. A Fundação também contribuiu com recursos financeiros para a construção do Centro Médico do Hospital Santa Cecília, além de apoiar projetos em benefício da Casa da Criança e da Associação de Apoio ao Deficiente Físico (APADEFI), em Volta Redonda.

A entidade assinou também um convênio para a criação do projeto *Memória e História da CSN*, com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. O primeiro fruto desse trabalho foi a publicação, em dezembro de 1998, do livro *Um construtor do nosso tempo* – a edição do depoimento ao CPDOC de Edmundo de Macedo Soares e Silva, autor do projeto da Usina Presidente Vargas e pioneiro da siderurgia nacional.

Em 11 de dezembro de 1998 a CSN lançou, em parceria com a Prefeitura Municipal de Volta Redonda, o Programa VILA VIVA, que visa a revitalização do Bairro Vila Santa Cecília, onde se localiza o prédio da administração da empresa. O programa vem recebendo também a adesão do empresariado da região.

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

CUSTO DAS MATÉRIAS PRIMAS E OUTRAS DESPESAS

Os custos com matérias- primas, em 1998, atingiram o montante de R$ 512.951 mil correspondendo a 33,7% do custo total da produção.

A seguir, relacionamos os custos com as principais matérias-primas (incluindo o custo de logística):

. Ca.rvão importado	202.532
. Minério de ferro	59.867
. Zinco	57.015
. Estanho	24.937
. Fundentes	35.598
. Alumínio	15.620
. Coque adquirido	40.818
. Placas adquiridas	33.376
. Outras matérias-primas	43.188
TOTAL	512.951

As outras despesas perfizeram um total de R$ 1.009.460 mil, assim distribuídos:

. Depreciação	258.108
. Mão de Obra	290.313
. Energia Elétrica	101.381
. Material de Manutenção	91.807
. Ferramentas e Suprimentos	91.963
. Serviços de Terceiros	114.847
. Combustíveis e Utilidades	44.558
. Provisão para Reforma	2.654
. Despesas Gerais	13.829
TOTAL	1.009.460

DIREITOS MINERAIS

1 - DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL

1.1- Casa de Pedra
Local: Município de Congonhas - MG
Manifesto de Mina nº. 234.06
Processo DNPM: 43.306/56
Área: 2.516,2593 ha
Substância - Minério de Ferro

1.2 - Fazenda do Engenho
Local: Município de congonhas -MG
Decreto de lavra nº. 18.275
Processo DNPM: 3.664/42

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Área: 74,2700 ha
Substância - Minério de Ferro, Ferro-Manganês e Manganês

1.3 - Bom Jardim
Local: Município de Lagoa Dourada - MG
Manifesto de Mina nº. 234
Processo DNPM: 433/56
Área: 7,2500 ha
Substância - Manganês

1.4 - Cocuruto
Local: Município de Entre Rios de Minas - MG
Manifesto de Mina nº 234
Processo DNPM: 433/56
Área: 5.146,0032 ha
Substância - Manganês

1.5 - Jurema
Local: Município de Queluzita - MG
Manifesto de mina nº. 310
Processo DNPM: 2.741/35
Área: 629,2000 ha
Substância - Manganês

1.6 - Paiva
Local: Município de Conselheiro Lafaiete - MG
Manifesto de mina nº. 310
Processo DNPM: 2.741/35
Área: 139,4500 ha
Substância - Manganês

1.7 - São Gonçalo
Local: Municípiode Conselheiro Lafaiete - MG
Manifesto de mina nº 234.05
Processo DNPM: 43.305/56
Área: 178,1120 ha
Substância - Manganês

1.8 - Àgua Preta
Local: Município de Conselheiro Lafaiete - MG
Manifesto de mina nº. 234.02
Processo DNPM: 43.302/56
Área: 140,3600 ha
Substância - Manganês

1.9 - Bocaina
A - Local: Arcos - MG
Decreto de lavra nº. 33.409
Processo DNPM: 850.687/75

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Área: 75,0000 ha
Substância - Calcáreo

B - Local: Município de Arcos - MG
Decreto de lavra nº. 63.302
Processo DNPM: 850.686/75
Área: 232,5800 ha
Substância - Calcáreo

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

As vendas da CSN não são afetadas por sazonalidades.

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

00403-0 COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL 33.042.730/0001-04

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	FOLHAS METÁLICAS	31,30
02	LAMINADOS PLANO A QUENTE	24,80
03	LAMINADOS PLANOS A FRIO	16,80
04	CHAPAS ZINCADAS	22,90
05	OUTROS	4,20

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR				9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
01	CARVÃO	SIM	36.673	NÃO	SIM
BHP	NÃO LIGADO				17,56
02	CARVÃO	SIM	18.238	NÃO	SIM
U. S. STEEL	NÃO LIGADO				8,74
03	CARVÃO	SIM	15.731	NÃO	SIM
MASSEY	NÃO LIGADO				7,53
04	CARVÃO	SIM	13.212	NÃO	SIM
INGWE	NÃO LIGADO				6,33
05	CARVÃO	SIM	84.542	NÃO	SIM
OUTROS	NÃO LIGADO				40,49
06	COQUE	SIM	13.918	NÃO	SIM
RHURKOHLE	NÃO LIGADO				6,67
07	COQUE	SIM	3.330	NÃO	SIM
OUTROS	NÃO LIGADO				1,59
08	SMALL	SIM	7.652	NÃO	SIM
GLENCORE	NÃO LIGADO				3,66
09	SMALL	SIM	10.080	NÃO	SIM
OUTROS	NÃO LIGADO				4,83

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR				9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
10	MOINHA	SIM	1.834	NÃO	SIM
NOBLE	NÃO LIGADO				0,88
11	MOINHA	SIM	1.466	NÃO	SIM
OUTROS	NÃO LIGADO				0,71
12	ANTRACITO	SIM	2.041	NÃO	SIM
AMCI	NÃO LIGADO				0,98
13	PET COKE	SIM	66	NÃO	SIM
TCP	NÃO LIGADO				0,03

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

10.04 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERC. (Reais Mil)
01	LAMINADOS A QUENTE	691.839	845.718	667.871
02	LAMINADOS A FRIO	478.219	559.055	495.057
03	CHAPAS ZINCADAS	660.405	598.102	512.041
04	FOLHAS METÁLICAS	872.691	896.283	839.502
05	LAMINADOS NÃO PLANOS	6.234	61	3.139
06	OUTROS	121.498	110.207	97.636
99	TOTAL	2.830.886	3.009.426	2.615.246

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Processo de Produção

A usina presidente Vargas da CSN é do tipo integrada com redução a coque, Aciaria a Oxigênio e Laminação de produtos planos, além de linhas de revestimento.

Insumos e Utilidades Principais

Carvão	importado de diversos países
Minério de Ferro	extraído e beneficiado em plantas próprias situadas em Congonhas-MG
Fundentes	extraído e beneficiado em plantas próprias situadas em Arcos-MG
Água	captação e tratamento próprios, oriunda do rio Paraíba do Sul
Energia Elétrica	adquirida da LIGHT e geração própria (Termoelétrica)
Oxigênio	oriundo de equipamentos próprios tercerizados
Óleo Combustível	adquirido da Petrobrás
Gás Natural	adquirido da Petrobrás
Estanho e Zinco	adquirido de terceiros no mercado interno

Resumo do Processo

Fabricação de Gusa

Equipamento	Alto Forno
Matéria Prima	Coque (obtido a partir do carvão)
	Carvão
	Minério de Ferro
	Sinter (obtido a partir do Minério de Ferro e Fundentes)
Instalações	3 Baterias de Coque
	4 Máquinas de Sinterização (1 fora de operação momentaneamente)
	3 Altos Fornos (1 fora de operação momentaneamente)

Fabricação do Aço

Equipamento	Aciaria
Matéria Prima	Gusa líquido e/ou sólido
	Sucata
	Fundentes
	Ferro-Ligas
Instalações	Aciaria com 3 conversores
	4 Máquinas de Lingotamento Contínuo de Placas

Laminação

Laminação a Quente	2 Laminadores de Tiras a Quente
	2 Linhas de Acabamento
Laminação a Frio	2 Linhas de Decapagem Contínua
	3 Laminadores de Tiras a Frio
	Linha de Recozimento Contínuo de Chapas
	4 Linha de Recozimento Contínuo de Folhas
	2 Linhas de Limpeza Eletrolítica de Folhas
	Fornos de Recozimento em Caixa
	2 Laminadores de Encruamento de Chapas
	3 Laminadores de Encruamento de Folhas
	Linha de Acabamento de Chapas a Frio
	4 Linhas de Preparação de Bobinas de Folhas
Linhas de Revestimento	3 Linhas de Zincagem Contínua por imersão a quente
	6 Linhas de Estanhamento Eletrolítico

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

00403-0 COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL 33.042.730/0001-04

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

COMERCIALIZAÇÃO

Do total embarcado em 1998 para o mercado doméstico, a CSN destinou diretamente a indústria 81% e os 19% restantes ao setor de distribuição, formado por empresas que abastecem os pequenos consumidores.

Das vendas destinadas diretamente ao setor industrial, cumpre registrar as participações nos setores de recipientes/embalagens; tubos de pequenos diâmetros; autopeças/acessórios, perfilação de chapas e automobilístico de 22,2%, 11%, 7,9%, 6,5% e 6% respectivamente.

Para o mercado externo as vendas da CSN são em grande maioria efetuadas através de "tradings", havendo entretanto, eventuais negócios através de vendas diretas.

DISTRIBUIÇÃO

As vendas da CSN são efetuadas diretamente ao cliente, desde que credenciado pela empresa. Como os volumes negociados são de grande monta, os clientes de menor porte são abastecidos pela rede de distribuição independente. Para o escoamento de seus produtos no mercado interno, a CSN utiliza duas modalidades básicas de transporte: via ferroviária ou rodoviária. Em ambos os casos a modalidade de venda é CIF, cabendo a CSN a responsabilidade pela entrega do produto ao cliente. No mercado externo, destacam-se as modalidades de FOB estivado e C & F, ocorrendo, entretanto, modalidades de vendas nas condições FAZ, FCA e outras.

MERCADO

Localização dos principais mercados da CSN (participação em peso)

	MERCADO INTERNO			MERCADO EXTERNO	
REGIÃO	1997	1998	REGIÃO	1997	1998
Norte	0,4	0,8	Africa	2,7	2,8
Nordeste	5,5	5,5	AméricadoNorte	30,8	36,7
Sudeste	73,8	71,5	América Latina	16,9	21,6
Sul	17,5	18,9	Ásia	34,7	7,5
Centro-Oeste	2,8	3,3	Europa	12,0	29,1
			Oceania	1,3	0, 4
			Oriente Médio	1,6	1,9
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0
Participação %	73,4	73,0	Participação %	26,6	27,0

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

00403-0 COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL 33.042.730/0001-04

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

No mercado interno, a CSN não sofre competição de outros produtos nacionais nas folhas metálicas revestidas para embalagens. Por outro lado, as chapas zincadas são produzidas tanto pela CSN quanto pela USIMINAS, enquanto que o mercado dos laminados planos a quente e planos a frio, é abastecido pela CSN, COSIPA E USIMINAS.

No quadro abaixo, é apresentada a participação de mercado da CSN em relação aos seus principais concorrentes no país.

UNIDADE %

PRODUTOS	PRINCIPAIS CONCORRENTES	MERCADO INTERNO		MERCADO EXTERNO	
		1997	1998	1997	1998
Planos a Quente	COSIPA/USIMINAS	42	38	60	49
Planos a Frio	COSIPA/USIMINAS	30	31	64	46
Folhas Revestidas	CSN	97	97	100	100
Chapas Zincadas	USIMINAS	71	75	98	92

00403-0 COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL 33.042.730/0001-04

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

DESCRIÇÃO	PRAZO DE UTILIZAÇÃO
PATENTES	
Processo para reaproveitamento de rejeitos siderúrgicos	26/01/99
Sinter especial para utilização como fundentes na fabricação de aços	26/01/99
Dispositivo para resfriamento por cortina d'água diagonal de fluxo laminar	26/01/99
Sistema anti-poluição para evaporadores de linhas de estanhamento eletrolítico	03/07/99
Dispositivo para ensaio de torção em soldas a ponto por resistência	30/12/03
Dispositivo mecânico para lançamento de termopar para medição do ciclo térmico da poça de solda	11/01/04
Processo para determinação do diâmetro da lente de solda a ponto por resistência com alta precisão através de metal ultra rápido	21/04/09
Equipamento pneumático para fixação de tubos em válvulas controladoras de vazão de aço em panelas ou em distribuidores	13/11/04
Dispositivo para colocação e acondicionamento de fontes radioativas, na determinação do desgaste de refratários de altos fornos	22/03/10
MARCAS	
Logotipo CSN	15/12/01
Logotipo CSN	15/12/01
Logotipo CSN	15/12/01
Logotipo CSN	15/12/01
Logotipo CSN	15/12/02
Logotipo CSN	15/12/02
Niobras 200	26/01/02
Stancrom	22/03/03
Passicrom	19/07/03
Niofun	20/09/03
Braszinc	20/05/06
Brastin	20/05/06
Braschrom	20/05/06
Regram	07/03/99
Logotipo CSN	04/09/00
CSN	04/09/00
CSN	04/09/00

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

Logotipo CSN	04/09/00
Logotipo CSN	07/08/00
Regram	23/10/00
Zar	07/08/00
Quepê	07/02/05
G-Galvanew	22/04/07
Logotipo CSN	18/03/07
Niocor	25/05/08
Logotipo CSN	29/09/08
Logotipo CSN	22/12/08
Logotipo CSN	22/12/08

00403-0 COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL 33.042.730/0001-04

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO	4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO	14 - OBSERVAÇÃO
01	USINA PRESIDENTE VARGAS	AUTO ESTRADA, S/Nº	VOLTA REDONDA	RJ	3.569,907	1.356,052	55	SIM	NÃO	NÃO			Apólice de Seguro Incêndio nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS
02	RESTAURANTE CENTRAL	AUTO ESTRADA, S/Nº	VOLTA REDONDA	RJ	3,487	2,160	33	SIM	NÃO	NÃO			Apólice de Seguro Incêndio nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS
03	PRÉDIO DA ANTIGA 3ª RES. DO DNER	RUA 8, S/Nº	VOLTA REDONDA	RJ	2,992	0,845	55	SIM	NÃO	NÃO			Apólice de Seguro Incêndio nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS
04	FAZENDA SANTA CECÍLIA	RUA 21 - Nº 1584 - SEDE	VOLTA REDONDA	RJ	16.643,000	2,400	55	SIM	NÃO	NÃO			Apólice de Seguros Incêndio nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS
05	ESCOLA TÉCNICA PANDIÁ CALÓGERAS	RUA 62, Nº 90	VOLTA REDONDA	RJ	56,667	11,500	47	SIM	NÃO	NÃO			Apólice de Seguros Incêndio nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS
06	HOSPITAL DA CSN	RUA 41-C, Nº 190	VOLTA REDONDA	RJ	15,191	9,508	42	SIM	NÃO	NÃO			APÓLICE DE SEGUROS INCÊNDIO Nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE					3 - ENDEREÇO				
4 - MUNICÍPIO		5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO										
07	AMBULATÓRIO DO HSN					RUA 41-C, Nº 361				
VOLTA REDONDA		RJ	1,898	1,951	42	SIM	SIM	NÃO		
APÓLICE DE SEGUROS INCÊNDIO Nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS										
08	RECREIO DO TRABALHADOR					RUA 21, Nº 501				
VOLTA REDONDA		RJ	43,829	3,642	43	SIM	NÃO	NÃO		
APÓLICE DE SEGUROS INCÊNDIO Nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS										
09	SEDE DA BANDA DE MUSICA DA CSN					RUA 21, Nº 402				
VOLTA REDONDA		RJ	2,574	0,876	31	SIM	NÃO	NÃO		
APÓLICE DE SEGUROS DE INCÊNDIO Nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS										
10	CENTRO DE PESQUISA					RUA 4, Nº 33				
VOLTA REDONDA		RJ	30,289	6,034	25	SIM	NÃO	NÃO		
APÓLICE DE SEGUROS INCÊNDIO Nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS										
11	EDIFÍCIO DAS TRANSPORTADORAS					AV. SÉRGIO BRAGA, Nº 272				
VOLTA REDONDA		RJ	4,000	1,840	28	SIM	NÃO	NÃO		
APÓLICE DE SEGUROS INCÊNDIO Nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS										
12	COLÉGIO MACEDO SOARES					RUA 60, Nº 59				
VOLTA REDONDA		RJ	5,518	3,410	41	SIM	NÃO	NÃO		
APÓLICE DE SEGUROS INCÊNDIO Nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS										

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO	4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO	14 - OBSERVAÇÃO
13	COLÉGIO MACEDO SOARES	RUA 60, Nº 52	VOLTA REDONDA	RJ	2,925	1,070	39	SIM	NÃO	NÃO			APÓLICE DE SEGUROS INCÊNDIO Nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS
14	SEDE DO TIRO DE GUERRA	RUA 60, Nº 699	VOLTA REDONDA	RJ	2,418	0,294	51	SIM	NÃO	NÃO			APÓLICE DE SEGUROS INCÊNDIO Nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS
15	STAND DE TIROS DO TG-4	RUA 53, S/Nº	VOLTA REDONDA	RJ	133,836	0,124	51	NÃO	NÃO	NÃO			
16	CLUBE UMUARAMA	PR. BRASIL - VILA SANTA CECÍLIA	VOLTA REDONDA	RJ	9,251	1,714	55	NÃO	NÃO	NÃO			
17	ÁREA DE CONST. USINA II - ITAGUAÍ	ITAGUAÍ	ITAGUAÍ	RJ	9.257,236	0,000	20	NÃO	NÃO	NÃO			
18	ÁREA DE TERRA EM ITACURUÇÁ	RUA ITAGUAÍ - LOTE Nº 14	ITACURUÇÁ	RJ	12,450	0,000	8	NÃO	NÃO	NÃO			

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO

4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO									

19	FAZENDA SANTA CECÍLIA - FAZENDINHA					FAZENDA SANTA CECÍLIA - ZONA RURAL				
VOLTA REDONDA	RJ	5.375,000	0,000	55	NÃO	NÃO	NÃO		

20	ESCRITÓRIO CENTRAL					RUA 21, Nº 10				
VOLTA REDONDA	RJ	8,788	37,071	32	SIM	SIM	NÃO		
APÓLICE DE SEGUROS INCÊNDIO Nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS									

21	CENTRO DE PUERICULTURA					RUA 33, Nº 35				
VOLTA REDONDA	RJ	2,956	1,482	50	SIM	SIM	NÃO		
APÓLICE DE SEGUROS INCÊNDIO Nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS									

22	SALAS NA TORRE DO RIO SUL					RUA LAURO MULLER, Nº 116/36º ANDAR				
RIO DE JANEIRO	RJ	1,482	1,482	14	SIM	SIM	NÃO		
APÓLICE DE SEGUROS INCÊNDIO Nº 001500665 - BRADESCO SEGUROS									

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DE CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

INVESTIMENTOS	% PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL
FEM – Projetos, Construções e Montagens S.A.	99,9965
LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A.	7,2535
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	11,8867
Itá Energética S.A.	24,4319
MRS Logística S.A.	31,5370
Companhia de Cimento Ribeirão Grande	8,3333
CSN Iron S.A.	100,0000
CSN Steel Corp.	47,2514
CSN IMSA Aços Revestidos S.A.	51,0000
Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN	18,0000
Indústria Nacional de Aços Laminados INAL S.A.	99,9900
Nordeste Energia Participações S.A.	50,0096
GalvaSud S.A.	51,0000
CSC – Cia Siderúrgica do Ceará	100,0000
Sepetiba Tecon S.A.	20,0000
CSN Overseas	100,0000
CSN Cayman Ltd	100,0000
CSN Panamá, S.A.	100,0000
INEPAR-FEM Equipamentos e Montagens S.A.	24,9100

A participação acionária da Companhia na Companhia de Cimento Ribeirão Grande foi vendida em 31 de março de 1999.

PROJETO ANO 2000 (BUG DO MILÊNIO)

Desde 1996, a CSN vem desenvolvendo o projeto Ano 2000. O objetivo do projeto, que é de prioridade na Companhia, é evitar que o "Bug do Milênio" interfira nas suas operações e/ou cause problemas internos e/ou externos em suas relações com os clientes e fornecedores.

O projeto é um conjunto de ações que abrangem todos os sistemas de hardware, software, equipamentos sensíveis a datas e demais sistemas de informação e de automação, que serão identificados, analisados, remediados, testados e certificados, para que estejam em conformidade com o ano 2000 na virada do milênio.

O projeto vem sendo desenvolvido em cinco fases: inventário, análise, remediação, teste e implementação.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

As seguintes etapas foram concluídas até dezembro de 1998:

- **Inventário: coleta e armazenamento de informações sobre os diferentes itens de software e hardware. Envolveu também a listagem de todos os clientes, fornecedores e projetos em andamento.**

- **Análise: realização das atividades que avaliaram a conformidade ou não com o Ano 2000 dos itens inventariados, identificando as necessidades de atualização, substituição ou eliminação de software ou hardware, substituição de fornecedores que não estiverem em conformidade e nova prospecção de mercado.**

Até o momento todos os itens identificados como não compatíveis e classificados como "críticos", ou seja, que podem causar efeitos ao negócio, são passíveis de remediação em tempo hábil, ou seja, até 30 de junho de 1999.

O plano de contingências do projeto acontece em paralelo com as etapas de remediação, testes, implementação e certificação.

O orçamento total do Projeto Ano 2000 para adequar todos os sistemas é de R$ 11.000 mil, sendo para 1999 R$ 10.000 mil, já tendo sido aplicado cerca de R$ 1.000 mil em 1998.

Um projeto importante que também está voltado para a solução do Ano 2000 na CSN é a implantação do SAP R/3 versão 4.0, que substituirá vários sistemas que não são compatíveis com o ano 2000. O orçamento total para implantação do SAP é de cerca de R$ 37.000 mil e engloba gastos na contratação de empresas de consultoria, realização de treinamento, aquisição de software e hardware entre outras. Até 31 de dezembro de 1998, já haviam sido investidos aproximadamente R$ 17.000 mil no projeto. A primeira fase que corresponde a cerca de 80% de todo o projeto deverá estar concluída até 30 de abril de 1999. A segunda fase será iniciada logo após a implantação da primeira, não acarretando porém, qualquer implicação ao Projeto Ano 2000.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

TRADUÇÃO LIVRE

ESTE DOCUMENTO É UMA TRADUÇÃO LIVRE DO ORIGINAL EM INGLÊS, EM CASO DE CONFLITO PREVALECERÁ O TEXTO NO IDIOMA INGLÊS.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

"SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION"
(COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS AMERICANA)
Washington, D.C. 20549

FORMULÁRIO 20-F

(Assinale um dos itens)
[ ] DECLARAÇÃO DE REGISTRO CONSOANTE A SEÇÃO 12(b) OU (g) DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS DE 1934

OU

[X] RELATÓRIO ANUAL CONSOANTE A SEÇÃO 13 OU 15(d) DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS DE 1934

Para o exercício fiscal findo: 31 de dezembro de 1998

OU

[ ] RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO CONSOANTE A SEÇÃO 13 OU 15(d) DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS DE 1934

para o período de transição de ____ até ____

Número de protocolo da Comissão: 1-14732

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
(Nome Exato do Titular do Registro conforme especificado nos seus atos constitutivos)

National Steel Company
(Tradução do nome do Titular do Registro em Inglês)

República Federativa do Brasil
(Jurisdição de constituição ou organização)

Rua Lauro Müller 116 - 36o andar
Rio de Janeiro, RJ Brasil
(Endereço dos principais escritórios executivos)

Valores mobiliários registrados ou a serem registrados consoante a Seção 12(b) da Lei:

Título de cada Classe	**Nome de cada bolsa onde houve registro**
Ações ordinárias, sem valor nominal...	New York Stock Exchange* (Bolsa de Valores de Nova York)

*** Negociadas apenas na forma de Ações de Depositário Americano na Bolsa de Valores de Nova York, que são registradas sob a Lei de Títulos e Valores de 1933.**

Valores mobiliários registrados ou a serem registrados consoante a Seção 12(g) da Lei:
Nenhuma

Valores mobiliários para os quais existe uma obrigação de relatório , consoante a Seção 15(d) da Lei:
Nenhuma

Indicar o número das ações em circulação de cada classe de emitente do capital ou das ações ordinárias no fechamento do último exercício fiscal coberto pelo Relatório Anual:

Ações ordinárias sem valor nominal:.....71,731,461,430

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Indicar com X se o Titular do Registro (1) apresentou todos os relatórios, cujo arquivamento é exigido nos termos da Seção 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934 durante os 12 meses anteriores (ou por um período menor em que foi exigido do Titular do Registro arquivamento de tais relatórios) e (2) esteve sujeito a tais exigências de arquivamento durante os últimos 90 dias.

Sim X Não

Indicar com X qual o item das demonstrações financeiras que o Titular do Registro escolheu:

Item 17 ___ Item 18 __X_

Í N D I C E

Página

INTRODUÇÃO 1

DECLARAÇÃO PRELIMINAR COM RESPEITO A PREVISÕES ESTIMADAS..... 1

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS..... 1

TAXAS DE CÂMBIO 2

PARTE I

ITEM 1.	DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS	4
ITEM 2.	DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE	40
ITEM 3.	PROCESSOS JUDICIAIS	41
ITEM 4.	CONTROLE DO TITULAR DO REGISTRO.....	41
ITEM 5.	NATUREZA DO MERCADO DE NEGÓCIOS	42
ITEM 6.	CONTROLES DE CÂMBIO E OUTRAS LIMITAÇÕES QUE AFETAM OS DETENTORES DE VALORES MOBILIÁRIOS	45
ITEM 7.	TRIBUTAÇÃO.....	45
ITEM 8.	DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS.....	51
ITEM 9.	DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES.....	53
ITEM 9A.	DIVULGAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALIFICATIVAS SOBRE O RISCO DE MERCADO...	62
ITEM 10.	CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES DO TITULAR DO REGISTRO	64
ITEM 11.	REMUNERAÇÃO DE CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES.....	67
ITEM 12.	OPÇÕES DE COMPRA DE VALORES MOBILIÁRIOS DO TITULAR DO REGISTRO OU SUBSIDIÁRIAS	67
ITEM 13.	PARTICIPAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM DETERMINADAS TRANSAÇÕES.....	67

PARTE II

ITEM 14.	DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS A SEREM REGISTRADOS.....	67

PARTE III

ITEM 15.	INADIMPLEMENTOS SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS SENIOR	67
ITEM 16.	ALTERAÇÕES EM VALORES MOBILIÁRIOS E ALTERAÇÕES EM TÍTULOS POR TÍTULOS REGISTRADOS.....	67

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

PARTE IV

ITEM 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... 67
ITEM 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... 67
ITEM 19. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E ANEXOS..... 68

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

INTRODUÇÃO

Todas as referências à "Companhia" ou "CSN" são referências à Companhia Siderúrgica Nacional e suas subsidiárias consolidadas, e referências ao "governo brasileiro" são referências ao governo federal da República Federativa do Brasil. Todas as referências ao "real", "reais" ou "R$" são referências aos *Reais Brasileiros,* a moeda oficial do Brasil. Em 1º de julho de 1994, a denominação da unidade monetária brasileira foi mudada do *cruzeiro real* para *real* (cada *real* sendo igual a 2.750 *cruzeiros reais* na ocasião). Neste Relatório Anual, as referências a "Dólares Americanos" e "US$" são referências à moeda dos Estados Unidos da América. As referências neste Relatório Anual a "bilhões" são a milhares de milhões, "km" são quilômetros e "mt" significa toneladas métricas.

DECLARAÇÃO PRELIMINAR COM RESPEITO A PREVISÕES ESTIMADAS

As declarações contidas neste Relatório Anual que não sejam fatos históricos, incluindo sem limitação, certas declarações feitas nas seções deste documento intituladas "Descrição de Atividades", "Dados Financeiros Selecionados - Dividendos e Política de Dividendos", "Discussão e Análise da Administração dos Resultados de Operações e Condição Financeira", e "Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado" são declarações de estimativas. Essas declarações são baseadas nas visões atuais e pressuposições da administração e envolvem riscos conhecidos e desconhecidos e incertezas que poderiam fazer com que resultados, desempenho ou eventos reais diferissem materialmente dos expressos ou implícitos nessas demonstrações. Resultados, desempenho ou eventos reais podem diferir materialmente dos expressos ou implícitos nessas demonstrações devido a, sem limitação:

- condições econômicas gerais, incluindo as condições econômicas do Brasil em particular;
- o desempenho da indústria siderúrgica brasileira;
- o desempenho do mercado siderúrgico global;
- níveis de flutuação do mercado de importação e exportação;
- níveis de taxas de juros;
- taxas de câmbio monetário, incluindo a taxa de câmbio *real/dólar americano;*
- modificações em leis e regulamentos;
- modificações nas políticas do Banco Central do Brasil e dos governos brasileiros ou estrangeiros; e
- Concorrência global, nacional e regional no mercado siderúrgico.

Ver "Discussão e Análise da Administração de Resultado de Operações e Condições Financeiras – Fatores que afetam os Resultados de Operações" e "Descrição de Atividades - Fatores de Risco relativos à Indústria Siderúrgica e CSN" e "- Fatores de Risco relativos ao Brasil."

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas subsidiárias consolidadas em 31 de dezembro de 1998 e 1997 e para cada um dos três anos findos em 31 de dezembro de 1998 e as notas dos mesmos (as "Demonstrações Financeiras Consolidadas") contidas neste documento foram apresentadas em Dólares Americanos e preparadas em conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos ("GAAP Americanos"). Ver "Discussão e Análise da Administração das Condições Financeiras e Resultados de Operações - Base de Apresentação" e Nota 2(a) às Demonstrações Financeiras Consolidadas. A Companhia publica demonstrações financeiras no Brasil em conformidade com os princípios contábeis exigidos pela Lei No. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e alterações (a '"Lei Brasileira de Sociedades") que diferem, em certos aspectos significativos, dos GAAP Americanos.

Na Declaração de Registro no Formulário 20-F arquivado junto à Comissão Americana de Valores Mobiliários ("SEC") em conexão com a cotação das Ações de Depositário Americano ("ADS") da Companhia na Bolsa de Valores de Nova York, a Companhia utilizou o *real* brasileiro como moeda de relatório. Porque a Companhia opera em uma indústria que utiliza o dólar americano como sua

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

moeda de referência, a administração acredita que seja apropriado apresentar suas principais demonstrações financeiras em seus arquivamentos na SEC em dólares americanos. Desse modo, do modo permitido pelas normas da SEC, a Companhia adotou o dólar americano como sua moeda de relatório para suas principais demonstrações financeiras contidas em seu Relatório Anual arquivado junto à SEC.

Como descrito mais detalhadamente na Nota 2(a) das Demonstrações Financeiras Consolidadas, as quantias em dólar americano nas datas e para os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram redimensionadas (traduzidas) das quantias em *reais brasileiros* em conformidade com os critérios estabelecidos na Declaração de Norma Contábil No. 52 ("SFAS 52"') do Conselho de Normas de Contabilidade Financeira dos Estados Unidos. Antes de 1º de julho de 1997, o Brasil foi considerado sob a SFAS 52 como tendo uma economia altamente inflacionária (definida como uma economia na qual a taxa de inflação cumulativa no último período de três anos ultrapassou 100%). Desse modo:

- As quantias em dólares americanos apresentadas neste documento que foram derivadas das Demonstrações Financeiras Consolidadas nas datas ou para períodos terminando em 30 de junho de 1997 ou antes disso, foram redimensionadas a partir de *reais brasileiros* (ou qualquer moeda predecessora) baseadas em taxas de câmbio históricas (itens não monetários) ou taxas de fim de exercício (itens monetários) e taxas mensais médias (itens de demonstração de receita).
- As quantias em dólares americanos apresentadas neste documento que foram derivadas das Demonstrações Financeiras Consolidadas nas datas ou para exercícios terminando após 30 de junho de 1997 foram traduzidas de *reais brasileiros* à taxa de câmbio de fim de exercício (para itens do balanço patrimonial) ou à taxa de câmbio média predominando durante o exercício (para itens de demonstração financeira).

A menos que o contexto indique de outro modo:

- Dados históricos contidos neste Relatório Anual que não foram derivados das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram traduzidos a partir de *reais* em base semelhante, exceto que as quantias de investimento foram traduzidas à taxa de Mercado Comercial (como definido a seguir) em vigor na data em que o investimento foi feito.
- Previsões estimadas foram traduzidas de *reais* à taxa de Mercado Comercial em 15 de junho de 1999 de R$1.7892 = US$1.00, exceto que futuras despesas de capital estimadas são baseadas nas quantias orçadas mais recentemente, que talvez não tenham sido ajustadas para refletir todos os fatores que poderiam afetar tais quantias.

Como descrito a seguir sob "Taxas de Câmbio", a taxa de câmbio de 15 de junho de 1999 representou uma depreciação de 48% do *real* contra o dólar americano desde 31 de dezembro de 1998. O uso da taxa de câmbio mais alta do *real/dólar americano* mudaria substancialmente as quantias traduzidas.

Alguns números incluídos neste Relatório Anual foram sujeitos a ajustes de arredondamento; desse modo, os números mostrados como totais em certas tabelas talvez não sejam um total aritmético dos números que os antecedem.

TAXAS DE CÂMBIO

Existem dois mercados principais de câmbio no Brasil: o mercado de câmbio de taxa comercial (o "Mercado Comercial"') e o mercado de câmbio de taxa variável (o "Mercado Flutuante"). A maioria das transações de comércio exterior e câmbio monetário estrangeiro financeiro são realizadas no Mercado Comercial. Compras de câmbio estrangeiro no Mercado Comercial podem ser realizadas através de uma instituição financeira autorizada a comprar e vender moedas nesse mercado. A taxa do Mercado Flutuante geralmente se aplica a transações às quais a taxa do Mercado Comercial não se aplica. antes.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Antes de 1º de fevereiro de 1999, a taxa de câmbio em cada mercado foi estabelecida de modo independente, resultando em diferentes taxas em alguns exercícios. Desde 1º de fevereiro de 1999, os bancos operando no Mercado Comercial puderam unificar suas posições nos dois mercados diferentes. Esses mercados estão agora diferenciados exclusivamente para fins regulamentares e oferecem cotações e liquidez semelhantes, apesar do potencial para o tratamento distinto para fins regulamentares no futuro.

Em conexão com a adoção do *Plano Real* ("Plano Real'") em 1º de agosto de 1993, o *cruzeiro real* substituiu o *cruzeiro* como unidade da moeda brasileira, com cada *cruzeiro real* sendo igual a *1.000 cruzeiros*. Em 1º de julho de 1994, o *real* foi introduzido como a unidade oficial da moeda brasileira, com cada *real* sendo igual a 2,750 *cruzeiros reais* e com uma taxa de câmbio de R$1.00 para US$1.00. A emissão de *reais* esteve inicialmente sujeita a limites quantitativos lastreados por uma quantia correspondente de dólares americanos em reservas, mas o Governo em seguida expandiu esses limites quantitativos e permitiu que o *real* flutuasse, com a paridade entre o *real/dólar americano* (R$1.00 a US$1.00) como teto.

Desde a sua introdução até março de 1995, o *real* sofreu apreciação em comparação com o dólar americano. Em 6 de março de 1995, em um esforço para abordar as questões sobre a supervalorização do *real* em relação ao dólar americano, o Banco Central do Brasil ("Banco Central") introduziu novas políticas de câmbio que estabeleceram uma banda dentro da qual a taxa de câmbio *real/dólar americano* pudesse flutuar. O Banco Central inicialmente estabeleceu a banda cambial com um piso de R$0.86 para cada US$1.00 e previu que, após 10 de março de 1995, a banda cambial ficaria entre R$0.88 e R$0.93 para cada US$1.00. Daí em diante, o Banco Central periodicamente ajustou a banda cambial para permitir a desvalorização gradual do *real* em relação ao dólar americano. Em 13 de janeiro de 1999, o Banco Central ampliou a banda de flutuação do câmbio na qual o *real* podia ser comercializado entre R$1.12 e R$1.22 por US$1.00 para uma nova banda entre R$1.20 e R$1.32 por US$1.00. Isto resultou em uma imediata desvalorização do *real* para R$1.32 por US$1.00. Em 15 de janeiro, o *real* pode flutuar, e em 3 de março de 1999, a taxa de câmbio *real/dólar* atingiu uma alta de R$2.16 por US$1.00. Desde essa data, o valor do *real* sofreu apreciação, e em 15 de junho de 1999, a taxa de câmbio *real/dólar* foi R$1.7892 por US$1.00.

A tabela a seguir mostra as informações sobre as taxas do Mercado Comercial, para os exercícios indicados, expressas em *reais* por dólar americano:

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

	Alta	Baixa	Média[1]	Fim do Exercício
Fim do exercício em 31 de dezembro:				
1994[2]	R$1.0000	R$0.1204	R$0.6450	R$0.8460
1995	0.9726	0.8340	0.9180	0.9725
1996	1.0407	0.9726	1.0052	1.0394
1997	1.1164	1.0395	1.0786	1.1164
1998	1.2087	1.1165	1.1611	1.2087
Janeiro 1999	1.9832	1.2078	1.5019	1.9832
Fevereiro 1999	2.0648	1.7709	1.9137	2.0648
Março 1999	2.1647	1.7220	1.8968	1.7220
Abril 1999	1.7314	1.6575	1.6941	1.6607
Maio 1999	1.7480	1.6468	1.6835	1.7240

[1] Representa a média das taxas de câmbio de fim de mês durante o exercício relevante.

[2] Quantias expressas em *reais* foram traduzidas de quantias em *cruzeiros reais* à taxa de câmbio de 2.750 *cruzeiros reais* por *real.*

Fonte: Banco Central

A taxa do Mercado Comercial publicada pelo Banco Central em 15 de junho de 1999 foi R$1.782 por US$1.00.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

PARTE I

ITEM 1. DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

Generalidades	4	Seguros	28
História	4	Regulamentos Governamentais e outros Assuntos de Natureza Jurídica	28
Estratégia Comercial	5	Empregados e Questões Trabalhistas	32
Principais Produtos	6	Visão Geral da Indústria Siderúrgica Mundial	32
Vendas e Distribuição no Mercado	10	Indústria Siderúrgica Brasileira	33
Produção	12	Fatores de Riscos Relacionados com a Indústria Siderúrgica e com a CSN	35
Matérias Primas e Transporte	14	Fatores de Riscos relacionados ao Brasil	38
Programas de Investimentos	17		
Instalações	23		
Concorrência	26		
Pesquisa e Desenvolvimento	28		

Generalidades

A CSN é a maior fabricante de aço plenamente integrada no Brasil e na América Latina, sendo que em 1998 ela se consagrou como décima quinta maior empresa exportadora. Veja, a respeito "- A Indústria Siderúrgica Brasileira". Em 1998, a CSN produziu 4,7 milhões de toneladas de aço bruto e 4,1 milhões de toneladas de produtos acabados de aço. As instalações de fabricação plenamente integradas da Companhia produzem uma ampla gama de produtos de aço, inclusive placas, bobinas de laminados a quente e a frio e folhas para fabricantes de automóveis, equipamentos domésticos, construção civil e outros produtos industriais e de consumo. A CSN é grande fornecedor de aço para a indústria automotiva brasileira. Em 1998, a CSN foi responsável por 75% dos produtos de aço galvanizado vendidos no Brasil. A empresa é também um dos maiores fabricantes no mundo de produtos estanhados para recipientes de embalagem. Em 1998, a CSN forneceu 97% dos produtos de estanhagem vendidos no Brasil.

O processo de produção da CSN é baseado no conceito da siderurgia integrada. Na Usina Presidente Vargas da Companhia, localizada na cidade de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, o minério de ferro produzido a partir das próprias minas da CSN é beneficiado em máquinas de sinterização para produzir o sinter. O sinter é fundido com coque e carvão em pó injetado em altos fornos para produzir ferro gusa, que é então refinado em aço em conversores básicos de oxigênio. Além de possuir a sua própria fonte de minério de ferro, a CSN também produz atualmente, a partir de suas próprias minas, suas necessidades de calcário e dolomita. Utilizando carvão importado, a Companhia produz aproximadamente 100% das suas necessidades de coque, a níveis atuais de produção, nas suas próprias instalações de coque em Volta Redonda. Carvão importado é também pulverizado e utilizado diretamente no processo de produção. O estanho, o zinco, o minério de manganês e o alumínio são comprados nos mercados locais. A produção e distribuição de aço da CSN necessitam também de água, gases, eletricidade e instalações de transportes ferro e rodoviárias e portuárias.

História

A CSN foi constituída em 1941, em cumprimento a um decreto do Presidente brasileiro Getúlio Vargas. A Usina Presidente Vargas iniciou as operações em 1946, produzindo inicialmente coque, peças fundidas de ferro gusa e produtos longos.

Foram realizados na Usina Presidente Vargas nas décadas de 1970 e 1980 três programas de expansão de grande vulto. Durante o primeiro, concluído em 1974, a CSN elevou a capacidade de produção anual instalada até 1,6 milhões de toneladas de aço bruto e ampliou a sua linha de produtos. Durante o segundo, concluído em 1977, a CSN aumentou a capacidade de produção anual instalada até 2,4 milhões de toneladas de aço bruto e inaugurou uma nova unidade de coque, uma nova planta de sinterização, uma oficina básica de oxigênio, uma unidade de lingotamento contínuo e um terceiro alto forno. Durante o terceiro, concluído em 1989, a CSN instalou uma nova unidade de fabricação de tiras p/laminação a quente, uma nova instalação de laminação a frio, duas unidades de lingotamento contínuo, duas linhas de galvanização, uma linha continua de têmpera para folhas e duas linhas de estanhagem eletrolítica. Depois dessa terceira expansão, a capacidade de produção nominal foi elevada para 4,5 milhões de aço bruto ao ano.

Em 1993, a CSN adotou um Programa de Melhoria de Capital, que foi revisado e ampliado em

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

1995. As metas do Plano de Melhoria de Capital têm sido de aumentar a produção anual de aço bruto da CSN até aproximadamente 5 milhões de toneladas, resultado esse que foi alcançado em 1999, bem como aprimorar a produtividade de suas unidades produtoras e a qualidade de seus produtos. Desde fevereiro de 1996, toda a produção tem sido baseada no processo de lingotamento contínuo.

Em abril de 1990, após muitos anos consecutivos de prejuízos, foi nomeada nova administração e encarregada da tarefa de restabelecer a lucratividade da CSN, e de prepará-la para a privatização. O processo de privatização teve início em abril de 1993. Numa série de leilões (o último dos quais ocorreu em abril de 1994) o governo brasileiro vendeu seus 91% de participação na CSN. Depois da privatização, a Companhia resolveu dar mais foco às decisões gerenciais e separar as atividades de produção de aço de outras operações correlatas. Como resultado, em julho de 1996, a CSN reorganizou a sua estrutura societária, estabelecendo quatro setores, quais sejam: Centro Corporativo, Aço, Infra-Estrutura e Energia. A Companhia integrou um Diretor Executivo para cada um dos quatro setores, que prestavam contas diretamente ao Conselho de Administração. A fim de dinamizar ainda mais a administração, a Companhia em abril de 1999 alterou a estrutura societária atual criando o cargo de Diretor Presidente (CEO) da Companhia, que presta contas diretamente ao Conselho de Administração. Além disso, os quatro setores atuais foram consolidados em três - Centro Corporativo, Aço e Infra-Estrutura/Energia - sendo criado um novo setor - Novos Negócios. Cada setor é chefiado por um Diretor Executivo, que presta contas ao Diretor Presidente da Companhia.

A começar em 1990, a Companhia buscou aumentar as receitas, tanto no mercado interno quanto no externo, mediante uma mudança no "mix" de produtos da CSN para produtos com margem de lucro mais elevada, e aumentando a sua produção de produtos laminados a frio, galvanizados e estanhados. Essa mudança no mix de produtos para elementos com margem mais lucrativa foi efetuada em parte mediante o aprimoramento tecnológico dos equipamentos existentes da CSN para melhorar a qualidade dos produtos, a produtividade e a flexibilidade de fabricação e mediante a modernização e otimização de algumas das unidades de operação da CSN. Desde então, a CSN tem-se posicionado no mercado como produtor de aço de baixo custo, aplicando um programa de gerenciamento de "controle de qualidade total", e técnicas de fabricação que enfatizam o serviço a clientes e o treinamento dos empregados.

Estratégia Comercial

O objetivo comercial da CSN consiste em atender às demandas de seus clientes no Brasil e no exterior, e manter a sua posição como um dos principais produtores de aço de baixo custo no mundo. A estratégia da Companhia, que visa aumentar a eficiência de operação e melhorar a competitividade, a margem de lucro e a capacidade de resposta às necessidades dos clientes, apresenta três características principais, quais sejam:

- otimizar e aumentar a sua capacidade de produção de aço, tanto mediante aprimoramentos contínuos das instalações de fabricação de aço que aumentam, entre outros objetivos, a fabricação de produtos de aço de margem mais alta, e, mediante possíveis aquisições, joint ventures ou projetos novos ("greenfield");
- desenvolver investimentos "downstream", produtos e nichos de mercado tais como produção de peças galvanizadas pré-cortadas, pré-estampadas e pré-pintadas principalmente para a indústria de automóveis do Brasil e para penetrar no mercado de distribuição e de serviços gerais de aço; e
- desenvolver um programa de investimentos estratégicos em ferrovias, instalações portuárias e quaisquer outras oportunidades de investimentos que acrescentariam valor ao negócio central.

A CSN vem implementando a sua estratégia de otimizar e aumentar as suas capacidades de produção de aço através de seu Programa de Melhoria de Capital para a unidade de Volta Redonda e por análise constante de oportunidades e tendências de mercado. O Programa de Melhoria de Capital é destinado a melhorar a qualidade dos produtos e elevar a porcentagem de produtos de aço de margem mais alta de lucro, ao mesmo tempo que reduz os custos, eleva a eficiência e intensifica os

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

controles ambientais, e permite a fabricação de uma gama de produtos que trata de igualar a demanda tanto brasileira quanto mundial de produtos de aço. Os projetos concluídos sob o Programa de Melhoria de Capital incluem:

- a conversão para 100% de produção de lingotamento contínuo (finalizada em fevereiro de 1996);
- a instalação de um sistema de injeção de carvão pulverizado ("PCI"), que começou as operações em julho de 1997; e
- a entrada em operação em fins de 1998 de uma unidade de desgaseificação a vácuo e de um forno panela, para melhorar a qualidade do aço e permitir à Companhia fornecer produtos de acordo com as especificações mais exigentes das indústrias automotivas e de embalagens.

A Companhia analisa também constantemente os mercados de aço brasileiros e internacionais, à procura de oportunidades em potencial de aquisição, joint ventures e greenfield. A CSN começou as fases iniciais relacionadas com a construção de uma mini-usina na Região Nordeste do Brasil, que poderia ser capaz de utilizar ferro de redução direta ("DRI") para reduzir as exigências de sucata de ferro e utilizar a nova tecnologia de lingotamento de placas finas, para fabricar produtos de aço laminados a quente, laminados a frio e galvanizados. Veja, a respeito "- Programas de Investimentos - Investimentos Estratégicos". Além do mais, a CSN está também estudando a possível construção greenfield de meios de produção de aço suplementares.

A CSN está implementando a sua estratégia de desenvolvimento de oportunidades downstream, bem como novos produtos e nichos de mercado, mediante:

- criação ou expansão de capacidade para produtos para venda primordialmente às indústrias de fabricação automotiva, as indústrias de construção civil e de aparelhos domésticos e, possivelmente, a indústria de embalagem de bebidas gaseificadas; e
- entrando no negócio de distribuição e de serviços gerais de aço mediante a aquisição em 1998 de duas empresas de distribuição de aço que comercializam produtos de aço de valor agregado a pequenos consumidores em todo o Brasil.

Em maio de 1998, a Companhia formou uma joint venture com a Thyssen-Krupp Stahl AG da Alemanha ("TKS"); para produzir *Galvanew*®, de folhas de aço galvanizado e peças soldadas a laser e pré-estampadas para a indústria automobilística. Em julho de 1998, a CSN e a IMSA Acero, S.A. de C.V. ("IMSA"); a divisão produtora de aço do Grupo IMSA do México, criaram uma joint venture para produzir produtos de aço simples e moldados, galvanizados, de galvalume e pré-pintados, assim como outros produtos de aço acabados correlatos para as indústrias de construção civil e de aparelhos domésticos no Brasil. Acredita a CSN que o crescimento adicional na economia brasileira irá resultar em aumento da demanda dos produtos da CSN. O consumo per capita do aço no Brasil continua relativamente baixo em contraste com o de outros países industrializados, o que sugere uma oportunidade de crescimento geral na indústria siderúrgica brasileira. Veja-se "- Programas de Investimentos - Investimentos em Oportunidades Inovativas, Produtos Novos e Nichos de Mercado."

A CSN implementou a sua política de investimentos estratégicos mediante aplicações em projetos tais como produção de energia, ferrovias e instalações portuárias a fim de controlar custos de produção e conseguir fontes confiáveis de energia, matérias primas e transportes. Uma usina termelétrica de co-geração de 230 MW na Usina Presidente Vargas que irá utilizar como seu combustível primário os gases residuais gerados pelos fornos de coque da Companhia, e dos altos fornos e instalações de processamento de aço, está programada para começar as operações em dezembro de 1999. A Companhia espera que essa usina produza aproximadamente 50% das necessidades atuais de energia da Usina Presidente Vargas. A Companhia está participando em consórcios destinados a completarem e operarem Itá e Igarapava, duas usinas hidrelétricas. Além disso, a Companhia é proprietária de 7,25% da *LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.* ("Light"), o distribuidor primordial da eletricidade no estado do Rio de Janeiro e fonte atual de 96% da energia exigida pela Usina Presidente Vargas. A CSN é

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

integrante de grupos que adquiriram concessões do governo brasileiro para arrendar e operar redes ferroviárias que servem às regiões centro-leste, sudeste e nordeste do Brasil. Além do mais, a CSN adquiriu concessões do governo brasileiro para operar terminais de carvão e conteiners do porto de Sepetiba no estado do Rio de Janeiro. Veja, a respeito, "- Programas de Investimentos - Investimentos Estratégicos".

A CSN tem explorado de tempos em tempos oportunidades de investimentos relacionadas direta ou indiretamente com seu negócio central. A CSN é integrante de um grupo que em 6 de maio de 1997 fez um lance vencedor no leilão para adquirir uma participação controladora na *Companhia Vale do Rio Doce* ("CVRD") do Brasil, a maior empresa de mineração da América Latina e um dos maiores produtores e o maior exportador de minério de ferro no mundo. O leilão foi realizado pelo Governo como parte da privatização da CVRD. Veja-se a respeito "- Programas de Investimentos - Investimentos Estratégicos - CVRD".

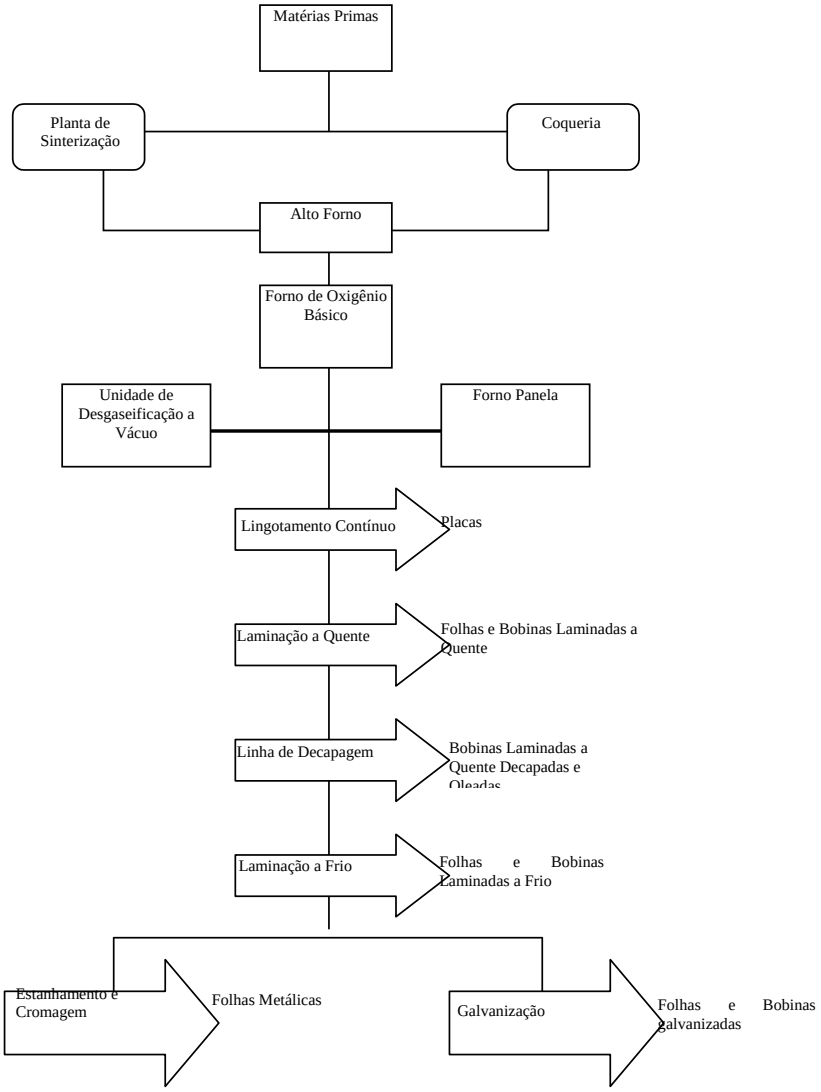
A CSN divulgou recentemente que tinha resolvido enfocar mais seu negócio central, isto é, produzir aço de mais baixo custo e produtos mais competitivos. Em harmonia com essa decisão, a CSN está avaliando seus investimentos em bases contínuas para determinar se tais investimentos continuam a ser de uso eficiente de seus recursos de capital. Por exemplo, a Companhia vendeu recentemente sua participação de 8,33% na *Companhia de Cimento Ribeirão Grande* ("CCRG") - uma companhia de cimento. Veja "- Programas de Investimentos - Investimentos Estratégicos - CCRG."

Principais Produtos

A CSN produz aço carbono, que é o tipo de aço mais amplamente produzido no mundo e que representa o vasto volume do consumo global de aço. A partir do aço carbono, a CSN vende uma série de produtos de aço, tanto na área doméstica quanto no exterior, a fabricantes em diversas indústrias. O gráfico seguinte reflete o ciclo de produção da Companhia em termos gerais. Veja "- Produção - Processo de Produção".

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

O diagrama abaixo ilustra em termos gerais o processo de produção de aço da CSN.



14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A Usina Presidente Vargas da CSN, a Companhia tem produzido historicamente duas amplas categorias de produtos de aço, isto é: os produtos planos e os produtos longos. Incluem-se entre os produtos planos as placas, as bobinas e a folhas laminadas a quente, bobinas e folhas laminadas a frio, bobinas e folhas galvanizadas e os produtos de estanhagem (folha de flandres). Incluem-se entre os produtos longos os trilhos, os perfis e as barras. Na sua mudança de gama de produtos para os produtos planos, que têm maior valor agregado, a CSN descontinuou em janeiro de 1996 a produção dos produtos longos, de baixa margem.

Constam da tabela seguinte o volume de vendas de produtos de aço da CSN e as receitas líquidas, desdobrados por produtos e mercados.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

VOLUME DE VENDAS E RECEITAS LÍQUIDAS POR PRODUTOS DE AÇO

	Volume de Vendas								
	Toneladas métricas			% do Volume de Vendas					
				No Mercado			Total		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
	(em milhares de toneladas métricas)			*(por porcentagens)*					
Vendas domésticas									
Laminados a quente	1.023	1.197	1.041	35	36	35	25	27	26
Laminados a frio	641	729	588	22	22	20	15	16	14
Galvanizados	572	687	690	20	21	23	14	15	17
Estanhagemento	679	683	661	23	21	22	16	15	16
Sub-total	2.915	3.296	2.980	100	100	100	70	73	73
Vendas de exportação									
Placas	-	-	30	-	-	3	-	-	1
Laminados a Quente	588	738	498	49	59	45	14	16	12
Laminados a Frio	188	116	147	16	9	13	5	3	4
Galvanizados	111	19	89	9	2	8	3	-	2
Estanhagemento	321	369	338	26	30	31	8	8	8
Sub-total	1.208	1.242	1.102	100	100	100	30	27	27
Total	4.123	4.538	4.082				100	100	100
Total de Vendas									
Placas	-	-	30				-	-	1
Laminados a Quente	1.611	1.935	1.539				39	43	38
Laminados a Frio	829	845	735				20	19	18
Galvanizados	683	706	779				17	15	19
Estanhagemento	1.000	1.052	999				24	23	24
Total	4.123	4.538	4.082				100	100	100

	Receitas Líquidas (US GAAP)[1]								
	Dólares Americanos			% das Receitas Líquidas Operacionais					
				No mercado			Total		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
	(Em milhões de dólares americanos)			*(por porcentagens)*					
Vendas domésticas									
Laminados a quente	396	464	390	24	26	24	18	20	19
Laminados a frio	337	386	301	21	21	19	16	17	15
Galvanizados	366	430	437	23	24	27	17	19	21
Estanhagemento	510	512	474	32	29	30	24	22	23
Sub-total	1.609	1.792	1.602	100	100	100	75	78	78
Vendas de exportação									
Placas	-	-	5	-	-	1	-	-	-
Laminados a Quente	186	228	141	34	44	32	9	10	7
Laminados a Frio	82	52	57	15	10	13	3	2	3

(1) O total da receita operacional líquida apresentado acima difere de tais montantes nas demonstrações dos GAAP americanos da Companhia, uma vez que não incluem receitas de produtos longos de aço (1996 - US$3 milhões) ou de produtos não de aço (1996 - US$251 milhões; 1997 - US$176 milhões; 1998 - US$100 milhões) e as receitas operacionais atribuídas a cada classe de produto foram obtidas multiplicando-se o preço médio por tonelada de cada classe de produto pelo volume de venda dessa classe.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Galvanizados	64	11	48	11	2	11	3	-	3
Estanhagemento	221	223	192	40	44	43	10	10	9
Sub-total	553	514	443	100	100	100	25	22	22
Total	2.162	2.306	2.045				100	100	100
Total de Vendas									
Placas	-	-	5				-	-	-
Laminados a Quente	582	692	531				27	30	26
Laminados a Frio	419	438	358				19	19	18
Galvanizados	430	441	485				20	19	24
Estanhagemento	731	735	666				34	32	32
Total	2.162	2.306	2.045				100	100	100

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Placas

As placas são produtos semi-acabados utilizados para processamento de bobinas e folhas laminadas a quente, laminadas a frio ou revestidas. A CSN pode produzir, por lingotamento contínuo, placas com espessuras de 250 milímetros, em larguras que variam de 830 a 1.550 milímetros e em comprimentos que variam de 5.250 a 10.660 milímetros. A CSN pode também produzir placas com especificações de carbono médio e baixo, carbono ultra baixo, com micro-ligas e intersticiais livres.

Produtos Laminados a Quente

Os produtos laminados a quente consistem de bobinas e folhas de bitola pesada, laminadas a quente e bobinas e folhas laminadas a quente de bitola leve. Um produto de bitola pesada, laminado a quente, conforme definido pelas normas brasileiras, é uma bobina ou folha de aço laminado plano com espessura mínima de cinco milímetros. A CSN pode fornecer bobinas de folha de bitola pesada laminadas a quente com espessura máxima de 12,7 milímetros e folhas cortadas tendo espessura máxima de 6,3 milímetros. A folha de aço de bitola pesada é utilizada para fabricar peças de automóveis, canos, construção mecânica e outros produtos. As bobinas e folhas laminadas a quente de bitola leve produzidas pela CSN têm espessura mínima de 1,2 milímetros, sendo utilizadas para canos e tubulações soldados, peças para automóveis, perfis leves formados a frio, canais e outros perfis.

Produtos Laminados a Frio

Os produtos laminados a frio consistem de bobinas e folhas laminados a frio. Um produto laminado a frio, na definição das normas brasileiras, é uma bobina ou folha plana, laminada a frio, com espessura entre 0,30 milímetros e 3,00 milímetros. Em contraposição aos produtos laminados a quente, os produtos laminados a frio têm qualidade de superfície mais uniforme e melhor, sendo utilizados para aplicações tais como carrocerias de automóveis e aparelhos domésticos. Além do mais, os produtos laminados a frio servem de aço de base para os produtos galvanizados e estanhados da CSN. A CSN fornece bobinas laminadas a frio com espessuras desde 0,30 milímetros até 2,65 milímetros.

Produtos Galvanizados

Os produtos galvanizados consistem de aço laminado plano que, de acordo com as normas brasileiras, são revestidos em um lado ou em ambos os lados com zinco aplicado ou por imersão a quente ou por um processo eletrolítico. A CSN utiliza o processo de imersão a quente, que é aproximadamente 20% mais barato do que o processo eletrolítico. A galvanização é um dos processos mais eficazes e de baixo custo utilizado para proteger o aço contra a corrosão causada pela exposição à água e à atmosfera. Os produtos galvanizados são altamente versáteis e podem ser utilizados para fabricar uma ampla gama de produtos, quais sejam:

- carrocerias para automóveis, caminhões e ônibus;
- dutos para ar e peças para sistemas de ar quente, ventilação e resfriamento;
- bueiros, latas de lixo e outros receptáculos;
- tanques de armazenamento, recipientes para grãos e equipamentos agrícolas;
- painéis e painéis de sinalização; e
- peças pré-pintadas.

As folhas galvanizadas, tanto pintadas como não pintadas, são utilizadas em muitos casos para telhados e laterais de prédios industriais, sarjetas e calhas, gabinetes, dispositivos domésticos e aplicações semelhantes. A CSN produz folhas e bobinas galvanizadas em linhas de processamento contínuo por imersão a quente, com espessuras que variam de 0,30 milímetros a 2,70 milímetros. O processo contínuo resulta em produtos com revestimentos de zinco altamente aderentes, capazes de serem trabalhados em praticamente todos os tipos de curvatura e em máquinas de moldar por dobramento e estiramento profundo.

A CSN produz, além dos produtos galvanizados padronizados, o *Galvanew*®, aço galvanizado temperado pela aplicação do processo de imersão a quente. Essa etapa de têmpera faz com que o ferro se espalhe do aço de base para dentro do revestimento de zinco. A micro-estrutura de liga de ferro-zinco resultante permite melhor desempenho na soldagem e na pintura. A combinação dessas qualidades faz com que o produto *Galvanew*® da CSN seja especialmente apropriado para fabricação de automóveis e aparelhos domésticos.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

O valor adicionado proveniente do processo de galvanização permite à Companhia atribuir um preço a seus produtos galvanizados com maior margem de lucro. A administração acredita que seus produtos galvanizados com valor adicionado apresentem uma das melhores oportunidades da Companhia de auferir crescimento lucrativo em virtude do aumento previsto na demanda no Brasil para tais produtos de alta margem.

Produtos estanhados (Folha de Flandres)

Os produtos estanhados consistem de bobinas ou folhas laminadas planas, de aço de baixo carbono, tendo, conforme definido pelas normas brasileiras, espessura máxima de 0,38 milímetros, revestidos ou não revestidos. Podem ser aplicados revestimentos de estanho ou de cromo por diversos processos eletrolíticos e de imersão a quente. Os custos do revestimento situam os produtos de estanhados entre os produtos com preço mais elevado vendidos pela CSN. O valor adicionado proveniente do processo de revestimento permite à Companhia atribuir preços a seus produtos estanhados com mais alta margem de lucro. Existem quatro tipos de produtos estanhados, todos eles produzidos pela CSN em formas de bobinas e de folhas, quais sejam:

- folha de flandres (chapa estanhada) - revestida em uma face ou em ambas as faces com fina camada de estanho metálico, mais uma camada de óxido de cromo, coberta com uma película protetora de óleo;
- aço isento de estanho - revestido em ambas as faces com uma camada muito fina de cromo metálico e mais uma camada de óxido de cromo, coberta por uma película protetora de óleo;
- aço com revestimento baixo de estanho - coberto em ambas as faces com fina camada de estanho metálico e ainda uma camada mais espessa de óxido de cromo, coberta por uma película protetora de óleo; e
- chapa preta - produto não revestido utilizado como material de início para os produtos estanhados.

Os produtos estanhados são utilizados primordialmente para a fabricação de latas e outros recipientes. As vendas de produtos estanhados pela CSN totalizaram pouco mais do que um milhão de toneladas em 1998. Com seis linhas de revestimento eletrolítico, a CSN é um dos maiores fabricantes de produtos estanhados no mundo, e o único produtor de produtos estanhados revestidos no Brasil.

Vendas e Distribuição no Mercado

Os produtos da Companhia são vendidos tanto domesticamente quanto no exterior, como uma das principais matérias primas para diversas indústrias diferentes de fabricação, inclusive as indústrias de automóveis, de aparelhos domésticos, de material de embalagem, de construção civil e de processamento de aço. Para facilitar as vendas e o serviço a clientes, a CSN tem escritório de vendas na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, e escritório regional na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Vendas de Aço Desdobradas por Regiões Geográficas

Em 1998, a CSN vendeu produtos de aço a clientes no Brasil e em 66 outros países. As vendas de aço domésticas pela CSN aumentaram de 70,7% do volume total de vendas e 77,9% das receitas operacionais das vendas de aço em 1996 para 73% do volume total de vendas e 81,3% da receita operacional proveniente de vendas de aço em 1998. A participação das vendas domésticas como componente das vendas totais durante os últimos três anos tem confirmado a resposta estratégica da CSN ao crescimento na economia brasileira. Essa estratégia foi motivada em grande parte pelas margens relativamente mais elevadas que a CSN obteve no Brasil até 1998, em contraste com as margens realizadas nas vendas para exportação. A Companhia pretende, no entanto, aumentar a sua presença no mercado de exportação, acrescentando as placas à sua gama de vendas, a fim de manter os níveis de produção, e ter acesso a um crescente mercado para produtos de exportação semi-acabados. Em 1997, esse mercado de exportação atingiu 26,9 milhões do toneladas, cifra essa que representou 15% das exportações totais de aço.

Os três principais mercados de exportação dos produtos da CSN têm sido historicamente a América Latina, a América do Norte e a Ásia. Em virtude da crise na Ásia que teve início em fins de 1997, no entanto, a CSN tem redirecionado as suas exportações para Europa, América Latina e América do Norte, seguindo o aumento na demanda de produtos de aço nesses mercados. Essa mudança de exportações em 1998 está se alterando, no entanto, uma vez que o desenvolvimento no mercado da Ásia está voltando ao normal. Veja-se, a respeito, "- Indústria Siderúrgica Brasileira" e "- Regulamentos Governamentais e Assuntos Legais".

A seguinte tabela contém certas informações referentes às vendas de produtos de aço pela Companhia, desdobradas por destinos, para os períodos indicados.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

AS VENDAS DE PRODUTOS DE AÇO DA CSN POR DESTINO
(Em milhares de toneladas métricas e milhões de dólares americanos)

	1996				1997				1998			
	Tons	%	Receita Op. [3]	%	Tons	%	Receita Op. [3]	%	Tons	%	Receita Op. [3]	%
Brasil[1]	2,915	70,7	1,982	77,9	3.296	72,6	2,194	81,0	2,980	73,0	1,981	81,3
Exportações	1,208	29,3	561	22,1	1.242	27,4	516	19,0	1,102	27,0	455	18,7
Total	4,123	100,0	2,543	100,0	4.538	100,0	2,710	100,0	4,082	100,0	2,436	100,0
Exportações por região												
Ásia	608	14,7	282	11,1	431	9,5	179	6,6	83	2,0	28	1,2
América do Norte[2]	208	5,0	97	3,8	382	8,4	159	5,8	409	10,0	141	5,8
América Latina	208	5,1	97	3,8	209	4,6	87	3,2	240	5,9	103	4,2
Europa	94	2,3	44	1,8	150	3,3	62	2,3	341	7,7	154	6,3
Outros Todos	90	2,2	41	1,6	70	1,6	29	1,1	56	1,4	29	1,2
Total de Exportações	1,208	29,3	561	22,1	1.242	27,4	516	19,0	1,102	27,0	455	18,7

(1) Inclui vendas a partes relacionadas de US$ 79 milhões em 1996, US$ 64 milhões em 1997 e nenhum em 1998.

(2) As vendas para o México estão incluídas na América Latina

(3) O total das receita operacional apresentado acima difere das quantias nas demonstrações financeiras dos US GAAP da Companhia porque não incluem receitas de produtos não de aço (1996 – US$ 278 milhões; 1997 - US$203 milhões; e 1998 – US$ 137 milhões)

.

Vendas por Setor Industrial

A CSN vende seus produtos a fabricantes em várias indústrias. Em 1998, os principais clientes da companhia incluíam produtores de embalagens e conteiners, distribuição e fabricantes de máquina, fabricantes de automóveis, empreiteiras civis, fabricantes de aparelhos domésticos e fabricantes de máquinas. A CSN detém uma posição doméstica e de exportação particularmente forte na venda de produtos estanhados usados para embalagens. Em 1998, as vendas para a indústria de embalagens no mercado doméstico foram responsáveis por 22.2% do total volume de vendas da Companhia. Os clientes para esses produtos incluem alguns dos mais importantes produtores de alimentos do mundo, assim como muitas empresas de pequeno e médio porte. A CSN também mantém uma forte posição na venda de produtos galvanizados para uso na fabricação de automóveis, nas indústrias de construção e de aparelhos domésticos no Brasil. As vendas de produtos estanhados e galvanizados representam as vendas dos produtos de mais alto valor adicionado da Companhia. Nenhum cliente individual responde por mais de 5% das receitas operacionais líquidas da Companhia.

A tabela a seguir mostra a fatia de mercado da CSN para vendas no brasil de produtos laminados a quente, laminados a frio, galvanizados e estanhados para os últimos três anos:

FATIA DO MERCADO INTERNO
(como percentual da fatia de mercado para cada produto)

	1996	1997	1998
Produtos Laminados a Quente	39,0%	42,0%	38,0%
Produtos Laminados a Frio	27,0	30,0	31,0
Produtos Galvanizados	75,0	71,0	75,0
Produtos Estanhados	96,0	97,0	97,0

Devido a problemas de abastecimento de eletricidade que causaram uma diminuição temporária na produção durante o primeiro trimestre de 1998, a Companhia se concentrou nas vendas de produtos de valor adicionado maior, resultando em um aumento na fatia de mercado desses produtos e uma redução de sua fatia de mercado de produtos laminados a quente.

A seguinte tabela estabelece a distribuição por porcentagem da indústria por setores no Brasil nos últimos três anos.

VENDAS da CSN POR SETORES DE INDÚSTRIA NO BRASIL
(Percentagens de volumes totais encaminhados)

	1996	1997	1998
Setor da Indústria			
Pacotes/recipientes	23,7%	19,1%	22,2%

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Distribuição	15,7	14,5	19,0
Processamento	20,2	20,1	17,8
Automotiva	16,4	17,1	14,0
Construção Civil	7,3	8,5	8,2
Utilidades Domésticas	7,2	6,1	5,9
Relaminação e cortes de formato	3,9	4,7	5,0
Outros (1)	5,5	9,9	7,9

(1) Incluí maquinária, equipamentos eletrônicos, recipientes para gás de cozinha e equipamentos agrícolas.

Organização e Estratégia de Mercado

A política de vendas da CSN estabelece uma imagem de marca e alcança uma reputação de produtos de qualidade desenvolvendo relações de com seus clientes enfocando suas necessidades específicas. No decorrer de 1998, a CSN reestruturou a sua divisão de aço em três unidades comerciais, cada uma delas responsável por suas próprias vendas e esforço de distribuição. A Unidade Metalúrgica foi responsável pela produção de sínter, coque, ferro gusa, aço líquido e placas, bem como pela vendas de placas. A Unidade de Laminação foi responsável pela produção e vendas de produtos laminados e revestidos, incluindo produtos laminados a frio e laminados a quente, bem como galvanizados e estranharia. A Unidade de Serviços foi responsável por todos os serviços no que respaldam a produção e as vendas, bem com pela procura e as vendas dos subprodutos.

Em abril de 1999, com a finalidade de dinamizar ainda mais suas gerencias, a Companhia concentrou todas as suas atividades de vendas de aço numa Divisão "Comercial" e todo seus projetos de investimento de aço numa Divisão "Técnica". A Companhia também reestruturou a Unidade de Serviços, renomeando-a de Divisão de Gerenciamento de Materiais, com a responsabilidade pela administração de todos os pátios de estocagem e o estoque de material. As responsabilidades remanescentes da Unidade de Serviços foram redistribuídas entre outras áreas da Companhia.

Aproximadamente 81% das vendas domésticas são vendidas através da própria CSN diretamente aos seus clientes. O restante é vendido aos distribuidores para vendas posteriores a pequenos clientes. A CSN adquiriu dois distribuidores e centros de serviços de aço objetivando a melhor atender a pequenos e médios clientes, assim como aos clientes que necessitam de placas de aço cortadas no tamanho certo. As vendas de exportação são efetuadas, primeiramente, através de corretores internacionais, alguns deles exportam produtos que são posteriormente processados para vendas a usuários finais. Embora a venda de exportação através dos corretores internacionais reduzam os custos operacionais da Companhia e facilite a presença dos seus produtos no mercado mundial, a Companhia está tratando de reduzir a sua aliança com estes corretores e estabelecer uma relação direta e duradoura com seus usuários finais.

Todas as vendas da Companhia são numa base de encomenda por encomenda e têm um prazo de entrega média de 45 dias. Como resultado, os níveis de produção da Companhia refletem estritamente a situação atual dos livros de encomenda da Companhia. As tendências das vendas, tanto no mercado interno quanto no de exportação são previstos pela CSN com base nos seus dados históricos disponíveis dos dois últimos anos, e a previsão econômica geral para um futuro próximo. A CSN tem seu próprio sistema de dados para manter-se informada quanto ao andamento dos mercados mundiais e brasileiro. Além do mais, a administração da CSN acredita que uma das chaves do seu sucesso é a sua manutenção no mercado exportador. Esta presença confere à CSN a flexibilidade para mudar entre os mercados domésticos e de exportação, permitindo assim a Companhia a maximizar a utilização da capacidade aproveitável.

Ao contrário dos produtos ("commodity") clássicos, não existe nenhuma negociação de intercâmbio de aço, nem estabelecimento de preços uniformes, uma vez que existem amplas diferenças de formato, química, qualidade e

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

especificações. Em geral as vendas de exportação têm seus preços baseados no mercado spot internacional do aço, na época da venda, em dólares norte-americanos. Para estabelecer este preço interno, as cotações internacionais correspondentes são convertidas em reais e um ágio é acrescentado, refletindo, entre outras coisas, a demanda local, os custos com transporte e as tarifas para importação de produtos similares. As condições de venda são, normalmente, para pagamento à vista ou 15 ou 30 dias e no caso de exportações, são geralmente apoiadas por uma Carta de Crédito. Vendas domésticas são efetuadas, normalmente, no sistema custo-e-frete ("C&F"), ao passo que as exportações são feitas, normalmente, nas bases livre-no-navio ("FOB").

Produção

Processo de Produção

As principais matérias primas numa usina de aço integrada são minério de ferro, calcáreo, dolomita. minério de manganês, carvão e coque. O minério ferro consumido na Usina Presidente Vargas é extraído, triturado, empilhado e transportado por ferrovia desde a mina Casa de Pedra da CSN localizada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais, a 328 km da Usina Presidente Vargas. A alta qualidade dos minérios de ferro minerados na mina Casa da Pedra, com conteúdo de ferro que varia de 66.5% a 68%, e o baixo custo de extração são os maiores fatores que contribuem para o baixo custo de produção da CSN.

Uma vez que no Brasil há falta de carvão de coque de alta qualidade, a CSN importa todo carvão necessário para a produção do coque. O carvão é então carregado em fornos coque para produzir coque através do processo de destilação. Leia-se a respeito: "Matérias Primas e Transportes"- "Matérias Prima e Exigências de Energia" Este processo de destilação de carvão produz também gás como subproduto que a CSN utiliza como sua principal fonte de combustível. Depois de ter sido triturado, o coque é transportado para os alto fornos onde é usado como uma fonte de combustão, bem como, fonte de redução de minério de ferro. Em 1998, CSN produziu cerca de 80% de suas necessidade de coque, importando o resto. Minério de ferro finos de coque ou outros combustíveis sólidos são misturados com fundentes (calcários e dolomita) para produzir a rocha redutível. A rocha redutível, o minério de ferro, os fundentes e o coque são então carregados para os altos fornos operacionais da Companhia para serem fundidos. Em 1997, a CSN começou a operar com instalação para injeção de carvão pulverizado ("PCI"), que injeta carvão pulverizado de baixa custo dentro dos altos fornos, substituindo e reduzindo a quantidade de coque necessária para 1/3.

Com a melhoria da operação do PCI e em vista dos níveis atuais de produção, a Companhia acredita que não será necessária a importação de quantidades substanciais de coque. O minério de ferro é reduzido para ferro gusa (o ferro fundido formado durante a primeira redução de minério de ferro) através de sucessivas reações químicas com monóxido de carbono(provenientes do coque e do PCI) em dois altos fornos que operam 24 horas por dia. o Minério é gradualmente reduzido, depois funde e fluí para baixo. As impurezas são separadas do ferro e formam um resido líquido juntamente com os fundentes carregados (calcário e dolomita) De tempos em tempos, ferro líquido, branco e quente e as impurezas fundidas são expelidas do fundo do alto forno. As impurezas derretidas são granuladas e vendidas para as fábricas de cimento das vizinhanças.

O ferro gusa derretido é transportado para as oficinas de fabricação de aço, através de carros torpedo com cerca de 350 tons. de capacidade e carregados em fornos de oxigênio básicos em conjunto com sucatas e fundentes. Nos fornos de oxigênio básicos, o oxigênio é lançado para dentro da carga líquida para oxidar suas impurezas e reduzir seu conteúdo de carbono, produzindo assim aço líquido. O aço derretido é transportado dos forno de oxigênio básico para dentro das máquinas de fundir continuas de onde o aço cru (i.e., as placas de formato retangular) é produzido. As placas de formato retangular

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

podem ser vendidas diretamente no mercado de exportação. Veja "Discussões e Análises pela Gerencia e Condições Financeira - Resultados das Operações – Misturas e Preços dos Produtos. Em fevereiro de 1996 a CSN interrompeu as operações de lingotamento convencional , uma alternativa que resultava em maior consumo de energia e maiores perdas de material em contraste com o lingotamento convencional contínuo.

Na laminação a quente, as placas reaquecidas provenientes das máquinas de lingotamento contínuo são alimentadas para os moinhos de tiras a quente para reduzir a espessura das placas de 257 milímetros para uma faixa entre 1.2 e 12.7 milímetros. No final do moinho de laminação a quente, uma tira de aço comprida e fina proveniente de cada placa é bobinada e resfriada. Algumas bobinas laminadas a quente são despachadas diretamente aos clientes na condição conforme laminado. Outros são processados ainda mais na linha de "Pick1ìng" , num banho de hidroclórico para removera oxidação e aumentar a qualidade da superfície. Depois do tratamento nessas máquinas as bobinas de laminadas a quente são selecionadas para produzir materiais mais finos são mandadas para serem laminadas em moinhos de tiras a frio, i.é, em moinhos que não necessitam que a bobina seja reaquecida. As melhores características de superfície dos produtos laminados a frio aumenta o seu valor, junto aos clientes, comparados com os produtos laminados a quente. O processamento suplementar relacionado com a laminação a frio pode melhorar a ainda mais qualidade da superfície. Depois da laminação a frio as bobinas podem ser galvanizadas (protegida contra corrosão e revestimento de zinco) podem ainda ser recoberta de estanho ou cromo para uso com latas, recipientes e outros produtos. Os produtos de aço laminados têm maior margem de lucro do que os produtos de aço não revestidos. Os produtos de estanho são os produtos de maior margem de lucro da CSN.

A usina de aço sofre, com regularidade, uma escala de manutenção programada. Tipicamente os moinhos de laminados e as linhas de revestimento têm manutenção semanalmente e a cada dois meses, ao passo que os altos forno, bem como os outro equipamentos de maior tamanho de operação recebem manutenção mensais e semi anuais ou anuais.

Programa de Gerenciamento de Qualidade

A CSN pratica o Gerenciamento de Qualidade Total, um conjunto de técnicas que têm sido adotada por muitas lideranças de grandes empresas multinacionais. A CSN mantém, também, um Sistema de Administração de Qualidade que foi certificado como estando em conformidade com as normas ISO 9001 estabelecidas pela Organização de Padronização Internacional ("ISO"). O Certificado de Cumprimento ISO 9002 foi concedido à CSN em março de 1993, e o Certificado ISO 9001 foi concedido à CSN em dezembro de 1994 pelo projeto e fabricação de produtos de laminado à quente, processado planos e revestidos com óleo; Produtos laminados a frio, galvanizados e produtos de estanharia. A manutenção do Certificado ISO 9001 requer auditoria semi-anual satisfatória feita por uma organização credenciado pela ISO. Em 1997 a CSN foi agraciada pela indústria automobilística com o QS 9000 Certificado de cumprimento do projeto e fabricação de produtos laminados planos a quente e galvanizados, tratados e lubrificados, assim como produtos laminados a frio e galvanizados. As principais indústrias de automóveis, tais como Volkswagen, General Motors, e Ford, exigem que seus fornecedores cumpram as normas da QS 9000.

Produtividade

Em 1998 a CSN produziu 4.7 milhões de toneladas de aço cru. A tabela a seguir estabelece para os períodos indicados, a produção anual de aço cru, no Brasil, pela CSN e a porcentagem da produção brasileira atribuída à CSN:

PRODUÇÃO DE AÇO CRU
(Em milhões toneladas métricas)

	CSN	Brasil	CSN % do Brasil

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

1998	25,8	4,7	18,2%
1997	26,2	4,8	18,3
1996	25,2	4,4	17,3

Fonte: Instituto Brasileiro do Aço ("IBS")

Em 1996 a CSN teve 23 dias de paralisação programada para o remanejamento do alto forno nº 3, que impactou a produção de aço cru para o ano. Durante esta paralisação a Companhia pode comprar placas de aço no mercado local ao preço à vista para manter o nível de produção. Em 1996 a Companhia comprou placas de aço para complementar a produção perdida. A diminuição de 1,7% na produção em 1998 comparando-se com 1997, foi causada, principalmente, por problemas de fornecimento de energia em janeiro e fevereiro de 1998. Estes problemas de fornecimento foram o resultado da excessiva demanda de energia colocado para Light, principal distribuidor de energia no Estado do Rio de Janeiro e a principal fonte de eletricidade da CSN. A fim de restabelecer os níveis médios de inventário da Companhia, 80 toneladas de placas de aço foram compradas no mercado doméstico. além disso, em abril de 1998, um alto forno foi desligado para manutenção programada.

A seguinte tabela contem determinadas estatísticas operacionais da CSN no período indicado:

DADOS ESTATÍSTICOS OPERACIONAIS DA CSN
(Em milhões de toneladas métricas)

	1996	1997	1998
Produção de:			
Minério de Ferro	8,4	10,5	11,6
Aço Fundido	4,5	4,9	4,9
Aço Cru (placas)	4,4	4,8	4,7
Bobinas, laminas e Laminados a quente,	4,5	4,8	4,5
Bobinas, laminas e laminados a frio	2,6	2,8	2,7
Produtos galvanizados	0,7	0,7	0,8
Produtos em Estanharia	1,0	1,0	1,0
Consumo de Carvão para baterias de Coque	2,4	2,3	2,4
Consumo de Carvão para PCI[(1)]	--	0,4	0,7

(1) PCI Injeção de carvão pulverizado) foi iniciada em junho de 1997.

Em agosto de 1996, um incêndio numa das duas usinas de tiras de laminados a frias que fornecem as linhas de estanharia da CSN na linha de produtos ficou parada aproximadamente, um mês, causando uma perda de, aproximadamente, 25 dias na produção de laminados a frio, parte desta perda foi recuperada com o aumento de outras linhas. Devido a um retardamento econômico e ao fato da CSN estar a frente de sua escala de produção, a Companhia pode recompensar a perda da produção, de forma que este incidente teve apenas um efeito mínimo sobre seus volumes de vendas.

Matérias Primas e Transportes
As matérias primas principais utilizadas pela CSN na sua usina de aço integrado incluem, minério de ferro, coque, carvão (do qual a CSN fabrica coque) calcário, dolomita, alumínio, minério de manganês e estanho. Além disto, nas operações de produção, a CSN consome água, gás, eletricidade e materiais suplementares e se vale dos transportes ferroviários e rodoviários e das instalações portuárias. Para o desdobramento dos recentes custos de produção, veja "Discussão e Análises pela Gerência das Condições Financeira e Resultados das Operações – Resenha Geral – Custos de Produção."

Matérias Primas e Exigências de Energia
A CSN obtém todas as suas necessidades de minério de ferro de sua mina de Casa de Pedra, no Estado de Minas Gerais, que tem uma capacidade instalada de 15,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano (a quantidade total da mina). Em 1998 a relação de produtividade, após o beneficiamento, foi de 83%. Assim sendo, a quantidade final do minério de ferro processado obtido durante o ano foi de 11,6 milhões de toneladas. Deste total, aproximadamente, 6,8 milhões de toneladas foram utilizadas na Usina Presidente e, aproximadamente, 2,9 milhões de

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

toneladas foram vendidas a terceiros, compreendendo, aproximadamente, 2,0 milhões de toneladas de material para alimentação de rocha redutível, 0,7 milhões de toneladas de materiais de alimentação de pellets e 0,2 milhões de toneladas de minério a granel. O minério de ferro restante processado foi mantido em estoque. À base dos dados disponíveis em 31 de dezembro de 1998, a companhia faz a estimativa de que a mina Casa de Pedra tem reservas comprovadas e prováveis de 306 milhões de toneladas e outros depósitos de minérios (hematita e itabirita) e 731 milhões de toneladas. Veja "– Meios – Minas e Reservas de Minérios." Admitindo-se os níveis atuais da produção, as reservas estimadas provadas e prováveis deverão preencher as necessidades da CSN durante 20 anos pelo menos. O minério de ferro é beneficiado no local da mina pela CSN antes do embarque por ferrovia para a Usina Presidente Vargas. Veja o mapa sob "Descrição de Propriedade" no que diz respeito a localização da mina Casa de Pedra em relação à Usina Presidente Vargas .

Em 1998, as compras de carvão atingiram 3,2 milhões de toneladas e representavam aproximadamente 11,6% dos custos de produção da CSN. Em virtude da natureza cíclica da indústria de carvão, os termos de preço e quantidade contidos nos contratos de fornecimento de carvão da CSN, que são denominados em dólares americanos, são geralmente renegociados anualmente. Assim, os custos de carvão da CSN podem variar de ano para ano. No entanto, a CSN negocia os termos de preço e de quantidade através de um consórcio de produtores de aço brasileiro, inclusive os principais concorrentes da CSN, a fim de obter o melhor preço do carvão. Em 1998, além dos aproximadamente 1,8 milhões toneladas métricas produzidas pela CSN, a CSN comprou também aproximadamente 396 mil toneladas de coque. Em 1997, a CSN começou a operação de um sistema PCI para suas operações de alto-forno num custo aproximativo de US$77 milhões. A tecnologia PCI permite a companhia utilizar menos coque nos seus altos-fornos. O sistema PCI utiliza também um carvão de mais baixo grau . Assim sendo, o sistema PCI, segundo se espera, deverá reduzir o custo do carvão importado e as necessidades da CSN de coque importado, reduzindo assim os seus custos de produção. Em 1998, a CSN utilizou 800 mil toneladas de carvão PCI importado.

A CSN obtém calcário e dolomita da sua mina de Bocaina em Arcos no estado de Minas Gerais, que produz 1,6 milhões de toneladas de calcário e 0,8 milhões de toneladas de dolomita em bases anuais, todo o qual é utilizado no processo de captação de aço. De acordo com os estudos internos da CSN, a mina de Bocaina tem reservas provadas e prováveis de 97 milhões de toneladas de calcário e 35 milhões de toneladas de dolomita, respectivamente, como de 31 de Dezembro de 1998, o que admitindo-se os níveis atuais da produção, irá satisfazer as necessidades de calcário da CSN durante mais de 60 anos e as necessidades de dolomita por mais de 40 anos. Veja "- Meios – Minas e Reservas de Minérios." Veja-se o mapa sobre "Descrição de Propriedade" que indica a localização da mina de Bocaína em relação a Usina Presidente Vargas.

Alumínio e manganês são utilizados principalmente para fabricação de aço. O zinco e o estanho são importantes matérias primas utilizadas na produção de determinados produtos de aço de mais alto valor, tais como chapas estanhadas e chapas galvanizadas. A CSN compra manganês, alumínio, zinco e estanho, principalmente de fornecedores domésticos/terceiros, principalmente sobre contratos de longo prazo. A CSN mantém aproximadamente um reserva de uma semana de tais materiais na Usina Presidente Vargas.

Na sua produção de aço, a CSN consome também, em bases anuais, quantidade significativas de peças sobressalentes, tijolos refratários e lubrificantes, que são geralmente adquiridos de fornecedores domésticos.

A CSN consome também quantidades significativas de oxigênio, nitrogênio e hidrogênio, argônio e outros gases na Usina Presidente Vargas. Esses gases são fornecidos pela White Martins Gases Industriais S/A sob contratos de longo prazo que operam unidades de produção de gás localizados nos terrenos da Usina Presidente Vargas.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A produção de aço requer também grandes quantidades de água. A água serve de solvente, de catalisador e de agente de limpeza. É utilizada também para resfriar, para levar resíduos para ajudar na produção e distribuição de calor e energia e para diluir líquidos. A principal fonte de água da CSN é o rio Paraíba do Sul, que atravessa a cidade de Volta Redonda. A maior parte é recirculada e uma quantidade menor, depois de tratada, é devolvida ao rio Paraíba do Sul. Um nova lei aprovada em 1997 talvez permita ao governo brasileiro que mude do uso de águas para cursos de águas.

A fabricação de aço requer quantidade significativa de eletricidade para usinas de laminação com energia, bem como energia para converter carvão para coque. Em 1998, a Usina Presidente Vargas consumiu 2,6 milhões de megawatt horas de energia elétrica ou 535 kilowatt horas por tonelada de aço. Esse consumo faz com que a CSN seja o terceiro maior consumidor de eletricidade no Brasil, apresentando aproximadamente 10% do consumo total de eletricidade no estado do Rio de Janeiro. Em anos recentes, a CSN comprou mais de 95% de sua necessidade de energia elétrica, praticamente todo a qual vem da Light. A eletricidade é comprada da Light sob contratos de um ano de duração. Os termos de comissão desses contratos tem permanecido constante nos últimos anos enquanto as tarifas de eletricidade tem sido controladas por ANEEL (a agência reguladora brasileira). A CSN, no entanto, prevê que esses contratos devam mudar significativamente depois do ano 2000 na medida em que novas fontes de eletricidade tornem-se disponíveis. Veja "- Programas de Investimentos – Infra-estrutura: Distribuição e Geração de Eletricidade" por uma descrição dos investimentos da CSN na Light e também nos meios de geração hidroelétrica de Itá e Igarapava e sistema de geração de termoeletricidade em construção na atualidade. Veja também "- Produção – Saída de Produção" para uma discussão de determinados problemas de abastecimento de eletricidade experimentados no primeiro trimestre de 1998.

Além da eletricidade, a CSN consome gás natural, principalmente nas suas linhas de estiramento a quente. A Companhia RioGas, que foi privatizada em 1997, é atualmente a única fonte de gás natural. As variações no fornecimento de gás podem afetar o nível de produção de aço. Exceto nas linhas de gavanização, a Companhia acredita que tenha fontes alternativas adequadas de energia ou métodos de produção. A companhia não tem experimentado quaisquer paradas significativas de produção em virtude de uma falta de gás natural. A CSN compra também óleo combustível de Petróleo Brasileiro S/A, ("Petrobrás"), a empresa brasileira de combustíveis.

Transportes

Os custos de transportes são componentes significativos dos custos de produção de aço da CSN, sendo um fator na sua competitividade no mercado de exportação . O transporte ferroviário é o principal meio pelo a CSN transporta até matérias primas de suas minas para a Usina Presidente Vargas e os produtos de aço até os portos para serem embarcados para fora. O minério de ferro, o calcário e dolomita das minas da CSN localizadas no estado de Minas Gerais são transportados por ferrovia à Usina Presidente Vargas para serem transformados em aço. As distâncias entre essas minas e a Usina Presidente Vargas são de 328 km e 455 km, respectivamente. O carvão e o coque importados comprados de fornecedores estrangeiros são descarregados no porto de Sepetiba, 90 km a oeste da cidade do Rio de Janeiro, e embarcados 109 km por trem até a Usina Presidente Vargas. Os produtos de aços acabados da CSN são transportador por ferrovia, caminhão e navios até seus clientes em todo o do Brasil e no exterior. Os principais mercados brasileiros da CSN são as cidades de São Paulo (335 km da Usina Presidente Vargas), Rio de Janeiro (120 km) e Belo Horizonte (429km).

Até recentemente, o sistema ferroviário brasileiro (inclusive os vagões e os trilhos) era principalmente de propriedade do governo e necessitava de reparos, mas agora foi privatizado em grande parte. Uma tentativa de aumentar a confiabilidade de seus transportes ferroviários, a CSN tem participado na privatização de

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

determinados sistemas ferroviários. Veja "- Programas de Investimentos – Investimentos Estratégicos – Infra-estrutura: Ferrovias" e "- Fatores de Riscos Relacionados com a Indústria de Aço e a CSN – Custos de Matérias Primas e de Transportes." As exportações da CSN principalmente pelos portos do Rio de Janeiro e Angra dos Reis, e as importações de carvão e coque através do porto de Sepetiba, todos no estado do Rio de Janeiro. O terminal de carvão do porto de Sepetiba tem sido operado pela CSN desde agosto de 1997. Para uma descrição dos planos da CSN para investir em concessões privatizadas portuárias, veja "- Programas de Investimentos – Investimentos Estratégicos – Portos " e "Fatores de Riscos Relacionados com a Indústria de Aço e a CSN – Custos de Matérias Primas e de Transporte."

Programas de Investimentos

Programa de Melhoria de Capitais

Sob seu programa de melhoramento de capital, a CSN tenciona aumentar a produtividade, melhorar a qualidade, e deslocar a sua mistura de produtos para itens de mais alta margem, ao passo que reduz os custos e efetua melhorias ambientais.

A CSN gastou aproximadamente US$200 milhões em 1996, US$290 milhões em 1997 e US$230 milhões em 1998, e prevê gastar aproximadamente US$600 milhões em 1999 e 2000, para o seu Programa de Melhoria de Capitais.

Para alcançar seus alvos de produtividade aumentada e qualidade melhorada, um dos principais objetivos sobre o Programa de Melhoria de Capitais é projetar a capacidade de instalação da CSN a fim de produzir uma mistura de produtos que trate de se equiparar com a demanda tanto brasileira como mundial de aço.

Esse plano focaliza correntemente aumento da capacidade de certas operações de usinas da CSN, a fim de produzir qualidade mais elevada, a produtos de qualidade mais elevada de valor acrescentados, tais como os produtos de aço laminados a frio e galvanizados por reação quente. Como resultado, a CSN tratou de adquirir tecnologia e equipamentos de processamento de estado da arte de principais companhias na indústria de aço. A CSN tem feito certas aquisições de companhias no Japão, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos e faz planos para aquisições adicionais como parte do Programa de Melhoria de Capital.

Programas específicos já completados sob o Programa de Melhoria de Capital inclui a instalação de sub-lances e de sopro conjugado na oficina de oxigênio básico ("BOF"), a conversão para 100% da produção contínua de placas pesadas, a instalação de precipitadores eletrostáticos para as plantas de precipitação de rochas n. 2, 3 e 4, plantas de sinterização e instalação de tecnologia PCI e a instalação de fornos de recozimento por alta conversão de hidrogênio.

Os Principais componentes do Programa de Melhoria de Capital em 1998 foram:

- uma unidade de gaseificação por vácuo e forno de colherão;
- uma nova máquina de lingotamento contínuo;
- uma usina de unidade única de reversão para laminação a frio/laminador de encruamento; e
- uma participação na usina de energia termoelétrica de co-geração.

Os Principais componentes do Programa de Melhoria de Capital em 1999 e 2000 são e serão:

- a conclusão da usina de força termoelétrica de co-geração;
- a remodelação do alto-forno n. 3 e da usina de estiramento a quente n. 2; e
- a modernização dos fluxos de produção de laminação a frio, galvanização e estanhagem.

Esses investimentos permitirão a produção de aço de mais alto valor e melhor qualidade com mais alto valor.

Alguns dos projetos a serem empreendidos sobre o Programa de Melhoria de Capital resultarão em melhorias ambientais, que abrangerão a obrigação da CSN de investir R$80 milhões (em moeda brasileira de 1994), obrigação

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

essa empreendida em troca de cancelamento de R$21 milhões (em moeda brasileira de 1994) em taxas ambientais impostos pela FEEMA. A CSN irá fazer também determinados investimentos suplementares de acordo com uma emenda de 1998 a seu acordo com a FEEMA. Veja "- Regulamentos do Governo e Outros Assuntos Jurídicos – Regulamento Ambiental."

Além do Programa de Melhoria de Capital, a CSN continua a considerar possíveis aquisições, joint ventures ou projetos inovativos greenfield para aumentar a sua capacidade de produção de aço. Como um exemplo, a CSN iniciou um projeto para construir uma mini-usina na região nordeste do Brasil, o que, se for construído, poderia utilizar DRI para reduzir as necessidades de sucata e utilizar a nova tecnologia de lingotamento de placas finas, para produção de produtos de aço laminados a quente, laminados a frio e galvanizados. O custo estimado do projeto da mini-usina é de aproximadamente US$800 milhões, que poderá ser gasto em 5 a 6 anos. A Construção da mini-usina está sujeita a conclusão bem sucedida de um estudo que demonstre a sua viabilidade a luz das condições econômicas correntes e projetadas e na disponibilidade de financiamento a custo razoável.

Investimentos em Oportunidades a jusante, Produtos Novos e Novos Nichos de Mercado

A CSN está implementando a sua estratégia de desenvolver oportunidades de desenvolvimento a jusante, produtos novos e setores de mercado criando ou expandindo a capacidade de produtos para venda primordialmente às indústrias de fabricação de automóveis e de peças de automóveis, as indústrias de construção civil e de aparelhos domésticos e a indústria de embalagem e de bebidas carbonatadas. Os planos estratégicos da CSN incluem joint ventures com os parceiros internacionais que têm perícia em negócios que são de interesse da CSN. Os projetos possíveis a serem financiados parcialmente através de arranjos específicos para projetar financiamentos, incluem uma construção de uma linha de galvanização e um centro de serviços para produzir peças pré-cortadas, pré-estampadas e pré-pintadas galvanizadas para a indústria de automóveis; a construção de uma usina de laminação a frio, instalações para recozimento e uma linha de galvanização para a produção de aço para os setores de construção e da indústria de aparelhos; e a construção de uma mini-usina na região nordeste do Brasil. Veja "- Fatores de Riscos Relacionados com a Indústria de Aço e a CSN – Investimentos em Áreas Novas."

Em Abril de 1998, a Companhia, através de suas subsidiárias FEM-Projetos, Construções e Montagens S/A, juntamente com Inepar S/A Indústria e Construções e Banco Bradesco S/A ("Bradesco"), celebrou um acordo associativo para formar uma nova empresa, Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S/A ("Inepar-Fem"). Inepar-Fem segundo se espera será uma das maiores empresas da América Latina nos setores de equipamentos pesados de montagem e poderá participar em projetos, tais como: gerenciamento de projeto, engenharia, construção e edificações, montagem de unidade industriais e infra-estrutura, tanto no Brasil como no exterior. Em maio de 1998, a Companhia e TKS formaram uma joint venture, GalvaSud S/A, para produzir e vender o aço galvanizado Galvanew® e solda de laser e peças pré-estampadas para o centro da indústria de automóveis descritos acima. Estima-se que este empreendimento em conjunto irá investir aproximadamente US$250 milhões até fins do ano 2000. A CSN e TKS celebraram um novo acordo técnico de assistência para a produção de aço para latas de aço de duas peças. Em Julho de 1998, a Companhia e IMSA formaram uma empresa em conjunto, *CSN-IMSA Aços Revestidos S/A* ("CISA"), para produzir e fornecer produtos simples e perfilados de *Galvalume*® e pré-pintado de aço para construção e indústrias de eletrodomésticos. Estima-se que esta joint venture irá investir em torno de US$ 245 milhões no projeto até o final do ano 2001.

Em fevereiro de 1998, a CSN comprou dois distribuidores de aço, *a Indústria Nacional de Aços Laminados INAL S.A.* ("INAL") e o negócio de distribuição de aço da Emesa S.A.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Indústria e Comércio de Metais, (denominada *Intermesa Participações S.A.* ("Intermesa") depois da venda), a fim de ingressar no negócio de distribuição secundária de aço. A Intermesa foi incorporada pela INAL em maio de 1998. Veja o "Controle do Titular de Registro" e "Conselheiros e Diretores do Titular de Registro." A INAL e a Intermesa eram respectivamente o 6º e o 9º maiores distribuidores de aço plano do Brasil. A INAL, que é tanto um distribuidor de aço quanto um centro de serviço, processa produtos laminados a quente, laminados a frio, de aço galvanizado e estanhados nas suas instalações em Guarulhos no estado de São Paulo e apresentou um volume de vendas anuais de aproximadamente 140.000 toneladas por ano e receita bruta anual de quase R$130 milhões em 1997. A Intermesa processava e comercializava bobinas de estanhados, aço galvanizado laminado a quente e a frio e aço laminado a quente, que ela produzia em suas duas fábricas no estado do Rio de Janeiro e no estado de São Paulo. A Intermesa tinha vendas anuais de aproximadamente 130.000 toneladas e receita bruta anual de quase R$120 milhões em 1997. A CSN pagou um total de aproximadamente R$30 milhões pelas duas companhias.

Investimentos Estratégicos

A CSN pretende controlar os custos de produção e garantir recursos confiáveis de matérias primas, energia e meios de transportes em apoio às suas operações de produção de aço através de um programa de investimentos estratégicos. Os principais investimentos estratégicos estão indicados abaixo.

Infraestrutura: Distribuição e geração de eletricidade

Light. A Light, uma distribuidora de eletricidade, fornece energia elétrica a 30 municípios do estado do Rio de Janeiro e é a principal fonte de eletricidade da CSN. Como membro do consórcio controlador da Light, a CSN possui 7,25% do capital votante da Light que foi adquirido em maio de 1996 por R$248,5 milhões (US$249,6 milhões). Em maio de 1999, a um custo de aproximadamente R$30 milhões (US$17,3 milhões), a CSN subscreveu a sua participação no aumento do capital da Light de aproximadamente R$400 milhões (US$238 milhões).

Em 1998, a Light tinha receitas líquidas de R$2.129.4 milhões (US$1.837.1 milhões) e uma receita líquida de R$193.1 milhões (US$169.3 milhões). Em 1998, a Light adquiriu 74.88% do capital votante (29.8% do capital total) da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade S.A. ("Metropolitana"), o principal distribuidor de eletricidade do estado de São Paulo, tornando-se assim o maior grupo de distribuição de eletricidade na América Latina, com mais de 7 milhões de clientes, eqüivalente a aproximadamente de 20% de todo o mercado de eletricidade brasileira. A participação na Metropolitana foi adquirida por R$2.026.7 milhões (US$1.773.9 milhões), dos quais US$875 milhões foram financiados através de um empréstimo obtido de instituições financeiras internacionais. A porção remanescente (US$887 milhões) foi financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). O aumento de capital da Light acima referido foi parte do refinanciamento da dívida existente da Light.

Instalações Hidrelétricas de Itá. Em 1995, a CSN, as subsidiárias da Odebrecht Química S.A. (coletivamente, "Odequi"), a Companhia de Cimento Itambé ("Itambé") e uma companhia antecessora das Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. ("Gerasul") receberam uma concessão por 35 anos para construir e operar a Usina Hidroelétrica de Itá no rio Uruguai ao sul do Brasil. A CSN, a Odequi e a Itambé possuirão no total 61% da concessão e 61% da Ita Energética S.A. ("ITASA"), uma empresa de propósito específico. A CSN e a Odequi possuem cada uma 48.75% das ações ordinárias da ITASA, e a ITAMBÉ possui os restantes 2.5%. A *Eletrobrás S.A.*, companhia controladora governamental do setor elétrico (atualmente sendo privatizada), detém ações preferenciais da ITASA, que foram adquiridas em 1998 por R$100 milhões (US$88.6 milhões). A Gerasul possui a

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

participação remanescentes de 39% na ITA que é responsável pelas questões de meio ambiente (tais como condenações e acordos imobiliários) durante a fase de construção e para a operação e manutenção da usina após a sua conclusão. A ITA tem uma capacidade de instalação projetada de 1450 MW, que corresponde a 668 MW com firme garantia de geração. As instalações de energia estão sendo construídas sob uma estrutura financeira de projeto com um investimento previsto em torno de US$900 milhões. Deste montante, US$527 milhões tinham sido gastos desde Dezembro de 1998 financiados com um empréstimo ponte do BNDES (US$325 milhões) e com capital de patrocinadores (US$202 milhões). O financiamento do projeto a longo prazo, previsto para ser concluído em Julho de 1999, virá de empréstimos do BNDES (refinanciamento do empréstimo fonte) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID") (US$163 milhões). Atualmente, 80% dos trabalhos de construção civil planejados foram concluídos, e a primeira das 5 unidades de 290 MW está prevista para entrar em operação em Julho de 2000. A Itá está programada para conclusão em Setembro de 2001. A CSN e os outros investidores da Itá terão direito às suas ações pró rata (baseadas nas suas participações no projeto) da produção da Itá.

Instalações Hidrelétricas de Igarapava. A CSN também está participando de um consórcio para construir e operar durante 30 anos a usina Hidrelétrica de Igarapava. Os outros membros do consórcio são a CVRD, *Companhia Mineira de Metais* ("CMM"), *Mineração Morro Velho Ltda*. ("MMV") e a *Companhia Energética de Minas Gerais* ("CEMIG"). O consórcio será também responsável pela operação e manutenção da fábrica. Em 1998, a CSN aumentou sua participação no consórcio de 7,5% para a sua posição atual de 17,9% através da aquisição de uma fração do capital original da MMV e da participação total de um antigo membro do consórcio. O orçamento global para implantação das instalações atinge US$237 milhões, dos quais 97% foram investidos na fábrica. Três das cinco unidades de 42MW se tornaram operacionais no primeiro trimestre de 1999 e o último gerador está programado para conclusão em setembro de 1999, quando a usina alcançará a sua plena capacidade instalada de 210MW, que corresponde a 126MW, que corresponde a 126MW de produção garantida firme.

Usina Termelétrica de 230 Megawatt. Em julho de 1997, a Companhia começou a construção de uma usina termelétrica de co-geração de 230MW localizada na Usina Presidente Vargas. Sua conclusão está prevista para dezembro de 1999. A Companhia espera que o investimento custe aproximadamente R$ 300 milhões (US$ 269 milhões) (incluindo juros durante a construção) e deve ser financiado por empréstimos a longo prazo do BNDES e possivelmente de outras fontes. A fábrica será operada por gases residuais que são produzidos como um subproduto do processo de produção do aço e que são atualmente queimados e perdidos. A Companhia espera que a fábrica supra 50% das necessidades estimadas de energia por volta do ano 2000 na Usina Presidente Vargas. Além da eletricidade, a fábrica produziria 230 toneladas de vapor por hora para acionar os turbo-ventiladores dos alto fornos da Companhia. A Siemens A.G. da Alemanha e a Siemens Ltda. do Brasil estão construindo a usina em base de contrato turnkey (chave em mãos).

Pecém IPP. Em março de 1998, a CSN, em consórcio com a Texaco e o *grupo Vicunha* (veja "Controle do Titular de Registro" e "Conselheiros, Diretores e Titular de Registro"), ganhou um processo de licitação pública internacional para formar um produtor de energia independente ("IPP") que irá construir e operar uma usina de ciclo combinado movida a gás natural no Complexo Industrial e Portuário Pecém no Estado do Ceará. Os membros do consórcio participam no Projeto IPP através da *Nordeste Energia Participações S.A.* ("NEPAR") que tem uma participação de 50% na IPP. A *Petrobrás S.A.* e uma subsidiária são responsáveis pelo fornecimento de gás para a fábrica e possuem os 25% restantes. Durante o ano de 1998, a CSN adquiriu 20% do capital total da NEPAR do

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Grupo Vicunha, aumentando para 50% o seu capital na NEPAR. A capacidade nominal da fábrica será de 240MW cuja totalidade será vendida para a *Companhia Energética do Ceará* ("Coelce"), a companhia local de distribuição de energia, sob a forma de um contrato de compra de energia ("PPA"). A fábrica está prevista para iniciar sua operações em torno do terceiro trimestre do ano 2000. O custo total do projeto é estimado em aproximadamente US$ 160 milhões, com a expectativa de ser financiado através de uma estrutura de financiamento de projeto sem recursos. Como parte da sua reavaliação de investimentos, a CSN está considerando a alienação de seu ativo, que não é fundamental ao seu negócio principal.

Infraestrutura: *Sistema Ferroviário Centro-Leste*. A CSN é acionista da *Ferrovia Centro-Atlântica S.A.* ("FCA") que tem o arrendamento para operar, até o ano 2026, os ativos do sistema ferroviário-centro-leste. Este sistema cobre 7.080 km de extensão dentro dos estados de Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro e de Brasília. Além de servir outros clientes, a ferrovia transporta calcário e dolomita das minas da CSN na localidade de Arcos em Minas Gerais para a Usina Presidente Vargas e transporta as exportações da CSN para o porto de Angra dos Reis. Os volumes de transporte da CSN representam aproximadamente 13% do volume total do Sistema Ferroviário Centro-Leste. A quantia total a ser paga nos termos do arrendamento é de R$ 317 milhões (US$ 316 milhões), que, com exceção dos 20% de sinal, serão pagos pelo prazo do arrendamento. Enquanto a CSN possuir responsabilidade individual e solidária em relação aos outros acionistas principais da FCA pelo pleno montante do pagamento, a CSN espera que a FCA pague o preço de compra por meio de recursos gerados internamente e de produtos de empréstimos. Após uma oferta de ações da FCA para os empregados da *Rede Ferroviária Federal S.A.* (Sistema Ferroviário Federal do Brasil ("RFFSA")), a participação da CSN na FCA foi reduzida para 11,9%. A FCA tem também uma participação indireta de 10% na *Ferroban-Ferrovias Bandeirantes S.A.* (denominada anteriormente de "FEPASA"), sistema ferroviário que serve o Estado de São Paulo. Além disso, a FCA participou com êxito de uma licitação para a concessão de operação, por um período de 25 anos o porto de Angra dos Reis.

Sistema Ferroviário Sudeste. A CSN é acionista da MRS Logística S.A. ("MRS") que tem uma franquia para operar, até o ano 2026, os ativos da *Malha Sudeste* (o "Sistema Ferroviário Sudeste"). Este sistema, cobrindo 1.674 km de extensão, serve o triângulo industrial São Paulo - Rio de Janeiro - Belo Horizonte no Sudeste do Brasil, e liga as minas do Estado de Minas Gerais aos portos dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e às usinas da CSN, Cosipa e Açominas. Além de servir a outros clientes a ferrovia transporta minério de ferro das minas da CSN na localidade de Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do porto de Sepetiba no Estado do Rio de Janeiro para a Usina Presidente Vargas e transporta as exportações da CSN para o porto do Rio de Janeiro. O sistema ferroviário liga a Usina Presidente Vargas ao *Terminal de Contêineres de Sepetiba*, que deverá lidar com a maior parte das exportações de aço da CSN em um futuro próximo. Os volumes de transporte da CSN representam aproximadamente 22% do volume total do Sistema Ferroviário Sudeste. A contribuição de capital da CSN para a aquisição do direito de operar o sistema foi de R$ 50,1 milhões (US$ 49,0 milhões). O montante total a ser pago nos termos do arrendamento é de R$ 889 milhões (US$ 871 milhões), que com exceção dos 30% do sinal, será efetuado durante o prazo do arrendamento. Enquanto a CSN possuir responsabilidade individual e solidária em relação aos outros acionistas principais da MRS pelo montante total do pagamento, a CSN espera que a MRS pague o preço de compra por meio de recursos gerados internamente e de produtos de empréstimos. Em seguida à compra pelos acionistas da MRS da parte do capital possuído pelos empregados RFFSA, a participação da CSN na MRS foi aumentada para 31,5% (19,3% do capital votante).

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Sistema Ferroviário Nordeste. A CSN tem uma participação de 18% da *Companhia Ferroviária do Nordeste* ("CFN"), da qual a CVRD é também acionista, que possui um arrendamento para operar por um período de 30 anos, os ativos da *Malha Nordeste* ("Sistema Ferroviário Nordeste"). Este sistema cobre 4.535 km de extensão e opera nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe. A CSN acredita que o sistema irá tornar-se mais importante para a companhia se a sua mini-usina planejada no Ceará for concluída. Ver - "Programas de Investimentos, Programa de melhoria de Capital". O montante total a ser pago nos termos da franquia é de R$ 15,8 milhões (US$ 14,6 milhões), que com exceção dos 42% do sinal, será efetuado durante o período do arrendamento. Enquanto a CSN possuir responsabilidade individual e solidária em relação aos outros acionistas principais da CFN pelo montante total do pagamento, a CSN espera que a CFN pague o preço de compra por meio de recursos gerados internamente e de produtos de empréstimos. Em dezembro de 1998, os acionistas da CFN, seguindo as regras da licitação, ofereceram 10% do seu capital na CFN para os empregados da RFFSA, reduzindo a participação da CSN na CFN para 18%.

Instalações Portuárias

Terminal de Carvão. Em abril de 1997, a companhia participou com êxito da licitação para a concessão de operar por um prazo renovável de 25 anos, *as Instalações Portuárias do Terminal de Carvão do Porto de Sepetiba* (Terminal de Carvão de Sepetiba, ou "Sepetiba"), cujo custo final para a companhia foi de R$ 37 milhões (US$ 34 milhões). A companhia importa todas as suas necessidades de carvão através de Sepetiba, que está localizada no Estado do Rio de Janeiro. Nos termos da concessão, a companhia assumiu o encargo de transportar pelo menos 3,4 milhões de toneladas métricas de carvão e coque através do terminal anualmente, assim como de transportar embarques de terceiros. A Companhia investiu R$ 2,9 milhões (US$ 2,6 milhões) em 1997, R$ 18,1 milhões (US$14,9 milhões) em 1998 e pretende investir R$ 10,3 milhões (US$ 8,5 milhões) para concluir a modernização do terminal em 1999.

Terminal de Contêineres. Em setembro de 1998, a CSN e a CVRD adquiriram uma participação de 50% cada uma na *Sepetiba Tecon S.A.* ("TECON"). A TECON tem uma concessão para operar por um prazo de 25 anos que é renovável por mais 25 anos, o *Terminal de Contêineres de Sepetiba* no Estado do Rio de Janeiro. O Terminal de Contêineres é um dos quatros terminais, incluindo um terminal de carvão, que fazem parte do Porto de Sepetiba, que está ligado à Usina Presidente Vargas pelo Sistema Ferroviário Sudeste. A contribuição de capital da CSN e da CVRD para aquisição da concessão foi de R$19.5 milhões (US$16.6 milhões). O montante total a ser pago nos termos da concessão é de R$ 93 milhões (US$ 78.9 milhões), que com exceção de R$39 milhões (US$33.1 milhões), será efetuado durante o prazo da concessão. A TECON planeja investir US$106 milhões no Terminal de Contêineres durante os próximos 5 anos. Deste montante, aproximadamente US$58.8 milhões serão investidos durante os primeiros dois anos, o que deve possibilitar que a TECON alcance uma capacidade nominal de 600 mil toneladas por ano. A companhia pretende concentrar a exportação de seus produtos de aço através do porto. Em Fevereiro de 1999, a TECON Sepetiba contratou a Eurokai, uma operador portuário alemão, para operar o porto.

Outros Investimentos

A CSN periodicamente vem explorando oportunidades de investimentos direta ou indiretamente relacionados ao seu negócio principal de aço. Coerente com a sua recém anunciada decisão de dar maior ênfase ao seu negócio principal de aço, a CSN está avaliando tais investimentos em base contínua para determinar se tais investimentos continuam a ser uma utilização eficiente de seus recursos de capital.

CVRD

A CSN é membro do grupo que em 6 de maio de 1997 efetuou o lance bem sucedido no leilão para

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

assumir o controle da Companhia do Vale do Rio Doce do Brasil ("CVRD"), a maior companhia de mineração da América Latina, e maior produtor e exportador mundial de minério de ferro. O leilão foi realizado pelo Governo como parte da privatização da CVRD. Para uma descrição das ações judiciais impugnando a privatização da CVRD, ver "Processos Judiciais". Em 20 de maio de 1997, o Governo vendeu para os funcionários da CVRD ações ordinárias que constituíam 4,5% das ações ordinárias da CVRD no mercado.

O Governo anunciou seu plano de vender sua participação restante na CVRD (atualmente 31,5% das ações ordinárias da CVRD) por meio de oferta no Brasil e exterior. O Governo reterá sua participação especial através de uma "golden share" na CVRD que lhe dá o direito de veto sobre: (i) qualquer mudança no nome da CVRD, no local de sua sede ou seu objetivo social (com relação aos seus negócios de exploração de minério de ferro); (ii) a liquidação da CVRD; (iii) qualquer transferência de reservas, minas ou instalações ferroviárias ou portuárias; (iv) e qualquer alteração nos direitos de qualquer das classes existentes de ações da CVRD .

O grupo pagou um total de US$3,1 bilhões por 42% das ações ordinárias da CVRD, que por sua vez representavam aproximadamente 27% das ações da CVRD emitidas e em circulação no mercado (em 6 de maio de 1997). Os membros do grupo formaram uma companhia de objetivo específico, a Valepar S.A. ("Valepar"), para deter suas participações na CVRD. A CSN possui 31% da Valepar, que lhe dá uma participação indireta em 13,2% das ações ordinárias da CVRD, representando 8,5% da capitalização total da CVRD. Certos membros do grupo transferirão ações adicionais da CVRD para a Valepar em conformidade com as regras de licitação da CVRD. Após tal transferência, a Valepar possuirá aproximadamente 52% das ações ordinárias da CVRD. E após essa transferência a CSN possuirá 25,2% da Valepar (embora sua participação indireta na CVRD não se modifique), a menos que a CSN exerça seu direito de preferência de subscrição sob a Lei de Sociedades Anônimas para adquirir ações adicionais da Valepar a fim de manter sua participação na Valepar. Com base no acordo de acionistas da Valepar descrito abaixo, a CSN tem direito a nomear três dos nove conselheiros da CVRD, Benjamin Steinbruch, Presidente do Conselho de Administração da CSN, é Presidente do Conselho de Administração da CVRD, e Maria Silvia Bastos Marques, Diretor-Presidente da CSN, e Jacks Rabinovich, Conselheiro da CSN, são Conselheiros da CVRD.

Os outros acionistas da Valepar e seus respectivos percentuais de participações na Valepar incluem:

- InvestVale (de propriedade dos funcionários da CVRD) – 1,1%
- BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("BNDESPAR") (uma subsidiária do BNDES) – 10,7%; e
- companhias de propósito específico constituídas por:
  - NationsBank Corporation e um fundo de investimentos – 11,7%
  - Fundos de investimentos administrados pelo Banco Opportunity S.A. – 20,8%; e
  - Quatro fundos de pensões (PETROS, Funcef, Fundação CESP e Previ) – 24,7%

Os acionistas da Valepar celebraram um acordo de acionistas, com prazo de validade até 2017, dando direitos de preferência sobre qualquer transferência de ações da Valepar e direitos de preferência sobre qualquer emissão de ações da Valepar, proibindo gravames sobre as ações da Valepar (que não sejam aqueles relacionados a financiamento ou refinanciamento para aquisição da CVRD), exigindo que cada parte em geral mantenha o controle de sua companhia de propósito específico detendo suas participações nas ações da Valepar, alocando assentos no Conselho de Administração da CVRD e da Valepar, e estabelecendo exigências de votação da maioria absoluta para certos assuntos relativos a Valepar ou CVRD.

BNDESPAR tem uma ação especial ("Golden Share") na Valepar que lhe dá direito de veto até maio de 2002 sobre:

- qualquer alteração no objetivo social da Valepar;
- a liquidação da Valepar;
- a mudança de propriedade de ações da

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Valepar se tal mudança aumentar a concentração de propriedade da Valepar acima dos limites especificados para participantes nas atividades de comercialização de ferro, aço ou minério de ferro; e

- qualquer transferência de ações da Valepar se a transferência resultar no cessionário possuindo mais de 45% das ações da Valepar.

Outro acordo dos acionistas, terminando em 2002, contém restrições semelhantes sobre transferências. A parcela da CSN do investimento na CVRD foi de US$989 milhões. A Companhia financiou aproximadamente US$789 milhões de seu investimento com os US$786 milhões (originalmente vencendo em maio de 1998) referente a um empréstimo ponte obtido junto a um consórcio de financiadores, incluindo o NationsBank, N.A. e o saldo com caixa disponível. Em maio de 1998, a CSN pagou aproximadamente US$300 milhões do empréstimo-ponte, e o saldo restante foi refinanciado com uma parcela do produto de uma operação de venda por sua subsidiária, CSN Steel, a um consórcio de instituições financeiras, de US$500 milhões de títulos de prazo médio a descoberto de dois anos garantidos pela CSN. A companhia de objetivo específico possuída em parte por um associado do NationsBank Corporation tem o direito de vender a CSN, em qualquer tempo durante o período de dois anos começando em maio de 2002, as ações da Valepar com direito a voto adquiridas pela referida companhia por ocasião do leilão da CVRD, a um preço igual ao custo de tais ações (US$375 milhões) mais juros LIBOR mais 1%. A CSN presta contas de sua participação na CVRD em conformidade com o método contábil de equivalência patrimonial.

A CVRD é um dos maiores produtores e o maior exportador de minério de ferro e pellets, com embarques de 99,5 milhões de toneladas e exportações de 76,0 milhões de toneladas (representando aproximadamente 18% do mercado de exportação transportado por via marítima de minério de ferro e pellets) em 1998. A CVRD também se dedica a mineração de ouro, manganês e outros minérios, transporte, alumínio, produtos florestais e atividades siderúrgicas para aumentar seus negócios de exploração de minério de ferro e para alcançar a uma diversificação das fontes de receita e lucro da CVRD.

A CVRD opera dois sistemas integrados de classe mundial de exploração e transporte de minério de ferro no Brasil – o Sistema Sul nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e o Sistema Norte nos Estados do Pará e Maranhão. O Sistema Sul contém uma comprovada estimativa global e prováveis reservas de minério de ferro de aproximadamente 1,7 bilhões de toneladas. O Sistema Norte contém uma comprovada estimativa global e prováveis reservas de minério de ferro de aproximadamente 1,2 bilhão de toneladas. Cada um incorpora aproximadamente 900 km de rede ferroviária e instalações de porto e terminal automatizadas e integradas, projetados para fornecer transporte ferroviário de minério de ferro, carga e passageiros, terminal de armazenagem a granel e serviços de carregamento de navios para os membros do Grupo CVRD (como definidos abaixo) e para terceiros. A CVRD também opera uma frota de navios para transporte de seus produtos e cargas comerciais de um modo geral para embarque a clientes estrangeiros e nacionais.

A CVRD é uma empresa diversificada consistindo dela própria e de aproximadamente 50 companhias subsidiárias, joint ventures e afiliadas (em conjunto, o "Grupo CVRD'), engajadas nas seguintes atividades comerciais:

- atividades de mineração (minério de ferro, ouro, manganês, bauxita, potassa (hidróxido de potássio) e caulim);
- sistemas de transporte (estradas de ferro, instalações portuárias e de terminal e de embarque);
- produção de pellets, alumina e alumínio;
- celulose, papel e atividades de florestamento; e
- investimento em produtores de aço e ferro-liga no Brasil, Argentina, França e Estados Unidos.

Os sistemas de mineração e transporte do Grupo CVRD e suas atividades de comercialização de alumínio são conduzidas principalmente pela CVRD e suas subsidiárias consolidadas. As atividades de peletização, alumina, alumínio, celulose, papel, produtos florestais, aço e ferro-liga são conduzidas

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

principalmente por joint ventures e companhias afiliadas cujos resultados são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CVRD sob o método de equivalência patrimonial.

Em 1998, a CVRD consolidou receitas operacionais brutas de US$3.7 bilhões, dos quais 52.8% foram atribuíveis a vendas de minério de ferro e pellets, 23.2% atribuíveis a serviços de transporte a terceiros, 11.1% atribuíveis a vendas de alumínio e 4.6% a vendas de ouro. Em 1998, a CVRD reportou lucro operacional consolidado de US$854 milhões e lucro líquido de US$892 milhões (antes de itens extraordinários relativos à privatização da CVRD) A CSN incluiu em seu resultado de 1998 US$58 milhões de participação nos lucros da CVRD a partir da data de investimento.

CCRG
Em 31 de março de 1999 a CSN vendeu sua participação de 8.3% na CCRG, um produtor brasileiro de cimento, realizando um lucro de US$27.6 milhões. A CSN fez seu investimento na CCRG em 1996, para acrescentar valor a sua escória produzida em altos fornos que é utilizada no cimento. Coerente com sua política de rever todos os investimentos não relacionados ao negócio principal de aço, a CSN concluiu que o retorno na venda de sua participação na CCRG foi mais valioso do que as vantagens de continuar o investimento.

Instalações
Usina Siderúrgica
A Usina Presidente Vargas, localizada na cidade de Volta Redonda, começou a operar em 1946. É uma instalação integrada cobrindo aproximadamente 3.8 quilômetros quadrados e contendo cinco baterias de coque (coque) (das quais, três estão em operação atualmente), quatro instalações de sinterização (das quais, três estão em operação atualmente), três altos fornos (dos quais, dois estão em operação atualmente), uma oficina de aço de forno de oxigênio básico ("BOF"), quatro linhas de produção lingotamento contínuo (três das quais operam simultaneamente), duas instalações de laminação a quente (das quais, uma está em operação), três instalações de laminação a frio, duas linhas contínuas de desoxidação, uma linha contínua de têmpera (recozimento) para aço em folha, três linhas contínuas de galvanização, quatro linhas contínuas de têmpera para produtos da fábrica de folhas de flandres (estanhadas) e seis linhas de estanhagem eletrolítica.. A Usina Presidente Vargas possui uma capacidade instalada anual nominal de 4.5 milhões de aço bruto.

As principais unidades operacionais e as capacidades de produção correspondente são mostradas na tabela a seguir:

CAPACIDADE EFETIVA

	Toneladas métricas por ano	Equipamento em operação
Processo		
Usina de coquificação	1,650,000	3 instalações
Usina de sinterização	5,950,000	3 máquinas
Alto Forno	4,800,000	2 altos fornos
Oficina BOF	5,100,000	3 conversores
Lingotamento contínuo	5,000,000	3 fundidores
Produtos acabados		
Laminação a quente	5,000,000	1 instalação
Laminação a frio	2,800,000	3 instalações
Linha de galvanização	800,000	3 linhas
Linha de estanhagem eletrolítica	1,060,000	6 linhas

Além disso, a *White Martins Gases Industriais S.A.*, um dos maiores fabricantes de químicos industriais no Brasil, concluiu em 1996, a construção de uma instalação de produção de gás cativo, com capacidade diária de 2.100 toneladas, nas dependências da Usina Presidente Vargas. Esta instalação é destinada a fornecer oxigênio, nitrogênio e argônio à instalação siderúrgica da CSN. Em 1998, a Companhia utilizou 794.2 mil toneladas de oxigênio para produzir 4.7 milhões de aço bruto.

Minas e Recursos Minerais
A Companhia possui concessões para explorar minério de ferro, calcário, dolomita e manganês. Atualmente, a Companhia acredita que comprar maganês no mercado local tem uma maior relação custo-eficiência. Como resultado, a Companhia não opera no momento nenhuma das concessões de manganês.
Atualmente a Companhia está engajada em um estudo extenso, plurianual de suas reservas de minério de ferro em sua mina Casa de Pedra em Congonhas, Estado de Minas Gerais. O estudo consiste em duas fases. A fase um cobre os depósitos de minério que estão atualmente sendo explorados ou que ficam próximos aos atuais poços de mina abertos em operação. A Companhia espera concluir a fase um até o fim de 1999. A fase dois cobre os outros depósitos de ferro na mina Casa de Pedra, e a

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

perfuração de exploração está sendo executada no momento.

As metodologias que a Companhia está empregando em seu estudo de reservas para estimar e classificar reservas "comprovadas" e "prováveis" diferem das usadas no passado. Como resultado do uso de diferentes metodologias e o fato de que a fase um do estudo de reservas cobre apenas os poços abertos atualmente produzindo na Mina de Casa de Pedra, a Companhia reclassificou algumas reservas declaradas anteriormente como comprovadas ou prováveis na categoria de "outros depósitos minerais". Além disso, o total resultante de tonelagem de reservas comprovadas e prováveis e de outros depósitos minerais em 31 de dezembro de 1998 é significativamente menor do que a tonelagem anteriormente reportada como reservas comprovadas e prováveis. Entretanto, as reservas comprovadas e prováveis revisadas são ainda substanciais e suficientes para suportar os requisitos de fabricação de aço da CSN por, no mínimo, 20 anos. A Companhia e a Mineral Resources Development, Inc. ("MRDI"), que é especialista em geologia, mineração e determinação de reserva de minérios e que revisou as estimativas de reservas de minério de ferro da Companhia estabelecidas abaixo, esperam que as porções do material classificado como "outros depósitos minerais" serão progressivamente reclassificadas como reservas comprovadas ou prováveis como trabalho de exploração adicional e estudos de viabilidade econômica/de reserva são concluídos.

A tabela a seguir mostra as estimativas da Companhia em 31 de dezembro de 1998 de reservas comprovadas e prováveis e outros depósitos minerais nas minas da Companhia. Elas foram calculadas em conformidade com as definições técnicas contidas na Diretriz Industrial 7 da SEC, e as estimativas de vida de minas descritas neste documento são derivadas dessas estimativas de reserva. Os critérios e métodos usados para se determinar essas estimativas foram revisados pela MRDI, e as estimativas da Companhia de reservas comprovadas e prováveis estão incluídas neste documento com base na autoridade dessa companhia como especialistas em geologia, mineração e determinação de reserva de minério.

RECURSOS MINERAIS

	Reservas comprovadas e prováveis (1)				Outros Depósitos Minerais (2) (Hematita e Itabirita)	
Nome da mina e local	Tonelagem de minério (3) (milhões de toneladas)		Classificação (4)	Tipo de Rocha	Produto Recuperável (5) (milhões de toneladas)	Tonelagem (milhões de toneladas)
	comprovado (6)	Provável (7)				
Minério						
Casa da Pedra	132	174	60,7% Fe	Hematita (64%)	251	731
Congonhas, Minas Gerais				Itabirita (36%)		
	comprovado + provável					
Calcário:						
Bocaina	97		52% CaO (8)	-	97	N/A
Arcos, Minas			2% MgO (9)			

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Gerais						
Dolomita						
Bocaina	35		35% CaO (9)		35	N/A
Arcos, Minas Gerais			17% MgO (18)			

(1) "Reservas" significa aquela parte de um depósito de minério que podia ser extraído ou produzido econômica e legalmente na ocasião da determinação da reservas.
(2) "Outros Depósitos de Minérios" inclui tonelagens "inferidas"
(3) "Uma Tonelagem" representa material retirado da mina ("ROM").
(4) "Grau" é a proporção de metal ou minério presente em um ou outro material de hospedagem.
(5) "Produto Recuperável" representa a tonelagem total de produtos depois da liberação e processamento do minério.
(6) "Reservas comprovadas (medidas)" significa as reservas para as: (i) a quantidade é computada a base de dimensões reveladas em escavações de materiais que às vezes saem da terra, furos trabalhados; o grau e/ou a qualidade são estimados dos resultados da amostragem detalhada; (ii) os locais para inspeção, amostragem e medição, espaçados tão estreitamente, tão perto uns dos outros e o caráter geológico é tão bem definido que tamanho, formato, a profundidade e o conteúdo de mineral das reservas são bem estabelecidos.
(7) "Reservas Prováveis (indicadas)" significa reservas para as quais a quantidade e a qualidade e o grau e/ou a qualidade são computados a base de informações semelhantes as das reservas comprovadas (medidas), mas nos locais de inspeção, amostragem e medição são espaçados mais distante uns dos outros ou são de outra maneira adequadamente espaçados se houver segurança, embora seja inferior do que para reservas comprovadas (medidas), é bastante elevado para se admitir entre pontos de observação.
(8) Mínimo.
(9) Máximo.

A CSN tem um interesse de 100% em propriedade de cada um de suas minas. Além do mais, cada mina é uma mine de "posto aberto". Veja o mapa sob "Descrição de Ativos" para localização das minas em relação a Usina Presidente Vargas.

Mina de Minério de Ferro. A extração, a trituração e a filtragem dos minérios de ferro da Companhia são efetuados na instalação de mineração Casa de Pedra da Companhia localizada em Congonhas, no estado de Minas Gerais. Essa instalação de mineração tem capacidade de produção anual instalada de aproximadamente 15,5 milhões de toneladas (ROM). Admitindo-se os níveis atuais da produção, as reservas estimadas comprovadas e prováveis irão satisfazer as necessidades da CSN durante, pelo menos, 20 anos. A instalação de mineração Casa da Pedra está localizada a 328 km da Usina Presidente Vargas.

Mina de Calcário e Dolomita. A extração e a preparação de calcário e dolomita pela Companhia Bocaína é realizado na instalação de mineração localizada em Arcos, no estado de Minas Gerais. Esta instalação de mineração tem uma capacidade de produção anual instalada de aproximadamente quatro milhões de toneladas. A Companhia acredita que a instalação de mineração tem reservas de calcário e dolomita suficientes para satisfazer adequadamente a produção de aço da Companhia, aos níveis correntes, durante mais de 60 e 43 anos, respectivamente. A instalação de mineração está localizada a 455 km da Usina Presidente Vargas.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Concorrência

Tanto os mercados mundiais como os brasileiros são intensamente competitivos. Os fatores competitivos primários nesses mercados incluem qualidade, preço, termos de pagamento e serviço a clientes. Além do mais, os progressos contínuos na ciências de materiais e nas tecnologias resultantes tem dado lugar a novos produtos que apresentam concorrência aos produtos de aço tradicionais. Esses substitutos de aço incluem plásticos, alumínio, cerâmicas, vidros, concreto e novos produtos de aço.

Concorrência na Indústria de Aço Brasileira

O mercado de aciaria do Brasil é intensamente competitivo. Os principais fatores competitivos no mercado doméstico incluem qualidade, preço, termo de pagamento e serviço a clientes. A CSN concorre com outras aciarias brasileiras integradas, mas a CSN não tem experimentado concorrência de importação significativa no Brasil de aciarias estrangeiras. Diversas companhias estrangeiras de aço, no entanto, são investidores significativos nas aciarias brasileiras.

A tabela seguinte estabelece a produção de aço cru por companhias brasileiras:

PRODUÇAO DE AÇO BRUTO POR COMPANHIAS BRASILEIRAS (1)

	1996		1997		1998	
	Classificação	**Produção**	**Classificação**	**Produção**	**Classificação**	**Produção**
CSN*	1	4.4	1	4.8	1	4.7
Usina Siderúrgica de Minas Gerais S.A.*	2	4.0	2	3.9	2	4.0
Companhia Siderúrgica de Tubarão*	4	3.6	4	3.7	3	3.8
Companhia Siderúrgica Paulista *	3	3.6	3	3.8	4	3.5
Gerdau S.A.*(2)	-	-	5	3.0	5	3.0
Aços Minas Gerais S.A.*	5	2.4	6	2.4	6	2.3
Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira*	7	1.05	7	2.1	7	2.2
Cia. Aços Esp. Itabira - ACESITA*	9	0,6	9	0.6	8	0.7
Aços Vilares S.A.	10	0.6	8	0.7	9	0.6
Mannesmann S.A.*	11	0.5	10	0.5	10	0.4
Mendes Junior Siderúrgica S.A.	8	0.7			-	-
Companhia Siderúrgica Guanabara*	6	1.2	-	-	-	-
Siderúrgica Riograndense S.A.	12	0.5	-	-	-	-
Outras		2.1		0.7	-	0.6
TOTAL		**25.24**		**26.2**		**25.8**

* Indica produtor integrado

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

(1) Apenas a CSN, Usinas Siderúrgica de Minas Gerais S/A e Companhia Siderúrgica Paulista produzem produtos de aço carvão carbono laminado plano em quantidades consideráveis.

(2) A Gerdau S/A é parcialmente integrada, mas o grosso da produção de aço provém de usinas não integradas.

A CSN acredita que tenha certas vantagens competitivas sobre determinados concorrentes brasileiros, inclusive:

- O enfoque da CSN na venda de produtos de alta margem, tais como produtos estanhados e galvanizados, na sua gama de produtos;

- A propriedade pela CSN de reservas de minério de ferro comparado com os seus concorrentes domésticos que compra as suas necessidades de minério da CVRD; e

- A infra-estrutura plenamente desenvolvida de logística da CSN; desde sua mina de minério de ferro até a sua usina de aço, e finalmente, a seus portos.

Posição Competitiva – Global

Durante 1998, o Brasil era o oitavo maior produtor de aço cru no mundo com uma saída de produção de 25,8 milhões de toneladas e uma participação de 3,3% da produção total do mundo. O Brasil representa cerca de 50% da produção total de aço na América Latina, com produção de 1998 perto de duas vezes maior do que México e aproximadamente 26% do tamanho da produção dos Estados Unidos. Em 1997, o último ano para o qual os dados comparativos estão disponíveis, o Brasil era o décimo maior exportador de aço no mundo, atrás da Rússia, Alemanha, Japão, Bélgica, Luxemburgo, Ucrânia, França, Coréia, Itália e o Reino Unido, e o quarto maior exportador depois da Rússia, Japão e a Ucrânia. Em 1997, as 9,2 milhões de toneladas de exportações de produtos de aços acabados e semi-acabados registrava aproximadamente 5% das exportações globais de aço.

A CSN, maior fabricante de aço no Brasil, concorre em bases globais com os principais fabricante de aço do mundo. A CSN se colocou no mercados do mundo com uma gama de produtos caracterizados por produtos de alta margem, de alta demanda, tais como placas laminadas, estanhados de aço galvanizado, através de produtos de menor valor agregado, de mais baixa margem de laminados a quente e placas grossas que constituem uma maior porcentagem das exportações da CSN de que das vendas domésticas da CSN. A CSN dispõe de mão-de-obra de baixo custo relativo e possui reservas de minério de ferro de alto grau que cobrem além de sua necessidades de produção. Essas vantagens globais são parcialmente contrabalançadas pelo custo de transporte do aço através do mundo, geralmente por navio. Nos custos de embarcação, embora ajudem a proteger o mercado o mercado doméstico da CSN, exerce pressão sobre os preços de exportação da CSN. Para manter a sua viabilidade competitiva no mercado mundial de aço à luz de uma situação internacional altamente competitiva com respeito a preço, qualidade de produto e serviços a clientes devem ser mantidos em alto nível. A CSN tem monitorado continuamente a qualidade de seus produtos medindo a satisfação dos clientes pelo seu aço na Europa, na Ásia e nas Américas. Veja "- Regulamentação Governamental e Outros Assuntos Jurídicos – Procedimentos Contra a Dumping e o Protecionismo dos Governos."

Vantagens Competitivas

As principais vantagens competitivas do Brasil são seu abastecimento abundante de minério de ferro de baixo custo, de alto grau e mão-de-obra e recurso de energia de baixo custo. O Brasil também beneficia-se com um vasto mercado interno com grande potencial de crescimento, indústria privatizada que efetue investimentos e instalações de equipamentos, de portos de água profunda que permite operações de grandes navios, que facilita acessos aos mercados de exportação. Como resultado de tais vantagens, o Brasil tem alguns dos custos de produções de aço mais baixos do mundo. Além do mais, a

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

recente desvalorização do Real poderá melhorar a competitividade da indústria de aço brasileira no mercado mundial de exportação.

À semelhança do que acontece na maioria dos países, o preço doméstico de aço no Brasil tem historicamente sido mais elevado do que nos mercados internacionais. Esse diferencial, no entanto, geralmente não é bastante grande para compensar o custo de transporte do aço até o Brasil (inclusive altos custos portuários), de produtores da Ásia, Europa e América do Norte. Além do mais, esse diferencial tem diminuído como resultado da recente desvalorização do Real. Os baixos custos de produção no Brasil são outra barreira para as importações de aço estrangeiro. Consequentemente, a maior parte do aço vendido no mercado brasileiro é fabricado por produtores brasileiros, e a CSN não acredita que as vendas no Brasil por produtores estrangeiros irão aumentar significativamente ou que os preços de aço no Brasil irão diminuir significativamente em virtude da concorrência dos produtores estrangeiros de aço.

A competição inovativa, Greenfield, de novos penetrantes no mercado seriam desencorajados pelos vínculos existentes dos participantes com fontes de matérias primas e redes de distribuição bem estabelecidos.

Pesquisa e Desenvolvimento

Os gastos para pesquisas de desenvolvimento para os anos findos em 31 de Dezembro em 1996, 1997 e 1998 foram de, aproximadamente, US$7.3 milhões, US$7.0 milhões e US$6.8 milhões, respectivamente. Em conformidade com este programa, a Companhia busca melhorar o desenvolvimento de produtos e processos através de seu centro de pesquisa e desenvolvimento (“R&D”) em Volta Redonda, que atualmente emprega, aproximadamente, 80 pessoas. Desde 1995, produtos novos desenvolvidos sob o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e incluem: Gavanew®, aço elétrico (um aço de laminação a frio utilizadas em motores elétricos), uma série de aço de alta resistência, de baixa liga, laminados a quente (utilizados para canos, estruturas de aço, aparelhos agrícolas, recipientes de gás e rodas de automóveis) e aços de laminação a frio e galvanizados (utilizados na indústria de automóveis, na construção e nos aparelhos domésticos).

A CSN celebrou contratos de assistência técnica com uma séria de companhias de aço estrangeiras, e acordos de cooperação técnica com diversas universidades e instituições de pesquisas para assistir e assessorar a CSN de tempos em tempos com relação a determinados produtos e processos. Além do mais, a CSN tem varias aplicações e pedidos de patentes pendentes, e possui várias patentes aprovadas por, o Instituto Nacional Brasileiro de Propriedade Industriais. A CSN possui também licenças para patentes relacionados com uma série de seus produtos e processos.

Seguros

A CSN mantém cobertura de seguros para todos os riscos contra avarias aos principais bens operacionais na Usina Presidente Vargas e nos seus meios de mineração, que, segundo acredita, abrange adequadamente os principais riscos de operações desses meios.

Adicionalmente, a CSN mantém seguro de “interrupção dos negócios” e “risco de transporte”, bem como “seguro de responsabilidade civil” originalmente em 1997. A CSN também segura sua distribuição de hidroeletricidade, eletricidade, bem como investimentos em ferrovias, carvão e terminais de container.

Regulamentos Governamentais e outros Assuntos de Natureza Jurídica

Regulamento Ambiental

A CSN, está sujeita às leis e regulamentos ambientais, a nível federal, estadual e municipal. Tais leis e regulamentos tratam da poluição do ar, da poluição dos rios e mares e da manipulação e disposição de dejetos sólidos e

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

perigosos. A Companhia se compromete a controlar o impacto ambiental causado pelas aciarias e minas, em conformidade com as normas internacionais e em consonância com as leis e regulamentos brasileiros que se ocupam do meio ambiente e que regem a emissão de gases no ar, a descarga de dejetos nas águas e a manipulação e eliminação de lixos sólido e perigoso. A Constituição Federal Brasileira concede poderes ao governo e aos estados para a promulgação de leis de proteção ambiental e emissão de regulamentos com base em tais leis. Além disso, a empresa está sujeita às leis e regulamentos municipais sobre a proteção ambiental. Enquanto o governo tem poderes para promulgar regulamentos ambientais, estabelecendo padrões mínimos de proteção ambiental, os governos estaduais têm o poder de promulgar regulamentos sobre o meio ambiente que sejam mais rígidos. A maioria dos regulamentos sobre o meio ambiente no Brasil, são, por conseguinte, de nível estadual e municipal, suplantando as de nível federal. Os regulamentos ambientais do Estado do Rio de Janeiro, onde estão situadas as aciarias, são específicos para instalações do tipo. As normas estão estabelecidas nos alvarás para operação, emitidos para cada empresa ou usina, ao invés de estarem contidas em regulamentos de aplicabilidade geral, devendo tais normas ser mantidas durante toda a vigência dos alvarás. Os termos de tais alvarás para operação estão sujeitos a alterações e os mesmos tendem a se tornar mais rígidos. A administração acredita que a Empresa observa fielmente todos os requisitos ambientais aplicáveis.

As usinas de aço geram rejeitos perigosos, como resultado de seus processos de produção. Além disso, a CSN opera duas minas, de onde são obtidos os insumos para o setor do aço: uma mina de minério de ferro e uma mina de calcário e dolomita. As minas, todas localizadas no estado de Minas Gerais estão sujeitas ao Código Brasileiro sobre Mineração (doravante aqui referido por “Código de Mineração”). O Código de Mineração impõe exigências para operação das minas, com relação a, entre outras coisas, maneira pela qual os depósitos de mineral são explorados, a saúde e segurança dos operários, a proteção e restauração do meio ambiente, a prevenção da poluição e promoção da saúde e segurança das comunidades locais onde as minas estão localizadas. O Código de Mineração impõe também determinados requisitos para notificação e apresentação de relatórios. Na hipótese do vazamento de substâncias perigosas geradas pela CSN, a partir de suas atividades de aciaria ou mineração, a CSN seria considerada responsável pela solução da contaminação provocada por esses vazamentos. Despesas imprevistas, necessárias para que a empresa permaneça operando em conformidade com as leis e regulamentos ambientais, incluindo despesas com o local ou custos com outras soluções, ou responsabilidades imprevistas com relação ao meio ambiente, poderiam ter um impacto material adverso sobre a CSN. Além disso, tendo em vista estarem as instalações da usina de aço da CSN localizadas numa cidade populosa, o impacto das responsabilidades ambientais ou das soluções para os problemas de poluição poderia agravar-se.

Antes da privatização da CSN, em 1993, a proteção ambiental da Usina Presidente Vargas ou o tratamento do terreno afetado pelas atividades de mineração de carvão da companhia, executadas em Santa Catarina, até 1989, não foi considerada uma prioridade pela Companhia. As autoridades ambientais do Estado aplicaram multas em resposta às violações e agressões ao meio ambiente, relativamente à degradação da qualidade da água do Rio Paraíba do Sul, um dos maiores do Estado do Rio de Janeiro, à poluição aérea da cidade de Volta Redonda e para recuperar a terra degradada pelas atividades de mineração de carvão no estado de Santa Catarina. Desde a privatização, a CSN começou a investir pesadamente em programas de proteção e recuperação do meio ambiente.

A Companhia firmou dois acordos relativos às questões ambientais da Usina Presidente Vargas. O primeiro acordo foi assinado em setembro de 1994 com o Órgão de Proteção Ambiental do Rio de Janeiro (“FEEMA”), tendo

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

tal acordo sido alterado em Janeiro de 1996 e Dezembro de 1998 ("Acordo FEEMA"). O segundo acordo foi firmado em Janeiro de 1995 com a cidade de Volta Redonda ("Acordo de Janeiro de 1995").

Pelo Acordo FEEMA, a empresa prometeu investir, durante um período de cinco anos, com início em 1994, aproximadamente R$80 milhões (em moeda brasileira de 1994) em tecnologia ambiental e novos equipamentos para controle da poluição do ar e da água e R$2,3 milhões (em moeda brasileira de 1994) em novos serviços de infra-estrutura e para a comunidade, em troca do cancelamento (sujeito à observância do Acordo da FEEMA) de multas por agressões ambientais, que tenham sido impostas pela FEEMA contra a Empresa, durante as duas décadas anteriores ao Acordo FEEMA, multas essas resultantes de uma série de violações ambientais relativas à degradação da qualidade da água do Rio Paraíba do Sul e à poluição do ar da cidade de Volta Redonda. Uma das causas da poluição da água foi o carreamento, pelas águas das chuvas, de carvão empilhado, após grandes tempestades. O Acordo FEEMA, exige, entre outros itens, a modernização de usinas para tratamento biológico da água, instalação de usinas para tratamento de rejeitos lançados à água, instalação de precipitadores eletrostáticos em chaminés e investimentos em equipamentos de controle da produção e segurança, no sentido de modernizar o processo industrial da empresa e, por conseguinte, aumentar a produtividade e a qualidade do produto.

Desde a assinatura do Acordo da FEEMA, em 1994 até 31/12/1998, a CSN investiu 38 milhões de reais em projetos ambientais previstos no Acordo FEEMA, mais 16 milhões de reais em projetos ambientais não previstos no Acordo FEEMA. Contudo, as diferenças que surgiram, foram devidas aos métodos empregados pela CSN para o cumprimento de suas obrigações previstas no Acordo FEEMA. Como resultado dessas diferenças, a CSN, a FEEMA e o Estado do Rio de Janeiro celebraram um aditamento a esse Acordo FEEMA, em dezembro de 1998, através do qual a CSN concordou em contratar técnicos especializados da Universidade Federal do Rio de Janeiro para desenvolver uma completa auditoria ambiental, a fim de rever todos os itens do Acordo FEEMA, que serão usados como base para uma alteração adicional a esse Acordo FEEMA. O relatório final da auditoria deverá estar concluído até 30/06/1999. A falta de consenso quanto a essa alteração contratual, dentro de 60 dias a contar dessa data, poderia levar à FEEMA a declarar a CSN como estando violando sua obrigação contratual de investimento, nos termos do Acordo FEEMA. A CSN já providenciou uma garantia bancária relativa a sua obrigação de investimento.

Pelo Acordo de Janeiro de 1995, a empresa comprometeu-se a investir 16,4 milhões de reais num programa de qualidade ambiental projetado para preservar o ambiente e oferecer assistência à comunidade de Volta Redonda. Duas das prioridades do programa são indenizar a cidade de Volta Redonda pelos danos ambientais que lhe possam ter sidos causados e controlar as emissões de poluição da Usina Presidente Vargas.

O Acordo de Janeiro de 1995 necessita da alocação de recursos para proteger uma das reservas florestais atlânticas, na cidade de Volta Redonda e diversas espécies animais em risco de extinção e que lá se encontram. O Acordo de Janeiro de 1995 dispõe também sobre a criação de um parque ecológico para o desenvolvimento de pesquisa botânica e ambiental de áreas urbanas em Volta Redonda.

Antes de 1990 a CSN operou instalações de mineração de carvão no estado de Santa Catarina. Como parte de tais operações, a CSN, junto com outras empresas, utilizou um açude para descarregar efluentes. Um plano para recuperação das áreas afetadas é uma das exigências da FATMA, a autoridade ambiental local. O esboço desse plano da empresa é o primeiro estágio do projeto que, uma vez aprovado pela FATMA, deverá ser desenvolvido no futuro. A parcela da CSN relativa ao custo do projeto está, atualmente, estimada no equivalente

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

a, aproximadamente, 14 milhões de dólares dos americanos. A FATMA aprovou o plano de recuperação para duas das áreas afetadas, tendo os trabalhos em tais áreas já iniciado.

Concessões para Exploração de Minas

As operações de mineração da CSN são regidas pela Constituição Brasileira e pelo Código de Mineração e estão sujeitas às leis, regulamentos e normas promulgadas com respeito a matéria. Consoante a Constituição Brasileira, todos os recursos minerais pertencem ao Brasil. As atividades de mineração da CSN na mina denominada Casa de Pedra estão baseadas no teor de um documento, de que dispõe, denominado Manifesto de Mina ("Manifesto"), que autoriza a quem o possui plena titularidade sobre os depósitos minerais existentes dentro dos limites da propriedade. As atividades de mineração da CSN nas minas de Bocaina estão baseadas numa concessão que outorga à empresa exploradora o direito de continuar suas atividades de mineração enquanto existirem reservas.

O Código de Mineração e a Constituição Brasileira impõem sobre as empresas de mineração, como a CSN, exigências relativas , entre outras coisas, à maneira pela qual os depósitos minerais são explorados, à saúde e à segurança de operários, à proteção e restauração do meio ambiente, à prevenção da poluição e à promoção da saúde e segurança das comunidades locais, onde estão localizadas as minas. O Código de Mineração impõe também determinadas exigências sobre notificação e apresentação de relatórios.

Regulamento Antitruste

A CSN está sujeita a várias leis no Brasil que se destinam a manter um meio ambiente comercial sempre competitivo na indústria brasileira de produção de aço. Por exemplo, nos termos da Lei 8884/94 ("Lei de Defesa da Concorrência"), a *Secretaria de Direito Econômico* – SDE, do Ministério da Justiça do Brasil, tem ampla autoridade para promover a concorrência econômica entre empresas no Brasil, incluindo poderes para suspender aumentos de preço e investigar o comportamento eivado de conspiração entre as empresas. Além disso, se o Conselho Administrativo de Defesa Econômica verificar que algumas empresas estão agindo em conluio para majoração de preços, o *Conselho Administrativo de Defesa Econômica* – CADE tem autoridade para aplicar multas a essas empresas, proibi-las de receber empréstimos do Governo Brasileiro e proibí-las de participar de licitações públicas. Além disso, o CADE tem autoridade para desautorizar fusões de empresas e exigir que uma empresa fique desapossada de seus ativos caso verifique que a indústria na qual tal empresa trabalha opera de maneira insuficientemente competitiva.

Após uma investigação que teve início em 1997, o SDE, atuando sobre sua autoridade acima descrita, recentemente indicou que há razões para se acreditar que a CSN, a Usiminas e a Cosipa agiram em conluio na violação na Lei Brasileira Antitruste, ao majorarem preços de produtos de aço laminados a quente e a frio, em abril de 1997. O caso foi remetido ao CADE para uma decisão final.

Além disso, com relação à privatização da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, que possui 11,57% da USIMINAS (aumentou tal participação em 7,74%, em junho de 1998), 22,69% na CST e 4,84% na Açominas, a SDE deu início a investigações sobre a concentração na indústria brasileira de produção de aço. Baseada nessa primeira fase da investigação, o que foi feito em conjunto pela Secretaria Especial de Acompanhamento Econômico ("SEAE") do Ministério da Fazenda, a SDE expressou sua preocupação sobre o conluio entre produtores de aço e a concentração na indústria do transporte. A SDE remeteu a matéria ao CADE.

Processos Antidumping e o Protecionismo do Governo

Nestes últimos anos, os produtos de aço de vários países e empresas, incluindo o Brasil e

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

CSN, têm sido o objeto de investigações Antidumping ("AD") e outras investigações relacionadas com o comércio ("CVD"), em alguns dos principais mercados mundiais do aço. A maioria dessas investigações teve como resultado a aplicação de obrigações que limitam a facilidade ao acesso a tais mercados por parte dessas empresas investigadas. Até o momento, contudo, tais investigações não tiveram impacto significativo sobre o volume de exportação da CSN, seja pelo fato de tais exportações serem pequenas ou porque a CSN descobriu vários mercados para substituir os afetados pelas atividades protecionistas dos governos dos países importadores.

Estados Unidos. Em Outubro de 1998, as autoridades deram início a investigações Antidumping acerca de bobinas e chapas de laminados a quente, importados do Brasil e de outros países. Em 23 de novembro de 1998, o Departamento de Comércio ("DOC") decidiu que não houve fatores que justificassem circunstâncias críticas com respeito às importações do Brasil. Em 19 de fevereiro de 1999, o DOC emitiu um parecer preliminar sobre as questões Antidumping, que foram a base para o estabelecimento de obrigações com relação ao Brasil. As margens preliminares da CSN foram determinadas como seguem: medidas Antidumping 50,7% e medida compensatória 6,6%. Em 6 de junho de 1999, o Brasil e os Estados Unidos rubricaram uma minuta proposta para um acordo que pudesse suspender a imposição das medidas Antidumping e Compensatória. A minuta estabelecia um limite quantitativo de 295 mil toneladas por ano para os próximos cinco anos e um preço mínimo a ser determinado trimestralmente, com base no valor normal construído da CSN. Se o contrato de suspensão não for celebrado, o DOC deverá emitir seu parecer final sobre as margens das medidas Antidumping e Compensatória, até 06 de julho de 1999. Um parecer final da Comissão Internacional de Comércio (CIT) sobre lesões corporais deverá ser apresentado em 19 de agosto de 1999. Se esse parecer final da CIT sobre lesão corporal for favorável com respeito ao Brasil, nenhuma medida Antidumping ou Compensatória poderá ser imposta. Se o parecer final da CIT sobre lesão corporal for desfavorável e, um contrato de suspensão for celebrado, os termos desse contrato serão aplicados (medidas Antidumping e Compensatória estarão suspensas durante a vigência do contrato). Se o parecer final da CIT sobre medida Antidumping e Compensatória for desfavorável e nenhum acordo de suspensão for firmado, então tais medidas Antidumping e Compensatórias serão aplicadas.

Argentina. Em 19 de abril de 1999, a Argentina impôs um preço mínimo preliminar e temporário para importação da ordem de US$410 por tonelada FOB sobre bobinas e chapas de laminados a quente procedentes do Brasil. Um parecer final sobre o caso deverá ser apresentado no terceiro trimestre de 1999.

México. Em Dezembro de 1995 as autoridades mexicanas impuseram medidas Antidumping e Compensatória sobre folhas e fios laminados a quente importados, bem como folha e fios laminados a frio também importados do Brasil e de outros países. Para a CSN, tais medidas correspondem, aproximadamente, aos seguintes números: bobinas e chapas de laminados a quente – medidas Antidumping 22,3% e medida Compensatória 9,1%; bobinas e chapas de laminados a frio – medidas Antidumping 22,5% e medidas Compensatória 9,1%; e bobinas e chapas de laminados a quente – medida Antidumping 15,9% e medida Compensatória 8,1%.

Canadá. Em julho de 1994, o governo canadense impôs medida Antidumping para as exportações de bobinas e chapas de aços galvanizados do Brasil e de outros países. A margem das medidas Antidumping sobre as exportações da CSN foi estabelecida em 105,8%. Em julho de 1998, o Tribunal Comercial Internacional Canadense (CITT) verificou que havia base para efetuar uma revisão a fim de estabelecer ou não se as medidas Antidumping originais deveriam ser rescindidas. Uma decisão final da CITT deverá ser apresentada até 28 de Julho de 1999.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Empregados e Questões trabalhistas

Em 31 de Dezembro de 1998, a Empresa tinha, aproximadamente, 9.800 empregados, dos quais, aproximadamente, 6.650 eram sócios de sindicatos. Isso reflete uma significativa redução de, aproximadamente, 24.600 empregados que a empresa tinha em 31 de Dezembro de 1989 e uma significativa redução nestes três últimos anos de, aproximadamente, 14.000 empregados que a CSN tinha em 31 de Dezembro de 1995.

A CSN renova, a cada primeiro de maio, anualmente, acordos coletivos trabalhistas, com 6 sindicatos organizados por categorias de atividades. A liderança de cada sindicato está filiada a um sindicato trabalhista nacional ou é independente. Os dois sindicatos que têm maior números de associados que são empregados da CSN são (i) o sindicato de trabalhadores na indústria do aço de Volta Redonda e região, que representa, aproximadamente, 8.800 empregados da CSN, estando filiado à força sindical nacional e (ii) o sindicato dos mineradores de ferro de Congonhas, que representam, aproximadamente, 520 empregados da CSN, estando o mesmo filiado à *Central Única dos Trabalhadores* ("CUT"). O Sindicato nacional denominado CUT vem sendo, há muito tempo, um aliado político do Partido dos Trabalhadores – PT, o Partidos dos Trabalhadores que defende o socialismo e a democracia social.

A CSN é a principal patrocinadora da caixa beneficente dos empregados da CSN, que é o plano de pensão dos empregados. Como resultado de um aumento geral na folha de pagamento concedido pela CSN à época de sua privatização e do declínio no valor dos ativos da CBS, a CBS tem obrigações substanciais de benefícios projetados, sem reforços. Em 25 de janeiro de 1996, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou um proposto acerto das obrigações não financiadas para benefício projetado então existente na CBS, través do que 57,5% de tais obrigações não financiadas serão pagas pela CSN num período de 30 anos e o restante, 42,5% serão pagos pelos participantes da CBS, num período de 35 anos através de progressivos descontos em folha. As obrigações de benefícios de pensão não financiadas da CSN totalizaram US$422 milhões nos Estados Unidos em 31 de dezembro de 1998. O montante das obrigações e benefícios de pensão não financiada é afetado pelas flutuações no valor dos ativos da CBS que totalizaram US$272 milhões do Estados Unidos, em 31 de dezembro de 1998, aproximadamente 58% do que foi atribuído às ações ordinárias da CSN detidas pela CBS. Vide nota 15(a) dos demonstrativos financeiros consolidados.

Em março de 1997 a CSN estabeleceu um plano de participação nos lucros para os empregados. Todos os empregados participam do plano e ganham bônus baseados no sucesso da empresa em atingir determinados objetivos a cada ano, incluindo um objetivo de lucrabilidade da empresa, bem como objetivos baseados em vendas, controle de custos, produtividade em níveis de estoque apropriados à natureza dos diferentes setores. De acordo com o Plano de Participação nos lucros, pelos empregados, em 1998, R$21,1 milhões foram distribuídos aos empregados, com distribuições individuais de até 3,6 vezes um salário mensal de empregado.

Visão Geral da Indústria Siderúrgica Mundial

A indústria mundial do aço é composta de milhares de instalações de produção de aço divididos em duas grandes categorias, a saber, usinas de aço integradas e usinas de aço não integradas (algumas vezes denominadas mini usinas), caracterizadas pelo método usado para produção do aço. A usinas integradas que respondem por, aproximadamente, 66% da produção de aço cru em todo o mundo, em 1998, produz normalmente aço pela fusão em fornos de combustão do óxido de ferro encontrado no minério e pelo refino do ferro em aço, principalmente através do uso de fornos básicos de oxigênio ou, mais raramente, em fornos de arco elétrico. As usinas não integradas (algumas vezes referidas como mini usinas), que são responsáveis por, aproximadamente, 34% de toda a produção mundial de aço cru, em 1998,

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

produzem aço pela fusão de refugos de metal, ocasionalmente incluindo outros materiais metálicos como ferro processado a quente, em fornos de arco elétrico. Todavia, os especialista na indústria esperam que até o final do século, uma escassez nos refugos de metal, bem como o alto custo da eletricidade, possam restringir o crescimento das mini usinas.

Nestes últimos dez anos, a produção total global de aço cru variou entre, aproximadamente, 723 milhões e 799 milhões de toneladas por ano. Em 1998, a produção global de aço foi de 776 milhões de toneladas, representando uma queda de 2,9% quando comparada com produção de aço de 799 milhões de toneladas em 1997. O aço continua a ser o material preferido nas indústria automotiva da construção do maquinário e outras. Não obstante as ameaças em potencial de sucedâneos para o aço, como os plásticos, alumínio, vidro e cerâmica, especialmente para a indústria automotiva o aço continua a apresentar uma larga vantagem econômica. Embora o aparente consumo de aço no sudeste asiático e no Japão (que é um país que importa mais que exporta) tivesse sido reduzido pela crise econômica que teve início no final de 1997, o crescimento aparente no consumo de aço nos mercados da América do Norte e Europa compensou parcialmente a aparente declínio mundial no consumo do aço. A respeito disso, o Instituto Internacional do Ferro e do Aço informou que a demanda mundial para os produtos de aço acabado caiu em 1%, ou seja, de 698,5 milhões de toneladas em 1997 para 691,6 milhões de toneladas em 1998 e que a diminuição continua até 1999 atingindo 673 milhões de toneladas, ou seja, um declínio de 2,7% em 1999.

O Brasil vem desempenhando importante papel no mercado exportador, primeiramente como um exportador de produtos semi-acabados. A Indústria de Aço Brasileira caminhou vários passos no sentido de ampliar sua capacidade em produzir produtos de valor agregado. Por conseguinte, as exportações de produtos acabados do Brasil vem diminuindo continuamente nestes últimos anos, como uma resposta ao aumento de uma demanda doméstica desses produtos. As exportações brasileiras de produtos de aço semi-acabados totalizaram 5,5 milhões de toneladas em 1997 e 5,4 milhões de toneladas em 1998, o que representou 60% e 62% do total das exportações para ambos os períodos respectivamente.

As economias em desenvolvimento como as da China, ao tempo em que estão aumentando sua própria capacidade de produção, vem sendo grandes importadores de aço desde a última década. O Brasil, com sua grande capacidade de produção de aço e tradição como um exportador global, tem exportado de forma consistente, uma substancial parte de sua produção. As vendas de produtos de aço do Brasil totalizaram 22,9 milhões de toneladas em 1996 e 23,8 milhões de toneladas em 1997 o que excedeu a demanda doméstica de 13 milhões de toneladas em 1996 e 15,3 milhões de toneladas em 1997 em 9,9 milhões de toneladas e 8,5 milhões de toneladas, respectivamente. Em 1998 as vendas de produtos de aço alcançaram a casa das 22,4 milhões de toneladas, o que excedeu o consumo doméstico brasileiro aparente de 14,5 milhões de toneladas, em 7,9 milhões de toneladas.

Indústria Siderúrgica Brasileira

Desde os anos 40, o aço vem sendo de vital importância para a economia brasileira. Durante os anos 70, grandes investimentos governamentais foram feitas para propiciar ao Brasil uma indústria de aço capaz de suportar o boom da industrialização do País. Após uma década de pouco ou nenhum investimento no setor, nos anos 80, o governo escolheu o setor do aço como o primeiro para dar início as privatizações, em 1991, resultando no grupo mais eficiente de empresas em operação na atualidade.

Em 1998, o Brasil era o oitavo maior produtor de aço cru no mundo, com uma produção da ordem de 25,8 milhões de toneladas métricas e uma fatia de 3,3% da produção global de aço cru. O Brasil foi responsável de quase 50% da produção total de aço na América Latina, em 1998, com uma produção próximo a duas vezes a do México e, aproximadamente, 26% da produção de aço dos Estados Unidos.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Uma Indústria Privatizada

Durante os quase 50 anos de controle estatal, o setor brasileiro do aço era nacionalmente coordenado sob os auspícios da SIDERBRÁS o monopólio nacional do aço. O Estado tinha pouco envolvimento no setor do aço não plano, que era tradicionalmente composto de empresas menores do setor privado. Os grandes produtores integrados de aço plano operavam como empresas semi-autônomas sob o controle da SIDERBRÁS, tendo sido cada uma delas individualmente privatizadas durante o período compreendido entre 1991 e 1993. A privatização resultou na liquidação da SIDERBRÁS e o leilão público de suas oito empresas de produção de aço. A CSN acredita que a privatização do setor brasileiro do aço resultou numa melhoria no desempenho financeiro de oito empresas produtoras, como resultado de melhoria em suas eficiências, maiores níveis de produtividades, menores custos operacionais, redução na mão-de-obra e retomada dos investimentos.

Demanda Interna

Historicamente a Indústria Brasileira do Aço vem sendo afetada por grandes flutuações na demanda doméstica do aço. Embora o consumo nacional per capita varie com o produto interno bruto, as flutuações no consumo do aço tendem a ser mais pronunciadas que as mudanças nas atividades econômicas. Nestes últimos anos, o consumo per capita do aço cru, no Brasil, flutuou na proporção de entre 96 kilos em 1989 a 68 Kilos em 1992, atingindo uma alta de 107 kg per capita em 1997, 16% maior que o consumo em 1996. Em 1998, em virtude da queda na economia brasileira, o consumo brasileiro per capita de aço cru caiu 10,5%, ou seja, para 99,6 kg, o que é muito baixo para os padrões mundiais.

O Produto Interno Bruto Real cresceu a uma taxa de 3% e 2,9% em 1997 e 1996, respectivamente. Em 1998 a crise econômica mundial provocou um crescimento no Produto Interno Bruto Brasileiro de somente 0,15%. As flutuações nas taxas de crescimento refletem as medidas de controle inflacionário tomadas pelo governo brasileiro, como aumento nas taxas de juros domésticos. A partir de 1996 até 1998, o total nas vendas domésticas de aço cresceu, aproximadamente 7,3%, passando de 12,7 milhões de toneladas para 13,6 milhões de toneladas, a uma taxa de crescimento média anual da ordem de 3,6%.

A indústria de fabricação, que responde pela vasta maioria da produção industrial do Brasil, cresceu 5,5% em termos reais em 1997 e 3,7% em 1996. Em 1998, a produção industrial no Brasil caiu 2,2% em termos reais, no despertar da queda da economia mundial. O setor brasileiro do aço plano está passando da fase de produção para um setor de duráveis com consumidores de maior valor agregado, um setor que depende da confiança do consumidos doméstico que, a seu turno, está vinculado à tendência político-econômica da atual administração governamental. Em 1997 e 1996, o setor de consumo de bens duráveis cresceu 2,9% e 11,2% respectivamente. Em 1998, esse setor apresentou uma queda de 20,5% como resultado das atuais crises econômicas.

Nestes últimos anos, significativos investimentos foram anunciados pelos principais fabricantes de automóveis do Brasil: General Motors, Ford, Fiat e Wolkswagem. Além disso, a Renault, a Honda, a Daimler, a Chrysler, a Audi e Peugeot/Citroen estão investindo em nova instalações no Brasil. A ANFAVEA, a Associação da Indústria Automotiva Brasileira, reporta um investimento em potencial de mais de 6 bilhões de dólares dos Estados Unidos no ano 2001. Durante 1996, um total de 1,8 milhões de veículos foram produzidos no Brasil. Durante 1998, um total 1,6 milhões de veículos foram produzidos, significando uma queda de 23,8% em 1997. Em 1997 um total de 2,1 milhões de veículos foram produzidos, significando um aumento de 13,8% em 1996.

Processos de Produção Prevalecentes

A Indústria Brasileira do Aço é dominada por produtores de aço integrados, empregando altos fornos convencionais e fornos básicos a oxigênio, utilizando abundante suprimentos de minério de ferro brasileiro. A indústria de aço

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

brasileira produziu, aproximadamente, 80,3% de sua produção total em 1998, usando tecnologia lingotamento contínuo, que é pouco menos que a média mundial de aproximadamente 83,3% e menos que os percentuais de 95,3% e 96,9% dos Estados Unidos e do Japão, respectivamente. Conforme os produtores de aço plano vão investindo em novas tecnologias, incluindo a lingotamento contínuo, esse percentual deve aumentar. A CSN, por exemplo, produziu 100% de sua produção total, empregando lingotamento contínuo desde Fevereiro de 1996. Vide o capítulo produção – Processo de Produção.

Participantes do Mercado

Hoje em dia a Indústria Brasileira do Aço é composta de quinze empresas, com a capacidade anual instalada de aproximadamente de 31 milhões de toneladas, produzindo uma ampla gama de aço plano longo, carbono, inoxidável e aços especiais. As cinco maiores empresas integradas de aço, que faziam anteriormente parte da SIDERBRÁS, responderam por 18,4 bilhões de toneladas da produção de aço cru, em 1998 (71,4% da produção total) como segue:

- CSN – 4,7 bilhões de toneladas ou 18,3%;
- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A ("USIMINAS") – 4 milhões de toneladas ou 15,6%;
- Companhia Siderúrgica de Tubarão ("CST") – 3,8 milhões de toneladas ou 14,8%;
- Companhia Siderúrgica Paulista ("COSIPA") – 3,5 milhões de toneladas ou 13,6%; e
- Aços Minas Gerais S/A ("AÇOMINAS") – 2,3 milhões de toneladas ou 9%.

A CSN, a USIMINAS e a COSIPA dominam o mercado brasileiro de produtos de aço carbono laminado plano. Para a produção das maiores industrias brasileiras de aço durante os últimos três anos, vide o item – Competição na Indústria Brasileira do Aço.

Utilização da capacidade

A Indústria Brasileira do Aço operou com aproximadamente com 83% da capacidade nominal para aço cru, durante 1998. O setor do aço plano operou a um percentual maior que sua capacidade nominal, com a CSN operando a 105%, a USIMINAS a 96,4% e a COSIPA a 90%. A capacidade nominal brasileira total, em 1998, foi estimada em 31 milhões de toneladas.

Exportações / Importações

De 1996 a 1998 houve uma mudança nas exportações para o mercado doméstico. Em 1997 e 1998, as vendas com exportação caíram para 39% das vendas totais brasileiras (vendas domésticas mais exportações), que eram de 45% em 1996. A CSN acredita que, em 1999, as vendas de exportação, como um percentual do total de vendas brasileiros, pode crescer como resultado da recente desvalorização da moeda brasileira. As vendas com exportação respondem por 2,8 bilhões de dólares nos Estados Unidos em ganhos com exportação para o Brasil, em 1998, com o aço representando o quarto maior exportador em dólares do Brasil, atrás da indústria de equipamento automotivo, de maquinaria mecânica e minérios. Em 1997, o último ano para o qual há dados disponíveis, o Brasil foi o décimo maior exportador de aço do mundo. Vide o item - Competição – Posição Competitiva – Global. O Brasil é um modesto importador de produtos de aço. As importações de aço, em 1996, foram da ordem de 378 mil toneladas ou 2,9% do consumo doméstico estimado e, para 1997, as importações foram de 794 mil toneladas ou 5,2% do consumo doméstico estimado. De acordo com o IBS, o consumo doméstico estimado corresponde às vendas domésticas mais importações. O Brasil teve um superávit comercial no setor do aço de 2 bilhões de dólares norte-americanos, contrastando com déficit comercial geral de 6,4 bilhões de dólares dos Estados Unidos, em 1998. Nesse ano de 1998, as importações alcançaram a casa dos 899 mil toneladas ou 6,2% do consumo doméstico estimado.

Nestes últimos 20 anos, a Indústria Brasileira do Aço vem se caracterizando por uma necessidade estrutural de exportar, o que está demonstrado na curva industrial de oferta e demanda. A Indústria Brasileira do Aço passou por períodos de super produção, períodos de

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

produção cíclica e intensa competição durante estes últimos anos. A demanda de produtos acabados de aço, de acordo com medições do consumo doméstico estimado, apresentou uma notável queda, comparando-se com o total do suprimento (definido como produção total mais importações). Em 1998 o suprimento totalizou 26,7 milhões de toneladas comparado com a demanda doméstica de 14,5 milhões de toneladas.

O Brasil possui um mercado exportador bastante diversificado. Em 1998, as vendas com exportação foram feitas para quase cem países. Os Estados Unidos são o maior mercado exportador do Brasil, sendo responsáveis por 26,6% de todas as exportações brasileiras de aço, pelos cálculos de 1998. Os demais doze maiores mercados, juntos, são responsáveis por 52,8% das exportações de aço do Brasil, como calculado em 1998. A CSN acredita que o montante exportado para os Estados Unidos poderá declinar em 1999 em virtude de ações Antidumping contra os exportadores brasileiros de aço. Porém, outros mercados, como os da Ásia, Europa e América Latina deverão aumentar suas importações de aço nos anos vindouros e isso poderá compensar a redução potencial nas exportações para o mercando dos Estados Unidos da América.

Matérias Primas

Uma das principais vantagens competitivas do Brasil é o baixo custo da matérias primas. O Brasil possui, em abundância minério de ferro de boa qualidade. Muitos dos produtores integrados estão sediados no estado de Minas Gerais, o local onde se encontram as maiores minas de minérios de ferro do mundo. O custo do minério de ferro brasileiros é de aproximadamente 1/3 daquele do Japão, Europa Ocidental, Estados Unidos e Coréia do Sul. Todo o carvão de coque é importado, já que os suprimentos domésticos são considerados de baixa qualidade. Se por um lado há grande abundância de carvão vegetal, por outro lado as medidas de controle ambiental estão induzindo usinas integradas que empregam carvão vegetal a abandonarem essa prática, passando a importar carvão de coque. A Indústria Brasileira do Aço depende pouco dos refugos desse material, face ao grande percentual de produtores integrados.

Eletricidade

O Brasil se beneficia de diversos recursos hidroelétricos, que reduzem bastante os custos no consumo de energia elétrica pelos usuários industriais.

Fatores de Riscos Relacionados com a Indústria Siderúrgica e com a CSN

Matérias Primas e Custo com Transporte

As principais matérias primas da CSN são minério de ferro, carvão (a partir do que a CSN produz coque), calcário, dolomita, manganês, zinco, estanho e alumínio. Enquanto a CSN obtém todo o seu estoque de minério de ferro, calcário e dolomita de suas minas no estado de Minas Gerais, produzindo a maior parte de seu estoque de coque em suas próprias baterias de coque, ela depende de terceiros para a obtenção de outras matérias primas necessárias às suas operações. Todo o carvão que a CSN emprega na produção de coque e cerca de 20 % de todo o coque que a CSN necessita são importados. Por causa da natureza cíclica da indústria do carvão, o termos sobre preço e quantidade dos contratos da CSN cujo objeto seja o carvão são renegociados anualmente. Assim, os custos com carvão, para a CSN, podem variar de ano a ano. Além disso, a CSN compra zinco, estanho, manganês e alumínio dos fornecedores domésticos terceirizados. Em 1998, os gastos com matérias primas alcançaram, aproximadamente, a casa dos 27,4% dos gastos totais da CSN com produção. Embora a CSN acredite que estará em condições de obter matérias primas a preços razoáveis, não há nenhuma garantia de não haver aumento nos preços (particularmente os preços de produtos e serviços obtidos de terceiros) no futuro, resultando em uma diminuição da rentabilidade da CSN.

A CSN depende do transporte ferroviário para transportar matérias primas de suas minas para a Usina Presidente Vargas e para transportar seus produtos de aço para os grandes mercados e

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

portos brasileiros, para embarque para o exterior. Além disso, o carvão importado e os suprimentos adicionais de coque adquiridos de fornecedores estrangeiros são transportados por via férrea e caminhões, do Porto de Sepetiba para a Usina Presidente Vargas, num percurso de aproximadamente 109 km. Os custos com transporte por linha férrea foram responsáveis por, aproximadamente, 7% do custo de produção da CSN em 1998. Até recentemente, o Sistema Ferroviário do Brasil (incluindo vagões e trilhos) era controlado pelo governo e necessitava de muitos reparos. A fim de aumentar a confiabilidade de seu transporte ferroviário, durante 1996, a CSN participou da privatização do Sistema Ferroviário do Sudeste do Brasil e do Sistema Ferroviário do Centro-Leste, os dois sistemas dos quais ela depende, com participações em cada um dos consórcios que lideram o direito de operar tais sistemas. No entanto, não há garantias de que tal tentativa em aumentar a confiabilidade de seu transporte ferroviário será um sucesso. Vide – Investimentos em Novas Áreas e – Programas de Investimentos – Investimentos estratégicos – Infraestrutura: Estradas de Ferro.

A CSN depende bastante de determinados portos locais para a importação de matérias primas e a exportação de seus produtos. Os portos do Brasil, em sua maioria, estão sob o controle do governo e necessitam de aperfeiçoamento. A fim de reduzir o gastos e aumentar a confiabilidade, a CSN participou com sucesso das licitações para concessão de licença para operar o terminal de carvão do Porto de Sepetiba, que a CSN utiliza para importar todo o carvão de que necessita e uma parcela de seu coque, e também o terminal de contêiner do Porto de Sepetiba, pelos quais a CSN pretende embarcar grande parte de suas exportações. Não há nenhuma garantia de que as tentativas da CSN em reduzir os custos e aumentar a confiabilidade através dessas privatizações será um sucesso. Vide "– Programa de Investimento – Investimentos Estratégicos – Portos".

Dependência de uma Fonte de Água

Grande quantidade de água é necessária na produção do aço. A água, além de ser usada como um solvente, um catalisador, um agente de limpeza e de resfriamento, é também usada para remoção dos refugos. A principal fonte da CSN é o rio Paraíba do Sul, que atravessa a cidade de Volta Redonda. A maior parte da água é reciclada e uma menor parte, após ser processada, é lançada novamente no rio Paraíba do Sul. Um nova lei, aprovada em 1997, poderá permitir ao governo brasileiro cobrar pelo uso de água desses rios. Nenhuma garantia pode ser dada de que restrições quanto ao uso de água do rio Paraíba do Sul, pela CSN, incluindo taxas para esse uso, não serão impostas no futuro.

Dependência de Fonte de Eletricidade

A produção de aço exige significativa quantidade de energia elétrica para movimentar as usinas de laminação e para converter o carvão em coque. A CSN tem adquirido 96% da energia elétrica de que necessita nestes últimos 3 anos e, em 1998 o fator eletricidade foi responsável por 6,9% dos custos de produção da CSN. Em 1998, a Usina Presidente Vargas consumiu 2,93 milhões megawatt/hora ou 622 kilowatt /hora por tonelada de aço cru. A Light é responsável pelo fornecimento de 80% da eletricidade consumida no Rio de Janeiro, sendo a principal fonte de eletricidade da CSN. Em vista da crescente necessidade da CSN por energia elétrica, e da falta de investimento público em instalações geradoras adicionais, a CSN está na busca de várias alternativas para garantir , no futuro, seu consumo de energia elétrica. Vide – Programas de Investimentos – Investimento Estratégicos – Infra-estrutura: Distribuição e Geração de Eletricidade, onde estão descritos os investimentos da CSN na Light e nas estações de geração de energia hidroelétrica de Ita e Igarapava e uma proposta instalação de co-geração de energia termoeléctrica. Nenhuma garantia pode ser dada no sentido de que tais investimentos serão bem sucedidos.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Sazonalidade da Indústria do Aço;
Importância dos Mercados Exportadores

A indústria do aço é bastante típica por natureza, tanto no Brasil quanto no exterior. Além disso, pelo fato de a Indústria Brasileira do Aço produzir substancialmente mais aço do que aquela que a economia interna possa consumir, a Indústria Brasileira do aço depende muito dos mercados de exportação. A demanda de produtos de aço e, por conseguinte, as condições financeiras e os resultados de operações de empresas da indústria do aço, incluindo a CSN, são, geralmente, afetadas por flutuações macroeconômicas na economia mundial e nas economias nacionais de países produtores de aço, incluindo tendência nos setores automotivo, da construção, eletrodomésticos, embalagem e de contêiner. Qualquer decréscimo de material significativo na demanda de aço, geralmente nos mercados internos ou de exportação, servidos pela CSN, teriam um efeito substancial adverso sobre os resultados das operações e perspectivas da CSN.

Concorrência

A despeito de significativas reduções na capacidade de produção de aço pelos maiores produtores, nas nações desenvolvidas, nesta última década, a indústria mundial do aço continua a ser afetada, de forma adversa, pelo excesso na capacidade de produção em todo o mundo. Essa super-capacidade reflete, de maneira geral, a decrescente demanda de aço nos países industrializados ocidentais, bem como o significativo aumento da capacidade de produção de aço nos países em vias de desenvolvimento. Contínuos avanços nos estudos sobre materiais e tecnologias foram responsáveis pelo aumento na produção de novos produtos como plástico, alumínio, cerâmica, vidro e novos produtos de aço que estão competindo com os tradicionais produtos em aço. Além disso, a economia em se operar uma aciaria continuamente, em virtude dos altos custos para sua instalação, pode incentivar os administradores de usinas a manterem altos níveis de produção, mesmo em épocas de baixa demanda, o que exacerba as pressões sobre as margens de lucro na indústria.

A indústria do aço é altamente competitiva com relação a preço, qualidade de produto e atendimento ao cliente, bem como a avanços tecnológicos que permitiriam ao produtor de aço reduzir seus custos com produção. Vide – Competição. Qualquer aumento nos preços de matérias primas ou serviços (especialmente as obtidas de fornecedores terceirizados, sobre o que a CSN não tem qualquer controle) ou gastos com a produção, poderiam também pressionar as margens de lucro da CSN, especialmente nas vendas de seus produtos exportados, onde as margens tendem a ser menores.

Antidumping e Protecionismo do Governo

Como resposta ao aumento da produção de aço em muitos países, foram impostas medidas Antidumping e Compensatórias, que afetam países com significativas exportações de aço, como é o caso do Brasil. Essas medida Antidumping e as Compensatórias poderão, de forma adversa, afetar a empresa e suas exportações. Vide – Regulamentação Governamental e Outras Matérias Legais – Processos Antidumping e Protecionismo do Estatal.

Custos em Potencial para Adequação às exigências ambientais;
Regulamento para Mineração

As instalações de produção de aço da CSN estão sujeitas a uma ampla gama de leis, regulamentos e exigências de alvarás no Brasil, relativamente à proteção da saúde humana e meio ambiente. Enquanto o Governo tem poderes para promulgar regulamentos ambientais estabelecendo padrões mínimos de proteção ambiental, os governos estaduais têm poderes para promulgar regulamentos ambientais mais rígidos e podem, em alguns casos, suspender as operações de uma usina. Para uma discussão de determinados processos legais relativos a questões ambientais, envolvendo a CSN, vide – Regulamentação

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Governamental e Outras Matérias Legais – Regulamento Ambiental.

Investimentos em Novas Áreas

Além dos gastos com capital destinados a melhorar a produção tradicional de aço da CSN, nos termos do Programa de Melhoria de Capital, a CSN ingressou, e no futuro poderá ingressar, em nova áreas nas quais o investimento privado ainda não foi autorizado, mas que estão, direta ou indiretamente, relacionadas a seus negócios de produção de aço. Esses investimentos incluem os feitos ou que se pretendem fazer na geração de eletricidade, no transporte por via férrea e em instalações portuárias descritas no tópico – Programas de Investimentos – Investimentos Estratégicos – CVRD para assegurar seu acesso e para aumentar a confiabilidade das fontes de tais produtos e serviços. Vide "Matérias Primas e Necessidade de Energia" e "Transporte", que são sub-tópicos do tópico – Matérias Primas e Transporte. Tais investimentos incluem também o investimento na CVRD. descrito no tópico – Programas de Investimentos – Investimentos Estratégicos. Nenhuma garantia pode ser dada de que tais investimentos propostos serão feitos ou que terão algum sucesso. Diversos desses investimentos foram ou serão feitos através da participação num consórcio formado para o desenvolvimento ou operação de uma concessão outorgada por um órgão governamental. Pela legislação brasileira, cada membro de um consórcio é solidariamente responsável pelas obrigações decorrentes de uma concessão.

Fatores de Riscos relacionados ao Brasil

Governo Brasileiro – Fatores Econômicos e Políticos

Nestes últimos 20 anos, a economia brasileira tem se caracterizado por uma freqüente e, ocasionalmente, drástica intervenção do Governo. O Governo, com freqüência, tem mudado suas políticas monetária, creditícia, tarifária e outras que influenciam o curso da economia no Brasil. As ações governamentais tem envolvido medidas como o congelamento das contas bancárias e controle do capital, bem como controle dos salários e preços. Com menos freqüência, o governo limitou exportações do Brasil. A legislação brasileira dispõe que, sempre que há algum sério desequilíbrio na balança de pagamento do Brasil ou sérias razões para se prever tal desequilíbrio, o governo poderá, por um limitado período, impor restrições sobre a remessa de numerário, para investidores estrangeiros, de lucros de investimentos feitos no Brasil. As mudanças na política envolvendo a taxa de crescimento da economia brasileira, tarifa, controle de câmbio e outros assuntos, no futuro poderiam ter um efeito adverso sobre a CSN, efeito adverso esse que também poderia, de repente, ser causado por mudanças na taxa de câmbio do Real, pela instabilidade social e por outras causas políticas, econômicas ou diplomáticas, bem como pela resposta do governo a essas causas. O desejo do governo de controlar a inflação, de reduzir os déficits orçamentários e de reduzir os déficits comerciais poderá fazer com que ele tome medidas que retardem ou incentivem o crescimento econômico brasileiro e no valor relativo do Real. As ações do governo com relação à economia poderiam ter um importante efeito sobre as condições do mercado, os preços e o retorno dos investimentos.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem mantido o Plano Real (vide – Fatores de Riscos Relacionados ao Brasil – Super Inflação), que foi adotado quando o Presidente Cardoso era Ministro da Fazenda. O Presidente Cardoso declarou também sua intenção de continuar a manter o livre mercado e as medidas de privatização destes últimos anos e seu governo tomou medidas de apoio a tais intenções. Determinadas importantes facções políticas, contudo, permanecem fazendo oposição a significativos pontos do programa de reforma. A resistência política à implementação do programa de ajuste fiscal do governo, incluindo a rejeição, pelo Congresso Brasileiro, de vários aumentos de impostos, em dezembro de 1998, é considerada como tendo contribuído bastante para o enfraquecimento da confiança no mercado, o que, por sua vez, resultou na desvalorização do Real, em Janeiro de 1999. Vide "Taxas de Câmbio".

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Recentemente, o Congresso demonstrou um maior apoio à política do governo quando a desvalorização começou a se manifestar. A maioria no Congresso, que está com o Presidente Cardoso, permanece contudo formando uma coalizão de partidos políticos e, como resultado disso, sua liderança no Brasil pode estar sujeita a um maior número de compromissos e acomodações que a seu partido que controla o Congresso.

Super Inflação

O Brasil, historicamente, atravessou períodos de altas taxas de inflação. A inflação, por si, bem como determinadas medidas governamentais para seu combate, tiveram significativos efeitos negativos sobre a economia brasileira em geral e afetaram a condição financeira e os resultados das operações da CSN. No início de 1994, o governo introduziu o Plano Real, um plano de estabilização econômica projetado para reduzir a inflação, reduzindo determinados gastos públicos, cobrando dívidas das quais o governo era credor, aumentando os impostos, dando seqüência ao programa de privatização e introduzindo uma nova moeda. Em primeiro de Julho de 1994, como parte do Plano Real, o governo introduziu o Real, que substituiu do Cruzeiro Real, como a moeda oficial do Brasil. Desde a introdução do Plano Real, a taxa de inflação no Brasil tem sido substancialmente menor que a dos anos anteriores. As taxas de inflação, medidas pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, foram de aproximadamente 1,7%, 7,5%, 9,3% e 14,8% em, 1998, 1997, 1996 e 1995, respectivamente, comparando-se com 909,6%, 2.708,6% e 1.158% em 1994, 1993 e 1992, respectivamente. A desvalorização do Real no primeiro trimestre de 1999, contudo, resultou num aumento da inflação, conforme informação no IGP-DI, da ordem de 1,2% (mensalmente) em Janeiro de 1999 para 4,4% em fevereiro de 1999. Daí por diante, a inflação foi reduzida e chegou a uma baixa de – 0,34% em maio de 1999. No entanto, não há garantia de que esse nível menor de inflação irá continuar e que no futuro as ações do governo do brasileiro (incluindo ações adicionais para ajustar o valor da moeda brasileira) não irão acionar a renovação da hiper-inflação ou que qualquer aumento não vá trazer algum efeito adverso material sobre a situação financeira e os resultados das operações da CSN.

A fim de combater às pressões inflacionárias, o Banco Central aumentou a taxa de juros em março de 1999, para 45%. Embora o Banco Central do Brasil tenha reduzido a taxa diversas vezes, indicando uma inflação menor do que a esperada e melhorando as expectativas para a economia, a recorrência das pressões inflacionárias poderia resultar num retorno às altas taxas de juros, o que iria aumentar os custos dos investimentos na CSN e o que poderia afetar de forma adversa a economia brasileira.

Desvalorização do Real; Controle de Câmbio

Durante o primeiro trimestre de 1999, a taxa de câmbio do Real em relação ao dólar variou de R$1,2078 por cada dólar em 04 de janeiro de 1999 a R$2,1647 por dólar em 3 de Março de 1999. Em 15 de Junho de 1999, a taxa era de R$1,7892 por dólar. Outras desvalorizações da moeda básica brasileira com relação ao dólar norte americano ou outras moedas, além da desvalorização verificada no primeiro trimestre de 1999, poderão ter um efeito adverso , em Reais, de seus empréstimos expressos em moeda estrangeira. Na medida em que a CSN não teve sucesso no reinvestimento dos fundos recebidos desses empréstimos, isso cria um desequilíbrio entre suas despesas expressas em moeda estrangeira e dispêndios e receitas. Vide “Discussão e Análise das Condições Financeiras e Resultados de Operações, pela administração”. A desvalorização do Real poderia também afetar adversamente o valor das ADSs da empresa.

A empresa como parte de sua tentativa em administrar sua exposição à taxa de câmbio, poderá, eventualmente, envolver-se em transações com hedge, num determinado instante em que ela se encontre muito exposta a flutuações da moeda. A duração dessas transações com hedge irá depender de sua percepção quanto ao risco de flutuações da moeda. Embora as transações com

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

hedge possam ser empregadas para minimizar riscos de exposição à taxa de câmbio, trata-se de um meio imperfeito de administrar risco e as transações com hedge estão sujeitas elas próprias a riscos.

Desde de 1983 determinados pagamentos do principal sobre obrigações externas do Brasil estão centralizados no Banco Central e este assumiu a responsabilidade pelas obrigações externas em pagar, com relação à reestruturação formal da dívida soberana brasileira. De conformidade com a Resolução 1541, editada em Novembro de 1988 e a Resolução 1564, editada em Janeiro de 1989, o governo, de forma efetiva, proibiu aos tomadores de empréstimos internos, públicos e privados, incluindo a CSN, de efetuarem pagamentos de principal ou juros sobre determinadas dívidas internacionais (excluindo determinadas obrigações com valores mobiliários), restringindo seu acesso à moeda estrangeira e proibindo as remessas de numerário ao exterior. Em 1991, pagamentos parciais de juros foram retomados e um contrato foi celebrado quanto ao tratamento dos juros vencidos. Em 26 de junho de 1991, o Banco Central permitiu que todas as empresas do setor privado e determinadas empresas estatais retomassem o pagamento de todas as obrigações com dívidas externas. Não há garantia de que o Banco Central não irá modificar essas políticas ou que o Governo não venha a criar restrições para o pagamento de obrigações externas.

Controles e Restrições sobre as Remessas de Dólares do Estados Unidos

A lei brasileira dispõe que, sempre que haja algum risco para o desequilíbrio da balança de pagamentos do Brasil, este poderá, por um determinado período, impor restrições quanto à remessa para investidores estrangeiros, dos resultados dos investimentos no Brasil, o que ocorreu durante aproximadamente 6 meses em 1989 e no início de 1990 bem como quando da conversão da moeda brasileira em moeda estrangeira. Tais restrições poderiam prejudicar ou impedir que o Banco Itaú S/A, o custodiante do programa de American Depositary Receipt da CSN (doravante aqui referido por Custodiante), ou os titulares de ações que resgataram suas ADSs , trocando-as por ações ordinárias da CSN, de converter em dividendos, distribuições ou rendimento de qualquer venda dessas ações ordinárias em dólares dos Estados Unidos e remeter tais dólares assim obtidos para o exterior. Os detentores ADSs poderiam ser afetados de forma adversa, com essas demoras ou recusas na concessão de qualquer aprovação exigida pelo Governo para conversão dos pagamentos em moeda brasileira e remessas ao exterior com relação às ações ordinárias que garantem as ADSs. Vide “Natureza do Mercado Comercial” e “Controle de Câmbio de Outras Limitações que Afetam os Detentores de Valores Mobiliários” para obter outras informações com respeito às ADSs .

Consoante a legislação brasileira, o montante investido por cidadãos não brasileiros em ações ordinárias que estejam garantindo as ADSs deve ser registrado junto ao Banco Central, a fim de permitir que seja feita a remessa para fora do Brasil de moeda estrangeira adquirida com o lucro de distribuições e da venda dessas ações ordinárias. A participação do depositário, nos termos do programa da CSN de ADR (doravante aqui referido por Depositário) quanto às ações ordinárias representadas pelas ADSs será registrada como um investimento estrangeiro, junto ao Banco Central, que irá, a seu turno, emitir um Certificado de Registro de capital estrangeiro (Certidão de Registro) em nome do depositário. Consoante o Certificado de Registro, o custodiante irá, de acordo com a disponibilidade do câmbio estrangeiro, estar apto para converter dividendos e outras distribuições expressas em moeda brasileira de uma empresa em dólares do Estados Unidos e remeter tais dólares dos Estados Unidos ao exterior, ao depositarem, para distribuição aos detentores de ADSs.

Sempre que um detentor de ADSs trocar tais ADSs por ações ordinárias, tal detentor terá direito a:

(i) vender as ações ordinárias em uma bolsa de valores no Brasil;

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

(ii) converter seu investimento num investimento registrado consoante os Regulamentos do Anexo IV; ou

(iii) converter seus investimentos em investimentos estrangeiro direto.

Na hipótese de um titular de ações atuar de acordo com os itens (i) ou (ii) acima, esse titular terá 5 dias úteis para remeter ao exterior, o rendimento com a venda das ações ordinárias ou de registrar o investimento feito nessas ações, consoante o Regulamentos do Anexo IV, conforme seja o caso. No caso de um detentor de ações atuar de acordo com o item (iii) acima, esse detentor terá um prazo de 30 trinta para registrar seu investimento em ações ordinárias, junto ao Banco Central. Vide "Controles de Câmbios e Outras Limitações que Afetam os Detentores de Títulos Mobiliários".

No caso da não observância dessas regras, embora o detentor de ações possa ainda registrar seu investimento, o processo de registro dependerá de detalhados procedimentos estabelecidos pelo Banco Central, processo esse que poderá levar mais que 5 dias úteis. Além do mais, tal detentor de ações estará sujeito a determinadas penalidades pecuniárias.

Os investimentos que estejam registrados consoante os Regulamentos Anexo IV e Anexo V, são, atualmente, mais favoráveis quanto ao tratamento de impostos que os investimentos que são convertidos em investimento estrangeiros diretos. Quaisquer demoras da parte de um titular de ações ao registrar seus investimentos em ações ordinárias, com o cancelamento das ADSs desse titular, como acima descrito, irão fazer com que esse titular perca parte do benefício em imposto que esteja disponível para os detentores de investimentos registrados consoante os Regulamentos dos Anexos IV e V. Vide "Tributação". O Certificado de Registro do Depositário ou qualquer Certificado de Registro de titular de ação poderia ser afetado pelas mudanças nas leis ou regulamentos brasileiros e restrições adicionais aplicáveis ao titular de ADSs, a alienação das ações ordinárias que garantem essas ações de depósitos americanos ou a repatriação da renda de qualquer disposição que possam ser impostas no futuro e não há cálculo quanto à duração ou o impacto de tais restrições, caso sejam efetivamente aplicados. Vide "Tributação – Considerações sobre Imposto no Brasil".

Riscos Associados a Mercados Emergentes

O Brasil é, de modo geral, considerado pelos investidores internacionais como um "Mercado Emergente". Como resultado disso, aspectos políticos, econômicos, sociais e outros em outros "mercados emergentes" poderiam ter algum efeito adverso sobre o valor e a liquidez do mercado, com relação às ações ordinárias e às ADSs. Por exemplo, os Mercados de Valores Mobiliários Brasileiros foram afetados de forma adversa pela crise de liquidez Mexicana no final de 1994, pela crise financeira Asiática no final de 1997, pela crise financeiras russa de 1998 e pela desvalorização do Real no início de 1999. Em 1998, o índice BOVESPA (o índice da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo) abriu a 10,197 atingindo uma alta de 12.339 em abril e uma baixa de 4,576 em setembro, fechando o ano a uma taxa de 6,784. Desde de janeiro de 1999, o índice BOVESPA vem caindo progressivamente, tendo fechado em maio a 11,090.

ITEM 2. DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE

A sede da Companhia é localizada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e suas operações de produção são localizadas na cidade de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, a aproximadamente 120 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro. A Usina Presidente Vargas, a principal siderurgia da CSN, é uma unidade integrada ocupando aproximadamente 3,8 quilômetros quadrados e localizada na cidade de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro. As minas de minério de ferro, calcário e dolomita

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

estão situadas no estado de Minas Gerais, que faz divisa com o norte do estado do Rio de Janeiro. Cada uma destas minas encontra-se a 500 quilômetros da cidade de Volta Redonda, e é ligada por estrada de ferro e estrada pavimentada. Ver "Descrição do Negócio - Instalações."

O mapa seguinte mostra as localizações da Usina Presidente Vargas, as minas de minério de ferro, calcário e dolomita da Companhia e os principais portos utilizados pela Companhia para exportar os produtos de aço e importar carvão e coque, bem como as principais ligações ferroviárias entre elas.

A CSN possui lotes não explorados de terreno nos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais. A CSN detém o título de 1.045 hectares de terreno em Santa Catarina. A Companhia detém o título de 4.745 hectares de terreno em Minas Gerais. A usina de aço em Volta Redonda tem 302 hectares de superfície.

ITEM 3. PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em um número de ações judiciais provenientes de suas atividades normais, nenhuma das quais precisa ser detalhada sob este Item. Para a discussão de certas pendências legais nas quais a CSN é parte, ver "Descrição do Negócio – Regulamentação Governamental e Outros Assuntos Legais." Em 31 de dezembro de 1998, a Companhia tinha uma provisão de US$ 126 milhões relativa a certos processos e reclamações fiscais e outras cíveis, para as quais depositou US$ 118 milhões em contas de depósitos judiciais. Ver nota 19 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Aproximadamente 100 processos foram iniciados contestando a legalidade da privatização da CVRD, incluindo um número de ações coletivas. Particularmente, as ações contestam a validade de certos elementos exigidos da privatização, tais como a concessão de certos direitos de mineração, efetuados anteriormente à promulgação de leis autorizando tais concessões e permissões. Nenhum destes processos bloqueou a implementação da privatização até a presente data, mas não há nenhuma segurança que um ou mais processos não resultarão em um mandado bloqueando a privatização ou resultando em reversão total ou parcial da privatização.

ITEM 4. CONTROLE DO TITULAR DO REGISTRO

A Companhia é controlada pelas partes de um acordo de acionistas (o "Acordo de Acionistas"), datado 23 de abril de 1993, que inclui, entre outras disposições, (i) um acordo pelas partes de votar em bloco com respeito a certos assuntos a serem votados em qualquer assembléia dos acionistas ou Conselho de Administração, (ii) um acordo habilitando cada parte a nomear um ou dois conselheiros, (iii) direitos recíprocos de preferência para qualquer transferência de parte das ações ordinárias da CSN. Como resultado do acordo de acionistas, as partes tem o poder de determinar a composição do Conselho de Administração e decidir quaisquer ações corporativas relevantes, em certos casos por um voto das partes baseado nas ações ordinárias possuídas. Em abril 1999, o Acordo de Acionistas foi automaticamente renovado por um período de 3 anos.

A seguinte tabela mostra, em 15 de junho de 1999 o número de ações ordinárias possuídas por (i) todas as pessoas conhecidas pela CSN como possuidora de mais de 10% de suas ações ordinárias em circulação em tal data e (ii) as outras partes ao Acordo de Acionistas:

	Ações Ordinárias	
Nome da Pessoa ou Grupo	**Ações Possuídas**	**Porcentagem do Total**
	(Em milhares)	
União de Comércio e Participação Ltda ("Bradesco") (1)	12.832.703	17,9

(1) Somente 3,0% das ações em circulação possuídas por Previ e Bradesco são sujeitas ao Acordo de Acionistas

Excluído: cada um

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Textília S/A [2] ("Vicunha")	10.915.545	15,2
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("Previ") [1]	9.932.541	13,9
Docepar S.A. ("Docepar") [3]	7.410.457	10,3
Clube de Investimento CSN ("CSN Employee Investment Club")	5.444.611	7,6
Emesa S.A. Indústria e Comércio de Metais	834.931	1,2

Os conselheiros e diretores da CSN como grupo são proprietários de menos de 1% das ações ordinárias em circulação, excluindo as ações preferenciais de propriedade usufrutuária da Vicunha, das quais os Senhores Steinbruch e Rabinovich podem ser considerados como proprietários usufrutuários se eles forem considerados controladores da Vicunha.

ITEM 5. NATUREZA DO MERCADO DE NEGÓCIOS

O capital autorizado da Companhia é composto de ações ordinárias, sem valor nominal (as "Ações Ordinárias"). O principal mercado para as Ações Ordinárias da Companhia é a Bolsa de Valores de São Paulo. As Ações Ordinárias são também negociadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e as outras sete bolsas de valores Brasileiras. As ADSs da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE") sob o símbolo "SID".

Desde 14 de Novembro de 1997, as ADSs, cada uma representando 1,000 Ações Ordinárias (as "ADS"), foram negociadas na Bolsa de Valores de Nova York. Antes de 14 de Novembro de 1997, as ADSs negociadas nos Estados Unidos no mercado de balcão sob o símbolo "CSNNY" e os preços dos distribuidores para estes ADSs foram cotados nas "pink sheets" publicadas pelo National Quotations Bureau, Inc. Antes de 01 de Novembro de 1997, as ADSs foram emitidas pelo Citibank N.A., como depositário. Posteriormente a esta data, as ADSs tem sido emitidas pelo Morgan Guaranty Trust Company of New York, como depositário, consoante um acordo de depósito aditado e revisado entre a Companhia, tal Depositário e os portadores de ADSs periodicamente. Em 31 de Dezembro de 1998 havia aproximadamente 6,3 milhões de ADS em circulação, representando aproximadamente 5.797 bilhões de Ações Ordinárias ou aproximadamente 8,1% das Ações Ordinárias em circulação da Empresa. Estas ADSs foram detidas por seis portadores registrados nesta data, incluindo The Depositary Trust Company, que deteve 6.297 milhões de ADSs para 55 contas participantes. Além disso, os registros da Companhia indicam que na referida data havia aproximadamente 138 portadores registrados (outros que não o Depositário) com endereços nos Estados Unidos detendo um valor acumulado de aproximadamente 10.540 bilhões em Ações Ordinárias. As Ações Ordinárias possuídas (diretamente ou por intermédio de ADSs) por pessoas com endereços nos Estados Unidos constituem aproximadamente 14,7% das Ações Ordinárias em circulação da Companhia.

Nos últimos anos, o Conselho de Administração da CSN tem autorizado a Companhia a comprar Ações Ordinárias. Essas compras têm tido lugar nas Bolsas de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro preços de mercado. Durante 1998, a Companhia adquiriu aproximadamente 641 milhões de Ações Ordinárias. E até 15 de junho de 1999, 1,7 milhões de Ações Ordinárias haviam sido compradas em 1999.

Constam da tabela seguinte informações concernentes aos preços de venda de fechamento de máxima e mínima e ao volume de negociação diário médio das Ações Ordinárias na Bolsa de Valores de São Paulo (por lote de 1.000 Ações Ordinárias), e as ADSs na Bolsa de Valores de Nova Iorque desde 14 de novembro de 1997, bem como no mercado de balcão americano até 14 de novembro de 1997, para os períodos indicados.

(2) Não inclui aproximadamente 1,2% das ações em circulação que são possuídas por uma afiliada e não são sujeitas ao Acordo de Acionistas. Benjamin Steinbruch, Presidente do Conselho de Administração da CSN, e Jacks Rabinovich, um Membro do Conselho de Administração, juntamente com membros de suas famílias, controlam a Vicunha

(3) 96,84% da Docepar pertence à CVRD

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

	Ações Ordinárias[1]			Ações de Depositário Americano		
	Dólares EUA p/Ação[2]		Volume	Dólares EUA por ADS		Volume
	Máxima	Mínima		Máxima	Mínima	
1997						
Primeiro Trimestre	37,81	27,21	114.576	37,50	27,26	12.941
Secundo Trimestre.	36,63	32,20	77.258	36,55	30,25	10.753
Terceiro Trimestre.	39,25	31,38	114.697	39,75	31,00	33.865
Quarto Trimestre	39,99	26,11	74.000	39,25	25,50	34.375
1998						
Primeiro Trimestre	31,29	23,93	76.557	32,13	23,38	5.552
Secundo Trimestre	33,19	24,07	40.883	32,75	22,50	4.486
Terceiro Trimestre	25,39	12,72	74.154	25,00	13,44	8.682
Quarto Trimestre	22,36	14,75	86.721	22,88	15,38	10.719
1999						
Primeiro Trimestre	16,84	8,29	88.500	22,19	8,38	7.673

(1) Os preços e volumes das Ações Ordinárias são por 1.000 Ações Ordinárias.
(2) Os montantes em dólares Americanos são traduzidos de reais brasileiros pelas taxas do Mercado Comercial em vigor nas respectivas datas de cotações para as Ações Ordinárias conforme expostas acima. Esses montantes em dólares americanos podem refletir flutuações em taxas de câmbio e podem não corresponder a mudanças nos preços nominais em reais com o passar do tempo.
Fonte: Bloomberg

Em 15 de junho de 1999, o preço de venda no fechamento por (i) 1.000 Ações Ordinárias na Bolsa de Valores de São Paulo era de R$46,2 e (ii) o das ADS na NYSE era de US$26,00.

Negociações nas Bolsas de Valores Brasileiras

Das nove bolsas de valores do Brasil, a de São Paulo e a do Rio de Janeiro são as mais significativas. Durante 1998, a Bolsa de Valores de São Paulo representava aproximadamente 81% do montante das transações de todas as bolsas de valores brasileiras, e a de São Paulo e a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em conjunto, representavam mais de 98% do volume total negociado em todas as bolsas de valores do Brasil.

Cada bolsa de valores brasileira é uma entidade não lucrativa de propriedade de suas empresas de corretagem associadas. As transações em cada bolsa de valores são limitadas às empresas de corretagem associadas e um número limitado de autorizados não associados. A Bolsa de Valores de São Paulo e a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro têm uma sessão de transações por dia, de pregão, que vai das 10 horas até as 17 horas. As transações são também conduzidas durante esse período por um sistema automatizado denominado *Sistema de Negociação Assistida por Computador*, "CATS" na Bolsa de Valores de São Paulo e no Sistema Nacional de Negociações Eletrônicas ("SENN"), rede computadorizada que vincula a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro eletronicamente com as sete bolsas de valores regionais menores. Não existem especialistas ou formadores de mercado para as ações da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo. A *Comissão de Valores Mobiliários* e cada uma das bolsas de valores brasileiras têm autoridade discricionária para suspender as transações com ações de determinado emissor, sob certas circunstâncias. As transações em títulos cotados nas bolsas de valores brasileiras podem ser efetuadas fora das bolsas sob certas circunstâncias, embora tais transações sejam muito limitadas.

A liquidação das transações é efetuada três dias úteis depois da data da transação sem ajuste do preço de compra de acordo com a inflação. O pagamento pelas ações é realizado através das instalações de câmaras de compensação separadas de cada bolsa de valores, que mantêm contas para as empresas de corretagem associadas. Requer-se normalmente que o vendedor entregue as ações à bolsa no segundo dia útil após a data da transação. A

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

câmara de compensação da Bolsa de Valores de São Paulo é a *Caixa de Liquidação de São Paulo, S.A.* ("CALISPA"), que pertence totalmente a essa bolsa. A câmara de compensação da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro é a *CLC-Câmara de Liquidação e Custódia S.A.*, que é 99% de propriedade dessa bolsa.

Em 31 de dezembro de 1998, a capitalização de mercado total das 535 empresas relacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo equivalia a aproximadamente US$161 bilhões, sendo que as cinco maiores companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo representavam aproximadamente 23,1% da capitalização total do mercado de todas as companhias registradas. Embora quaisquer ações de uma companhia listada possam ser negociadas numa bolsa de valores brasileira, na maioria dos casos menos que metade das ações relacionadas estão realmente disponíveis para negociação pelo público, sendo que o restante é de propriedade de pequenos grupos de pessoas controladoras, por entidades governamentais ou por um acionista principal. Em 31 de dezembro de 1998, aproximadamente 26,4% da capitalização de mercado de todas as companhias relacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo era controlado, direta ou indiretamente pelo Governo Brasileiro. Em 31 de dezembro de 1998, a Companhia representava aproximadamente 0,9% da capitalização de mercado de todas as companhias citadas na Bolsa de Valores de São Paulo.

Embora o mercado patrimonial brasileiro fosse o maior da América Latina em termos de capitalização de mercado, sendo expresso em dólares americanos de 31 de dezembro de 1998, é relativamente pequeno e pouco líquido em contraste com os principais mercados mundiais. Em 1998, o valor médio de transações diárias na Bolsa de Valores de São Paulo era de aproximadamente US$569 milhões. Em 1998, os lançamentos patrimoniais mais ativamente negociados representavam aproximadamente 66% do valor total das emissões patrimoniais na Bolsa de Valores de São Paulo.

O Brasil é considerado geralmente pelos investidores internacionais como sendo um "mercado emergente". Como resultado, os desenvolvimentos políticos, econômicos, sociais e outros em outros "mercados emergentes" podem ter efeito adverso no valor e na liquidez de mercado das Ações Ordinárias e das ADSs. Por exemplo, os mercados de títulos no Brasil foram afetados adversamente pela crise de liquidez no México no fim de 1994, a crise financeira na Ásia no final de 1997, a crise financeira na Rússia em 1998, e a desvalorização do *real* no começo de 1999.

A seguinte tabela reflete as flutuações no Índice IBOVESPA (o índice da bolsa de valores de São Paulo) desde 1996.

	Índice IBOVESPA		
	Máxima	Mínima	Fechamento
1996	7.052[(1)]	4.299[(1)]	7.039[(1)]
1997	14.005	6.952[(1)]	10.197
1998	12.339	4.576	6.784
1999 primeiro trimestre	11.101	4..797	10.696

(1) Ajustado para desdobramento IBOVESPA em março de 1997

O índice IBOVESPA fechou a 11.183 em 15 de junho de 1999.

As negociações nas bolsas de valores brasileiras por não-residentes do Brasil estão sujeitas a certas limitações sob a legislação brasileira para investimentos estrangeiros. Veja-se a respeito "Controles de Câmbio e Outras Limitações que Afetam os Detentores de Títulos."

Regulamentação dos Mercados de Títulos Brasileiros

Os mercados de títulos brasileiros são regulamentados pela CVM, que tem autoridade sobre as bolsas de valores e dos mercados de títulos em geral, bem como pelo Banco Central, que tem, entre outros poderes, autoridade de licenciamento sobre as sociedades corretoras e regula as transações com investimentos estrangeiros e com câmbio estrangeiro. O mercado de títulos brasileiro é regulamentado pela Lei No. 6.385, datada de 7 de dezembro de 1976, no texto emendado (a "Lei Brasileira de Títulos"), e a Lei Brasileira de Sociedades Anônimas.

Sob a Lei Brasileira de Sociedades Anônimas, uma empresa é ou pública, "*companhia aberta*", tal como a Companhia, ou privada, a

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

"*companhia fechada*". Todas as companhias abertas são registradas com a CVM e estão sujeitas a exigências de apresentação de relatório. Uma companhia registrada com a CVM pode ter seus títulos negociados ou nas bolsas de valores brasileiras ou no mercado de balcão ("OTC brasileiro"). As ações de uma companhia aberta, inclusive a Companhia, podem também ser negociadas no setor privado, sujeito a determinadas limitações. Para ser cotada nas bolsas de valores brasileiras, uma companhia deve requerer registro junto à CVM, e a bolsa de valores em que a sede da companhia está localizada. Uma vez que essa bolsa de valores tenha admitido uma companhia à cotação e a CVM tenha aceito seu registro como empresa aberta, seus títulos podem, em determinadas circunstâncias, ser negociáveis em todas as demais bolsas de valores brasileiras.

O mercado "OTC" brasileiro consiste em transações diretas entre indivíduos em que uma instituição financeira registrada com a CVM serve de intermediária. Nenhum pedido especial, que não seja o registro junto à CVM é necessário para que os títulos de uma companhia aberta possam ser negociados no mercado "OTC" brasileiro. A CVM exige que lhe seja dado aviso de todas as transações realizadas no mercado OTC brasileiro pelos respectivos intermediários.

As transações com títulos nas bolsas de valores brasileiras podem ser suspensas a pedido de uma companhia na previsão de uma comunicação importante. Podem também ser suspensas pela iniciativa de uma bolsa de valores ou da CVM, entre outras razões, baseado, ou em virtude de indícios de que uma companhia forneceu informações relevantes inadequadas a consultas pela CVM ou pela bolsa de valores.

A Lei de Títulos Brasileira prevê, entre outros fatores, exigências de divulgação, restrições sobre transações internas e manipulação de preços, e proteção para acionistas minoritários. No entanto, os mercados de títulos brasileiros não são tão estritamente regulados e fiscalizados como os mercados de títulos norte-americanos ou mercados em outras certas jurisdições.

ITEM 6. CONTROLES DE CÂMBIO E OUTRAS LIMITAÇÕES QUE AFETAM OS DETENTORES DE VALORES MOBILIÁRIOS

Não existem restrições sobre a posse ou a votação das Ações Ordinárias da Companhia por indivíduos ou pessoas jurídicas domiciliados fora do Brasil. Veja, a respeito, "Controle do Titular de Registro". No entanto, o direito de converter pagamentos de dividendos e produto da venda de Ações Ordinárias em moeda estrangeira e remeter tais montantes para fora do Brasil está sujeito a restrições de controle de câmbio e de legislação de investimentos estrangeiros que requerem, geralmente, entre outras regras, a obtenção de um Certificado de Registro sob os Regulamentos do Anexo IV. Sob o Anexo IV, à Resolução nº 1.289 do Conselho Monetário Brasileiro, investidores estrangeiros habilitados registrados na CVM e que atuem através de contas de custódia autorizadas administradas por agentes locais podem comprar e vender ações nas bolsas de valores brasileiras sem obter Certificados de Registro separados para cada transação. Os investidores sob os Regulamentos do Anexo IV têm geralmente direito a tratamento fiscal favorável. Veja-se "Tributação - Considerações Fiscais Brasileiras".

Um certificado de registro de capitais foi emitido em nome da Morgan Guaranty Trust Company de Nova Iorque, como depositária das ADSs (a "Depositária"), sendo mantida pelo *Banco Itaú S.A.* (o "Custodiante"), em nome do Depositário. Em conformidade com o certificado, o Custodiante e o Depositário podem converter dividendos e outras distribuições com respeito às Ações Ordinárias representadas por ADSs, em moedas estrangeiras e remeter o produto para fora do Brasil. Na eventualidade em que um portador de ADSs resgate tais ADSs por Ações Ordinárias, o respectivo portador terá direito a continuar a valer-se do certificado de registro de capital da Depositária durante apenas cinco dias úteis depois de tal entrega, após o que tal portador terá que tratar de obter seu próprio certificado de registro de capital junto ao Banco Central. Daí por diante, a não ser que as Ações Ordinárias sejam retidas em conformidade com os "Regulamentos do Anexo IV" do Conselho Monetário Nacional, por um investidor altamente habilitado, tal portador talvez não possa converter em moeda estrangeira e remeter para fora do Brasil o produto proveniente da disposição de tais Ações

Ordinárias ou as distribuições com respeito a essas Ações, e o mesmo estará geralmente sujeito a tratamento fiscal brasileiro menos favorável do que um portador de ADSs. Veja "Tributação - Considerações a respeito de Impostos Brasileiros".

Sob a atual legislação brasileira, o Governo brasileiro poderá impor restrições temporárias às remessas de capitais estrangeiros para o exterior, na eventualidade de grave desequilíbrio ou previsão de tal desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil. Durante aproximadamente nove meses em 1989 e no começo de 1990, o Governo brasileiro congelou todas as repatriações de dividendos e capitais mantidas pelo Banco Central, que eram devidos a investidores de patrimônio estrangeiro, a fim de conservar as reservas de moeda do Brasil. Esses montantes foram liberados posteriormente de acordo com diretrizes do Governo Brasileiro. Não pode haver certeza de que o Governo Brasileiro não venha a impor semelhantes restrições a repatriações estrangeiras no futuro.

Para uma descrição dos mercados de câmbio estrangeiro no Brasil, consulte "Taxas de Câmbio".

ITEM 7. TRIBUTAÇÃO

Encontra-se a seguir um sumário de certas conseqüências de imposto sobre a renda federal nos Estados Unidos, e sobre impostos brasileiros no que tange à posse de Ações Ordinárias ou ADSs por um investidor que possui as Ações Ordinárias ou ADSs como ativos de capital. Este sumário não tem a finalidade de abranger todas as conseqüências fiscais significativas da posse de Ações Ordinárias ou ADSs, e não leva em conta as circunstâncias específicas de quaisquer investidores em particular (tais como entidades isentas de impostos, determinadas companhias de seguros, corretores-negociantes, negociantes com títulos que optam por marcar segundo o valor de mercado, investidores sujeitos ao imposto mínimo alternativo, investidores que possuem realmente ou de maneira construtiva 10% ou mais das ações votantes da CSN, investidores que possuem Ações Ordinárias ou ADSs como parte de uma transação de "straddle" ("indecisa"), ou transação de "hedge" (cobertura de risco potencial) ou investidores cuja moeda funcional não seja o dólar americano), alguns dos quais podem estar sujeitos a regras especiais. Este resumo se baseia nas leis fiscais norte-americanas (inclusive o Código de Receita Interna de 1986, e suas emendas, e a sua história legislativa, e regulamentos existentes e propostos sob a mesma, bem como decisões publicadas e de tribunais), e do Brasil, na forma em que estão em vigor na data do presente, todos os quais estão sujeitos a mudanças (ou mudanças de interpretação), possivelmente com efeito retroativo. Esse resumo se baseia, além do mais, em declarações do Depositante e na hipótese de que cada obrigação no Acordo de Depósitos e qualquer acordo correlato serão cumpridos em conformidade com seus termos.

Embora não exista, no momento, nenhum tratado a respeito de imposto sobre a renda em vigor entre o Brasil e os Estados Unidos, as autoridades fiscais dos dois países têm tido discussões que podem acabar em tal tratado. Nenhuma segurança pode ser dada, no entanto, quanto a se tal tratado entrará em vigor, e quando, e como haverá de afetar os portadores norte-americanos das Ações Ordinárias ou as ADSs.

Para efeitos desta discussão, um "Detentor Americano" é qualquer detentor beneficiário de Ações Ordinárias ou ADSs que seja (i) cidadão ou residente dos Estados Unidos, (ii) empresa constituída sob as leis dos Estados Unidos ou de qualquer Estado, (iii) espólio cuja renda está sujeita a imposto sobre a renda norte-americana sem considerar a sua fonte ou (iv) um "fideicomisso", caso um tribunal dos Estados Unidos possa exercer fiscalização primária da administração do mesmo, e que uma ou mais pessoas nos Estados Unidos têm autoridade para controlar as decisões principais sobre o fideicomisso. Um "Detentor não Americano" é qualquer proprietário beneficiário de Ações Ordinárias ou ADSs que não seja pessoa dos Estados Unidos para efeitos de imposto sobre a renda federal dos Estados Unidos.

A discussão não abrange quaisquer aspectos dos impostos dos Estados Unidos outros que não o imposto sobre a renda federal, nem quaisquer aspectos da tributação brasileira outros que não os impostos sobre a renda, os impostos sobre doações e heranças e os impostos de capital. Insta-se com os investidores em perspectiva que consultem seus assessores a respeito das conseqüências fiscais nos

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Estados Unidos, federais, estaduais e locais, e as conseqüências fiscais brasileiras e outras de possuir e se desfazer de Ações Ordinárias e ADSs.

Via de regra, e levando-se em conta as hipóteses anteriores para efeitos de imposto sobre a renda federal nos Estados Unidos, os portadores de ADSs que dão evidência de ADSs serão tratados como os possuidores das Ações Ordinárias representadas por esses ADSs, e as permutas de Ações Ordinárias por ADSs, e de ADSs por Ações Ordinárias, não estarão sujeitos a imposto sobre a renda federal dos Estados Unidos.

Considerações Fiscais Brasileiras

A discussão seguinte resume as principais conseqüências fiscais brasileiras da aquisição, posse e disposição de Ações Ordinárias ou de ADSs por um detentor não domiciliado no Brasil para efeitos de imposto brasileiro e, no caso de um detentor de Ações Ordinárias que tenha registrado o investimento nessas Ações junto ao Banco Central como investimento em dólares americanos (em cada caso, um "detentor não brasileiro"). Baseia-se nas leis brasileiras conforme estão atualmente em vigor. Qualquer mudança de tal lei pode alterar as conseqüências descritas abaixo. A seguinte discussão resume as principais conseqüências fiscais aplicáveis sob as leis brasileiras atuais a detentores não brasileiros de Ações Ordinárias ou ADSs; não abrange especificamente todas as considerações fiscais brasileiras aplicáveis a qualquer portador não brasileiro em particular. Cada portador não brasileiro de Ações Ordinárias ou ADSs deve consultar os assessores fiscais a respeito das conseqüências fiscais brasileiras de um investimento em Ações Ordinárias ou ADSs.

Tributação de dividendos e juros no patrimônio dos acionistas

Os dividendos, incluindo os pagos em espécie, pagos pela Companhia (i) ao Depositário relativos às Ações Ordinárias subjacentes às ADSs ou (ii) a um detentor não brasileiro, relativos a Ações Ordinárias em geral não estarão sujeitos a imposto retido na fonte para distribuição de lucros auferidos desde janeiro de 1996. Os dividendos em ações não estão sujeitos ao imposto retido na fonte no Brasil a não ser que as ações sejam resgatadas pela Companhia até cinco anos após tal distribuição ou que o detentor não brasileiro venda as ações no Brasil dentro desse período de cinco anos.

De acordo com a Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, a lei fiscal brasileira foi alterada em 1º de janeiro de 1996 para permitir que as companhias brasileiras paguem limitados valores de juros sobre o capital dos acionistas para detentores de ações do capital e tratar esses pagamentos como despesa para finalidades do imposto de renda brasileiro. A finalidade da alteração da lei fiscal é incentivar a utilização de investimentos em ações, opondo-se ao endividamento para financiar atividades corporativas. Sujeito a algumas limitações, o imposto de renda é retido em pagamentos de juros à alíquota de 15%. A Lei nº 9.779, datada de 20 de janeiro de 1999, prevê que o pagamento de receita para um beneficiário residindo em um país, considerado como paraíso fiscal de acordo com a lei brasileira, fique sujeito a um imposto de renda retido na fonte à alíquota de 25%. Paraíso fiscal é definido como qualquer país que tribute a renda a uma alíquota inferior a 20%. As autoridades fiscais brasileiras podem decidir que a alíquota de 25% se aplica a pagamentos de juros sobre o patrimônio dos acionistas, se o beneficiário de tais pagamentos de juros estiver localizado em um país que seja considerado paraíso fiscal.

A alíquota de imposto retido na fonte sobre dividendos ou juros pode ser reduzida por um tratado fiscal. O Brasil assinou tratados fiscais com diversos países. Entretanto, atualmente não existe tratado fiscal entre os Estados Unidos e o Brasil. O único tratado fiscal brasileiro em vigor que, se cumpridas algumas condições, reduziria a alíquota do imposto retido na fonte sobre dividendos ou juros a respeito de lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1995 para menos de 15%, é o tratado com o Japão, que reduziria esta alíquota para 12,5%.

Tributação de ganhos

Os ganhos obtidos fora do Brasil por um detentor não brasileiro sobre a distribuição de

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

ADSs para outro detentor brasileiro não estão sujeitos à tributação brasileira.

O depósito de Ações Ordinárias em troca por ADSs não está sujeito à tributação brasileira desde que as Ações Ordinárias sejam registradas de acordo com a regulamentação do Anexo IV. Caso as Ações Ordinárias não sejam assim registradas, o depósito das Ações Ordinárias em troca por ADSs pode estar sujeito ao imposto brasileiro sobre ganhos de capital à alíquota de 15%. A retirada das Ações Ordinárias mediante entrega das ADSs não está sujeita à tributação brasileira. Ao receber as Ações Ordinárias subjacentes, o detentor não brasileiro que seja qualificado de acordo com a regulamentação do Anexo IV terá direito a registrar o valor em dólares americanos de tais ações no Banco Central conforme descrito abaixo em "- Capital Registrado".

Os detentores não brasileiros não estão sujeitos à tributação brasileira sobre ganhos realizados nas vendas de Ações Ordinárias que ocorram no exterior ou sobre o produto de um resgate de Ações Ordinárias, ou de uma distribuição de liquidação a respeito de Ações Ordinárias. Os detentores não brasileiros estão sujeitos a um imposto retido à alíquota de 15% sobre ganhos realizados em vendas ou trocas de Ações Ordinárias que ocorram no Brasil, para ou com um residente do Brasil, em uma bolsa de valores brasileira ou do exterior. Entretanto, se tais vendas forem feitas em bolsa de valores brasileira em até três dias úteis a partir da retirada de tais Ações Ordinárias na entrega das ADSs, e se o produto correspondente for enviado para o exterior dentro do mesmo período de três dias, ou se tais vendas forem executadas de acordo com a regulamentação do Anexo IV por detentores não brasileiros institucionais qualificados registrados na CVM, não haverá incidência de imposto retido na fonte. O "lucro realizado" como resultado de uma transação em uma bolsa de valores brasileira é a diferença entre o valor em moeda brasileira realizado sobre a venda ou troca e o custo de aquisição, sem qualquer correção para inflação das ações vendidas. O "ganho realizado" como resultado de uma transação que ocorra em uma bolsa de valores não brasileira será calculado com base no valor de moeda estrangeira registrado no Banco Central. Não há garantia de que o atual tratamento preferencial para detentores de ADSs e detentores não brasileiros de Ações Ordinárias, de acordo com a regulamentação do anexo IV, continue no futuro ou que não seja alterado.

Qualquer exercício de direitos de preferência com relação às Ações Ordinárias não ficarão sujeitos à tributação brasileira. Qualquer ganho na venda ou cessão de direitos de preferência relativos às Ações Ordinárias pelo Depositário não estarão sujeitos à tributação brasileira.

Outros impostos brasileiros

Não existem, no Brasil, impostos sobre herança, doações ou sucessão aplicáveis à propriedade, transferência ou disposição de Ações Ordinárias ou ADSs por um detentor não brasileiro, exceto impostos sobre doação e herança incidentes em alguns estados brasileiros sobre doações ou heranças legadas por pessoas ou entidades não residentes ou domiciliadas no Brasil para pessoas ou entidades residentes ou domiciliadas em tais estados no Brasil. Não existem, no Brasil, impostos sobre selo, emissão de títulos, registros ou impostos ou obrigações semelhantes a serem pagos por detentores de Ações Ordinárias ou ADSs.

De acordo com o Decreto nº 2.219, de 02/05/1997, a moeda brasileira resultante da conversão das receitas obtidas por uma entidade brasileira através de um investimento estrangeiro no mercado de títulos brasileiros (inclusive as ligadas a um investimento nas Ações Ordinárias ou ADSs e as feitas de acordo com a regulamentação do Anexo IV) está sujeita ao *Imposto sobre Operações Financeiras* ("IOF"). Atualmente a alíquota do IOF é 0%. Entretanto, de acordo com a Lei 8.894 de 21 de junho de 1994, a alíquota do IOF pode ser aumentada a qualquer momento até um máximo de 25%, tal aumento devendo ser aplicado em caráter prospectivo a transações posteriores a qualquer

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

aumento na alíquota do IOF.

De acordo com a Emenda Constitucional nº 21, de 19 de março de 1999 e a Lei nº 9.311 de 24 de outubro de 1996, alterada pela Lei nº 9.539 de 12 de dezembro de 1997, a C*ontribuição Provisória sobre a Movimentação de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira* ("CPMF") incidirá a uma alíquota de até 0,38% durante 12 meses a partir de 17 de junho de 1999, e até 0,3% para os 24 meses restantes sobre todas as transferências de fundos em conexão com transações financeiras no Brasil. A CPMF terminará em 17 de junho de 2002.

Capital Registrado

O valor de um investimento em Ações Ordinárias possuídas por um detentor não brasileiro qualificado de acordo com a regulamentação do anexo IV e que obtenha registro na CVM, ou por um Depositário representando tal detentor, é elegível para registro no Banco Central (o valor assim registrado é denominado "Capital Registrado"); tal registro permite a remessa para fora do Brasil de moeda estrangeira convertida à taxa de Mercado Comercial obtida com as receitas das distribuições e valores relativos à alienação de tais Ações Ordinárias. O Capital Registrado para cada Ação Ordinária adquirida na forma de ADS, ou adquirida no Brasil e depositada com o Depositário em troca por uma ADS, será igual ao seu preço de compra (em dólares americanos) para o comprador. O Capital Registrado para uma Ação Ordinária que seja retirada na entrega de uma ADS será o equivalente em dólares (i) ao preço médio de uma Ação Ordinária na bolsa de valores brasileira em que o maior número de tais ações tenha sido vendido no dia da retirada, ou (ii) se nenhuma Ação Ordinária foi vendida nesse dia, ao preço médio na bolsa de valores brasileira em que o maior número de Ações Ordinárias tenha sido vendido nos quinze pregões imediatamente anteriores a tais retiradas. O valor em dólares americanos das Ações Ordinárias é determinado com base nas taxas médias do Mercado Comercial estabelecidas pelo Banco Central em tal data (ou, se o preço médio das Ações Ordinárias for determinado de acordo com a cláusula (ii) da frase anterior, com base na média de tais taxas médias estabelecidas relativas às mesmas quinze datas usadas para determinar o preço médio das Ações Ordinárias).

Um detentor não brasileiro de Ações Ordinárias pode enfrentar atrasos na obtenção de tal registro, o que poderá atrasar as remessas para o exterior. Esse atraso pode afetar negativamente o valor em dólares americanos recebidos pelo detentor não brasileiro.

Considerações sobre Imposto de Renda Federal Americano

Tributação dos dividendos

Detentores Americanos. De acordo com as leis do imposto de renda federal dos Estados Unidos, e sujeito às regras da companhia de investimentos passivos externos ("PFIC") abordadas adiante, os detentores americanos incluirão na receita bruta o valor bruto de qualquer dividendo (incluindo pagamentos considerados "juros" a respeito do patrimônio dos acionistas de acordo com a lei brasileira) pago (antes da redução para impostos brasileiros retidos na fonte) pela CSN de suas receitas e lucros atuais ou acumulados (como determinado para finalidades de imposto de rendas nos Estados Unidos) como receita normal quando o dividendo for efetiva ou presumidamente recebido pelo Detentor Americano, no caso das Ações Ordinárias, ou pelo Depositário no caso das ADSs. O dividendo não estará habilitado para dedução por recebimento de dividendos geralmente permitida às sociedades americanas a respeito de dividendos recebidos de outras sociedades americanas. O valor da distribuição de dividendos que pode ser incluído na receita de um Detentor Americano será o valor em dólares americanos dos pagamentos em *reais* realizados, determinados na taxa spot *real*/dólar americano na data em que tal distribuição de dividendos passou a ser incluída na receita do Detentor Americano, independente de o pagamento ter sido de fato convertido em dólares americanos. Geralmente qualquer lucro ou prejuízo, resultante de

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

flutuações de câmbio monetário durante o período entre a data em que o pagamento do dividendo passou a ser incluído na receita até a data de conversão de tal pagamento em dólares americanos, será tratado como lucro ou prejuízo normal. Tais lucros ou prejuízos geralmente serão rendas de fontes nos Estados Unidos para finalidades de limitação de crédito de imposto estrangeiro. As distribuições acima das receitas e lucros atuais e acumulados, conforme determinadas para finalidades do imposto de renda nos Estados Unidos, serão tratadas como um retorno de capital até o montante da base do Detentor Americano em Ações Ordinárias ou ADSs, e a partir daí como ganho de capital.

Sujeito a algumas limitações, a retenção de imposto brasileiro será creditada contra a obrigação do imposto de renda federal dos Estados Unidos do Detentor Americano.

Para finalidade de limitação de crédito de imposto estrangeiro, o dividendo será receita de fontes fora dos Estados Unidos, mas em geral será tratado separadamente, juntamente com outros itens da "receita passiva" (ou, no caso de alguns detentores "receitas de serviços financeiros").

As distribuições de Ações Ordinárias adicionais a detentores americanos relativas a suas Ações Ordinárias ou ADSs feitas como parte de uma distribuição rateada a todos os acionistas da CSN, geralmente não estarão sujeitas ao imposto de renda federal dos Estados Unidos.

Detentores não americanos. Os dividendos pagos a um detentor não americano relativos a Ações Ordinárias ou ADSs não estarão sujeitos ao imposto de renda federal dos Estados Unidos, a menos que tais dividendos sejam efetivamente vinculados à condução de uma transação ou negócio nos Estados Unidos por tal Detentor não americano (e sejam atribuídos a um estabelecimento permanente mantido nos Estados Unidos por tal detentor não americano, se um tratado aplicável sobre imposto de renda assim o exigir como condição para que tal detentor não americano esteja sujeito à tributação americana, com base em receita líquida a respeito da receita de Ações Ordinárias ou ADSs), caso em que o detentor não americano geralmente estará sujeito a imposto relativo a tais dividendos da mesma forma que um Detentor Americano. Quaisquer dividendos desse tipo efetivamente vinculados recebidos por uma sociedade não americana poderão também, sob certas circunstâncias, estar sujeitos a um "imposto sobre lucros de sucursal" adicional, a uma alíquota de 30%, ou a uma alíquota menor conforme especificado por um tratado aplicável sobre o imposto de renda.

Tributação de ganhos de capital

Detentores americanos. Sujeito à regras PFIC abordadas adiante por ocasião de uma venda ou outra alienação de Ações Ordinárias ou ADSs, um Detentor Americano reconhecerá um lucro ou prejuízo para finalidades do imposto de renda federal dos Estados Unidos em um valor igual à diferença entre o valor em dólares americanos da quantia realizada e a base de imposto do Detentor Americano (determinada em dólares americanos) em tais Ações Ordinárias ou ADSs. Geralmente tal lucro ou prejuízo será um lucro ou prejuízo de capital, e qualquer lucro deste tipo será renda de fontes nos Estados Unidos para finalidades de limitação de crédito de imposto estrangeiro. O ganho de capital a longo prazo de um Detentor Americano que não seja pessoa jurídica está geralmente sujeito a uma alíquota máxima de 28% relativa à manutenção de posse de um bem durante mais de um ano e a alíquota máxima é reduzida para 20% com relação à manutenção de posse de um bem durante mais de 18 meses.

Detentores não americanos. Um Detentor não americano não estará sujeito ao imposto de renda federal dos Estados Unidos relativo ao ganho reconhecido sobre uma venda ou outro tipo de alienação de Ações Ordinárias ou ADSs, a menos que (i) o ganho seja efetivamente vinculado a um negócio ou transação do detentor não americano nos Estados Unidos (e seja atribuído a um estabelecimento permanente mantido nos Estados Unidos por tal detentor não americano, se um tratado aplicável sobre imposto de renda assim o exigir como condição para que tal detentor não

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

americano esteja sujeito à tributação americana com base em receita líquida relativa ao lucro sobre a venda ou outra alienação de Ações Ordinárias ou ADSs) ou (ii) no caso de um detentor não americano que seja pessoa física, tal detentor esteja nos Estados Unidos durante 183 dias ou mais no exercício fiscal da venda e algumas outras condições sejam aplicáveis. Os ganhos efetivamente vinculados, realizados por um detentor não americano pessoa jurídica também podem, sob certas circunstâncias, estar sujeitos a um "imposto sobre lucro de sucursal" a uma alíquota de 30%, ou menor conforme especificado por um tratado aplicável sobre o imposto de renda.

Considerações Adicionais sobre o Imposto de Renda Federal nos Estados Unidos

Regras PFIC. A CSN acredita que as Ações Ordinárias e ADSs não devem ser tratadas como ações de uma companhia estrangeira de investimentos passivos ("PFIC") para finalidades de imposto de renda dos Estados Unidos, mas esta conclusão é feita com base em dados anuais e, portanto, pode ser alterada. A CSN monitorará o seu status e, logo depois do término de qualquer exercício fiscal, notificará os acionistas se considerar que ela está classificada adequadamente como PFIC para este exercício fiscal.

Em geral, a CSN será uma PFIC com relação a um Detentor Americano se, para qualquer exercício fiscal em que o Detentor Americano mantiver ADSs ou Ações Ordinárias da CSN, (i) pelo menos 75% da receita bruta das Ações Ordinárias para o exercício fiscal seja receita passiva ou (ii) pelo menos 50% do valor (determinado com base em uma média trimestral) dos bens da CSN puderem ser atribuídos a bens mantidos para produção da receita passiva. Para esta finalidade, a receita passiva geralmente inclui dividendos, juros, royalties, aluguéis (diferentes de alguns aluguéis e royalties obtidos da direção de um negócio), anuidades e ganhos obtidos de bens que produzem receita passiva. Se uma sociedade estrangeira possui pelo menos 25% do valor das ações de outra sociedade, considera-se que a sociedade estrangeira, para finalidades dos testes PFIC, possui uma participação proporcional no ativo da outra sociedade, recebendo diretamente sua participação da receita da outra corporação.

Se a CSN for tratada como PFIC, um Detentor Americano que não tenha feito uma "escolha de remarcação ao mercado" ou "escolha QEF", cada uma conforme descrito adiante, ficará sujeito a regras especiais e relativas a (a) qualquer ganho obtido na venda ou outra alienação de Ações Ordinárias ou ADSs e a (b) qualquer "distribuição de excesso" pela CSN para o Detentor Americano (em geral quaisquer distribuições para o Detentor Americano a respeito das Ações Ordinárias ou ADSs durante um único exercício fiscal que sejam superiores a 125% das distribuições médias anuais recebidas pelo Detentor Americano a respeito das Ações Ordinárias ou ADSs durante os três exercícios fiscais anteriores ou, se inferiores, durante o período de posse do Detentor Americano com relação às Ações Ordinárias ou ADSs). De acordo com essas regras, (i) o ganho ou distribuição em excesso será alocado proporcionalmente no período de posse do Detentor Americano com relação às Ações Ordinárias ou ADSs, (ii) o valor alocado ao exercício fiscal em que o ganho ou a distribuição em excesso foi realizada será tributável como receita ordinária, (iii) o valor alocado a cada exercício anterior, com certas exceções, será tributado à maior alíquota em vigor neste exercício e (iv) os encargos de juros geralmente relativos a pagamentos a menos de imposto serão aplicados com relação ao imposto tributável em cada exercício.

As regras fiscais PFIC especiais acima descritas não se aplicarão a um Detentor Americano se este decidir (i) fazer uma "remarcação ao mercado" com respeito às Ações Ordinárias ("escolha remarcação ao mercado"), ou (ii) tratar a CSN como "fundo de escolha qualificada" ("escolha QEF") e a CSN fornecer algumas informações necessárias para os detentores. As escolhas QEF e remarcação ao mercado só se aplicam aos exercícios fiscais em

que as ações originárias do Detentor Americano são tratadas como ações de uma PFIC. A CSN pretende fornecer, aos detentores americanos de Ações Ordinárias endereços nos Estados Unidos (incluindo o Depositário) e a outros acionistas registrados mediante solicitação, as informações necessárias para tornar efetiva uma escolha QEF. O Depositário concordou em distribuir essas informações aos detentores registrados de ADRs.

Um Detentor Americano que decida por uma remarcação ao mercado deve incluir cada exercício em que as Ações Ordinárias de Detentor Americano são tratadas como ações de uma PFIC, como receita ordinária, uma quantia igual ao excesso do justo valor de mercado das Ações Ordinárias no fechamento do exercício fiscal sobre a base ajustada do Detentor Americano nas Ações Ordinárias, é permitida uma dedução para qualquer excesso da base ajustada acima do justo valor de mercado das Ações Ordinárias, mas apenas até o valor das inclusões anteriores de remarcação ao mercado.

Um Detentor Americano que decida por QEF será tributado sobre sua participação pro-rata das receitas ordinárias e ganhos líquidos de capital da CSN (a taxas de receita ordinária e de ganho de capital respectivamente) para cada exercício fiscal da CSN, não importando se tal receita e ganho tenham sido distribuídos pela CSN. A base do Detentor Americano nas Ações Ordinárias ou ADSs será aumentada para refletir lucros tributados mas não distribuídos. As distribuições de lucros anteriormente tributáveis resultarão em uma redução correspondente da base nas Ações Ordinárias ou ADSs e não serão tributadas novamente como distribuição para o Detentor Americano.

Aplicam-se regras especiais a respeito do cálculo do valor do crédito de imposto estrangeiro com respeito a distribuições em excesso por uma PFIC ou, em certos casos, a inclusões QEF.

Um Detentor Americano que possua Ações Ordinárias ou ADSs durante qualquer exercício em que a CSN seja uma PFIC, deve preencher o formulário 8621 do Departamento da Receita Federal.

ITEM 8. DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS

Dados Financeiros Selecionados

A seguinte tabela estabelece dados financeiros selecionados e consolidados para a CSN em dólares norte-americanos e preparados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Tais dados, durante o período de três anos encerrado em 31 de dezembro de 1998, foram obtidos das Demonstrações Financeiras Consolidadas da CSN, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (anteriormente Price Waterhouse Auditores Independentes). As informações abaixo devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas e são elaboradas inteiramente com referência às mesmas, notas correspondentes e a "Discussão e Análise da Administração da Condição Financeira e Resultados das Operações". Consulte também a "Apresentação de Informações Financeiras e Outras Informações". Além disso, a tabela a seguir apresenta informações financeiras selecionadas para os exercícios terminados em 31 de Dezembro de 1994 e 1995, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América e apresentado em dólares norte-americanos de uma maneira consistente com a informação estabelecida nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

	Exercícios findos em 31 de dezembro				
	1994	**1995**	**1996**	**1997**	**1998**
	(em milhões de US dólares, exceto dados sobre capital)				
Informações sobre Demonstração de Resultado					
Receita bruta	2.402	2.665	2.821	2.913	2.573
Receita líquida (1)		2.272	2.416	2.482	2.145
Custo de produtos vendidos		1.512	1.618	1.575	1.193
Lucro bruto		760	798	907	952
Resultado operacional		328	319	578	524
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		95	37	(8)	85
Variações monetárias e cambiais		31	27	88	147
Resultado antes de impostos e participações nos resultados de coligadas		401	326	477	457
Participação nos resultados de coligadas			(10)	24	30
Lucro líquido	747	101	212	417	423
Lucro líquido por 1.000 ações	9.48	1.28	2.74	5.54	5.87
Média ponderada de ações em circulação	93	78.793	77.261	75.233	72.007
Informações sobre Balanço Patrimonial (ao final do período)					
Ativo circulante	1.212	1.611	1.776	2.424	1.886
Imobilizado	2.282	2.400	2.733	2.947	2.886
Investimentos em coligadas e outros investimentos	3	3	348	1.323	1.072
Outros ativos	967	793	675	494	483
Total do ativo	4.464	4.807	5.532	7.188	6.327
Participação minoritária	--	--	--	--	26
Passivo circulante	523	846	941	2.071	1.226
Exigível a longo prazo (2)	962	1.139	1.573	2.279	2.515
Patrimônio líquido	2.979	2.822	3.018	2.838	2.560
Total do passivo e patrimônio líquido	4.464	4.807	5.532	7.188	6.327

Outras Informações

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Fluxo de caixa das atividades operacionais (3)	302	521	845	705
Fluxo de caixa das atividades de investimentos (3)	(241)	(832)	(2.314)	320
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	116	597	1.630	(731)
EBITDA (4)	460	459	729	674

(1) A receita líquida consiste da receita bruta menos impostos sobre vendas, descontos, devoluções e abatimentos
(2) Excluindo a parcela circulante de empréstimos e financiamentos a longo prazo
(3) Ver " – Demonstração Consolidada de Fluxo de Caixa "
(4) Lucro operacional mais depreciação. EBITDA não é aqui apresentado como uma medida alternativa de resultado operacional ou fluxo de caixa, mas preferivelmente para fornecer informações adicionais relativas a capacidade de honrar financiamentos. EBITDA não representa lucro líquido ou fluxo de caixa das operações, como estes termos são definidos pelos princípios contábeis geralmente aceitos. EBITDA, como apresentado não pode ser comparável a quaisquer outras medidas de título semelhante de outras companhias.

Dividendos e Política de Dividendos

Sujeito a certas exceções, a legislação societária brasileira exige que a Companhia pague um dividendo anual mínimo igual a 25% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com a legislação societária brasileira. Propostas para declarar e pagar dividendos acima do mínimo estabelecido geralmente são feitas por recomendação da Diretoria e exigem aprovação por voto dos portadores de Ações Ordinárias. Tal proposta dependerá dos resultados da Companhia, das condições financeiras, das exigências de caixa para seus negócios, perspectivas futuras e outros fatores considerados relevantes pela Diretoria. A política da Companhia é a de pagar dividendos sobre as Ações Ordinárias em circulação no mercado não inferiores ao valor mínimo exigido para qualquer exercício fiscal, sujeitos a determinação por parte da Diretoria quanto a tais distribuições serem desaconselháveis pela situação financeira da Companhia. Não poderá haver garantia de que os dividendos acima do mínimo estabelecido pela legislação será pago, nem haverá qualquer exigência legal ou outra com tal finalidade.

Em conformidade com a alteração na lei tributária brasileira em vigor desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras também têm permissão para pagar importâncias limitadas de juros sobre o capital próprio aos acionistas e tratar tais pagamentos como despesas para fins de imposto de renda no Brasil. Tais pagamentos podem ser computados ao se determinar se a exigência de dividendo mínimo estabelecido pela legislação tiver sido satisfeita, sujeito a aprovação dos acionistas.

O quadro a seguir estabelece os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados por ação com relação a cada ano durante os últimos cinco anos:

	R$ (nominal)	US$(1)	US$ (1)	
	Por 1,000 Ações Ordinárias	Global	Por ADS	Global
		(milhares)		(milhares)
1998	3,416	285,034	2,959	212,757
1997	3,838	283,965	3,524	260,719
1996	0,865	66,626	0,864	66,627
1995	1,379	107,052	1,500	116,402
1994	0,188	14,811	0,566	44,594

(1) Convertido a US dólares à taxa de câmbio em vigor na data da declaração.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

ITEM 9. DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES.

Base da Argumentação.
A seguinte argumentação deve ser lida em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 1997 e 1998 e para os três anos findos em 31 de dezembro de 1998, incluindo as notas explicativas às mesmas, incluídas neste relatório. Tais Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaborados em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América e são apresentados em US dólares, conforme explicado na Nota 2(a).

Panorama Geral
Os principais fatores afetando os resultados da Companhia incluem: a dinâmica cíclica de suprimento e demanda de produtos de aço tanto dentro e fora do Brasil, incluindo os preços de tais produtos; o mix de produtos vendidos pela Companhia (entre vendas domésticas e exportações e entre produtos de menor valor agregado e maior valor agregado); os custos de produção da Companhia; e as condições econômicas brasileiras de modo geral, inclusive variações no câmbio do real em relação a outras moedas, particularmente o dólar americano e a taxa de inflação.

Oferta e demanda de Aço
Os preços do aço são sensíveis a alterações na demanda local e internacional, que por sua vez são afetadas pelos ciclos econômicos do país e internacionais, e a capacidade de produção disponível, tal como a abertura de uma nova usina. Embora o preço de exportação do aço (que é determinado em US dólares) seja o preço à vista (spot), não existe intercâmbio na comercialização de aço ou preços uniformes. Diferentemente de outros produtos básicos, o aço não é propriamente um commodity devido a enormes diferenças em termos de forma, composição química, qualidade e especificações, todas elas com impacto sobre os preços. Muitas companhias (inclusive a Companhia) fazem descontos em seus preços de lista para clientes habituais, estabelecendo preços reais de transação difíceis de determinar.

Em geral, os preços de exportação são inferiores aos preços para o mercado interno, pelo mercado internacional ser mais competitivo e os custos e tarifas de transporte mais elevadas. Entretanto, os produtores brasileiros de aço geralmente preferem vender seus produtos no mercado interno. Como a produção de produtos de aço no Brasil supera a demanda interna, os produtores brasileiros de aço, precisam, todavia, exportar uma significativa porcentagem de sua produção. A parcela de sua produção que é exportada é afetada pela demanda interna e os preços que possam ser obtidos nos mercados internacionais. As flutuações de câmbio podem, entretanto, gerar preços de exportação mais altos, o que iria de encontro ao incentivo aos produtores brasileiros para vender seus produtos no mercado interno.

Mix de Produtos e Preços
Como argumentado acima, os preços que a Companhia recebe por suas vendas no Brasil, geralmente são significativamente mais altos que os preços das vendas de exportação. Isto tem levado a Companhia a adotar uma estratégia de aumento da porcentagem de suas vendas para o mercado interno. A Companhia também tem a estratégia de manter sua produção a plena capacidade, a fim de distribuir os custos fixos sobre um volume maior de produtos e manter flexibilidade, de modo que o mix de produtos possa ser alterado para atender as mudanças na demanda de exportação e interna afetadas pelas condições macroeconômicas internacionais e domésticas. Como resultado desta estratégia, os níveis de produção são mantidos, não obstante o decréscimo na demanda interna. Esta estratégia poderia, entretanto, em um determinado período, resultar no aumento da porcentagem de vendas destinada às exportações, e à diminuição da porcentagem destinada às vendas internas.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A Companhia também tem a estratégia de aumentar a parcela de suas vendas de produtos de maior valor agregado (galvanizados e folhas metálicas). A maioria desses produtos são vendidos no mercado interno e com isso a produção destinada ao mercado externo, em conseqüência da estratégia da Companhia, de produzir à plena capacidade, será predominantemente de produtos laminados a quente. Além disso, como parte de sua estratégia de manter a produção à plena capacidade, a Companhia começou a produzir chapas de aço para os mercados de exportação porque são produtos semi-acabados e portanto menos afetados pelas medidas protecionistas. A estratégia de plena capacidade de produção poderia, num determinado período, causar o aumento da porcentagem de vendas de produtos laminados a quente e a diminuição da porcentagem de produtos revestidos. Além do que, a capacidade de produção aumentada continuamente teria um impacto similar, porque o aumento de capacidade resulta primeiramente no aumento da produção de laminados a quente, e só depois no aumento da produção de revestidos.
Ver "Descrição de Negócios - Principais Produtos" para os valores e porcentagens do volume de vendas da Companhia e a receita líquida atribuível a cada tipo de produto.

Custos de Produção
O quadro a seguir mostra o custo de produção por tonelada (com base no GAAP Americano) de aço bruto e a parcela de custos de produção atribuível aos componentes primários embutidos no custo de produção da Companhia.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

CUSTOS DE PRODUÇÃO [1]
(Base GAAP Americano)

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	1996		1997		1998	
	US$/ton	%	US$/ton	%	US$/ton	%
Matérias-primas:						
- Minério de ferro	$ 7,03	2,2%	$ 4,45	1,6%	$ 4,34	1,6%
- Carvão	35,55	11,0	31,98	11,3	31,09	11,6
- Coque	14,69	4,6	10,9	3,8	6,03	2,2
- Outros (2)	28,19	8,7	31,77	11,2	32,08	12,0
-	85,46	26,5	79,10	27,9	73,54	27,4
- Energia/Combustível	33,29	10,3	24,37	8,6	23,20	8,7
- Transporte	25,61	7,9	19,88	7,0	18,51	6,9
- Mão de obra	75,74	23,4	74,86	26,4	60,78	22,7
- Serviços e Manutenção	39,51	12,2	34,21	12,1	37,04	13,8
- Depreciação	29,71	9,2	27,96	9,9	29,49	11,0
- Ferramentas e Suprimentos	21,81	6,7	19,32	6,8	19,92	7,4
- Outros	12,44	3,8	3,53	1,3	5,53	2,1
	$ 323,57	100,0%	$ 283,23	100,0%	$ 268,01	100,0%

(1) Com exceção do carvão e de algum coque, que a Companhia importa, e algumas ligas (tais como de zinco e estanho), cujos preços internos são vinculados aos preços internacionais, os custos de produção da Companhia, bem como suas outras despesas operacionais, são predominantemente determinados em reais. A desvalorização do real resultará no aumento dos custos de produção vinculados ou determinados em US dólares conforme a porcentagem dos custos totais de produção.

(2) Inclui principalmente, calcário, dolomita, minério de manganês, zinco e estanho

O número total de empregados da Companhia diminuiu de mais de 16.000 em 31 de dezembro de 1993 para aproximadamente 9,800 em 31 de dezembro de 1998. O número médio de empregados em operação diminuiu de mais de 15,000 em 1993 para aproximadamente 7.800 em 1998, enquanto a média de produtividade operacional, medida em toneladas de aço bruto produzidas por empregado/ano, aumentou de 228 em 1993 para 600 em 1998.

Condições Econômicas do Brasil – Impacto da Desvalorização do Real

Os resultados da CSN são afetados de modo geral pelas condições econômicas do Brasil, além dos fatores que afetam a oferta e a demanda de aço, discutidos acima. Nos três anos cobertos por esta "Discussão da Administração e Análise das Condições Financeiras e dos Resultados Operacionais", a inflação tem sido relativamente moderada, comparada aos anos anteriores, e não tem tido um impacto significativo sobre os resultados da CSN.

O impacto durante os três anos de flutuação na taxa de câmbio do real em relação a outras moedas sobre os resultados da CSN, pode ser

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

visto nas linhas de "variação monetária e cambiais" e "perda na conversão" nas Demonstrações Consolidadas do Resultado.

O impacto nas condições financeiras da CSN pode ser visto sob os "ajustes acumulados de conversão" nas Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido. A desvalorização de 42,5% do real em relação ao dólar norte-americano durante o primeiro trimestre de 1999 teve um impacto negativo significativo sobre os resultados da CSN, conforme os GAAP Americanos, para aquele período e suas condições financeiras em 31 de março de 1999. A CSN espera publicar os resultados U.S.GAAP do primeiro trimestre em fins de junho ou começo de julho de 1999.

Resultados Para fins de comparação, o quadro a seguir apresenta os itens indicados como porcentagens da receita operacional líquida para os três anos encerrados em 31 de dezembro de 1998 e a alteração na porcentagem em cada um desses itens de 1996 a 1997 e de 1997 a 1998:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			**Aumento (Diminuição)**	
	1996	**1997**	**1998**	**1997/1996**	**1998/1997**
Receita bruta	%	%	%	%	%
-Vendas mercado interno	93,6	96,6	98,8	6,1	(11,6)
-Partes relacionadas	3,3	2,6	--	(19,0)	--
-Outros	90,3	94,0	98,8	7,0	(9,2)
Vendas mercado externo	23,2	20,8	21,2	(8,0)	(11,8)
	116,8	117,4	120,0	3,3	(11,7)
Impostos sobre vendas, descontos, devoluções e abatimentos	16,8	17,4	20,0	6,4	(0,7)
Receita líquida	100,0	100,0	100,0	2,7	(13,6)
Custo de produtos vendidos	67,0	63,5	55,6	(2,6)	(24,2)
-Lucro bruto	33,0	36,5	44,4	13,6	4,9
Despesas operacionais					
-com Vendas	9,1	6,8	8,7	(23,3)	10,7
-Gerais e Administrativas	9,4	5,9	7,4	(35,2)	8,2
-Outras	1,4	0,6	3,9	(57,6)	492,9
Lucro operacional	13,1	23,2	24,4	81,2	(9,3)
Receitas /(despesas) não operacionais					
-Receitas financeiras	6,3	11,4	15,1	85,5	14,9
-Despesas financeiras	(4,8)	(11,7)	(11,1)	152,2	(17,6)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas	1,5	(0,3)	4,0	--	--
-Variações monetárias e cambiais	--	(2,2)	(6,9)	--	162,5
-Perda na conversão	(1,1)	(1,3)	--	18,5	--
-Outros	(0,1)	(0,2)	(0,2)	66,7	--
Receita antes dos impostos e participação em resultados de coligadas	13,4	19,2	21,3	46,3	(4,2)
Imposto de renda					
-Circulante	1,1	1,2	1,4	7,4	3,4

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

-Diferido	3,2	2,2	1,6	(28,6)	(38,2)
	4,3	3,4	3,0	(19,2)	(23,8)
-Participação em resultados de coligadas	(0,4)	1,0	1,4	--	25,0
Lucro líquido	8,7	16,8	19,7	96,7	1,4

1998 Comparado a 1997

Receita Bruta A receita bruta foi de US$2.573 milhões, um decréscimo de US$340 milhões em relação a receita bruta de 1997 que foi de US$2.913 milhões, refletindo um decréscimo de 10% no volume de vendas e de 1,4% nos preços médios obtidos líquidos

A receita bruta das vendas no mercado interno diminuiu 11,6%, de US$2.397 milhões em 1997 para US$2.118 milhões em 1998, refletindo um decréscimo de 9,6% no volume de vendas do mercado interno e de 1,1% nos preços médios obtidos. Ambos os decréscimos refletiram o declínio na taxa de crescimento da economia brasileira. As vendas no mercado interno constituíram 82,3% da receita bruta tanto em 1998 como em 1997, enquanto que o volume de vendas no mercado interno como porcentagem do volume total de vendas aumentou em 1998 para 73,0% em relação ao de 1997 que foi de 72,6%.

A receita bruta no mercado externo diminuiu 11,8%, de US$516 milhões em 1997 para US$455 milhões em 1998, refletindo um decréscimo de 11,3% no volume das exportações e de 2,9% nos preços médios obtidos no mercado externo. Ambos os decréscimos foram causados basicamente pelo decréscimo na demanda mundial dos produtos de aço durante este ano, particularmente naquelas áreas mais afetadas pela crise financeira asiática. As exportações contribuíram com 17,7% da receita bruta e 27,0% do volume de vendas em 1998, se comparados aos 17,7% da receita bruta e aos 27,4% do volume de vendas em 1997.

Receita Líquida
A receita líquida foi de US$2.145 milhões em 1998, um decréscimo de US$337 milhões (ou 13,6%), quando em 1997 a receita líquida foi de US$2.482 milhões , refletindo os decréscimos no volume de vendas e nos preços médios obtidos.

Lucro Bruto
O custo dos produtos vendidos diminuiu US$382 milhões (ou 24,2%), para US$1.193 milhões em 1998, quando em 1997 foram US$1.575 milhões , refletindo um decréscimo de US$224 milhões atribuível a uma redução de 12,2% no custo unitário médio de produção em 1998 se comparados aos de 1997, como resultado dos contínuos esforços para melhorar a eficiência, e de um decréscimo de US$158 milhões atribuível ao decréscimo no volume de vendas. Como conseqüência do acima exposto, o lucro bruto da Companhia aumentou US$45 milhões (ou 4,9%), para US$952 milhões em 1998, quando em 1997 foi de US$907 milhões . A margem bruta da Companhia aumentou de 36,5% em 1997 para 44,4% em 1998, basicamente em decorrência de melhorias no processo de produção.

Lucro Operacional
Em 1998 o lucro operacional da Companhia diminuiu US$54 milhões (ou 9,3%), sendo de US$524 milhões, quando em 1997 foi US$578 milhões , refletindo um aumento de US$99 milhões (ou 30,1%) nas despesas operacionais, que foi parcialmente compensado pelos US$45 milhões de aumento no lucro bruto. O aumento nas despesas operacionais foi causado principalmente pelo aumento de US$18 milhões nas despesas de vendas e de US$69 milhões em outras despesas operacionais. O aumento nas despesas de vendas decorreu do aumento de US$41 milhões na provisão para devedores duvidosos, que foi parcialmente compensado por melhores preços de frete e de seguro, e o pelo menor volume de venda no mercado externo. A maior influência no aumento das despesas operacionais foram US$27 milhões de aumento na provisão para perdas nas contas a receber da

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Eletrobrás, que, a escolha da Eletrobrás, poderiam ser liberadas com a emissão de ações da Eletrobrás com valor inferior ao das contas a receber.

Receitas/(despesas) Não Operacionais
A CSN registrou uma receita financeira líquida de US$85 milhões em 1998, em comparação com a receita financeira líquida de 1997 que foi de US$8 milhões, visto que a receita financeira aumentou US$42 milhões, ou seja, US$324 milhões em 1998 contra US$282 milhões em 1997 e as despesas financeiras decresceram US$51 milhões, ou seja, US$239 milhões em 1998 contra US$290 milhões em 1997. O decréscimo nas despesas financeiras reflete o menor custo médio da dívida e a capitalização de uma parcela maior de juros. O aumento na receita financeira reflete as taxas de juros mais altas implantadas no Brasil a partir de novembro de 1997, e o impacto positivo não recorrente de US$43 milhões, resultante da renegociação bem sucedida entre a CSN e um banco internacional, relativa a uma dívida pendente anterior que teve origem antes da privatização da Companhia.

A variação monetária e cambial é o resultado do impacto das mudanças nas taxas de câmbio e dos índices sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira ou sujeitos a variações monetárias quando comparados ao real após a mudança na moeda funcional da Companhia em 1º de julho de 1997, do dólar norte-americano para o real. O ganho (perda) na conversão é o resultado da conversão dos valores em dólares norte-americanos antes da mudança da moeda funcional pela Companhia. Ver Nota 2(a) das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Imposto de Renda
A Companhia registrou uma despesa líquida com imposto da ordem de Us$64 milhões em 1998, quando em 1997 a despesa líquida com imposto foi de US$84, milhões, devido a diminuição de 4,2% em lucro antes dos impostos que foi de US$457 milhões em 1998 em contrapartida aos US$477 milhões registrados em 1997, e ao benefício de imposto de renda resultante da política da Companhia de pagar dividendos na forma de juros sobre o capital próprio, que foi implementada na segunda metade de 1997. Ver Nota 4 dos Demonstrativos Financeiros Consolidados.

Participação em Resultados de Coligadas
Os US$30 milhões referentes a participação nos resultados de coligadas em 1998 reflete a participação nos ganhos da Valepar (empresa controladora da CVRD) de US$58 milhões, que foi parcialmente compensado pelas perdas nos resultados da MRS, CCRG e CFN que foram de US$5 milhões, US$18 milhões eUS$5 milhões, respectivamente. Em 1997, os US$24 milhões de participação nos resultados das coligadas refletem principalmente a participação nos resultados da Valepar e da CCRG, nos valores de US$26 milhões e US$4 milhões, respectivamente que compensaram parcialmente as perdas no resultado da MRS no valor de US$6 milhões. Em 31 de março de 1999, a CSN vendeu sua participação na CCRG, contabilizando um ganho de aproximadamente US$27,6 milhões.

1997 Comparado a 1996
Receita Bruta
A receita bruta foi de US$2.913 milhões, um aumento de US$92 milhões sobre a receita bruta de US$2.821 milhões de 1996, refletindo um aumento de 9,9% no volume de vendas, que compensou parcialmente os 3,1% de decréscimo nos preços médios obtidos, resultante, parcialmente, do aumento na parcela de vendas de produtos laminados a quente, com menor valor agregado.

A receita bruta no mercado interno aumentou 6,1%, para US$2.397 milhões em 1997 em contrapartida aos US$2.260 milhões de 1996, visto que as vendas no mercado interno contabilizaram 82,3% da receita bruta e 72,6% do volume de vendas em 1997, em contrapartida aos 80,1% da receita bruta e 70,7% do volume de vendas em 1996. O aumento de 12,9% no volume de vendas no mercado interno foi parcialmente compensada pelo menor preço médio obtido, refletindo preços mais baixos dos

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

produtos de maior valor agregado. A Companhia implantou, através da diretoria, aumentos de preços que entraram em vigor em 1º de julho de 1997. Ver "Regulamento Governamental e Outras Matérias Jurídicas - Regulamento Anti-Monopólio" sob a "Descrição do Negócio".

A receita bruta no mercado externo decresceu 8,0%, para US$516 milhões em 1997 em contrapartida aos US$561 milhões de 1996, visto que as exportações contabilizaram 17,7% da receita bruta e 27,4% do volume de vendas em 1997, em contrapartida aos 19,9% de receita bruta e 29,3% do volume de vendas contabilizado em 1996. O aumento de 2,8% no volume de vendas foi compensado pelo menor preço médio obtido, como reflexo dos preços mais baixos principalmente sobre os produtos de maior valor agregado, e um aumento na porcentagem do volume de vendas de produtos de menor valor agregado- laminados a quente, de 48,7% em 1996 para 59,4% em 1997, e um decréscimo no percentual de produtos de maior valor agregado – galvanizados, de 9,2% para 1,5%, que foi parcialmente compensado pelo aumento no percentual de produtos de maior valor agregado- folhas metálicas, de 26,6% para 29,7%.

Receita Líquida
A receita líquida foi de US$2.482 milhões em 1997, um aumento de US$66 milhões (ou 2,7%) em relação a receita líquida de US$2.416 milhões em 1996, visto que o decréscimo nos preços obtidos foi mais do que compensado pelo volume mais elevado das vendas, tanto no mercado interno como no mercado externo.

Lucro Bruto
O custo dos produtos vendidos decresceu US$43 milhões (ou 2,6%), para US$1.575 milhões em 1997, em contrapartida aos US$1.618 milhões em 1996, refletindo um decréscimo de US$206 milhões atribuível a 10,0% de redução no custo médio unitário de produção em 1997 se comparado a 1996, em decorrência dos contínuos esforços para melhorar a eficiência, o que foi em parte compensado pelo aumento de US$163 milhões atribuível ao aumento no volume de vendas. Em decorrência do exposto, o lucro bruto da Companhia aumentou US$109 milhões (ou 13,6%) para US$907 milhões em 1997 contra US$798 milhões em 1996.

Lucro Operacional
Em 1997, o lucro operacional da Companhia aumentou US$259 milhões (ou 81,2%) para US$578 milhões em 1997 contra US$319 milhões em 1996, refletindo aumento de US$109 milhões no lucro bruto e US$150 milhões (ou 31,3%) de decréscimo nas despesas operacionais. O decréscimo nas despesas operacionais foi devido a redução de US$51 milhões nas despesas de venda e ao decréscimo líquido de US$99 milhões em despesas gerais e administrativas e outras despesas. O decréscimo nas despesas de vendas decorreu de melhores preços de frete e de seguro, custos portuários mais baixos e redução na estrutura da organização relacionada a vendas. O decréscimo líquido em despesas administrativas e outras despesas foi o reflexo dos contínuos esforços para melhorar a eficiência e das reduções na estrutura administrativa.

Receitas/(despesas) Não Operacionais
A CSN registrou despesas financeiras líquidas de US$8 milhões em 1997, em comparação a receita financeira líquida de US$37 milhões em 1996, visto que a receita financeira aumentou US$130 milhões, para US$282 milhões em 1997 contra US$152 milhões em 1996 e as despesas financeiras aumentaram US$175 milhões, para US$290 milhões em 1997 contra US$115 milhões em 1996. O aumento nas despesas financeiras reflete os US$600 milhões do lançamento de títulos em Eurodólar/Norma 144 A completado em junho de 1997, e US$786 milhões do empréstimo-ponte tomado em maio de 1997, que foram usados em parte para financiar o investimento na CVRD, e o aumento em outros empréstimos e financiamentos descritos sob " - Situação Financeira – Liquidez e Bens de Capital ". O aumento na receita financeira reflete o aumento nas disponibilidades resultante de tais empréstimos e financiamentos.

Imposto de Renda

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A Companhia registrou uma despesa líquida com imposto de US$84 milhões em 1997 em contrapartida a despesa líquida com imposto de US$104 milhões em 1996, apesar do aumento de 46,3% no lucro antes dos impostos para US$477 milhões em 1997 contra US$326 milhões em 1996. O principal fator que contribuiu para a redução na despesa em 1997 foi o benefício de imposto de renda decorrente da política da Companhia de pagar dividendos na forma de juros sobre o capital próprio, que foi implementado na segunda metade de 1997. Este efeito foi em parte igualado pelo aumento de 2,4% na alíquota de imposto de renda da Companhia. Ver Nota 3 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Participação em resultados de coligadas

Os US$24 milhões de participação nos ganhos de coligadas em 1997 são o reflexo da participação nos ganhos da CVRD de US$26 milhões e da CCRG de US$4 milhões, que foram compensados em parte pelas perdas nos resultados da MRS de US$6 milhões. Os US$10 milhões em perdas nos resultados de coligadas em 1996 é o reflexo das perdas na MRS.

Situação Financeira

Liquidez e Bens de Capital

Durante os três anos encerrados em 31 de dezembro de 1998, o EBITDA da Companhia (isto é, lucro operacional mais depreciação) totalizou US$1.862 milhões. Durante o mesmo período, os gastos com aquisição de imobilizado e com investimentos a longo prazo sob seu programa de Investimentos Estratégico totalizaram US$2.729 milhões, consistindo de gastos com aquisição de imobilizado de US$1.356 milhões e com investimentos US$1.373 milhões. Os investimentos incluem US$989 milhões na CVRD, US$49 milhões na MRS, US$26 milhões na CCRG, US$250 milhões na Light, US$16 milhões na FCA e US$4 milhões na CFN. Os gastos com aquisição de imobilizado foram feitos com recursos gerados pelas operações, juntamente com os US$600 milhões do lançamento de títulos em Eurodólar/Norma 144A completado em junho de 1997 e os US$786 milhões do empréstimo-ponte tomado em maio de 1997, que foi usado em parte para financiar o investimento na CVRD. Em maio de 1998, a CSN pagou aproximadamente US$300 milhões do empréstimo-ponte, e o vencimento do saldo restante foi prorrogado para junho de 1998, quando foi refinanciado com a venda pela subsidiária da CSN, CSN Steel (constituída nas Ilhas Cayman) a um consórcio de instituições financeiras de US$500 milhões em títulos a prazo médio de dois anos, a descoberto, garantidos pela CSN. No primeiro trimestre de 1999 a CSN fez oferta de compra de títulos em Eurodólar a 70% do seu valor de face. Com a oferta e a compra em mercado aberto, a CSN adquiriu e deu baixa contábil em US$233 milhões de títulos em Eurodólar.

Gastos com PADT de aproximadamente US$350 milhões são planejados de 1999 a 2000. Além disso, durante o mesmo período, a Companhia planeja investir US$250 milhões na Central termoelétrica localizada na Usina Presidente Vargas, tendo investido aproximadamente US$61 milhões em 1998. (Os valores dos investimentos estratégicos adicionais não podem ser estimados porque espera-se obter financiamento para uma parcela substancial desses investimentos). Os investimentos acima não incluem investimentos potenciais em novos produtos e nichos do mercado para os quais os planos da CSN é investir aproximadamente US$700 milhões no ano 2000, tais como na construção de mini-mills, um centro de serviço para atender a indústria automobilista, e na produção de aço para possibilitar a produção de lâminas de duas peças para latas de bebidas. Ver "Descrição do Negócio – Programas de Investimentos". A Companhia espera atender as exigências de seu capital de giro e de gastos para aquisição de imobilizado com recursos gerados pelas operações, e, se necessário, por empréstimos a longo e curto prazo, garantidos e a descoberto inclusive financiamentos de projetos e emissão de títulos de dívida.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Além dos empréstimos feitos para financiar os investimentos na CVRD, durante 1996 e 1997, a Companhia aumentou substancialmente seus empréstimos e financiamentos no mercado internacional de capitais, onde as taxas eram significativamente mais baixas do que as oferecidas no mercado brasileiro de capitais. Esses empréstimos incluíram a securitização de US$300 milhões de contas a receber de exportações concluída em 23 de agosto de 1996, a qual foi concedida uma classificação "BBB" ("B-triplo") pela Duff & Phelps. Em decorrência do aumento de pedidos de empréstimo, a disponibilidade em caixa e a disponibilidade imediata , que eram investidos principalmente no mercado de capitais brasileiro, totalizou US$1.483 milhões em 31 de dezembro de 1997. Como a diferença favorável entre os mercados de capitais interno e internacional diminuiu, a Companhia usou uma parcela de suas disponibilidades em 1998 para reduzir seus empréstimos a curto prazo, deixando as disponibilidades e os títulos e valores mobiliários equivalentes a US$991 milhões em 31 de dezembro de 1999.

Em setembro de 1998, a Companhia, através de sua subsidiária CSN Overseas, tornou-se a primeira companhia não financeira de capital privado no Brasil a emitir "Commercial Papers" no mercado americano. A emissão, que foi garantida por uma carta de crédito, totalizou US$285 milhões. Os recursos levantados por este Programa de "Commercial Papers", que tinham a duração de 364 dias e um custo anual de aproximadamente 8%, foram usados para financiar as atividades comerciais da Companhia. A Companhia, através da CSN Overseas, espera lançar outro programa de "Commercial Papers" em dólares americanos, totalizando aproximadamente US$170 milhões, no final de junho de 1999.

Em 31 de dezembro de 1997 e 1998, a dívida total da Companhia (incluindo adiantamentos de contratos de câmbio ou "ACC" e pagamentos antecipados de contratos de exportação) totalizava US$3.378 milhões e US$2.874 milhões, respectivamente, se comparada a US$1.618 milhões em 31 dezembro de 1996, equivalente a 119,0% e 112,3% do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 1997 e 1998, respectivamente, comparada a 53,6% em 31 de dezembro de 1996. Em 31 de dezembro de 1998, a dívida a curto prazo (incluindo a parcela circulante da dívida a longo prazo) era de US$936 milhões, incluindo os ACC e pré-pagamentos de US$252 milhões e importações financiadas de US$137 milhões, e a dívida total a longo prazo (excluindo a parcela circulante) era de US$1.938 milhões, incluindo pré-pagamentos de US$140 milhões. Em 31 de dezembro de 1998, 10,3% da dívida da Companhia foi denominada em reais e todo o substancial saldo restante em US dólares.

Perfil da Dívida Interna

Em 31 de dezembro de 1998, US$412 milhões ou aproximadamente 14,3% do total da dívida da Companhia era devida ao BNDES. Os empréstimos do BNDES são geralmente garantidos por bens, instalações e equipamentos com todos os custos embutidos e vencimentos, o que os torna significativamente mais favoráveis que os termos disponíveis nos mercados de capitais local. O valor devido ao BNDES não inclui uma linha de crédito de US$325 milhões fornecida pelo BNDES para a ITASA para financiar a construção da Usina Hidroelétrica de Itá. Esse financiamento é garantido em parte por um *payment bond*, que é conjunta e individualmente garantido pela CSN, por duas subsidiárias da Odebrecht S.A., que, como a CSN, têm em conjunto 48,75% de participação na ITASA, e Itambé, que possui uma participação de 2,5% na ITASA. A CSN e seus sócios na ITASA esperam que os recursos gastos com a linha de financiamento possam ser reembolsados, e que a linha de crédito possa ser substituída por um financiamento permanente do projeto. Ver "Descrição do Negócio – Programas de Investimentos – Investimentos Estratégicos – Infra-estrutura: Distribuição e Geração de Eletricidade".

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Os ACC são empréstimos de instituições financeiras brasileiras determinados em reais porém indexados ao dólar norte-americano e pagáveis com a receita oriunda dos produtos exportados diretamente, com taxas fixas ou flutuantes e vencimento, geralmente, em até seis meses. Em 31 de dezembro de 1998, a CSN devia US$7 milhões sob os ACC, tudo a curto prazo.

Perfil da Dívida Externa

Os pré-pagamentos são financiamentos com base nas contas a receber disponibilizados pelos importadores e instituições financeiras internacionais a taxas fixas ou flutuantes e com vencimentos de até seis meses ou mais de um ano. Esta forma de financiamento geralmente tem um vencimento mais longo (geralmente mais de um ano) do que os ACC (usualmente menos de 180 dias). O valor devido pela CSN sob pré-pagamentos em 31 de dezembro de 1998 era de US$224 milhões em empréstimos e financiamentos de curto prazo e de US$140 milhões em empréstimos e financiamentos de longo prazo, incluindo os US$230 milhões de securitização de contas a receber referidos acima.

Em 31 de dezembro de 1998, a Companhia tinha um total de US$205 milhões em importações financiadas por várias instituições financeiras, representando 7,1% do total da dívida. Outras obrigações relacionadas a importação, devidas pela Companhia são representadas por financiamentos do U.S. Eximbank e do Eximbank japonês.

Perfil dos Vencimentos

O quadro a seguir mostra o perfil dos vencimentos da dívida da CSN a longo prazo em 31 de dezembro de 1998:

Vencimento em:	Milhões de US$
2000	$837
2001	140
2002	114
2003	84
2004 e depois	763
TOTAL	$1,938

Ano 2000

A Companhia adotou um plano de alta prioridade (o "Projeto Y2K") visando localizar possíveis problemas nos computadores caso estes não sejam capazes de reconhecer as datas a partir de 1º de janeiro de 2000 (geralmente referido como o "problema Y2K"). A finalidade do plano é evitar que o problema Y2K interrompa os negócios e as operações da CSN ou interfira nas suas relações com clientes e fornecedores;

O Projeto Y2K está dividido nos seguintes cinco estágios – inventário, análise, correção, testes/verificação e implantação. Abaixo é dado um comentário de cada estágio, incluindo a situação atual da Companhia na execução de cada estágio:

- Estágio de Inventário – Este estágio de inventário que foi concluído, consistiu na coleta e armazenamento de informações concernentes aos vários itens de software e hardware, e a listagem de todos os clientes, fornecedores e projetos em curso da Companhia.

- Estágio de Análise – O estágio de análise que está sendo concluído, consistiu em avaliação, se os itens identificados durante o estágio de inventário estão ou não de acordo com Y2K (isto é, não suscetíveis ao problema Y2K) e na determinação de procedimentos e exigências para atualização, substituição ou eliminação dos itens em desacordo. A Companhia também reexaminou a extensão em que os fornecedores e clientes principais tenham indicado o problema Y2K com relação a seus próprios softwares e hardwares.

- Estágio de Correção – O estágio de correção está usando as informações obtidas durante o estágio de análise para desenvolver planos específicos de correção para cada item em desacordo. Esses planos de correção consistem na atualização, substituição ou eliminação de software ou hardware, dando assistência aos principais fornecedores que

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

não tenham localizado diretamente o problema Y2K, e fazendo novas pesquisas no mercado sobre o problema Y2K. A Companhia espera que nenhum dos itens identificados durante este estágio não esteja substancialmente corrigido até 30 de junho de 1999.

- Estágios de Testes/Verificação e Implantação – Esses estágios começaram durante o estágio de correção e estão sendo usados processos industriais padronizados para determinar a adaptação de cada item ao Y2K. A Companhia espera que os estágios de testes/verificação e implantação estejam substancialmente concluídos em 30 de junho de 1999.

A CSN reexaminou especificamente a adaptação de terceiros ao Y2K (tais como a dos principais fornecedores e clientes , a fim de evitar interrupção de negócios ou efeitos adversos que possam ocorrer devido a falha de identificar suficientemente o problema Y2K.
Especificamente, a Companhia enviou cartas advertindo a todos os terceiros que têm negócios com a Companhia e informando-os com relação as medidas que a Companhia está tomando para identificar o problema Y2K; Além disso, a Companhia enviou pesquisas sobre o Y2K a seus principais fornecedores e clientes para avaliarem a presença do Y2K. Com base nas respostas a essas pesquisas, a CSN efetuará seminários com o objetivo de identificação do problema Y2K, e realizar visitas locais a determinados terceiros. Em conseqüência desses esforços, a Companhia espera não ter problemas significativos de Y2K com relação a terceiros.

Custos
A CSN espera gastar um total de aproximadamente R$11 milhões (US$6,1 milhões) no Projeto Y2K, dos quais aproximadamente R$1 milhão foram gastos em 31 de dezembro de 1998. Além disso, R$37 milhões (US$20.7 milhões) está previsto no orçamento para a aquisição e implantação do SAP R/3 versão 4.0 (“SAP”), um programa de software de computador estado de arte (“state of art”), que tem uma vantagem associada de substituir vários sistemas da Companhia que não podem ser adaptados para o problema Y2K. O projeto orçamentário para o SAP inclui os custos de contratação de consultores e treinamento de empregados. A partir de 31 de dezembro de 1998, aproximadamente R$17 milhões (US$14,1 milhões) foram investidos no projeto SAP. O primeiro estágio da SAP foi concluído em 30 de abril de 1999.

Riscos
Devido as medidas preventivas já implantadas e descritas acima, a CSN não espera problemas significativos de Y2K. Entretanto, alguns fatores, tais como os riscos associados a terceiros, são impossíveis de prever com certeza. Em particular, falhas de sistemas por parte de serviços públicos teriam um impacto significativo nas operações da Companhia.

Planos de Contingência
A CSN desenvolveu planos de contingência para cada área de negócio e de operações de produção da Companhia. A finalidade desses planos de contingência é evitar interrupções nos negócios e na produção caso ocorram falhas inesperadas no sistema. A elaboração desses planos de contingência envolveu as seguintes etapas:

- Treinamento de funcionário com relação à metodologia para elaborar planos de contingência;
- Identificação das funções críticas de área de cada companhia;
- Elaboração de um plano para garantir que funções essenciais continuem a operar;
- Avaliação administrativa e aprovação do plano, incluindo alocação de recursos financeiros suficientes; e
- Designação da pessoa ou grupo responsável pela implementação do plano.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Com relação a fornecedores-chave, os planos de contingência incluem a identificação de fornecedores alternativos. Com relação ao processo de produção, os planos de contingência incluem a capacidade de recorrer a operações manuais quando for apropriado.

ITEM 9A. DIVULGAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE RISCO DE MERCADO

A CSN está exposta a inúmeros riscos de mercado decorrentes de suas atividades comerciais normais. Risco de mercado é a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio ou preços de commodities afetem adversamente o valor de seus ativos financeiros, passivo ou futuros fluxos de caixa e ganhos esperados. A CSN formulou políticas direcionadas a administrar a volatilidade inerente em algumas dessas naturais exposições comerciais. A Companhia utiliza instrumentos financeiros, tais como derivativos, para alcançar os principais objetivos estabelecidos por seu Conselho de Administração - minimizar o custo de capital e maximizar os retornos em ativos financeiros, ao mesmo tempo observando os parâmetros de crédito e risco determinados pelo Comitê Financeiro do Conselho de Administração. Derivativos são contratos cujo valor é derivado de um ou mais instrumentos financeiros subjacentes, índices ou preços que são definidos no contrato. Somente instrumentos derivativos convencionais, bem entendidos são utilizados. Esses incluem futuros e opções cotados em bolsas regulamentadas e "swaps" de balcão, opções e contratos futuros. Uma vez que os derivativos são usados como hedges e não para fins de comercialização, a exposição da CSN ao risco de mercado criada pelo derivativo é compensada pela exposição oposta decorrente do ativo, passivo ou transação recebendo o hedge.

Exposições de Risco de Mercado e Administração de Risco de Mercado

A Tesouraria da CSN é responsável pela administração das exposições de risco de mercado da CSN. A Companhia usa um "Sistema de Administração de Risco" para:

- ajudá-la a entender os riscos de mercado;
- aumentar a transparência para os acionistas, credores e órgãos regulamentares;
- reduzir a probabilidade de perdas financeiras; e
- diminuir a volatilidade dos resultados financeiros.

Os principais instrumentos utilizados pela Tesouraria são:

- "Valor a Risco" ou "VAR" que é uma medida da máxima mudança potencial no valor de instrumentos financeiros e posições de commodities e fluxos de caixa projetados com uma dada probabilidade em um horizonte estabelecido (geralmente um ano).
- "Teste de Resistência" que mede a pior perda possível a partir de um conjunto de cenários compatíveis aos quais não se atribui probabilidades. Os cenários são deliberadamente selecionados para incluir mudanças extremas nas exposições de risco de mercado subjacentes que determinam os valores de ativo e passivo e os preços de commodities.

A abordagem VAR usada pela CSN no "Método Analítico" ou "Método de Variação/Co-Variação", que pressupõe que a distribuição de retornos de ativo e passivo seja normal. O modelo utiliza volatilidade histórica e dados de correlação para prever como os mercados são passíveis de mudança no futuro e demonstra que o risco de mercado total de uma posição financeira é uma função de dois fatores: volatilidades e correlações. Na medida em que os movimentos de preço do ativo e passivo não sejam perfeitamente correlacionados, haverá um efeito de diversificação. A posição do risco total de mercado será menor do que a soma direta dos componentes individuais.

A medida VAR pode diferir de resultados reais porque as distribuições de retorno financeiros têm "fat tails", o que significa que movimentos de preços extremos ocorrem com mais freqüência do que os implícitos por uma distribuição normal. O pico da distribuição de retorno também é mais alto e mais estreito do que o previsto por uma distribuição normal (“distribuição leptokurtótica”).

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A seguir se encontra uma discussão das exposições de risco de mercado primário que a CSN enfrenta:

- *Risco de taxa de câmbio de moeda estrangeira*. As flutuações nas taxas de câmbio podem ter efeitos significativos nos resultados operacionais da CSN, que nos arquivamentos na SEC são apresentados em Dólares americanos. Portanto, essas flutuações afetam os valores dos ativos da CSN denominados em *reais*, os custos contábeis e de pagamento de seu passivo financeiro denominados em *real*, seus custos de produção denominados em *real*, o custo de itens de capital denominados em *real* e os preços que ela recebe no mercado brasileiro por seus produtos de aço acabados. A Companhia tenta administrar suas exposições a taxas de câmbio estrangeiro líquidas, refletindo ou um desequilíbrio em seu ativo e passivo ou o desequilíbrio de fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses. Antes da recente crise financeira no Brasil, as atividades de hedging da Companhia não eram significativas. Desde setembro de 1998, a Companhia tem aumentado essas atividades de modo significativo, mas em qualquer tempo, ela ainda pode ter uma significante exposição de risco de taxa de câmbio de estrangeiro. A crise financeira brasileira foi seguida no início de janeiro de 1999 pelo abandono, por parte do Banco Central, de sua política de controlar a desvalorização do *real*, e permitiu-se que o *real* flutuasse. Ver "Taxas de Câmbio". Como resultado, a volatilidade da taxa de câmbio para o *real* em comparação com a maioria das outras moedas, incluindo o dólar americano, é significativamente maior do que a usada no cálculo das mudanças em valores estabelecidos na tabela a seguir.
- *Risco de taxa de juros*. A CSN está exposta ao risco de taxas de juros em instrumentos de longo e curto prazo e como resultado de refinanciamento de instrumentos de taxa fixa incluídos em sua dívida consolidada. Consequentemente, além de administrar a moeda e vencimento de uma dívida, a CSN administra os custos de juros através de um equilíbrio entre a dívida de taxa flutuante de custo menor, que tem um risco intrinsicamente mais alto, e a dívida de taxa fixa, mais cara, mas de risco menor. Como política geral, a Companhia tenta manter uma proporção de 1:2 entre sua dívida de taxa flutuante e de taxa fixa. A Companhia usa "swaps", opções e outros derivativos para manter essa proporção. Além disso, muitos ativos e passivos relacionados ao negócio portam juros a taxas flutuantes. As principais taxas às quais a CSN está exposta são a taxa LIBOR em dólar americano e a TJLP em *reais*. Como resultado de seus investimentos de caixa e equivalentes em mercados locais, a CSN também está exposta ao risco de taxas de juros locais, o que é devidamente quantificado e controlado.
- *Risco de preço de commodity*. As flutuações de algumas commodities usadas na produção de aço, tais como zinco, alumínio, estanho, carvão e energia podem ter um impacto sobre os ganhos da Companhia. A maior exposição de preço de commodity é o preço do carvão, mas não existem instrumentos líquidos que forneçam uma proteção (hedge") efetiva contra as flutuações do preço do carvão. A mudança nos preços de outras commodities (não relacionadas à taxa de câmbio de moeda estrangeira e flutuações de taxa de juros) são relativamente insignificantes, e portanto, a Companhia atualmente não se engaja em quaisquer atividades de hedging com relação a esses preços.

A tabela a seguir mostra o cálculo VAR para as principais categorias de instrumentos e posições financeiros da Companhia, baseado em valores em 31 de dezembro de 1998:

	VAR Mensal[1]		
	(Em milhões de dólares americanos)		
	Nível de confiança[2]		**Teste de**
	95%	**99%**	**resistência[3]**
Ativo circulante[4]	12.4	17.6	84.1
Dívida	86.6	122.2	(132.9)
Dívida líquida[5]	77.7	109.8	(48.8)

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Receitas operacionais/custos[6]	68.9	97.3	(35.1)

(1) O VAR mensal é a mudança mensal estimada no valor do ativo, passivo ou posições com uma dada probabilidade de nível de confiança.

(2) O nível de confiança é o nível de confiança no processo de estimativa do VAR, selecionado pelo número de desvio padrão aplicados às distribuições de probabilidade. Com um nível de confiança de 95%, há somente uma probabilidade de 5% que as perdas sejam maiores do que aproximadamente o desvio padrão 1.65 vezes o valor de todos os instrumentos financeiros e fluxos de caixa projetados. Com um nível de confiança de 99%, há somente uma probabilidade de 1% que as perdas sejam maiores do que aproximadamente o desvio padrão 2,32 vezes o valor de todos os instrumentos financeiros e fluxos de caixa projetados. Movimentos de preço extremos ocorrem mais freqüentemente do que implícitos por uma distribuição normal. O pico da distribuição de retorno é também mais alto e mais estreito do que o previsto pela distribuição normal

(3) As seguintes pressuposições foram usadas nos cálculos do teste de resistência: em 1º de janeiro de 1999, o IBOVESPA caiu em 30% e o preço da ação ordinária da CSN caiu 20%; a taxa de juros em instrumentos denominados em *reais* aumentou do nível de fim de ano de 1998 em 70% em janeiro e fevereiro e em 50% em março, em seguida caindo em 5% em cada mês daí em diante, até chegar a 20% onde ela irá permanecer para o restante de 1999; a taxa de juros em instrumentos denominados em dólar no Brasil aumentou para 30% por ano em janeiro e fevereiro e em seguida caiu para 12% para o restante do ano; o *real* se desvalorizou em 30% contra o dólar americano em 1º de janeiro de 1999; e em 1º de janeiro de 1999 o spread entre o indicador dos títulos do Tesouro Americano e os títulos brasileiros "C" (Brady) aumentou em 500 pontos base (isto é, cinco pontos percentuais) e o spread entre a dívida da CSN e o título C aumentou em 300 pontos base.

(4) O ativo circulante consiste em caixa e equivalentes.

(5) A dívida líquida consiste em dívida menos o ativo circulante.

(6) Receitas/custos operacionais consistem nas receitas da venda de produtos de aço acabados, do custo de commodities usadas na produção do aço (tais como zinco, alumínio, estanho, carvão, coque e energia) e itens a pagar e a receber comerciais denominados em moeda estrangeira. Eles não incluem custos de mão de obra ou de transporte, ou o custo do minério de ferro, todos esses vindo das minas da Companhia.

Os dados na tabela acima constituem demonstrações estimadas. Ver "Declaração Preliminar com respeito a Demonstrativos Previstos."

ITEM 10. CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES DO TITULAR DO REGISTRO

A Companhia é administrada pelo seu Conselho de Administração, que consiste de onze integrantes e seus respectivos suplentes, bem como sua Diretoria Executiva, que consiste de três a seis Diretores (um dos quais é o Diretor Presidente). Em conformidade com os Estatutos Sociais da Companhia, cada Conselheiro é eleito por um prazo de dois anos pelos acionistas da Companhia numa assembléia de acionistas. Os Estatutos da CSN exigem que os empregados da CSN sejam representados por um Conselheiro no Conselho de Administração. Os integrantes da Diretoria Executiva são nomeados pela Conselho de Administração por um prazo de dois anos.

O Conselho de Administração estabelece primordialmente a estratégia da empresa e revê os planos e as políticas comerciais. A Diretoria Executiva é responsável pela formulação dos planos e das políticas comerciais e pela implementação das decisões específicas das operações. Os Conselheiros e os Diretores da CSN são os seguintes:

Nome	Cargo
Conselho de Administração:	
Benjamin Steinbruch	Presidente
Cláudio Salgueiro Garcia Munhoz	Vice-Presidente
Francisco Valadares Póvoa	Conselheiro
Luiz Paulo Marinho Nunes	Conselheiro
Jacks Rabinovich	Conselheiro
Roger Agnelli	Conselheiro
Vagner Laerte Ardeo	Conselheiro
Mário da Silveira Teixeira Júnior	Conselheiro
Onofre Perez Netto	Conselheiro
Luis Fernando Gonçalves Camillôtto	Conselheiro
Antonio Francisco dos Santos	Conselheiro
Diretoria Executiva	
Maria Silvia Bastos Marques	Diretor-Presidente
João Luis Tenreiro Barroso	Diretor Executivo - Centro Corporativo
Albano Chagas Vieira	Diretor Executivo - Setor de Aço
José Paulo de Oliveira Alves	Diretor Executivo Infra-Estrura e Energia
José Paulo de Oliveira Alves (atuando interinamente)	Diretor Executivo - Novos Negócios

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Conselho de Administração

Benjamin Steinbruch. O Sr. Steinbruch, nascido em 1953, é o Presidente do Conselho de Administração desde 28 de Abril de 1995. É também Presidente do Conselho de Administração da Valepar e da CVRD. O Sr. Steinbruch recebeu o seu diploma em Administração da *Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – SP.*

Cláudio Salgueiro Garcia Munhoz. O Sr. Garcia Munhoz, nascido em 1958, é o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia e é integrante do Conselho desde 22 de Abril de 1997. O Sr. Garcia Munhoz tem um diploma em ciências econômicas da *Universidade Nacional de Brasília.*

Francisco Valadares Póvoa. O Sr. Póvoa, nascido em 1949, é integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 29 de Abril de 1999. Antes dessa data, o Sr. Póvoa foi Conselheiro Suplente da Companhia desde 25 de Novembro de 1997. É também Conselheiro da Valepar. O Sr. Póvoa recebeu um diploma em Engenharia de Minas da *Universidade Federal de Minas Gerais*.

Jacks Rabinovich. O Sr. Rabinovich, nascido em 1929, é integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 23 de Abril de 1993. É também Vice-Presidente do Conselho de Administração da Textília S/A e Conselheiro da Valepar e da CVRD. O Sr. Rabinovich recebeu um diploma em Engenharia Civil da *Universidade Mackenzie.*

Roger Agnelli. O Sr. Agnelli, nascido em 1959, é integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 29 de Abril de 1999. Antes disso, o Sr. Agnelli foi Conselheiro Suplente da Companhia desde primeiro de 1º de Março de 1996. É também Diretor Presidente do Bradesco. Recebeu diploma em Economia da *Fundação Armando Álvares Penteado-FAAP*.

Luiz Paulo Marinho Nunes. O Sr. Marinho Nunes, nascido em 1956, é Conselheiro da Companhia desde 29 de Abril de 1999. O Sr. Marinho Nunes é também Diretor Presidente da CVRD, cargo que tem ocupado desde 29 de Outubro de 1997. O Sr. Marinho Nunes recebeu um diploma em Administração Pública da *Fundação Getúlio Vargas*, diploma de Mestre em Economia da University of Chigado e Ph. D. em Economia da University of Chicago.

Vagner Laerte Ardeo. O Sr. Ardeo, nascido em 1960, é integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 25 de Novembro de 1997. É também Presidente do Clube de Investimentos de Empregados da CSN. O Sr. Ardeo tem estado na Companhia desde Agosto de 1996. É também Conselheiro Suplente do Conselho de Administração da CVRD e da Valepar. O Sr. Ardeo recebeu o diploma em Engenharia Aeronáutica do *Instituto Tecnológico de Aeronáutica.*

Mário da Silveira Teixeira Júnior. O Sr. Teixeira Júnior, nascido em 1946, tem sido integrante do Conselho de Administração da Companhia desde Marco de 1996. É também Conselheiro do Bradesco. O Sr. Teixeira Júnior recebeu diplomas em Engenharia Civil e Administração, ambos da *Universidade Mackenzie.*

Onofre Perez Netto. O Sr. Perez Netto, nascido em 1925, é integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 23 de Abril de 1993. É também Diretor Industrial da Companhia desde 12 de Maio de 1995. O Sr. Perez Netto tem mais de 30 anos de experiência no setor industrial brasileiro. A experiência do Sr. Perez Netto inclui dirigir as seguintes empresas brasileiras: *Real Metalco S/A Indústria e Comércio* (fabricante de material de embalagem metálica), *Intermesa Trading S/A e Emesa.*

Luis Fernando Gonçalves Camillôtto. O Sr. Camillôtto, nascido em 1968, integra o Conselho de Administração da Companhia desde 29 de Abril de 1999. Antes disso, o Sr. Camillôtto

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

tinha sido Conselheiro Suplente da Companhia desde 22 de abril de 1997. Atualmente, é Gerente de Riscos do Fundo de Pensões dos Empregados do *Banco do Brasil S/A*; o Sr. Camillôtto tem ocupado vários cargos no *Banco do Brasil S/A.* Recebeu seu grau em B. S. em Economia da *Universidade Federal de Juiz de Fora* e grau de Mestre em Administração de Empresas da *Fundação Getúlio Vargas, SP*.

Antonio Francisco dos Santos. O Sr. Santos, nascido em 1950, integra o Conselho de Administração da Companhia desde 25 de Novembro de 1997. Desde 1972, o Sr. Santos tem servido à Empresa em vários cargos de responsabilidade, inclusive Coordenador de Engenharia Industrial, Chefe de Engenharia Industrial e Chefe de Planejamento de Produção. É atualmente Presidente do Conselho do Clube de Investimento dos Empregados da CSN. O Sr. Santos ganhou um diploma em Administração de Empresas da *Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa.*

Diretoria Executiva

Maria Silvia Bastos Marques. A Sra. Bastos Marques, Diretor-Presidente, integra a CSN desde 20 de Maio de 1996. Ela passou a ser Diretor-Presidente em virtude da mudança na estrutura de administração da Empresa em abril de 1999. Foi Diretor-Executivo do Centro Corporativo desde 20 de Maio de 1996 até 17 de Junho de 1999. Durante esse período, ocupou também o cargo estatutário de *Diretor de Relações com o Mercado.* A Sra. Bastos Marques é Conselheira da CVRD, Valepar, *Souza Cruz S/A*, e Petrobrás. Antes de entrar na Companhia, era Secretária da Fazenda da Cidade do Rio de Janeiro. Nascida em 1957, recebeu diploma em Administração Pública, Mestre de Ciências – Economia e Doutora de Filosofia – Economia, todos da *Fundação Getúlio Vargas.*

João Luis Tenreiro Barroso. Desde 17 de Junho de 1999, o Sr. Tenreiro Barroso é Diretor Executivo do Centro Corporativo. Ocupa também o cargo estatutário de Diretor Executivo de Relações com o Mercado. Antes disso, o Sr. Tenreiro Barroso ocupava o cargo de Presidente do Fundo de Pensões da CSN (CBS) desde Novembro de 1996. Antes de integrar a Companhia, era Superintendente da Fazenda Municipal do Rio de Janeiro e foi Secretário Assistente do Ministério Federal de Economia. Nascido em 1958, recebeu diplomas em Economia, Mestre de Ciência – Economia e Doutor em Economia, todos da *Fundação Getúlio Vargas.*

Albano Chagas Vieira. O Sr. Chagas Vieira entrou na Companhia como Diretor Executivo do Setor Aço em 29 de abril de 1999. Antes de ingressar na Companhia, ocupou cargos na Companhia de Aços Especiais Itabira-Acesita. Também foi diretor da CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão (1996 - 1998), Aços Vilares S.A (1996 – 1998) e ASTI S.A. – Acesita Sandvik Tubos Industriais (1996 – 1997). Nascido em 1953, o Sr. Chagas Vieira recebeu o diploma de Engenheiro Mecânico da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

José Paulo de Oliveira Alves. Desde 29 de abril de 1999 o Sr. Oliveira Alves é Diretor Executivo de Infra-Estrutura e Energia. De 27 de janeiro de 1998 até 20 de maio de 1998 o Sr Oliveira está trabalhando como Diretor Executivo do Setor de Infra-Estrutura e de 20 de maio de 1998 até 29 de abril de 1999 ele trabalhou como Diretor Executivo do Setor de Energia. Antes de entrar na Companhia, era Presidente da Ferrovia Sul Atlântico S.A., e ocupou cargos na GP Investimentos CS Ltda. (1996 – 1997), Mineração Brasileiras Reunidas S.A. (1990 – 1996) e Caemi Mineração e Caemi Internacional (1983 – 1996). O Sr Oliveira Alves é membro suplente do Conselho de Administração da CVRD e Diretor da Valepar. Nascido em 1945, tem diploma em Engenharia de Mina da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Reorganização

Em 1996, a CSN reorganizou a sua estrutura corporativa a fim de enfocar as decisões de

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

administração, estabelecendo quatro setores; Centro Corporativo, de Aço, de Energia e Infra-estrutura. Em abril de 1999, a Companhia alterou a estrutura corporativa existente, criando o cargo de Diretor-Presidente da Companhia, que se reporta ao Conselho de Administração e consolidou os quatro setores existentes em três: Centro Corporativo, de Aço, de Energia/Infra-Estrutura. Além do mais, a Companhia criou outro Setor – Novos Negócios. Cada setor é chefiado por um Diretor Executivo, que se reporta ao Diretor-Presidente da Companhia..

O Diretor-Presidente é responsável pelo planejamento estratégico, pela Fundação CSN e pela comunicação corporativa externa da Companhia. O Diretor Executivo - Centro Corporativo é responsável pela administração financeira, controle/prestação de contas financeiras e tecnológica de informações, jurídico, relações com investidores, recursos humanos corporativos, comunicações corporativas e CBS. O Diretor Executivo - Setor de Aço é responsável pela fabricação e distribuição do aço e dos produtos de aço da CSN. O Diretor Executivo - Setor de Infra-Estrutura é responsável pelas minas da CSN, os investimentos em logística (ferrovias e portos), imóveis, geração de energia e meios de distribuição. O Diretor Executivo - Setor de Novos Negócios é responsável pelos novos e atuais projetos e pela construção civil.

Conselho Fiscal

De acordo com a lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal (um "Conselho Fiscal") pode ser nomeado como um grupo corporativo independente da administração e dos auditores externos da Companhia. A principal responsabilidade do Conselho Fiscal é rever as atividades administrativas e as demonstrações financeiras e transmitir as suas verificações aos acionistas. O Conselho Fiscal, com três integrantes, foi estabelecido em abril de 1999 após uma votação dos acionistas da CSN. O Conselho Fiscal deixará de existir, a menos que os acionistas peçam a cada ano que prossiga com as suas operações.

Indenização de Diretores e Conselheiros

Não existe nenhuma previsão a favor de ou de proibição de indenização de Diretores e Conselheiros na legislação brasileira ou nos Estatutos da Companhia. Os Diretores geralmente não são individualmente responsáveis por atos no curso de seus deveres. A CSN mantém seguro de riscos de Diretores e Conselheiros, os segurando aos Conselheiros, e Diretores Executivos e determinados empregados em cargos chaves contra os riscos próprios do seu cargo dentro da Companhia.

ITEM 11. REMUNERAÇÃO DE CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES

No exercício findo em dezembro de 1998, a gratificação total paga pela Companhia para todos os membros efetivos do Conselho de Administração, para os suplentes dos Conselheiros e membros da Diretoria Executiva por serviços prestados foi de, aproximadamente, 3,3 milhões de dólares. E mais, os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva recebem um benefício adicional da Companhia, geralmente, concedidos aos empregados da Companhia e seus familiares, tal como, assistência médica.

ITEM 12. OPÇÕES DE COMPRA DE VALORES MOBILIÁRIOS DO TITULAR DO REGISTRO OU SUBSIDIÁRIAS

Nenhum.

ITEM 13. PARTICIPAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM DETERMINADAS TRANSAÇÕES

De tempos em tempos, a CSN realiza transações com empresas que são direta ou indiretamente possuídas pelos seus principais acionistas ou seus membros do Conselho de Administração. Veja "Descrição dos Programas de Investimentos

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Comerciais – Infra-estrutura: Distribuição e Geração de Energia - Projeto Pecém," "Investimentos e Oportunidades Jacentes Novos Produtos e Novos Nichos de Mercado" – "Programas de Investimentos" e Infra-Estrutura: Ferrovias – Malhas Ferroviárias do Nordeste," "Controle do Titular do Registro" e "Conselheiros e Diretores do Autor do registro" Veja também a nota nº 19 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

PARTE II

ITEM 14. DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS A SEREM REGISTRADOS

Não aplicável.

PARTE III.

ITEM 15. INADIMPLEMENTOS SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS SENIOR

Nenhum.

ITEM 16. ALTERAÇÕES EM VALORES MOBILIÁRIOS E ALTERAÇÃO EM TÍTULOS POR TÍTULOS REGISTRADOS.

Nenhum.

PARTE IV.

ITEM 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O titular do registro respondeu ao item 18 ao invés de responder a este item.

ITEM 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referência se faz no item 19.

DATA
Companhia Siderúrgica Nacional

ITEM 19. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E ANEXOS

(a) As seguintes demonstrações financeiras consolidadas do registrante, juntamente com o relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independente sobre as mesmas são apresentadas como parte deste Relatório Anual.

Página

Relatórios dos Auditores Independentes ..... F-R
Demonstrações Financeiras Consolidadas:
Folhas de Balanço de 31de dezembro de 1997 e 1998..... F-1
Demonstrativos Operacionais para os exercícios findos em 31 de dezembro, 1996,
1997 e 1998 ..... F-3
Demonstrativos de Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro, 1996,
1997 e 1998 ..... F-4
Demonstrativos das alterações do patrimônio dos acionistas para os exercícios findos
em 31 de dezembro, 1998, 1997 e 1996..... F-5
Notas das Demonstrações Financeiras F-7

(b) Os seguintes documentos são apresentados como anexos a este Relatório Anual:

1.1 Os Estatutos (Tradução para Inglês) da Companhia conforme alterado e consolidado em 29 de abril de 1999.

- Consentimento, datado de 24 de junho de 1999, do MRDI para serem nomeados como peritos em mineração.

ASSINATURA

De acordo com as exigências da Seção 12 da Securities Exchange Act" de 1934, o registrante atesta que preenche todos as exigências para o arquivamento do Relatório Anual no formulário 20-F, tendo feito tudo para que este Relatório Anual fosse firmado em prol de seu signatário abaixo assinado, devidamente autorizado para este fim.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
(Registrante)

Por: _____
Nome: Lauro Henrique Campos Rezende
Títulos: Diretor Financeiro, Centro Corporativo

Data: 28 de junho de 1999.

DATA
Companhia Siderúrgica Nacional

Companhia Siderúrgica
Nacional
Demonstrações Financeiras Consolidadas
em 31 de dezembro de 1997 e 1998
e Parecer dos Auditores Independentes

[C1] Comentário:

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Siderúrgica Nacional

Somos de parecer que o balanço patrimonial consolidado e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, do fluxo de caixa e das mutações do patrimônio líquido apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Siderúrgica Nacional e suas sociedades controladas em 31 de dezembro de 1997 e 1998 e o resultado das operações e o fluxo de caixa para cada um dos três exercícios no período findo em 31 de dezembro de 1998, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia Siderúrgica Nacional. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América que requerem que os exames sejam planejados e realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Esses exames compreenderam a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados nas demonstrações financeiras e a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Consideramos que nossos exames fornecem uma base adequada para emitirmos este parecer.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

Rio de Janeiro, Brasil
9 de fevereiro de 1999 (exceto quanto à nota explicativa 13, para o qual a data é 12 de fevereiro de 1999)

Companhia Siderúrgica Nacional

Balanço Patrimonial Consolidado
Expresso em milhões de Dólares Norte-Americanos

Ativo	**Em 31 de dezembro**	
	1997	**1998**
Ativo circulante		
Disponibilidades	756	986
Títulos e valores mobiliários	727	5
Contas a receber – clientes	320	228
Estoques	425	470
Impostos a recuperar	29	58
Imposto de renda diferido	60	42
Outros	107	97
	2.424	**1.886**
Imobilizado, líquido	**2.947**	**2.886**
Investimentos em coligadas e outros investimentos		
	1.323	**1.072**
Outros ativos		
Contas a receber	21	16
Depósitos judiciais	194	118
Imposto de renda diferido	138	186
Impostos a recuperar	37	36
Despesas pagas antecipadamente	49	76
Outros	55	51
	494	**483**
	7.188	**6.327**

Companhia Siderúrgica Nacional

Balanço Patrimonial Consolidado
Expresso em milhões de Dólares Norte-Americanos, a menos que indicado de outro modo
(Continuação)

Passivo e Patrimônio Líquido	**Em 31 de dezembro**	
	1997	**1998**
Passivo circulante		
Fornecedores		
Partes relacionadas	6	
Outros	86	157
Salários e encargos sociais	68	58
Parcela circulante de empréstimos e financiamentos de longo prazo	495	579
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	897	318
Adiantamentos em contratos de exportação	226	7
Encargos financeiros	110	32
Juros sobre Capital Próprio	98	
Outros	85	75
	2.071	**1.226**
Exigível a longo prazo		
Benefícios pós-aposentadoria	385	416
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	1.650	1.938
Provisão para contingências	198	126
Outros	46	35
	2.279	**2.515**
Compromissos e contingências - Ver Nota 17		
Participação minoritária		**26**
Patrimônio Líquido (ações em milhares)		
Ações ordinárias – 100,000,000 ações (sem valor nominal) autorizadas – 71,731,461 ações emitidas (1997 – 75,226,361 ações)	2.571	2.447
Capital integralizado adicional	44	53
Ações em tesouraria – 500 ações (1997 – 2,771,100 ações)	(123)	(24)
Lucros acumulados		
Apropriados	988	1.330
Não apropriados	(339)	(506)
Outros lucros abrangentes acumulados		
Perdas não reconhecidas como custo de aposentadoria (“NPPC”)		(7)
Ajustes acumulados de conversão (“CTA”)	(346)	(645)
Ganho (perda) não realizado em investimento disponível para venda	43	(88)
	2.838	**2.560**
	7.188	**6.327**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Companhia Siderúrgica Nacional

Demonstrações Consolidadas de Resultados
Expresso em milhões de Dólares Norte-Americanos, exceto dados relativos a ações

	Exercícios findos em 31de dezembro		
Receita Bruta	**1996**	**1997**	**1998**
Vendas Mercado Interno			
Partes relacionadas	79	64	
Outras	2.181	2.333	2.118
Vendas Mercado Externo	561	516	455
	2.821	**2.913**	**2.573**
Impostos sobre vendas, descontos, devoluções e abatimentos	(405)	(431)	(428)
Receita líquida	2.416	2.482	2.145
Custo de produtos vendidos	**1.618**	**1.575**	**1.193**
Lucro bruto	**798**	**907**	**952**
Despesas operacionais			
Com vendas	219	168	186
Gerais e administrativas	227	147	159
Outras	33	14	83
	479	**329**	**428**
Lucro operacional	**319**	**578**	**524**
Receitas/(despesas) não operacionais			
Receitas financeiras	152	282	324
Despesas financeiras	(115)	(290)	(239)
Variações Monetárias e cambiais		(56)	(147)
Perda na conversão, líquida	(27)	(32)	
Outros	(3)	(5)	(5)
	7	**(101)**	**(67)**
Lucro antes dos impostos e participação em resultados de coligadas	**326**	**477**	**457**
Imposto de renda			
Circulante	(27)	(29)	(30)
Diferido	(77)	(55)	(34)
	(104)	**(84)**	**(64)**
Participação em resultados de coligadas	**(10)**	**24**	**30**
Lucro líquido do exercício	**212**	**417**	**423**
Lucro por mil ações ordinárias (em dólares norte-americanos)	**2,74**	**5,54**	**5,87**
Média ponderada do número de ações ordinárias em Circulação (mil)	**77.261.270**	**75.232.994**	**72.027.899**

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras consolidadas.

Companhia Siderúrgica Nacional

Demonstrações Consolidadas de Fluxos de Caixa
Expressos em milhões de Dólares Norte-Americanos

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	1996	**1997**	**1998**
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	212	417	423
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes das atividades operacionais:			
Itens não-caixa			
Depreciação	140	151	150
Valor residual de bens do imobilizado baixados	51	39	15
Imposto de renda diferido	77	55	34
Participação em resultados de coligadas	10	(24)	(30)
Provisão para contingências	7	94	7
Provisão para devedores duvidosos	14	13	47
Perda na conversão, líquida	27	32	
Outros	(6)	(35)	61
Redução (aumento) em ativos			
Contas a receber – clientes	33	(56)	20
Adiantamentos a fornecedores	(73)	88	8
Estoques	167	74	(77)
Impostos a recuperar	(22)	(8)	(33)
Outros	(68)	(53)	(33)
Aumento (redução) em passivos			
Fornecedores	(5)	36	72
Salários e encargos sociais		(2)	(5)
Imposto de renda e contribuição social	(19)	(1)	
Benefícios pós-aposentadoria	42	51	42
Tributos e Obrigações parceladas	(65)	(38)	(26)
Outros	(1)	12	30
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	**521**	**845**	**705**

Companhia Siderúrgica Nacional

Demonstrações Consolidadas de Fluxos de Caixa
Expressos em milhões de Dólares Norte-Americanos
(Continuação)

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	1996	**1997**	**1998**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários	43	(728)	666
Adições ao imobilizado	(524)	(505)	(327)
Adições de investimentos de longo prazo	(380)	(989)	(4)
Alienação de investimentos de longo prazo	37		
Depósitos judiciais	(11)	(93)	(9)
Empréstimos a partes relacionadas	3	1	(6)
Recursos líquidos provenientes das (utilizados em) atividades de investimentos	**(832)**	**(2.314)**	**320**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Emprést. e financ. de curto prazo, captações e pagamentos, líquidos	214	1.011	(79)
Adiantamentos em contratos de exportação	(71)	38	(219)
Empréstimos e financiamentos de longo prazo			
Captações	701	1.190	355
Pagamentos	(120)	(365)	(431)
Ações em tesouraria	(60)	(84)	(16)
Dividendos pagos	(67)	(81)	
Juros sobre Capital Próprio		(79)	(341)
Recursos líquidos provenientes das (utilizados em) atividades de financiamentos	**597**	**1.630**	**(731)**
Aumento nas disponibilidades	286	161	294
Efeitos de variações nas taxas de câmbio sobre as disponibilidades	(27)	(70)	(64)
Disponibilidades, início do exercício	406	665	756
Disponibilidades, fim do exercício	**665**	**756**	**986**
Recursos utilizados durante o exercício para pagamento de:			
Juros	124	188	330
Imposto de renda e contribuição social, incluindo imposto retido na fonte	75	6	49

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Companhia Siderúrgica Nacional

Demonstrações Consolidadas de Mutações no Patrimônio Líquido
Expressas em milhões de Dólares Norte-Americanos

	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	1996	**1997**	**1998**
Ações ordinárias			
Saldo, início do exercício	2.645	2.571	2.571
Capitalização da reserva	8		
Cancelamento de ações em tesouraria	(82)		(124)
Saldo, fim do exercício	**2.571**	**2.571**	**2.447**
Capital integralizado adicional			
Saldo, início do exercício	7	36	44
Aquisição de ações	29	8	9
Saldo, fim do exercício	**36**	**44**	**53**
Ações em tesouraria			
Saldo, início do exercício		(7)	(123)
Aquisição de ações	(89)	(116)	(25)
Cancelamento de ações em tesouraria	82		124
Saldo, fim do exercício	**(7)**	**(123)**	**(24)**
Perdas não reconhecidas como custo de aposentadoria			
Saldo, início do exercício	(183)	(85)	
Excesso de passivo mínimo adicional	138	126	(7)
Efeito de imposto sobre o item acima	(40)	(41)	
Saldo, fim do exercício	**(85)**		**(7)**
Ajustes acumulados de conversão			
Saldo, início do exercício			(346)
Efeito inicial da mudança de moeda funcional em 1º de julho de 1997		(196)	
Variação no exercício		(150)	(299)
Saldo, fim do exercício		**(346)**	**(645)**
Ganho (perda) não realizado em investimento disponível para venda			
Saldo, início do exercício		13	43
Ganho (perda) não realizado	18	46	(195)
Efeito de imposto sobre o item acima	(5)	(16)	64

Saldo, fim do exercício	**13**	**43**	**(88)**

Companhia Siderúrgica Nacional

Demonstrações Consolidadas de Mutações no Patrimônio Líquido
Expressas em milhões de Dólares Norte-Americanos, exceto os dados de ações
(Continuação)

	Exercícios findos em 31de dezembro de		
	1996	**1997**	**1998**
Lucros acumulados			
Apropriados			
Reserva de incentivos fiscais			
Saldo, início do exercício	8		
Transferência para o capital	(8)		
Saldo, fim do exercício			
Reserva de investimento			
Saldo, início do exercício	729	763	954
Transferência de lucros acumulados não apropriados	34	191	307
Saldo, fim do exercício	**763**	**954**	**1.261**
Reserva legal			
Saldo, início do exercício	24	36	34
Transferência de (para) lucros acumulados não apropriados	12	(2)	35
Saldo, fim do exercício	36	**34**	**69**
Saldo total, fim do exercício	**799**	**988**	**1.330**
Lucros Acumulados não apropriados			
Saldo, início do exercício	(408)	(309)	(339)
Lucro líquido do exercício	212	417	423
Ajustes relativos a investimentos em coligadas			(5)
Dividendos pagos (1997 – US$ 1.08 e 1996 – US$ 0.86)	(67)	(81)	
Juros sobre Capital Próprio – US$3.39 por mil ações (1997 – US$ 2.35)		(177)	(243)
Apropriação para reservas	(46)	(189)	(342)
Saldo, fim do exercício	**(309)**	**(339)**	**(506)**
Total de lucros acumulados	**490**	**649**	**824**
Total do patrimônio líquido	**3.018**	**2.838**	**2.560**
Lucro abrangente acumulado é formado pelos seguintes itens:			
Lucro líquido do exercício	212	417	423
Ajustes acumulados de conversão		(346)	(299)
Ganho (perda) não realizado em investimento disponível para venda, líquido de imposto	13	30	(131)
Ganhos (perdas) não reconhecidos como custo de aposentadoria	98	85	(7)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Lucro (prejuízo) abrangente acumulado	**323**	**186**	**(14)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1 A Companhia e suas operações

A Companhia Siderúrgica Nacional é uma sociedade anônima constituída em 9 de abril de 1941, de conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (doravante aqui referida por Companhia Siderúrgica Nacional e suas subsidiárias sendo denominadas, em conjunto, "CSN" ou "Companhia").

A CSN é uma companhia integrada que opera em um segmento e produz uma vasta gama de produtos de aço de valor agregado como chapas de aço galvanizado por imersão a quente e produtos de estanho, sendo o único produtor de folhas de flandre do Brasil, sendo este o produto de maior expressão. A CSN administra também suas próprias minas de minério de ferro, manganês, calcário e dolomita, no Estado de Minas Gerais, que atende a todas as necessidades da Usina Presidente Vargas, no Estado do Rio de Janeiro. Como complemento de suas atitivades, a Companhia também fez investimentos estratégicos em ferrovias e projetos de geração de energia, entre outros.

As subsidiárias operacionais consolidadas da Companhia são:

- CSN Cayman Ltd. (subsidiária integral) – uma trading localizada nas Ilhas Cayman, constituída com o propósito básico de facilitar a securitização das Contas a Receber da Companhia.
- CSN Steel Corp. (subsidiária integral) – localizada nas Ilhas Cayman, detém o investimento na Valepar S.A. relcionado com a aquisição de participação acionária na Companhia Vale do Rio Doce;
- CSN Iron, S.A. (subsidiária integral) – localizada na República do Panamá, constituída para atuar como emitente de valores mobiliários, com a finalidade de obter fundos, conforme descrito na Nota 13;
- CSN Panamá, S.A. (controlada em 99,99%) – localizada na República do Panamá,detém 37,5% do capital da CSN Aceros S.A. relacionado à aquisição de participação acionária na Sepetiba Tecon S.A.;
- CSN Overseas (subsidiária integral) – uma trading para comercializar os produtos da CSN no exterior;
- FEM – Projetos, Construções e Montagens S.A. (controlada em 99,99%) – desenvolve projetos, fabrica e monta estruturas metálicas;
- INAL – Indústria Nacional de Aços Laminados S.A. (controlada em 99,99%) – uma companhia de distribuição de aço localizada em São Paulo; e
- Nordeste Energia Participações S.A. (controlada em 50,01%) – uma companhia formada com a finalidade de manter uma participação de 75% na Nordeste Energia S.A., que planeja construir e operar uma termoelétrica de 240 MW no Nordeste do Brasil.

Durante 1998, a Companhia constituiu as seguintes subsidiárias que encontravam-se em estágio pré-operacional em 3l de Dezembro de 1998: CSN-IMSA Aços Revestidos S.A. (controlada em 51%), uma joint-venture formada com a Mexicana IMSA Acero, S.A. no sul do Brasil para produzir peças de aço longas e planas; CSC - Companhia Siderúrgica do Ceará (controlada em 99,99%), criada com o propósito de, possivelmente, construir uma mini-mill no nordeste do Brasil para produzir bobinas galvanizadas e laminadas a quente; GalvaSud S.A. (controlada em 51%), uma joint-venture com a Thyssen Krupp Stahl A.G. da Alemanha, que irá produzir aço galvanizado por imersão a quente, para a indústria automobilística e a Sepetiba Tecon S.A (50% sob controle direto e indireto), uma joint-venture com a Companhia Vale do Rio Doce, criada com o propósito de celebrar um contrato de concessão para utilização, durante 25 anos, de um terminal marítimo de containers no Estado do Rio de Janeiro.

Conforme mencionado na Nota l7 (c), a Companhia é membro do consórcio que irá operar durante 30 anos a Hidroelétrica de Itá no sul do Brasil.

2 Resumo de políticas contábeis significativas

Ao preparar a demonstração financeira consolidada, o uso de estimativas é necessário para o lançamento contábil de determinados ativos, passivos e transações. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, por conseguinte, incluem várias estimativas relativas à determinação da vida útil da propriedade, instalações, equipamentos e fundo de comércio, provisões necessárias para perdas nas contas a receber e para contingências, manutenção programada, benefícios pós-aposentadoria e outras avaliações similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América, que diferem, em certos aspectos, dos princípios contábeis brasileiros aplicados pela Companhia em suas demonstrações financeiras societárias, preparadas em conformidade com a Legislação Societária Brasileira.

Os montantes em dólares norte-americanos para os períodos apresentados foram convertidos a partir de valores na moeda brasileira, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento de Contabilidade Financeira SFAS No. 52 "Conversão de Moeda Estrangeira" ("SFAS 52 Foreign Currency Translation").

Anteriormente a l de julho de 1997, o Brasil era considerado, de acordo com o SFAS 52, como um país de economia altamente inflacionária, definida como uma economina com taxa acumulada de inflação, nos 36 meses anteriores, superior a l00%. Nesse sentido, os procedimentos de conversão adotados pela Companhia até 30 de junho de l997 foram os seguintes:

i) estoques, propriedades, instalações e equipamentos, depreciação acumulada e exaustão, assim como as contas do patrimônio líquido, foram convertidos a taxas de câmbio históricas. Ativos e passivos monetários expressos em moeda brasileira foram convertidos pelas taxas de câmbio em vigor no final do período.

ii) A depreciação e outros custos e despesas referentes a ativos convertidos a uma taxa de câmbio histórica foram calculados com base no montante do ativo em dólares norte-americanos. Outras contas nas demonstrações de resultado e no fluxo de caixa foram convertidas pelas taxas de câmbio médias em vigor no período, com exceção dos montantes relativos à indexação e variações cambiais sobre o ativo e passivo, expressos em moeda estrangeira, que não foram convertidos;

iii) O ganho ou perda acumulado na conversão, decorrente desse processo, foi incluído nas demonstrações de resultado do período;e

iv) De acordo com o parágrafo 9(f) do SFAS No. 109 "Contabilidade para Imposto de Renda" ("SFAS 109 Accounting for Income Tax"), os impostos diferidos não foram registrados no que se refere a diferenças relativas a ativos e passivos convertidos a taxas históricas que resultaram de mudanças na taxa de câmbio ou indexação para fins da legislação brasileira.

Em 01 de Julho de l997, a Companhia concluíu que a economia brasileira deixara de ser altamente inflacionária e mudou sua moeda funcional, abandonando a moeda de relatório (dólar norte-americano) passando a adotar a moeda local (Real). Nesse sentido, em 01 de julho de l997, a Companhia converteu os montantes em dólares norte-americanos de ativos e passivos não monetários em reais à taxa de câmbio corrente, esses montantes se transformaram na nova base contábil para tais ativos e passivos. Os impostos diferidos decorrentes das diferenças entre a nova base monetária funcional e a base para tributação, no montante de US$ 196, incluindo os relativos a coligadas, foram lançados como um débito na conta ajustes acumulados na conversão do patrimônio líquido.

A cada período findo após 0l de julho de l997, a Companhia tem convertido todos os ativos e passivos em dólares norte-americanos, à taxa de câmbio em vigor (R$1,1164 e R$1,2087 a US$ 1,00 em 31 de Dezembro de, 1997 e 1998, respectivamente) e todas as contas nas demonstrações dos resultado e fluxos de caixa (incluindo valores relativos à indexação da moeda local e variações cambiais sobre ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, que não foram previamente convertidas) pelas taxas médias em vigor durante o período. O ganho ou perda resultante desse novo processo de conversão está incluído na conta ajustes acumulados na conversão do patrimônio líquido.

O patrimônio líquido incluído nas demonstrações financeiras apresentadas neste documento difere daquele que foi incluído nos registros contabéis societários da Companhia, como resultado de diferenças entre as variações na taxa de câmbio do dólar norte-americano e os índices obrigatórios para a indexação dos registros contábeis societários e ajustes feitos para espelhar as exigências dos princípios contábeis normalmente aceitos nos Estados Unidos.

(b) Base da consolidação

As demonstrações financeiras das subsidiárias sob controle majoritário foram consolidadas e todas as contas e transações significativas inter-empresas foram eliminadas.

(c) Estoques

Os estoques são valorizados ao menor custo entre o custo médio de compra ou produção e o valor líquido de realização ou custo de reposição. Provisões para perdas com estoques defasados ou obsoletos são registradas quando consideradas apropriadas.

(d) Investimentos em coligadas e outros investimentos

A Companhia usa o método contábil de equivalência patrimonial para todos os investimentos a longo prazo para os quais é proprietária de pelo menos 20% das ações com direito a voto (porém não a maioria) e/ou tem a aptidão de exercer uma influência significativa sobre as políticas operacionais e financeiras da companhia em que investiu. Esse método requer ajustes periódicos na conta de investimento para reconhecer a participação proporcional nos resultados da companhia investida, reduzidos pelo recebimento de dividendos desta. O ágio, representando o excedente do custo sobre o valor justo de ativos líquidos adquiridos, é amortizado pelo método linear por 20 anos.

A Companhia registra outros investimentos ao preço de custo e, tendo uma cotação de mercado, de acordo com a SFAS No. 115 "Contabilidade para Certos Investimentos em Garantias de Dívida e Patrimônio" ("SFAS 115 Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities"). O

investimento da Companhia na LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A. é classificado como disponível para venda, de acordo com a SFAS 115. Assim, quaisquer ganhos ou perdas não realizados, líquidos de impostos, são excluídos do resultado e registrados como um componente separado do patrimônio líquido (ganho(perda) não realizado em investimento disponível para venda) até que seja realizado. Os demais investimentos são lançados pelo valor de custo.

(e) Propriedade, instalações e equipamentos

Propriedades, instalações e equipamentos são lançados pelo valor de custo incluindo juros sobre o período de construção de importantes instalações novas. A Depreciação é contabilizada de forma linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil dos ativos relacionados, como segue, (média) edifícios administrativos - 25 anos; equipamentos - 25 a 35 anos ; móveis e utensílios – l0 anos ; e veículos – 5 anos.

Os custos com desenvolvimento de minas de minério de ferro e outras ou com a expansão da capacidade de operação das minas são capitalizados e debitadas a operações segundo o método de unidade-de- produção, baseado na quantidade total a ser recuperada. Esses custos não têm sido materiais nos exercícios apresentados.

(f) Manutenção programada de altos fornos

As despesas para a modernização dos altos fornos, no fim de cada ciclo (períodos médios de produção de l2 anos, no caso dos altos fornos da Companhia) são capitalizadas e depreciadas ao longo do ciclo seguinte. Despesas futuras estimadas para a manutenção intermediária para cada ciclo são fornecidas por meio de débitos aos custos de produção, durante o ciclo em questão. As obrigações /despesas previamente pagas são classsificadas entre de curto e longo prazo, com base nos períodos de manutenção programados..

(g) Recuperabilidade de ativos de longa duração

De acordo com a SFAS No. 121 "Contabilidade para Depreciação de Ativos de Longa Duração e Ativos de Longa Duração a serem Descartados" ("SFAS 121 Accounting for the Impairment of Long-lived Assets and Long-lived Assets to be Disposed of"), a administração examina o ativo de lonta duração, principalmente propriedades, instalações e equipamentos a serem usados na empresa e fundo de comércio, com o propósito de determinar e medir a deterioração, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos podem não ser recuperáveis. A Demonstração requer o reconhecimento de uma provisão para perda, quando a estimativa de futuros fluxos de caixa não descontados, com expectativa de serem gerados pelo ativo for menor que o valor contábil. A avaliação da provisão para perda é baseada no valor de mercado do ativo.

(h) Receitas e despesas

As receitas são identificadas quando os produtos são embarcados. Despesas e custos são identificados pelo regime de competência.

(i) Custos ambientais e de recuperação e restauração de áreas

A Companhia faz a provisão para custos de recuperação e multas, quando uma perda estiver iminente e o valor dos custos relacionados for passível de ser determinado. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano de ação formal.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas a lucros ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle do ar e emissões de efluentes. Esses programas contínuos são projetados para minimizar o impacto ambiental das operações de mineração e da siderurgia e tais programas destinam-se também a reduzir os custos que poderiam, de alguma forma, advir da paralização das atividades de mineração.

(j) Pesquisa e desenvolvimento

Os custos com pesquisa e desenvolvimento relativos ao melhoramento de processos e desenvolvimento de produtos são apropriados historicamente.

(k) Benefícios pós-emprego e pós-aposentadoria

O SFAS No 87 "Contabilidade dos Empregadores para Pensões" ("SFAS 87 Employers' Accounting for Pensions") foi aplicada a partir do início do primeiro ano apresentado nestas demonstrações financeiras. Entretanto, a amortização da obrigação líquida transitória existente em 01 de Janeiro de 1995, quando a Companhia adotou pela primeira vez o SFAS 87, foi computada retroativamente como se tivesse sido estabelecida em 01 de Janeiro de 1989, que foi a data na qual o SFAS 87 se tornou aplicável pela primeira vez para fundos de pensão que não eram dos Estados Unidos.

O SFAS No 132 "Divulgação dos Empregadores Sobre Pensões e outros Benefícios Pós-aposentadoria" ("SFAS 132 Employers' Disclosure About Pensions and Others Postretirement Benefits") apresenta uma nova base de divulgação para planos de aposentadoria e outros benefícios pós-aposentadoria nas demonstrações financeiras anuais de uma empresa. A intenção das novas divulgações, entre outras, é disponibilizar informação que permitirá ao leitor reconciliar alterações anuais na posição financeira de um plano e o respectivo impacto financeiro sobre o patrocinador do plano. A Companhia adotou o SFAS 132, retroativamente, a partir de 01 de Janeiro de 1997 e as divulgações exigidas são apresentadas na Nota 15.

(l) Ausências compensadas

O passivo referente a compensação do empregado para benefícios de férias é provisionado.

(m) Imposto de renda

O SFAS 109 foi aplicado para todos anos apresentados. O efeito dos ajustes efetuados para refletir as exigências dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, bem como as diferenças entre a base de cálculo dos ativos e passivos não monetários e os valores incluídos nestas demonstrações financeiras, foram reconhecidos como diferenças temporárias com a finalidade de registrar imposto de renda diferido, exceto de acordo com o parágrafo 9 (f) do SFAS 109, até 30 de Junho de 1997, os impostos diferidos não foram registrados com respeito às diferenças relativas aos ativos convertidos a taxas históricas de câmbio que resultaram de alterações nas taxas de câmbio ou indexação para fins de tributação no Brasil (ver discussão do efeito da alteração na moeda funcional no item (a) supracitado). Prejuízos fiscais a compensar são reconhecidos como imposto de renda diferido e uma provisão para perda é registrada quando a administração acredita que seja mais provável que improvável que o imposto de renda diferido não será recuperado totalmente no futuro.

Todos os ativos e passivos circulantes e não circulantes, referentes ao imposto de renda diferido são compensados, a menos que sejam relativos a estabelecimentos da Companhia de imposição diferenciada ou estabelecimentos operando em jurisdições fiscais diferentes.

(n) Demonstrações de fluxos de caixa

Fluxos de caixa relativos a financiamentos e investimentos overnight são reportados sobre uma base líquida. Investimentos a curto prazo que tenham um mercado pronto e vencimento para a Companhia, quando comprados, de 90 dias ou menos, são considerados disponibilidades.

(o) Lucro por ação

A Companhia adotou o SFAS No 128 "Lucros Por Ação" ("SFAS128 Earnings per Share"). Lucros por ação são calculados dividindo o resultado líquido pela média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o ano. As ações da Companhia são negociadas nas bolsas de valores em milhares de ações e os lucros por ação são apresentados para mil ações.

(p) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente expõem a CSN a concentrações de risco de crédito são apresentados em dinheiro ou prontamente conversíveis em numerário, depósitos a prazo e contas a receber de cliente. A CSN limita seu risco de crédito associado a dinheiro e prontamente conversível em numerário e títulos e valores mobiliários, aplicando seus investimentos em instituições financeiras de alta classificação, em aplicações de prazo muito curto. Com respeito às contas a receber de clientes, a CSN limita seu risco de crédito efetuando avaliações de crédito contínuas e, usualmente, exigindo cartas de crédito, garantias ou caução . Os produtos da CSN são utilizados em uma larga variedade de segmentos da indústria, portanto as contas a receber e as vendas não são concentradas em uma só indústria e, assim sendo, a administração não acredita existir uma concentração significativa de riscos.

(q) Lucro Abrangente Acumulado

O SFAS No 130 "Relatando outros Lucros Abrangentes Acumulados"("SFAS 130 Reporting Comprehensive Income") exige que as empresas mostrem, num demonstrativo separado, alterações no patrimônio líquido de uma empresa comercial durante um período resultando de transações e outros eventos e circunstâncias de fontes não proprietárias. A Companhia adotou o SFAS 130 para todos os anos apresentados e incluiu uma demonstração de Lucro Abrangente Acumulado como parte da Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.

(r) Informação por área de negócio

O SFAS No 131 "Divulgações sobre Áreas de Negócios e Informações Relativas" ("SFAS 131 Disclosures about Segments of Enterprise and Related Information") exige que uma empresa comercial adicionalmente divulgue certa informação financeira entre suas várias e distintas atividades operacionais. Essa informação deve ser orientada do ponto de vista de como as decisões operacionais e financeiras são tomadas para cada área de negócio. A Companhia adotou o SFAS 131 para todos os exercícios apresentados, como divulgado mais adiante na Nota 18.

3 Pronunciamentos contábeis recentemente emitidos

A Comissão de Padrões de Contabilidade Financeira ("FASB Financial Accounting Standards Board") recentemente emitiu o SFAS No 133 "Contabilidade para Instrumentos de Derivativos e Atividades de Proteção" ("SFAS 133 Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities") que será aplicável para todos os trimestres fiscais de todos exercícios fiscais começando após 15 de Junho de 1999.

O SFAS 133 exigirá que uma empresa reconheça todos derivativos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e meça esse instrumentos pelo valor real. Isso irá exigir também de forma significativa mais divulgação sobre transações com derivativos de uma Companhia e estratégias de proteção do que tinha sido

exigido pelos padrões contábeis existentes. O impacto financeiro com a adoção da SFAS 133 sobre a Companhia, que será aplicável a partir do primeiro trimestre do ano fiscal terminado em 31 de Dezembro de 2000 não foi determinado na data dessas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados ("AICPA American Institute Certified Public Accounts") emitiu um Demonstrativo de Posição ("SOP") 98- 1 - "Contabilidade para Custos de Software de Computador Desenvolvido ou Obtido para Uso Interno" ("Accounting for Costs of Computer Software Developed or Obtained for Internal Use") e Demonstrativo de Posição 98-5 - "Relatando sobre Custos das Atividades de Acionamento" ("Reporting on the Costs of Start-up Activities").

O SOP 98-1 oferece orientação sobre contabilidade para os custos de software de computador desenvolvido ou obtido para uso interno. Entre outras provisões, o SOP 98-1 estabelece que custos capitalizados de software de computador desenvolvido ou obtido para uso interno deve ser amortizado sobre uma base linear a menos que uma base mais sistemática ou racional seja mais representativa da utilização do software. O SOP é aplicável para demonstrações financeiras para os exercícios fiscais começando após 15 de Dezembro de 1998. Não há diferenças significativas entre o SOP 98-1 e os critérios seguidos pela Companhia.

O SOP 98-5 oferece orientação sobre como efetuar demonstrativo financeiro dos custos de início e organização. Isto exige que os custos das atividades de início e custos de organização sejam apropriados assim que ocorridos. O SOP é aplicável às demonstrações financeiras para exercícios fiscais começando após 15 de Dezembro de 1998.

4 Imposto de renda

O imposto de renda no Brasil compreende o imposto de renda federal e a contribuição social (que é um imposto Federal adicional sobre a renda). As alíquotas legais aplicáveis aos períodos apresentados são as seguintes (em pontos percentuais):

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	1996	**1997 e 1998**
Imposto de renda federal	25,00	25,00
Contribuição social	7,40	8,00
Ajuste para compor as alíquotas	(1,84)	
Alíquota de imposto de renda federal composta	**30,56**	**33,00**

O ajuste que deriva da taxa combinada de imposto de 1996, na tabela acima, reflete a dedutibilidade da contribuição social na base de cálculo de Imposto de Renda Federal. A partir de 01 de janeiro de 1997, a alíquota de contribuição social foi aumentada para 8% e não é mais dedutível para fins de Imposto de Renda Federal.

Os valores apresentados como despesas de Imposto de Renda nestas demonstrações financeiras são reconciliadas segundo as taxas legais conforme segue abaixo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro

	1996	1997	1998
Lucro antes de imposto e participação em resultados de companhias afiliadas	**326**	**477**	**457**
Imposto de renda federal e contribuição social			
Às taxas vigentes na legislação fiscal	(100)	(157)	(151)
Ajustes que dão origem à taxa de imposto efetiva			
Juros sobre Capital Próprio (veja Nota 14 d)		58	80
Outros	(4)	15	7
Despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras consolidadas	**(104)**	**(84)**	**(64)**

As alterações de alíquotas foram editadas no ano anterior ao ano em que elas entraran em vigor. Sendo assim, os saldos de impostos diferidos em cada final de exercício são computados usando as alíquotas em vigor no exercício seguinte.

Os principais componentes das contas de impostos de renda diferidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Em 31 de dezembro de	
	1997	**1998**
Ativo circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	25	
Despesas provisionadas não dedutíveis	35	42
Imposto de renda diferido - ativo circulante	**60**	**42**
Ativo – longo prazo		
Prejuízos fiscais a compensar	161	82
Despesas provisionadas não dedutíveis	43	80
Passivo de fundo de pensão, líquido de obrigação Líquida não reconhecida	127	137
Efeito fiscal no prejuízo não realizado em título disponível para venda		43
	331	**342**
Passivo		
Imobilizado	171	148
Investimentos em companhias coligadas		8
Efeito fiscal em ganho não realizado em título disponível para venda	22	
	193	**156**
Imposto de renda diferido de longo prazo, líquido	**138**	**186**

5Disponibilidades

	Em 31 de dezembro de	
	1997	**1998**
Caixa disponível e depósitos bancários	14	7
Depósitos a prazo		
Moeda local	642	939
Dólares norte-americanos	100	40
Total	**756**	**986**

6 Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários compreendiam investimentos de curto prazo denominados em moeda local em 1997 e em dólares norte-americanos em 1998. Durante 1998, a Companhia investiu seu superávit de caixa em investimentos de maior liquidez.

7 Contas a receber - clientes

	Em 31 de dezembro de	
	1997	**1998**
No país		
Partes relacionadas	1	
Outras	349	271
No exterior		
Denominada em dólares norte-americanos	29	58
	379	329
Menos: Provisão para devedores duvidosos		
Saldo, início do exercício	(46)	(59)
Adições	(13)	(42)
Saldo, fim do exercício	(59)	(101)
Total	**320**	**228**

Nenhum cliente foi responsável, individualmente, por mais de 10% das receitas totais para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 1997 e de 1998. Em 1998, a Companhia provisionou totalmente as contas a receber de alguns clientes, depois que as negociações sobre contas vencidas falharam.

8 Estoques

	Em 31 de dezembro de	
	1997	**1998**
Produtos acabados	74	79
Produtos em elaboração	80	135
Matérias-primas	97	112
Peças sobressalentes e suprimentos de manutenção	125	95
Outros	49	49
Total	**425**	**470**

9 Investimentos em companhias coligadas e outros investimentos

	Participação no Capital		Em 31 de dezembro				
			Investimentos		Equivalência patrimonial		
	Votante	Total	1997	1998	1996	1997	1998
Método de equivalência patrimonial							
Valepar S.A., incluindo ágio não Amortizado de US$167 (1997 – US$176) ("Valepar")	31,23%	31,23%	936	899		26	58
MRS Logística S.A. ("MRS")	19,27%	31,54%	29	31	(9)	(6)	(5)
Companhia de Cimento Ribeirão Grande ("CCRG")	25,00%	8,33%	29	11	(1)	4	(18)
Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A. ("Inepar-Fem")	27,12%	24,91%		25			
Companhia Ferroviária do Nordeste ("CFN")	18,00%	18,00%					(5)
			994	966	(10)	24	30
Outros investimentos							
Disponível para venda							
Light – Serviços de Eletricidade S.A. ("Light")	7,25%	7,25%					
Custo			250	223			
Ganho (perda) não realizado			64	(131)			
Valor de mercado			314	92			
Ao custo							
Ferrovia Centro-Atlântica S.A. ("FCA")	11,65%	11,89%	15	14			
			1.323	1.072	(10)	24	30

FCA, MRS e CFN

As participações nestas redes ferroviárias foram adquiridas através da participação em consórcios que obtiveram, em leilões de privatização, as concessões para operar as redes da Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA"). O objetivo da Companhia é ajudar a FCA, MRS e CFN a melhorar a eficiência e confiabilidade das redes ferroviárias; a FCA e a MRS são os principais meios de transporte das matérias-primas da Companhia para a usina siderúrgica Presidente Vargas e a CFN se tornará importante para a CSN quando sua mini-mill planejada no Ceará estiver totalmente operacional.

Light

A Companhia adquiriu sua participação na Light, seu maior fornecedor de energia elétrica, anteriormente uma subsidiária da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. , em 21 de maio de 1996, através de leilão de privatização.

Valepar

A Companhia faz parte do consórcio que em 6 de maio de 1997 adquiriu, em leilão de privatização, uma participação no controle da Companhia Vale do Rio Doce ("CVRD"), uma das maiores companhias de mineração no mundo.

O consórcio pagou o total de US$ 3,1 bilhões por 42% das ações ordinárias da CVRD, que por sua vez representava, aproximadamente, 27% do capital total da CVRD, em 6 de maio de 1997. Os membros do consórcio formaram uma companhia com propósito especial, a Valepar S.A. ("Valepar'), para deter essa participação na CVRD. A CSN possui 31% da Valepar, o que representa uma participação indireta de 13,2% das ações ordinárias da CVRD ou 8,5% no capital total da CVRD. Alguns membros do consórcio transferirão mais ações da CVRD para a Valepar de acordo com as regras do leilão da CVRD. Após esta transferência, a Valepar possuirá aproximadamente 52% das ações ordinárias da CVRD. A CSN, então, possuirá 25,2% da Valepar (embora sua participação indireta na CVRD não se altere), a menos que a CSN exerça seu direito de preempção, de acordo com a Legislação Societária Brasileira, para adquirir mais ações da Valepar visando manter sua participação atual nesta empresa.

A Companhia pagou US$989 por seu investimento na Valepar, dos quais US$786 foram financiados por um empréstimo ponte através de um consórcio de organismos financeiros, incluindo o NationsBank N.A, também acionista da Valepar (veja a Nota 13). O NationsBank N.A., através de suas coligadas, tem o direito de vender para a Companhia, a qualquer momento durante um período de dois anos iniciando em maio de 2002, as ações ordinárias da Valepar por ele adquiridas na época do leilão da CVRD, ao mesmo preço de custo de tais ações (US$ 375), mais juros à taxa LIBOR + 1%.

As informações resumidas correspondentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 1997 (reformulados) e 1998 com respeito à posição financeira da CVRD e resultados de operações de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América são os seguintes:

	Em 31 de dezembro	
Balanço Patrimonial	**1997**	**1998**
Ativo circulante	2.599	2.856
Outros ativos	9.090	8.454
Passivo circulante	2.053	2.057
Exigível a Longo Prazo	2.546	2.475
Participação minoritária	63	63
Patrimônio líquido	7.027	6.715

	Exercícios findos em 31de dezembro	
Demonstrações de Resultados	**1997**	**1998**
Receita operacional líquida	3.748	3.553
Custo e despesas líquidos	(2.974)	(2.561)
Lucro antes de impostos e itens extraordinários	774	992
Imposto de renda e contribuição social	(52)	(96)

Itens extraordinários	(372)	
Lucro líquido	**350**	**896**

Inepar-Fem

Esta participação foi adquirida em 16 de abril de 1998 como resultado da reestruturação operacional da subsidiária da Companhia, FEM – Projetos, Construções e Montagens S.A.. A Inepar-Fem foi criada para prover serviços de montagem industrial e de fabricação de estruturas metálicas.

10 Imobilizado

	Em 31de dezembro de 1997		
	Custo	**Depreciação Acumulada**	**Líquido**
Terreno	6		6
Edificações	79	36	43
Equipamento	4.210	1.982	2.228
Móveis e Utensílios	55	27	28
Veículos	8	7	1
Outros	27	14	13
	4.385	2.066	2.319
Construção em andamento	628		628
	5.013	**2.066**	**2.947**

	Em 31 de dezembro de 1998		
	Custo	**Depreciação Acumulada**	**Líquido**
Terreno	6		6
Edificações	75	37	38
Equipamento	4.094	1.964	2.130
Móveis e Utensílios	54	30	24
Veículos	8	7	1
Others	24	15	9
	4.261	2.053	2.208
Construção em andamento	678		678
	4.939	**2.053**	**2.886**

As construções em andamento compreendem principalmente um grupo de investimentos em equipamentos para melhorar a produtividade das unidades de produção da Companhia e a qualidade dos seus produtos. Os principais investimentos são para empreendimentos nas áreas de proteção ambiental, redução de custos, infraestrutura e automação, informações e tecnologias de telecomunicações. Em 1997 e 1998, a capitalização de juros chegou a US$14 e US$57, respectivamente.

11 Empréstimos e financiamentos de curto prazo

Em 31 de dezembro de 1998, os empréstimos e financiamentos de curto prazo da Companhia eram constituídos por linhas de crédito denominadas em dólares norte-americanos, obtidas junto às instituições financeiras. Os recursos financeiros eram utilizados como capital de giro e as taxas de juros cobradas estavam entre 7,32% aa e 8,94% aa(1997 – 6,06% a 8,85%).

12 Adiantamentos sobre contratos de exportação

Os recursos financeiros recebidos antecipadamente por conta de nossas futuras exportações de produtos siderúrgicos, representam linhas de crédito denominadas em dólares norte-americanos, obtidas junto aos bancos comerciais. A Companhia fica obrigada a exportar os produtos em até 180 dias. A redução no exercício se deve à opção da Companhia de financiar suas exportações através de outros instrumentos com menores custos.

13 Empréstimos e financiamentos de longo prazo

	Juros anuais em 31 de dezembro de 1998	Em 31 de dezembro	
		1997	1998
Denominados em moeda local			
Indexados à "Taxa de Juros de Longo Prazo" (TJLP) e à "Taxa de Referência" (TR)	10,8 to 12,5	**441**	**295**
Denominados em moedas estrangeiras			
Empréstimos e financiamentos contratados			
Nas seguintes moedas estrangeiras			
Dólar norte-americano	5,0 to 11,4	1.694	2.131
Iene japonês	6,6	93	101
Outras	5,4 to 8,6	8	19
		1.795	**2.251**
		2.236	**2.546**
Parcela circulante de empréstimos e financiamentos a longo prazo			
Principal		(495)	(579)
Encargos financeiros		(91)	(29)
Total		**1.650**	**1.938**

Os índices aplicados aos empréstimos e financiamentos em cada ano, são os seguintes:

	%		
	1996	1997	1998
TJLP – Taxa de juros de longo prazo	16,32	10,27	11,84
Dólar americano	6,88	7,41	8,27
Iene japonês	(5,27)	(4,18)	25,27

A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos da Companhia existentes em 31 de dezembro de 1998 vence nos seguintes anos:

2000	837
2001	140
2002	114
2003	84
2004	47
2005 e em anos posteriores	716
Total	**1.938**

As garantias para os empréstimos e financiamentos da Companhia existente em 31 de dezembro de 1998 são as seguintes:

Imobilizado	1.171
Notas a receber de clientes estrangeiros	640
Notas promissórias	205
Garantias bancárias	31
Total	**2.047**

Em agosto de 1996, a CSN realizou operação de securitização de recebíveis de exportação, através de sua subsidiária CSN Cayman Ltd., no montante total de US$300. A operação é caracterizada pela existência de duas tranches, sendo a primeira de US$140 contratada a juros flutuantes (Libor +1,85% aa) e a segunda de US$160 contratada a juros fixos de 8,4% aa. O financiamento tem prazo médio de quatro anos.

Em 17 de junho de 1997, a CSN Iron S.A., emitiu Notas Garantidas no montante principal de US$600 a 9 1/8% de juros, vencendo no ano de 2007. A Companhia, de maneira incondicional, garantiu o pagamento de todos os montantes devidos em tais Notas.

O montante líquido oriundo desta emissão (US$594) foi utilizado para pagar um empréstimo ponte de US$786 obtido para financiar uma parte do investimento da Companhia na CVRD e a dívida existente. Em maio de 1998, a Companhia pagou aproximadamente US$300 do empréstimo ponte e o vencimento do saldo restante foi prorrogado para junho de 1998, quando foi refinanciado com os recursos obtidos com a emissão pela subsidiária da CSN, a CSN Steel Corp., a um sindicato de instituições financeiras de US$500 em notas promissórias com vencimento em dois anos, garantidas pela Companhia, à taxa inicial de juros LIBOR + 3,25% ao ano, o equivalente a aproximadamente 9%.

Durante 1998, a Companhia obteve pré-pagamentos sobre contratos de exportação de US$30 (1997 - US$527). São financiamentos, baseados em papéis a receber, oferecidos por importadores e instituições financeiras a taxas flutuantes.

Em 12 de fevereiro de 1999, a Companhia realizou uma oferta pública para recompra das Notas Garantidas, emitidas em junho de 1997, por 70% do valor de face, por um valor mínimo de US$100 e um valor máximo

de US$530, para a transação. A operação será liquidada até 16 de março de 1999, se não houver mudanças nos termos oferecidos.

14 Patrimônio Líquido

(a) Capital

O capital da Companhia em 31 de dezembro de 1998 é representado por 71.731.461 (1997 - 75.226.361) milhares de ações ordinárias (sem valor de face). Cada ação ordinária dá direito a um voto na Assembléia Geral de Acionistas.

(b) Lucros acumulados apropriados

As leis brasileiras e os Estatutos da CSN exigem que determinadas apropriações sejam feitas dos lucros acumulados para contas de reserva, anualmente. A finalidade e a base da apropriação para tais reservas são descritas abaixo:

- Reserva de investimentos para incentivos fiscais - essa reserva resulta de uma opção para indicar uma parte do imposto de renda devido para investimento em projetos aprovados pelo Governo, e é registrada no ano seguinte àquele em que a renda tributável foi ganha. A reserva inclui também o benefício tributário sobre o incentivo de IPI.

- Reserva de investimentos - esta é uma reserva geral para futura expansão das atividades da CSN.

- Reserva legal - esta reserva é uma exigência para todas as companhias brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido até um limite de 20% do capital integralizado, segundo a legislação societária brasileira. Esta reserva pode ser utilizada para aumentar o capital ou absorver as perdas, mas não pode ser distribuída como dividendos.

(c) Ações em Tesouraria

Durante o período de três anos findo em 31 de dezembro de 1998, a Companhia comprou, a preço não superior ao do mercado, 6.383.300 ações, das quais 5.883.300 foram canceladas, conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária.

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os estatutos da Companhia garantem um dividendo anual mínimo igual a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme determinado pela legislação societária brasileira. Os juros sobre o capital próprio, a partir de 1 de janeiro de 1996, são considerados como sendo parte dos dividendos mínimos.

A legislação brasileira permite o pagamento de dividendos tão somente de lucros acumulados contabilizados nos registros contábeis societários. Em 31 de dezembro de 1998, a Companhia havia distribuído ou alocado todos esses lucros acumulados. Adicionalmente, segundo os registros contábeis estatutários, os lucros acumulados apropriados em 31 de dezembro de 1998 incluem o equivalente a US$1.261, relativos à reserva de investimentos, que podem ser transferidos para lucros acumulados não apropriados e pagos como dividendos, caso aprovado pelos acionistas.

A partir de 1 de janeiro de 1996, as empresas brasileiras tem permissão de pagar juros sobre capital próprio, que podem ser pagos em dinheiro ou utilizados para aumentar o capital. O cálculo é baseado nos montantes do patrimônio líquido conforme contabilizados nos registros contábeis societários, sendo que as taxas de juros aplicadas não podem ultrapassar a Taxa de Juros de Longo Prazo, determinada pelo Banco Central brasileiro (aproximadamente 12%, 10% e 16% para 1998, 1997 e 1996, respectivamente). Esses juros não podem, também, ultrapassar o montante de 50% do lucro líquido do ano ou 50% dos lucros acumulados mais reservas de lucro. O montante dos juros sobre capital próprio é dedutível para fins de imposto de renda. Assim sendo, o benefício à Companhia, em contraste com a realização de um pagamento de dividendo, é uma redução na carga de imposto de renda equivalente a 33% desse montante. O imposto de renda é retido dos pagamentos à taxa de 15%. A Companhia atribuiu US$243 de juros sobre o capital próprio para o ano findo em 31 de dezembro de 1998 (US$177 para o período equivalente em 1997).

15 Plano de pensão

(a) Descrição dos planos

A Companhia tem planos de pensão, que abrangem praticamente todos os seus empregados. Os planos são administrados pelo Corpo Diretivo da Entidade de Previdência denominada Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensões privado sem fins lucrativos, fundado em julho de 1960, do qual participam os empregados da CSN e de empresas coligadas, que firmaram contrato de adesão com a Entidade e os próprios empregados da CBS. O Conselho Deliberativo da fundação é composto pelo seu Presidente e dez membros, seis dos quais são escolhidos pela CSN, a principal patrocinadora da CBS, e quatro dos quais são escolhidos pelos participantes.

Até janeiro de 1996, a CBS tinha apenas planos de benefícios definidos com benefícios baseados no tempo de serviço, salário e benefícios da previdência social.

Em 27 de dezembro de 1995, a Secretaria de Previdência Complementar - SPC aprovou a implementação de um novo plano de benefícios, a partir de janeiro de 1996, chamado Plano Misto de Benefício Suplementar (plano híbrido), estruturado sob forma de um plano de contribuição definida. Os empregados contratados após essa data só podem integrar-se ao plano novo.

Além do mais, a todos os empregados ativos que participavam dos planos de benefícios definidos foi oferecida a oportunidade de migrar para o novo Plano Misto de Benefício Suplementar. No final do processo de mudança, em agosto de 1996, 4.197 empregados tinham-se transferido, representando aproximadamente 60% do número total dos empregados ativos nessa data.

Como resultado da transferência de participantes do plano de benefício definido para o Plano Misto de Benefício Suplementar, aproximadamente US$56 foram registrados como perda por diminuição do grupo de acordo com o SFAS No. 88 "Prestação de contas dos Empregadores sobre os Acordos e Diminuição do Número de Participantes dos Planos de Benefícios Definidos e para Extinção dos Benefícios" ("SFAS 88 Employers' Accounting for Settlements and Curtailments of Defined Benefit Plans and for Termination Benefits")

Em 31 de dezembro de 1998, a CBS tinha 25.016 participantes, dos quais 19.946 eram contribuintes (26.181 e 21.125 respectivamente em 31 de dezembro de 1997), inscritos nos seus planos de benefícios, incluindo 7.827 ativos (9.206 em 31 de dezembro de 1997) e 17.189 empregados aposentados (16.975 em 31 de dezembro de 1997). Do total de participantes, 18.376 pertencem a planos de benefícios definidos e 6.640 ao Plano Misto de Benefício Suplementar.

Os ativos da CBS compreendem principalmente fundo mútuo de investimento em ações – carteira livre, ações da CSN, cotas do CSN Invest, fundos de renda fixa e imóveis. Em 31 de dezembro de 1998, a CBS possuía 4.972.322 (1997 - 6.110.922) de ações ordinárias da CSN com valor de mercado, na ocasião, de US$112 (1997 - US$169). A CBS possuía também em 31 de dezembro de 1998, 2.348.015 de cotas do Clube de Investimento CSN, um clube de investimento composto de empregados da CSN sendo ele próprio acionista da CSN, com valor contábil, na ocasião, de US$46 (2.387.924 de cotas, com valor contábil de US$54 em 31 de dezembro de 1997).

(b) Plano de contribuições definidas

O plano é financiado mediante contribuições da Companhia e dos participantes do plano. A CSN está comprometida em contribuir para o plano com uma porcentagem do salário do participante, que varia de 3% a 7%. As contribuições efetuadas pela Companhia, para o plano, durante 1998 totalizaram US$7 (em 1997 - US$9).

(c) Plano de benefícios definidos

São as seguintes as informações a respeito do plano de aposentadoria da Companhia, conforme exigido pelo SFAS 132, para os anos apresentados como segue:

(i) Mudança na obrigação do benefício

	Em 31 de dezembro de	
	1997	**1998**
Valor presente dos benefícios no início do exercício	975	627
Custo com anos de serviço	6	8
Juros sobre o valor presente dos benefícios	57	40
Benefícios pagos	(66)	(64)
Efeito das mudanças da taxa de câmbio	(29)	(47)
Perda (ganho) atuarial	(316)	64
Valor Presente dos benefícios no fim do exercício	**627**	**628**

(i) Mudança nos ativos do plano

	Em 31 de dezembro de	
	1997	**1998**
Justo valor dos ativos do plano no início do exercício	328	298
Retorno efetivo nos ativos do plano	22	(14)
Contribuições do empregador	13	6
Contribuições dos empregados	13	3
Benefícios pagos	(66)	(64)
Efeito das mudanças da taxa de câmbio	(12)	(23)
Justo valor dos ativos do plano ao fim do exercício	**298**	**206**

(i) Obrigação com custo de aposentadoria provisionada

	Em 31 de dezembro de	
	1997	**1998**
Situação do fundo, excesso de obrigação de benefício sobre os ativos do plano	329	422
Obrigação transitória líquida não reconhecida	(19)	(3)
Ganho (perda) atuarial líquido não reconhecido	75	(13)
Obrigação com custo de aposentadoria provisionada	385	406

(i) Reconhecimento de obrigação mínima adicional

	Em 31 de dezembro de 1998
Obrigação com custo de aposentadoria provisionada	406
Obrigação com aposentadoria não reconhecida, limitada à obrigação Transitória líquida não reconhecida	3
Quantia adicional não reconhecida como custo de aposentadoria periódico líquido	7
Obrigação mínima	416

O custo de aposentadoria periódico líquido inclui os seguintes componentes:

	Em 31 de dezembro de	
	1997	**1998**
Custo com anos de serviço -benefícios recebidos durante o ano	6	8
Juros sobre o valor presente dos benefícios	57	40
Retorno efetivo em ativos	(22)	14
Amortização líquida e diferimento	23	16
	64	78
Contribuições de empregados	(13)	(3)
Custo de aposentadoria periódico líquido	51	75

As premissas usadas foram:

Taxa de juros	Inflação + 6%
Taxa de crescimento salarial	Inflação + 1%
Taxa de retorno dos investimentos	Inflação + 6%

Como resultado da redução no valor dos ativos do fundo, nos últimos anos, a fim de garantir a capacidade do fundo de continuar a prover os benefícios pretendidos a seus participantes, em 25 de janeiro de 1996, a SPC aprovou a proposta da Companhia de resolver o problema de insuficiência de cobertura de reservas da CBS, levando em consideração o conceito da responsabilidade solidária dos participantes e da CSN; para a amortização de 57,5% dessa insuficiência em 30 anos, pelos patrocinadores, e de 42,5%, em 35 anos, pelos

participantes, mediante plano de amortização com percentuais crescentes aplicados à folha de pagamento a partir de 30 de abril de 1996.

Para efeito deste demonstrativo financeiro, a redução na obrigação acumulada dos planos, em virtude da participação dos empregados no déficit do fundo, será registrada à medida em que os empregados forem efetuando as suas contribuições ao fundo.

Durante 1997, a Companhia e seus atuários fizeram a revisão de determinadas hipóteses que foram utilizadas no cálculo da obrigação dos planos, tendo determinado, entre outras mudanças, que a hipótese dos futuros aumentos de salários estaria limitada à inflação até o ano de 2000 e inflação mais 1% a partir de 2001, em contraste com a inflação mais 3% conforme adotada anteriormente. O ganho atuarial resultante dessas mudanças foi diferido e será reconhecido em períodos futuros.

16 Benefícios a empregados

Além do fundo de pensões, a Companhia efetua contribuições mensais com base na folha de pagamento, para os planos governamentais de pensões, previdência social e indenização em caso de dispensa, uma vez que esses pagamentos são custeados à medida em que forem sendo incorridos. Além do mais, certos pagamentos são devidos na dispensa de empregados, sendo principalmente de um mês de salário e mais um pagamento por dispensa calculado em 40% das contribuições acumuladas feitas ao plano de indenização do Governo para caso de demissão, em nome do empregado. Os montantes pagos em caso de demissão totalizaram US$17 e US$14 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 1997 e 31 de dezembro de 1998, respectivamente. Com base nos planos operacionais atuais, a administração não espera que os montantes das indenizações futuras, para casos de demissões sejam substanciais.

17 Compromissos e contingências

(a)Provisões e depósitos

A provisão para contingências e os saldos de depósitos judiciais relacionados são os seguintes:

	Em 31 de dezembro de 1997		Em 31 de dezembro de 1998	
	Depósitos	**Provisão**	**Depósitos**	**Provisão**
Ambientais		14		13
Civis	11	23	3	20
Trabalhistas	9	16	14	23
Fiscais				
Contribuições sociais	80	79	84	82
ICMS	84	76	8	
Outras	10		9	
		208		138
Circulante		(10)		(12)
Longo prazo	194	198	118	126

(i) Meio Ambiente

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos federais, estaduais e municipais relacionados a meio ambiente. Esta legislação geralmente aborda controle do ar e emissão de efluentes e exige que as partes se responsabilizem pela remediação de locais de despejo para lixo tóxico. Os que não seguem a legislação podem incorrer em ações civis ambientais.

A Companhia prevê custos com reparação e processos ambientais, quando um prejuízo esteja iminente e tal montante pode ser razoavelmente estimado. A administração não prevê que os custos e os processos ambientais, na medida do esperado, chegue a ter algum efeito adverso sobre a posição financeira consolidada. A Companhia possui um departamento ambiental, que inclui uma divisão de garantia da qualidade ambiental.

Durante vários anos, a CSN efetuou despesas consideráveis para alinhar sua planta industrial às diversas leis ambientais (1998- US$55, 1997- US$48; 1996 -US$50).

A provisão para contingências ambientais diz respeito, principalmente, a penalidades impostas às minas de carvão da Companhia, no Estado de Santa Catarina, que foram vendidas em 1991 e à Usina Presidente Vargas.

Em 10 de janeiro de 1995, a Companhia firmou um acordo com a Cidade de Volta Redonda, pelo qual gastaria aproximadamente US$13 em projetos ambientais, bem como outros projetos para o bem-estar da população dessa cidade, em troca da extinção das penalidades propostas pela Cidade em anos anteriores. Esse contrato foi impugnado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e está sendo revisto pelo Supremo Tribunal de Justiça. Baseado em parecer de seu departamento jurídico, a administração acredita que esta questão não aumentará o passivo da Companhia em relação a esta contingência, cujo valor total de US$14 encontra-se totalmente provisionado.

Adicionalmente, em setembro de 1994, a CSN firmou um acordo com a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), que alterado em janeiro de 1996, cita o comprometimento da Companhia em investir durante um período de cinco anos US$94 em tecnologia ambiental e nova infra-estrutura, em troca da liberação de multas ambientais pela FEEMA. Os investimentos incluem a instalação de plantas para tratamento de água, coletores eletrostáticos em chaminés, e equipamentos de controle de segurança e da produção, para modernizar os processos industriais da CSN e, assim, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos produtos.

Em dezembro de 1998, a Companhia celebrou um Acordo com o Estado do Rio de Janeiro, pelo qual comprometia-se, através de uma auditoria ambiental, a rever os necessários investimentos para enquadrar a usina Presidente Vargas de acordo com as normas internacionais de controle ambiental.

(ii) Contingências civis e trabalhistas

A Companhia é ré em diversos processos cíveis e trabalhistas no curso normal de seus negócios. Com base em sua assessoria jurídica, a administração acredita que as provisões feitas para perdas contingenciais sejam suficientes para cobrir as prováveis perdas, como resultado de tais processos na Justiça.

(iii) Contribuições Sociais

Em 1994, a administração da CSN examinou os procedimentos adotados em exercícios anteriores para pagamento de imposto de renda federal e contribuição social. Esse exame identificou encargos adicionais de contribuição social no montante de US$99 pagoa até 1994, que foram registrados naquele exercício.

Durante 1995, a CSN obteve autorização para pagar US$60 durante um período de sessenta meses. Os US$39 restantes estão sendo questionados na justiça, da mesma forma como está ocorrendo com a contribuição social no montante de US$40 em 31 de dezembro de 1997, e US$43 em 31 de dezembro de 1998. Os montantes sob contestação, acrescidos das multas, foram depositados numa conta de caução.

(iv) ICMS

A Companhia estava questionando na justiça a revogação, em Setembro de 1997, do Decreto 22.595 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Este Decreto permitia o diferimento por cinco anos de uma parte do ICMS. Os depósitos judiciais relativos a este assunto no montante de US$85 foram resgatados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através de decisão judicial em 8 de Abril de 1998 e estornadas contra a correspondente provisão para contingências.

(b) Fundo de Participação dos Trabalhadores ("PIS/PASEP")

Durante 1995, a CSN reconheceu um crédito fiscal no montante de US$32 relativo ao PIS/PASEP pago em excesso de Outubro 1988 até Março 1993. O crédito foi registrado como "Outros créditos - Impostos a recuperar", com base na Resolução do Senado No 49 datada de 9 de Outubro de 1995 que, considerando a inconstitucionalidade declarada dos decretos que alteraram a base do PIS/PASEP, suspendeu sua execução.

(c) Compromissos

Usina Hidroelétrica Itá

A Companhia detém uma participação de 29,77% no consórcio que operará durante 30 anos a Hidroelétrica Itá ("IHF") no sul do Brasil. CSN está investindo neste projeto através de sua participação de 24,43% (48,75% de capital votante) na Itá Energética S.A. ("ITASA"), que é responsável pela construção da IHF.

A primeira das cinco turbinas está para entrar em operação no ano 2000 e a conclusão do projeto está prevista para o ano 2001. IHF terá uma geração firme de 668 megawatts (capacidade nominal de 1450 megawatts) que será distribuída entre os membros proporcionalmente a sua participação no consórcio. ITASA estima que o total dos dispêndios com este projeto atingirá aproximadamente US$880, dos quais o compromisso da Companhia será de aproximadamente US$215 (24,43%).

Até 31de Dezembro de 1998, o projeto tinha absorvido US$527, dos quais US$53 tinham sido investidos pela Companhia. Adicionalmente aos investimentos efetuados pelos membros do consórcio, o projeto utilizou fundos obtidos por ITASA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (" BNDES") no montante de US$325, dos quais US$79 estão registrados na dívida da Companhia.

Outros compromissos

A Companhia realiza investimentos através da participação no consórcio formado para o desenvolvimento e/ou operação de concessões outorgadas por entidades governamentais. Pela legislação Brasileira, cada membro deste tipo de consórcio é responsável solidariamente pelas obrigações provenientes da concessão.

18 Informação por área de negócio e geográfica

Em 1998, a Companhia adotou o SFAS 131 com respeito à informação que ela apresenta sobre suas áreas de negócios. O SFAS 131 introduz um conceito de "abordagem gerencial" para divulgar informação financeira na base que o tomador de decisão utiliza internamente para avaliar o desempenho das diversas áreas de negócios e decidir como alocar recursos a estas áreas.

Em 1996, a Companhia reorganizou sua estrutura corporativa de forma a enfocar decisões gerenciais, estabelecendo quatro setores: Centro Corporativo, Aço, Energia e Infraestrutura. Cada setor é chefiado por um diretor-executivo que se reporta ao Conselho de Administração. O Diretor-executivo do Centro Corporativo é responsável pela gerência financeira, contabilidade, assuntos legais, relações com mercado, recursos humanos, comunicações corporativas e planejamento estratégico. O Diretor-executivo do Aço é responsável pela fabricação e comercialização do aço e produtos de aço da CSN. O Diretor-executivo de Energia é responsável pelos investimentos da CSN na geração e distribuição de energia. O Diretor-executivo de Infraestrutura é responsável pelas minas da Companhia, investimentos em logística (ferrovias e portos), cimento e propriedade imobiliária.

A informação apresentada à Administração com respeito ao desempenho de cada área de negócio, é geralmente derivada de registros contábeis mantidos de acordo com a legislação Brasileira, combinadas com algumas alocações, relativamente menores, entre as áreas de negócio.

					1996
	Aço	**Centro Corporat.**	**Energia e Infraestrutura**	**Eliminações**	**Consolidado**
Resultado					
Vendas - Mercado Interno	2.260				2.260
Vendas - Mercado Externo	526	406		(371)	561
Impostos sobre vendas, descontos e Abatimentos	(405)				(405)
Custos e despesas operacionais	(1.918)	(405)	(5)	371	(1.957)
Depreciação	(138)	(1)	(1)		(140)
Receitas financeiras		172		(20)	152
Despesas financeiras		(135)		20	(115)
Outras despesas não operacionais	(31)		1		(30)
Participação no resultado de Coligadas			(10)		(10)
Imposto de renda e contrib. Social		(104)			(104)
Lucro/(prejuízo) líquido	**294**	**(67)**	**(15)**		**212**
Ativo					
Disponibilidades		665			665
Tít. e valores mobiliários		4			4
Imobilizado, líquido	2.605	23	105		2.733
Adições ao Imobilizado	452	6	66		524
Investimentos em companhias Afiliadas e outros investimentos			348		348
Vendas por área geográfica					
Mercado Externo					
Ásia	264	204		(186)	282
América do Norte	91	70		(64)	97
América Latina	91	70		(64)	97
Europa	41	32		(29)	44

Outras	39	30		(28)	41
	526	406		(371)	561
Mercado Interno	2.260				2.260
Total	**2.786**	**406**		**(371)**	**2.821**

					1997
	Aço	**Centro Corp.**	**Energia e Infraestrutura**	**Eliminações**	**Consolidado**
Resultado					
Vendas - Mercado Interno	2.397				2.397
Vendas - Mercado Externo	496	393		(373)	516
Impostos sobre vendas, descontos e Abatimentos	(431)				(431)
Custos e despesas operacionais	(1.731)	(387)	(8)	373	(1.753)
Depreciação	(148)	(1)	(2)		(151)
Receitas financeiras		362		(80)	282
Despesas financeiras		(370)		80	(290)
Outras despesas não operacionais	(80)	(15)	2		(93)
Participação no resultado de Coligadas		26	(2)		24
Imposto de renda e contrib. Social		(84)			(84)
Lucro/(prejuízo) líquido	**503**	**(76)**	**(10)**		**417**
Ativo					
Disponibilidades		756			756
Tít. e valores mobiliários		727			727
Imobilizado, líquido	2.723	25	199		2.947
Adições ao Imobilizado	404	2	99		505
Investimentos em companhias Afiliadas e outros investimentos		936	387		1.323
Vendas por área geográfica					
Mercado Externo					
Ásia	172	136		(129)	179
América do Norte	153	121		(115)	159
América Latina	84	66		(63)	87
Europa	60	47		(45)	62
Outras	27	23		(21)	29
	496	393		(373)	516
Mercado Interno	2.397				2.397
Total	**2.893**	**393**		**(373)**	**2.913**

					1998
	Aço	**Centro Corp.**	**Energia e Infraestrutura**	**Eliminações**	**Consolidado**
Resultado					
Vendas - Mercado Interno	2.291			(173)	2.118
Vendas - Mercado Externo	440	384		(369)	455
Impostos sobre vendas, descontos e Abatimentos	(428)				(428)
Custos e despesas operacionais	(1.568)	(419)	(8)	524	(1.471)
Depreciação	(148)	(1)	(1)		(150)
Receitas financeiras		448		(124)	324
Despesas financeiras		(363)		124	(239)
Outras despesas não operacionais	(4)	(148)			(152)
Participação no resultado de Coligadas		58	(28)		30
Imposto de renda e contrib. Social		(70)		6	(64)
Lucro/(prejuízo) líquido	**583**	**(111)**	**(37)**	**(12)**	**423**
Ativo					
Disponibilidades	12	972	2		986
Tít. e valores mobiliários	5				5
Imobilizado, líquido	2.666	24	196		2.886
Adições ao Imobilizado	283		44		327
Investimentos em companhias Afiliadas e outros investimentos		899	173		1.072
Vendas por área geográfica					
Mercado Externo					
Ásia	27	24		(23)	28
América do Norte	136	119		(114)	141
América Latina	99	87		(83)	103
Europa	150	130		(126)	154
Outras	28	24		(23)	29
	440	384		(369)	455
Mercado Interno	2.291			(173)	2.118
Total	**2.731**	**384**		**(542)**	**2.573**

19 Partes relacionadas

Transações com as principais partes relacionadas, principalmente compras e vendas, estão associadas ao curso normal dos negócios e resultaram nas seguintes demonstrações para os exercícios findos em 31 de dezembro:

	1997		1998	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Ativo circulante				
Contas a receber – clientes	1			
Outros	13		5	
Outros ativos				
Outros	2		8	
Passivo circulante				
Fornecedores		6		
Outros		18		17
Exigível a longo prazo				
Outros		43		24
	16	**67**	**13**	**41**

Os saldos em 31 de dezembro se referem às seguintes partes relacionadas:

				1997
	Ativo	**Passivo**	**Receitas**	**Despesas**
EMESA S.A.		2	64	
MRS Logística S.A.	13			45
Ferrovia Centro Atlântica S.A.				20
Light - Serviços de Eletricidade S.A.		61		145
Fundo de Pensão dos Empregados CSN				38
Fundação CSN				25
Outros	3	4		
	16	**67**	**64**	**273**

			1998
	Ativo	**Passivo**	**Despesas**
MRS Logística S.A.	4		47
Companhia Ferroviária do Nordeste	4		
Ferrovia Centro Atlântica S.A.			22
Light - Serviços de Eletricidade S.A.		41	156
Fundo de Pensão dos Empregados da CSN			30
Fundação CSN			11
Inepar-Fem Equip. Montagens S.A.	5		
Outros			2
	13	**41**	**268**

20 Instrumentos financeiros

A Companhia considera que o valor contábil de seus instrumentos financeiros se aproxima, de modo geral, ao valor de mercado, em virtude dos curtos prazos de vencimento, freqüentes alterações de preço desses instrumentos e ao fato de instrumentos não indexados estarem registrados ao seu valor presente.

Com base em taxas de empréstimos atualmente disponíveis à Companhia para empréstimos bancários em termos similares e a vencimentos médios, o valor de mercado dos instrumentos financeiros é estimado da seguinte forma:

	Em 31 de dezembro de 1997		**Em 31 de dezembro de 1998**	
	Justo valor de mercado	**Valor contábil**	**Justo valor de mercado**	**Valor Contábil**
Disponibilidades	756	756	986	986
Tít. e Valores Mobiliários	727	727	5	5
Adiantamentos em contratos de exportação (*)	240	234	7	7
Dívidas de curto e longo prazo (*)	3.497	3.144	3.070	2.867

(*) Inclui os encargos financeiros provisionados.

As estimativas do valor de mercado são feitas a um ponto específico no tempo, baseadas em informação relevante de mercado e informação sobre o instrumento financeiro. Estas estimativas são de natureza subjetiva, envolvem incertezas e assuntos de julgamento significante, e portanto não podem ser determinadas com precisão. Alterações em assunções podem afetar significativamente as estimativas.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

21 Evento subseqüente

Em 13 e 15 de Janeiro de 1999, alterações significativas ocorreram na política de taxa de câmbio até então adotadas pelo governo Brasileiro. Os controles de câmbio, anteriormente monitorados por meio de um sistema de bandas de negociação, foram eliminados quando o Banco Central decidiu não mais intervir no mercado de câmbio estrangeiro. Como resultado desta decisão e da reação do mercado, o Real foi desvalorizado para US$1 : R$1,9333 em 9 de Fevereiro 1999 de US$1 : R$1,2087 em 31 de Dezembro 1998. Entretanto, não há indicações que o Real se estabilizou nesta taxa. No momento, não é possível antecipar os efeitos destes eventos na posição financeira da Companhia, nem sobre os resultados de suas operações ou seus fluxos de caixa.

* * *

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

I - No ano de 1998 foram concluídos os seguintes empreendimentos:

Utilização de Gás Natural na URA
Correção de Fator de Potência e Eliminação de Harmonicos
Painel de Utilizade para Criogenia

II - Empreendimentos a concluir em 1999

Máquina de Corrida Contínua #4 (concluído no 1º trimestre de 1999)
Novo Laminador de Encruamento (LER)
Skin-Pass e Strech Leveller da LZC#3
Redimensionamento da Seção de Resfriamento Rápido da LZC#2
Novo Virador de Bobinas do LEE # 5 e 6
Forno Panela e Desgaseificador a Vácuo
Novo Laboratório de Espectometria e Escritório da Aciaria
Procon Pátio de Matérias Primas
Sistema de Detecção de Escória
Umectação das Pilhas dos Pátios de Carvão
Despoeiramento do Furo de Gusa do AF#3
Abatimento de Pó da EPC#2
Abatimento de Pó da EPC#3
Drenagem do Pátio de Carvão
Oleadeira da LACF#4
Substituição dos Cabos Circuitos de 250 VDC
Banho de Escória (concluído no 1º trimestre de 1999)
Máquina de Texturização (EDT) (concluído no 1º trimestre de 1999)

Unidade: R$ mil

EMPREENDIMENTOS	RECURSOS A SEREM ALOCADOS VALOR	RECURSOS APLICADOS VALOR
1 - DIREÇÃO DE METALURGIA		
Adequação da qualidade / mercado	**234.268,0**	**257.682,0**
Redução de Custos	**38.376,0**	**118.918,0**
Infra-Estrutura	**31.317,0**	**82.167,0**
Proteção Ambiental	**133.569,0**	**3.586,0**
Total 1	**437.530,0**	**462.353,0**

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

EMPREENDIMENTOS	RECURSOS A SEREM ALOCADOS VALOR	RECURSOS APLICADOS VALOR
2 - DIREÇÃO DE LAMINADOS		
Adequação da qualidade / mercado	**429.996,0**	**107.502,0**
Redução de Custos	**1.457,0**	**665,0**
Infra-Estrutura	**8.092,0**	**1.641,0**
Total 2	**439.545,0**	**109.808,0**
TOTAL GERAL	**877.075,0**	**572.161,0**

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

00403-0 COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL 33.042.730/0001-04

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

No ano de 1998 a CSN implantou ações ambientais, cujas principais mencionamos a seguir:

. Sistema de despoeiramento do forno de panela e desgaseificador à vácuo.

. Sistema de abatimento de pó da estação de peneiramento e britagem de coque nº 3.

. Sistema de despoeiramento no cambamento da máquina de lingotamento contínuo nº 4.

. Incineração de 170 t de ascarel (PCB's).

. Instalação de sistemas de tratamento de esgoto doméstico na usina.

. Lançamento de 3.000 peixes para o Rio Paraíba do Sul.

. Projeto para preservação da reserva da Cicuta.

. Projeto de gestão territorial do Médio Paraíba, com significativa contribuição para o desenvolvimento sustentável da região.

. Implementação do sistema de gestão ambiental, seguindo a Norma ISO 14001.

. Promoção de programas de incentivo à educação ambiental interna.

. Desenvolvimento de projetos com comunidade – FEEMA, ROTARY, SOCIEDADE MATA VIVA, ABM.

. Realização de auditoria ambiental e análise de risco.

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

00403-0 COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL 33.042.730/0001-04

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VALOR (Reais Mil)
01	TRABALHISTA	0,00	0,00		0
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	2,26	22,39	SIM	103.988
03	OUTRAS	1,44	14,23	SIM	66.108

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR	5
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	12
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO	12
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA	14
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	21
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	22
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	23
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	23
05	01	AÇÕES EM TESOURARIA	24
06	01	PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS	25
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	26
06	04	MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA	26
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	27
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	27
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	28
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	31
09	03	PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS	39
10	01	PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	41
10	02	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	42
10	04	PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	44
11	01	PROCESSO DE PRODUÇÃO	45
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	47
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	49
12	01	PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS	51
13	01	PROPRIEDADES	54
14	03	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA	58
14	05	PROJETOS DE INVESTIMENTO	201
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	204
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	206
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	207

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00403-0	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	33.042.730/0001-04

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
18	01	ESTATUTO SOCIAL	209
20	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	229

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Em milhares de reais

	Direitos				
	De operações	De mútuos	Obrigações	Vendas	Compras/ Encargos
CSN OVERSEAS	2.199	254.816	133.740	17.335	
CSN CAYMAN	23.864		277.944	409.884	
LIGHT			49.340		200.538
CSN IRON	652		730.735		
CFN		4.645			
MRS LOGISTÍCA	4.877		735	367	54.555
FEM	366	7.275	2.141		40.731
INAL	90.084		226	195.519	16.341
ITA		7.802			
CVRD	509			5.127	577
FCA			420	2	25.326
CSC		523			
FUNDAÇÃO CSN					12.756
CBS					34.379
CCRG				497	
OUTRAS					2.533
Em 31 de dezembro de 1998	122.551	275.061	1.195.281	628.731	387.736
Em 31 de dezembro de 1997	235.278	98.337	1.194.309	451.771	354.996

Os direitos e obrigações decorrem de transações realizáveis e exigíveis a curto e a longo prazos.

Os direitos provenientes de contratos de mútuo estão sujeitos a atualização monetária segundo índices oficiais e encontram-se registrados no realizável a longo prazo, enquanto as obrigações incluem operações de pré-pagamento com as controladas CSN Overseas e CSN Cayman e parcelamento da dívida com a investida Light.

Reapresentação por Exigência CVM Nº CVN/GEA-1/238

00403-0 COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL 33.042.730/0001-04

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS